



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FÁBIO LUIZ ZENERATTI

**COOPERATIVISMO E RECRIAÇÃO CAMPONESA:  
CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DOS MODELOS DE  
COOPERATIVISMO EMPRESARIALISTA E CAMPONÊS NA  
MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE**

FÁBIO LUIZ ZENERATTI

**COOPERATIVISMO E RECRIAÇÃO CAMPONESA:  
CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DOS MODELOS DE  
COOPERATIVISMO EMPRESARIALISTA E CAMPONÊS NA  
MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino.

Londrina  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Zeneratti, Fábio Luiz.

Cooperativismo e recriação camponesa : contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião Norte Central paranaense / Fábio Luiz Zeneratti. - Londrina, 2018.  
267 f.

Orientador: Eliane Tomiasi Paulino.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Cooperativismo - Tese. 2. Luta na terra - Tese. 3. Luta pela terra - Tese. 4. Recriação camponesa - Tese. I. Paulino, Eliane Tomiasi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

FÁBIO LUIZ ZENERATTI

**COOPERATIVISMO E RECRIAÇÃO CAMPONESA:  
CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DOS MODELOS DE COOPERATIVISMO  
EMPRESARIALISTA E CAMPONÊS NA MESORREGIÃO NORTE  
CENTRAL PARANAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Bernardo Maçano Fernandes  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

---

Prof. Dr. João Edmilson Fabrini  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE

Londrina, 26 de fevereiro de 2018.

*Dedico este trabalho à família: pai, mãe, irmã, cunhados, esposa, filhos e sobrinho. Devo dizer que este não é o trabalho de um geógrafo, tão pouco o é de um professor do magistério superior, ele é sim, e antes de tudo, a tarefa empreendida por um trabalhador rural, que construiu sua identidade ora na capina da roça, ora levando marmitta para o pai na lida ou cilindrando pão com a mãe em casa. Enfim, é o trabalho de um sujeito que saiu do campo, mas que o campo nunca saiu dele.*

## AGRADECIMENTOS

À Gabriella, companheira de uma vida, que superou os desafios que a vida nos impôs quase que sozinha, foi pai e mãe, esposa e profissional, tudo isso para suprir a ausência que este trabalho exigiu. Sua motivação e energia sempre me colocaram em movimento, obrigado por acreditar que era possível e embarcar comigo neste desafio, aliás somente foi possível superá-lo por tê-la ao meu lado.

Aos meus filhos Marco Antonio, Maria Luiza e Ana Livia, que encheram minha vida de amor e mesmo sem saberem deram o verdadeiro sentido à palavra família.

À Eliane Tomiasi Paulino, pela orientação e inspiração, por acreditar no aluno trabalhador; você foi mais que orientadora, foi um exemplo de vida e para a vida. Estás no lugar certo, sua capacidade teórico-científica transforma a todos, baliza nossos caminhos e transmite segurança para o salto que cada um pode e deve dar.

Aos amigos que fiz nesta jornada acadêmica e científica: os da UEL, da UNESP, da UEM e da USP; a cada conversa algo sempre nos instigava e uma nova leitura se apresentava como indispensável.

Aos amigos do CENSE de Paranavaí, boa parte dessas páginas foram pensadas nesse espaço de sentimentos contraditórios, onde o sair se confunde com o desejo de ficar.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que me acolheu e possibilitou a concretização deste trabalho. Em especial aos amigos: Vitor, Roberto, Ana, Marciane, Lui, Pontarolo e Luiz.

Aos amigos Ricardo e Nilvane que sempre se fizeram presentes, mesmo quando fisicamente estavam distantes, a energia de vocês me encheu de força, nossas conversas intermináveis sedimentaram pensamentos e parte deles estão nessas páginas.

Aos funcionários da COCAMAR, da EMATER e da CCA que contribuíram com informações preciosas para essa pesquisa.

Por fim, e principalmente, aos camponeses que gentilmente abriram suas portas, as dos sítios e dos lotes, para que essa pesquisa se concretizasse, sem vocês essa investigação não teria sentido.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos.

Teodor Shanin

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião Norte Central paranaense. 2018. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as contribuições e os limites dos modelos de cooperação empresarialista e camponês para o processo de recriação do campesinato na mesorregião Norte Central paranaense. A metodologia utilizada nessa tarefa foi a pesquisa teórico-bibliográfica e a pesquisa de campo, em que foram realizadas entrevistas não padronizadas em 70 unidades camponesas. Essa metodologia permitiu identificar as principais características dos modelos cooperativistas elencados para a pesquisa. Conclui-se que o modelo de cooperativismo empresarialista assumiu uma característica na qual as cooperativas foram utilizadas como instrumento estatal para a modernização da base técnica na agricultura, se distanciando da possibilidade de transformação social abrangente, como idealizavam os percussores do cooperativismo moderno mas que, contraditoriamente, possibilitam a recriação do campesinato cooperado que luta na terra. Por outro lado, aos camponeses que tiveram que lutar para remover o bloqueio da propriedade privada capitalista, o cooperativismo se apresenta ao mesmo tempo como uma estratégia de luta pela terra e de luta na terra, ou seja, de resistência e recriação. Essa pesquisa demonstra que os modelos de cooperativismo, empresarialista e camponês, são distintos na perspectiva da organização e do conteúdo político-ideológico, contudo ambos apresentam potenciais contribuições para a recriação camponesa no capitalismo, resguardadas as contradições inerentes a esses processos. Para os camponeses assentados a cooperativa camponesa é um trunfo na luta contra o modo capitalista de produção, sendo um instrumento econômico e político que possibilita acessar mercados alternativos, como os institucionais, escapando dos circuitos monopolistas do mercado capitalista. As cooperativas empresarialistas, por sua vez, têm como prerrogativa a inserção dos camponeses no mercado capitalista via produção de *commodities* e inserção em um setor da economia dominado pelos grandes grupos privados. Nesse caso, a cooperativa comparece como uma estratégia para reter parte da renda camponesa da terra que seria drenada pelo capital. Em ambos os casos as cooperativas proporcionam retenção da renda da terra, que, em última instância, é convertida em benefício à família camponesa. A pesquisa também identificou que esses modelos cooperativos, no que pese sua distinção, permitem florescer o modo de vida camponês, representado por um conjunto de valores que norteiam suas vidas, como as relações de confiança, a autonomia, os vínculos familiares e a relação com a terra, entendida como meio de vida. Nesses termos, o cooperativismo é uma possibilidade concreta de recriação do campesinato no capitalismo, se por um lado a cooperação não levou à mudança geral da sociedade, por outro, no particular, ela tem contribuído para mudar a realidade dos camponeses envolvidos.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Luta na terra. Luta pela terra. Recriação camponesa.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Cooperatives and peasant recreation: contributions and limitations of the models of *empresarialista* and peasant cooperatives in the North Central region of Paraná.** 2018. 268 p. Doctoral (Doctoral degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## ABSTRACT

The aim of this study is to discuss the contributions and limits of *empresarialista* and peasant cooperation models to the recreation process of the peasantry in the North Central mesoregion of Paraná. Theoretical and literature research and field research were the methodology used in this task and interviews in non-standard 70 peasant units were carried out. It was possible to identify the main features of the cooperative models listed for the research by this methodology. It is possible to conclude which the *empresarialista* cooperative model took over a feature in which cooperatives were used as instrument of state for the modernization of the technical base in the agriculture, distancing itself from the possibility of comprehensive social transformation, as idealised the precursors of the modern cooperative movement but that, contradictorily, allow the recreation of the cooperated peasantry which struggle in the land. On the other hand, to the peasants who had to fight to remove the lock of the private capitalist property, the cooperativism presents itself at the same time as a strategy to struggle for land and struggle in the land, in other words, of resistance and recreation. This research demonstrates which the cooperative models, *empresarialista* and peasant, are different on the perspective of the organization and of the political and ideological content, however both models present potential contributions to peasant recreation in the capitalism, saved the contradictions inherent in these processes. For the seated peasants the peasant cooperative is an asset in the fight against the capitalist mode of production, being an economic and political tool which allows to access to alternative markets as the institutional, evading of the monopolistic circuits of the capitalist market. *Empresarialistas* cooperatives, in turn, have the prerogative the insertion of the peasants in the capitalist market via commodities production and insertion in a sector of the economy dominated by the large private groups. In this case, the cooperative attends as a strategy to retain part of peasant income of the land which would be drained by the capital. In both cases the cooperatives provide income retention of the land, which ultimately, is converted to benefit for the peasant family. The survey also identified which these cooperative models, in relation to its distinction, allow to flourish the peasant way of life represented by a set of values which guide their lives, such as trust relationships, autonomy, family ties and the relationship with the land, understood as a way of life. In these terms, cooperativism is a concrete possibility of recreation of the peasantry in the capitalism, if on the one hand the cooperation didn't lead to the general change of society, on the other hand, in the particular, it has contributed to change the reality of the involved peasants.

**Keywords:** Cooperativism. Struggle in the land. Struggle for land. Peasant recreation.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	- Evolução da participação das cooperativas na produção agrícola brasileira .....	51
<b>Gráfico 2</b>	- Evolução do uso do solo no Paraná (ha).....	70
<b>Gráfico 3</b>	- Participação das cooperativas na comercialização da produção agropecuária paranaense em 2009.....	78
<b>Gráfico 4</b>	- Número de estabelecimentos agropecuários na mesorregião Norte Central paranaense em 1995 e 2006 .....	97
<b>Gráfico 5</b>	- Área dos estabelecimentos agropecuários na mesorregião Norte Central paranaense em 1995 e 2006. ....	97
<b>Gráfico 6</b>	- Evolução da área plantada nos estabelecimentos de até 50 hectares na mesorregião Norte Central paranaense.....	106
<b>Gráfico 7</b>	- Valor da Produção e Área dos estabelecimentos agropecuários no Norte Central paranaense .....	112
<b>Gráfico 8</b>	- Postos de trabalho e área agrícola na mesorregião Norte Central paranaense em 2006.....	126
<b>Gráfico 9</b>	- Ocupações agrícolas por tipo de relação de trabalho e estrato de área na mesorregião Norte Central paranaense em 2006 .....	128
<b>Gráfico 10</b>	- Indicadores do campo na mesorregião Norte Central paranaense em 2006 (%).....	133
<b>Gráfico 11</b>	- Número de famílias assentadas de 2011 a 2014 no Brasil .....	157

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Escala de representação das cooperativas dos assentados e das empresarialistas .....	44
<b>Tabela 2</b> - Número de cooperativas por ramo de atuação no Brasil em 2015. ....	50
<b>Tabela 3</b> - Número de cooperativas e cooperados no ramo agropecuário no Brasil de 2001 a 2012 .....	53
<b>Tabela 4</b> - Distribuição dos estabelecimentos cooperados por área no Brasil em 2006 .....	58
<b>Tabela 5</b> - Cooperativas no Paraná por ramo de atuação em 2015.....	77
<b>Tabela 6</b> - Cooperativas com sede na mesorregião Norte Central paranaense. ....	80
<b>Tabela 7</b> - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil .....	94
<b>Tabela 8</b> - Estrutura fundiária do Paraná.....	95
<b>Tabela 9</b> - Estrutura fundiária da mesorregião Norte Central paranaense .....	96
<b>Tabela 10</b> - Número e área dos estabelecimentos por condição do produtor na mesorregião Norte Central paranaense. ....	102
<b>Tabela 11</b> - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos até 50 hectares na condição de proprietários na mesorregião Norte Central paranaense.....	104
<b>Tabela 12</b> - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos até 50 hectares na condição de parceiros na mesorregião Norte Central paranaense.....	105
<b>Tabela 13</b> - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos arrendados com até 50 hectares na mesorregião Norte Central paranaense .....	107
<b>Tabela 14</b> - Produção e área colhida de soja e milho por mesorregiões do Paraná em 2006.....	114
<b>Tabela 15</b> - Número de tratores por estrato de área no Norte Central paranaense .....	131
<b>Tabela 16</b> - Estrutura fundiária brasileira.....	147
<b>Tabela 17</b> - Reclassificação dos dados de reforma agrária do governo Lula de 2003 a 2006 .....	155

<b>Tabela 18</b> - Assentamentos rurais na mesorregião Norte Central paranaense em 2016 .....	159
<b>Tabela 19</b> - Cooperativas dos assentados no estado do Paraná em 2016 .....	167
<b>Tabela 20</b> - Área de atuação da COPRAN em 2017 .....	171
<b>Tabela 21</b> - Demonstrativo do rendimento bruto nas unidades camponesas.....	203
<b>Tabela 22</b> - Perfil dos cooperados da COCAMAR entrevistados por situação de domicílio e acesso a serviços e bens duráveis.....	205
<b>Tabela 23</b> - Perfil dos cooperados da COPRAN entrevistados por situação do domicílio e acesso a serviços e bens duráveis.....	236

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	- Localização geográfica da COCAMAR e da COPRAN .....	19
<b>Figura 2</b>	- Área de atuação dos projetos de cooperativismo no Paraná .....	64
<b>Figura 3</b>	- Localização das cooperativas agropecuárias no Paraná. ....	79
<b>Figura 4</b>	- Uso potencial do solo no estado do Paraná com destaque para a mesorregião Norte Central .....	120
<b>Figura 5</b>	- Entrada do Assentamento Dorcelina Folador .....	176
<b>Figura 6</b>	- Sede da COPRAN no Assentamento Dorcelina Folador.....	179
<b>Figura 7</b>	- Imagens do laticínio da COPRAN .....	181
<b>Figura 8</b>	- Vista aérea do parque industrial da COCAMAR.....	186
<b>Figura 9</b>	- Aviário no município de Rolândia .....	200
<b>Figura 10</b>	- Gado na palha de milho, município de Atalaia .....	206
<b>Figura 11</b>	- Equipamento utilizado para descompactar o solo .....	208
<b>Figura 12</b>	- Elementos do sítio camponês .....	211
<b>Figura 13</b>	- Produção de autoconsumo.....	211
<b>Figura 14</b>	- Resfriador localizado no Assentamento Eli Vive .....	218
<b>Figura 15</b>	- Produção para o autoconsumo .....	230
<b>Figura 16</b>	- Horta camponesa no Assentamento Dorcelina Folador .....	232
<b>Figura 17</b>	- Vista panorâmica do quintal camponês no Assentamento Florestan Fernandes em Florestópolis .....	237
<b>Figura 18</b>	- Silo localizado na sede da COPRAN no Assentamento Dorcelina Folador .....	243

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CCA	Central de Cooperativas dos Assentados
CADUNICO	Cadastro Único de Programas Sociais
CFP	Comissão de Financiamento à Produção
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COANOL	Cooperativa Agrícola Nova Sarandi
COCAMAR	Cooperativa Agroindustrial de Maringá
COCPM	Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSELEITE	Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPTIL	Cooperativa de Produção Trabalho e Integração
COPRAN	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
COROL	Cooperativa de Cafeicultores de Rolândia
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS	Cooperativas de Prestação de Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRED	Cooperativa de Crédito
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná
DERAL	Departamento de Economia Rural
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NORCOOP	Projeto Norte de Cooperativismo
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIC	Projeto de Integração Cooperativista
PIC	Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PLC	Programa Leite das Crianças
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SINDILEITE	Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Paraná
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SULCOOP	Projeto Sul de Cooperativismo
UDR	União Democrática Ruralista
UNASCO	União Nacional de Cooperativas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. A GEOGRAFIA DO COOPERATIVISMO</b> .....	23
1.1. COOPERATIVAS E CAPITALISMO: A FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS .....	24
1.1.1. O cooperativismo no capitalismo: da gênese à crítica .....	24
1.1.2. O Estado e a formação das cooperativas brasileiras.....	32
1.1.3. O cooperativismo brasileiro: representação e organização .....	41
1.1.4. O cooperativismo agropecuário brasileiro e a monopolização do território.....	50
1.2. AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE BASE EMPRESARIALISTA NO PARANÁ.....	60
1.2.1. O cooperativismo de base empresarialista no Paraná: atualidade e conflito.....	76
<b>2. CAMPESINATO E LUTA NA TERRA NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE</b> .....	88
2.1. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE .....	93
2.2. A ESTRUTURA AGRÁRIA DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE .....	102
2.3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CAMPESINATO .....	109
<b>3. CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA</b> .....	134
3.1. A CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E A INTERDIÇÃO À TERRA DE TRABALHO.....	135
3.2. O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA: UMA ETERNA PROPOSTA .....	151
3.3. A LUTA DOS TRABALHADORES SEM TERRA E A COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS .....	160
3.4. O ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR E A FORMAÇÃO DA COPRAN: UMA HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA NO NORTE CENTRAL PARANAENSE .....	171

<b>4. RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO NO ÂMBITO DO COOPERATIVISMO EMPRESARIALISTA E CAMPONÊS: O CASO DA COCAMAR E DA COPRAN.....</b>	<b>183</b>
4.1. A CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO DE BASE EMPRESARIALISTA PARA A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO.....	184
4.2. A CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS PARA A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO.....	213
4.2.1. Cooperativismo e renda camponesa da terra.....	213
4.2.2. Estratégias camponesas de resistência.....	235
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>246</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>257</b>

## INTRODUÇÃO

O cooperativismo moderno nasceu como uma alternativa à exploração no interior do modo capitalista de produção, mas que viria assumir perspectiva mais ampla, pois parte dos teóricos do século XIX entendia que a cooperação poderia se constituir em uma possibilidade de superação do próprio capitalismo. Entretanto, seu desenvolvimento no interior da sociedade dividida em classes foi responsável por lhe impor os limites para tal aspiração. Apesar disso, para os trabalhadores elas representaram uma estratégia de atenuação à exploração do capital, ao eliminar a dominação direta do capitalista os trabalhadores passaram a produzir em bases menos desiguais no que diz respeito à repartição dos resultados do trabalho.

Nesse sentido, a importância da cooperação nos países capitalistas não pode ser mensurada apenas pela crítica a um possível distanciamento entre a proposta original e o modelo real, isso não significa omitir-se de fazê-la, em absoluto. Antes, é o ponto de partida, mas que deve ir além e buscar elementos que possam evidenciar a sua contribuição para os trabalhadores, em especial para os camponeses, que no caso em questão são o escopo deste trabalho.

No caso brasileiro, em específico, não é possível deixar de assinalar que as cooperativas nasceram com poucas possibilidades de transformação estrutural da sociedade capitalista. Elas assumiram uma postura de aproximação do Estado, essa é uma evidência segura do distanciamento da proposta original, pois ao se desenvolverem atreladas às propostas estatais refutaram qualquer possibilidade de transformação social abrangente.

No Paraná as cooperativas que se fortaleceram durante o predomínio da cafeicultura, cujo papel inicial era eliminar os intermediários, seguiram o mesmo caminho de alinhamento às propostas estatais, desempenhando papel preponderante durante o processo de modernização da base técnica da agricultura, que se fez sentir mais fortemente após a década de 1970.

Esse processo de transformação tinha como finalidade principal criar mercado consumidor para os produtos industriais, frente às propostas estatais de substituição das importações. A consequência mais imediata no Paraná foi a substituição dos cafezais por culturas temporárias, entre elas soja, milho e trigo,

seguida da incorporação crescente de insumos industriais e maquinários no processo produtivo.

Nesse sentido, as cooperativas contribuíram para a dispersão desse modelo tecnológico, devido à inserção que tinham junto aos agricultores. Longe dessas mudanças atingirem somente os agricultores elas também fizeram por mudar as cooperativas, a modernização dos parques industriais foi expediente utilizado por elas para competir no mercado de *commodities*.

A gestão dessas cooperativas também mudou, aproximando-se das práticas desenvolvidas pelas empresas de capital privado, mas sem perder as bases fundamentais do cooperativismo, o que permite caracterizá-las como cooperativas empresarialistas, não no sentido de se apresentarem como uma empresa privada diferente, mas no sentido de continuarem sendo uma cooperativa mesmo com uma gestão empresarial.

Nessas organizações os camponeses são os sujeitos que majoritariamente compõem os quadros associativos, mas contraditoriamente não se sentem protagonistas em seu interior no que se refere à tomada de decisões, indicando que a cooperação não pode superar os limites estabelecidos no terreno da luta de classes, afinal os dados indicam que são os capitalistas do campo que direcionam a gestão da cooperativa. Isso não significa que o campesinato não as tenha como importantes mecanismos de luta na terra, antes representam para os camponeses um caminho seguro para comercialização da produção, obtenção de insumos e assistência técnica, estratégias que contribuem para o seu fortalecimento.

Ademais, a análise do cooperativismo agropecuário deve levar em consideração a diversidade de modelos cooperativos no campo, o modelo empresarialista não representa a totalidade dessas experiências; no Paraná, em especial na mesorregião Norte Central, os camponeses que se territorializaram a partir da luta pela terra empreenderam um modelo de cooperativismo distinto, trata-se do cooperativismo camponês.

Para eles a cooperação deriva da superação da luta pela terra e da necessidade de se viabilizarem social e economicamente. Neste caso, a luta pela terra levou à superação do bloqueio da propriedade privada capitalista da terra, que historicamente se constituiu em desfavor dos trabalhadores; por meio da luta

adentraram à terra de trabalho e por meio da cooperação lutam cotidianamente para permanecer nela.

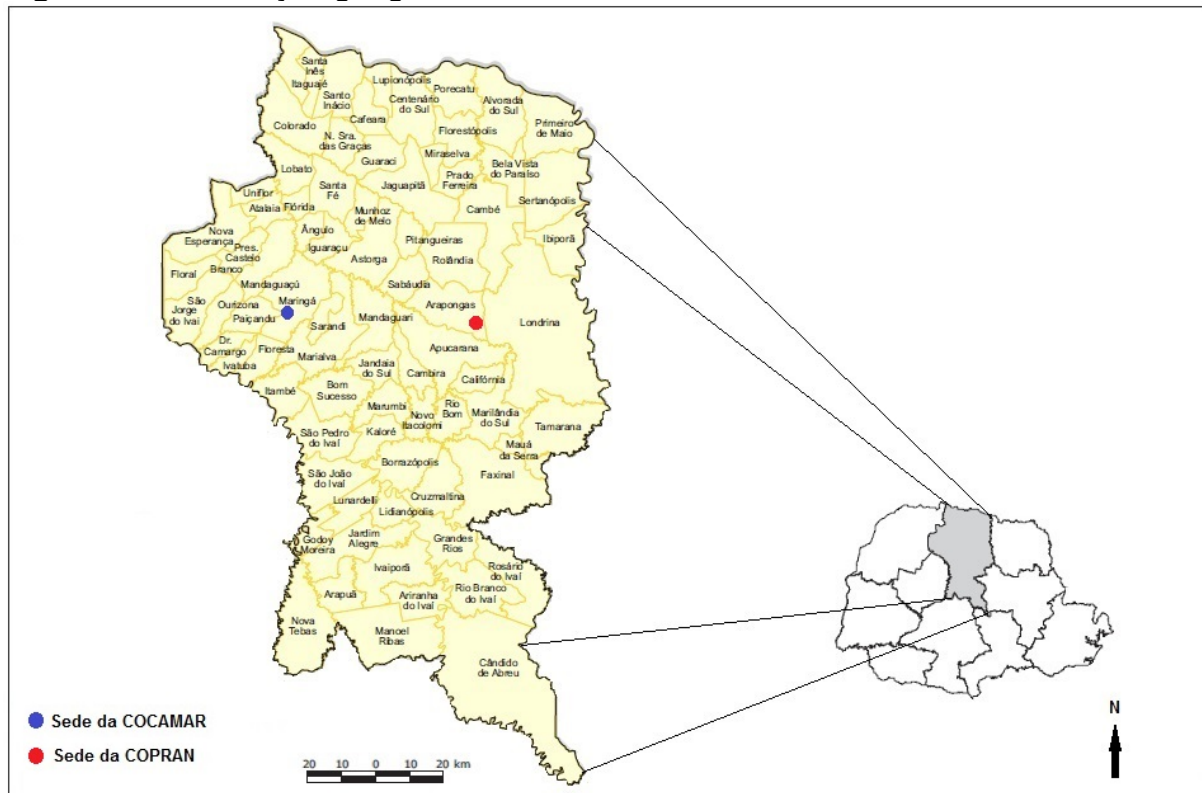
Essas duas modalidades de cooperativas indicam projetos de classes opostos: o cooperativismo empresarialista inserido no mercado capitalista priorizou o compromisso com a renda capitalista da terra, contraditoriamente os camponeses são a maioria numérica em seu interior e se beneficiam da cooperativa para reter parte da renda camponesa; por outro lado o cooperativismo camponês partiu da negação e da luta contra a lógica de exploração e expropriação do capital, para esses sujeitos o cooperativismo é uma estratégia de luta e resistência.

Nesse sentido, torna-se necessário analisar de maneira distinta o cooperativismo no campo, para isso esta pesquisa elegeu como recorte territorial a mesorregião Norte Central paranaense, basicamente pela grande atuação das cooperativas agropecuárias empresarialistas na região, sem desprezar a presença das cooperativas camponesas.

O recorte delineado leva em consideração a área de atuação das duas cooperativas escolhidas como referência para o trabalho, a Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR) e a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), embora seja importante ressaltar que a atuação delas não se esgote na mesorregião Norte Central paranaense e também não dê conta dela integralmente, pois outras cooperativas atuam na região.

Na Figura 01 estão destacadas as sedes das cooperativas, a COCAMAR está localizada no município de Maringá e a COPRAN no município de Arapongas.

**Figura 1 - Localização geográfica da COCAMAR e da COPRAN**



Fonte: IPARDES (2004a, p. 07). Organizado por Zeneratti (2016).

Essa delimitação territorial impõe a necessidade de trabalhar com a pesquisa por amostragem, afinal o universo pesquisado é demasiadamente extenso. Na mesorregião Norte Central paranaense, segundo dados do Censo agropecuário de 2006, há 45.728 estabelecimentos camponeses. Invocando o nosso recorte temático esse universo se limita um pouco, pois o critério de inclusão é a participação dos camponeses em cooperativas; segundo esse parâmetro há na região 13.562 unidades camponesas vinculadas às cooperativas (IBGE, 2006), número que ainda se mantém alto, eis as justificativas para utilização dessa metodologia de pesquisa.

É oportuno referenciar que a sutileza da dinâmica socioespacial dessa fração do território exigiu atenção quando da realização dos trabalhos de campo. Os dados empíricos que subsidiaram as análises foram obtidos por meio de entrevistas com os assentados da COPRAN, com os camponeses vinculados à COCAMAR, com membros da diretoria da Central de Cooperativas dos Assentados (CCA), membros da diretoria da COPRAN, com funcionários da COCAMAR e com técnicos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Embora todos tenham dado expressa autorização para publicação de

seus nomes e conteúdos de suas falas, optou-se por mantê-los no anonimato, pois há informações que de algum modo podem levar à exposição dos sujeitos, razão pela qual se utiliza números para identificar a origem das falas transcritas e preservar os entrevistados.

No geral qualquer referência mais específica que pudesse permitir a identificação do interlocutor foi suprimida, nos casos em que isso acontece a indicação da supressão por razões metodológicas foi inserida como justificativa.

Na elaboração das entrevistas optou-se pela metodologia de entrevistas não padronizadas, pois como destaca Andrade (2003) esse tipo de procedimento proporciona liberdade ao entrevistado, afinal as perguntas não são rígidas. Porém, para manter certa lógica que possibilitasse balizar todas as entrevistas realizadas, foi utilizado um roteiro pré-estabelecido, com os principais pontos relativos ao assunto pesquisado, mas mantendo a liberdade do entrevistado e a possibilidade de sermos surpreendidos pela imprevisibilidade dos diálogos durante o procedimento. O que para Almeida (*apud* CAMACHO, 2011, p. 50) é um caminho possível ao se trabalhar com fontes orais diante da riqueza das narrativas, principalmente superando os questionários rígidos, que acabam não contemplando essa imprevisibilidade do concreto e suas significações de acordo com o narrador.

Os trabalhos de campo referentes às cooperativas camponesas consistiram em diversas visitas realizadas no assentamento Dorcelina Folador, em um primeiro momento para compreender a história de luta dos assentados e a formação da cooperativa. É importante destacar que o assentamento não é objeto central da pesquisa, contudo ele é par indissociável da cooperativa, pois foi a partir da luta pela terra dos camponeses lá assentados que se criaram as condições materiais para a implantação da COPRAN.

Posteriormente, como a área de atuação da cooperativa extrapola os limites do assentamento Dorcelina Folador, foram realizadas entrevistas com os camponeses de mais dois assentamentos vinculados à cooperativa, o Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis, e o Assentamento Eli vive, localizado no município de Londrina. Nos três assentamentos visitados foram entrevistados 21 camponeses.

Nos trabalhos de campo realizados na área de atuação da COCAMAR, referentes às cooperativas empresarialistas, foram visitados 49 estabelecimentos camponeses localizados nos municípios de Atalaia, Ângulo, Maringá, Doutor

Camargo, Ivatuba, Floresta e Rolândia, nenhum deles com área superior a quatro módulos fiscais.

Concomitante aos trabalhos de campo se fez necessário o trabalho de gabinete, primeiro para ampliar o referencial teórico acerca do tema e, depois, para subsidiar a análise e interpretação dos dados obtidos em campo. Esses procedimentos teórico-metodológicos permitiram compreender as contribuições do cooperativismo para a recriação do campesinato na região.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro tem por objetivo demonstrar o panorama geral do cooperativismo no Brasil, com destaque para a sua territorialização no estado do Paraná e na mesorregião Norte Central paranaense. Nessa parte do trabalho também se analisam as disputas territoriais entre cooperativas e empresas privadas, da mesma forma que se busca compreender as disputas entre cooperativas, onde o fechamento de uma pode representar a possibilidade de ampliação da área de atuação de outras.

No segundo são destacadas as principais características do campesinato na mesorregião Norte Central paranaense, ou seja, busca tratar da fração dos camponeses vinculados em sua maioria ao sistema cooperativista empresarialista. Nesse sentido, recorrer aos dados oficiais foi expediente dos mais utilizados, buscando evidenciar a territorialidade dos camponeses da região, por extensão identificando a territorialidade dos camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas, pois são eles que majoritariamente compõem os quadros associativos dessas organizações.

O terceiro capítulo apresenta como fio condutor a luta pela terra. Seu objetivo é tratar da fração dos camponeses vinculados ao sistema cooperativista camponês. Esse exercício se faz necessário porque uma parte dos camponeses vinculados às cooperativas da mesorregião Norte Central paranaense são assentados, não sendo possível identificar as contribuições do cooperativismo sem considerá-los. Esses camponeses acessaram a terra rompendo o bloqueio da propriedade privada capitalista, por meio da luta resistiram à expropriação e a exploração imposta aos trabalhadores no modo capitalista de produção, por esse motivo o cooperativismo assume sentido particular frente à história de luta na qual estão inseridos.

O quarto e último capítulo apresenta as contribuições dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês para a recriação do campesinato na

região, contudo sem deixar de apontar os limites e as contradições. O ponto de partida é considerar as dinâmicas nas quais os camponeses estão inseridos, compelidos ao desafio de sobreviver na sociedade capitalista, na qual os agentes do capital atuam no sentido de drenar parte da renda da terra camponesa. É como estratégia de minimização da ação do capital que as cooperativas têm contribuído.

Nesse sentido, certamente que a esquiva do capital, seja ele o industrial ou o comercial, é uma das contribuições centrais dos modelos cooperativos analisados, pois significa reter os resultados do trabalho familiar que seguiria para mãos de outrem, evidentemente considerando as distinções entre ambos.

Ao contrário do que se possa imaginar isso não significa que as cooperativas contribuam apenas na circulação da produção, antes revela que a cooperação é decisiva em momentos-chave do processo produtivo, como na aquisição de insumos e assistência técnica, ou até mesmo na inserção dos camponeses nos debates políticos, como acontece nas cooperativas camponesas.

Por fim, não é possível deixar de mencionar que em ambos os modelos cooperativistas, o camponês e o empresarialista, o campesinato se recria como classe e como modo de vida. Independentemente da luta que empreendem, seja na terra ou pela terra, o cooperativismo não suprimiu em seu conjunto os elementos centrais da vida camponesa. É isso que ficou evidente nos trabalhos de campo, em cada fração do território sob controle desses sujeitos prevalece à prerrogativa da vida, manifestada no vínculo com a terra, nas relações familiares e de vizinhança, ou seja, a inserção nos circuitos mercantis mediados pelas cooperativas só fez potencializar sua recriação.

## 1. A GEOGRAFIA DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo é tema recorrente nas mais diversas áreas do conhecimento científico, normalmente é introduzido a partir de sua importância como alternativa às relações capitalistas de produção. Da mesma maneira são invocados uma multiplicidade de cooperativismos que tentam encontrar sua identidade frente às generalidades e possibilidades que a proposta cooperativa permite.

Para Pires (2004, p. 51) há um constante processo de atualização das cooperativas; portanto, é possível identificar vários tipos de organizações, distintas segundo suas formas de atuação. Dessa maneira, estão presentes nos mais diversos ramos produtivos, tanto urbano quanto rural, afinal a atividade cooperativa apresenta-se como expressão de alta capacidade organizativa, isso por si só já se constitui em ganho aos associados, ademais os insere no mercado sem a intermediação direta do capital comercial ou industrial.

Territorialmente falando, as cooperativas apresentam características semelhantes de funcionamento, todavia pela sua capacidade de adequação às diversas necessidades sociais, atuam no processo produtivo de maneira também diversa. No campo, passaram a atender os interesses da classe hegemônica, que por meio do Estado as utilizaram como estratégias para a transformação da base técnica na agricultura, privilegiando a agricultura de mercado, por extensão os capitalistas do campo, entretanto para os camponeses serviram de estratégia de fortalecimento e atenuação da sujeição da renda da terra ao capital.

Portanto, no que pese suas similaridades, nos propomos a analisar as principais características do cooperativismo no Paraná, principalmente no que se refere à sua diferenciação e ao seu papel na construção da geografia agrária da mesorregião Norte Central do estado. Nesta análise, a escala geográfica será tratada como recurso metodológico primordial, pois as constantes transições possibilitam conexões importantes para exemplificar os processos em curso, seja na escala local ou nacional.

## 1.1. COOPERATIVAS E CAPITALISMO: A FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

### 1.1.1. O cooperativismo no capitalismo: da gênese à crítica

Antes de nos debruçarmos sobre a constituição do cooperativismo brasileiro, torna-se importante discutir em que contexto as primeiras propostas cooperativistas surgiram, pois sua formação histórica está marcada por questões político-ideológicas que as fizeram assumir relevância nos países capitalistas como alternativa aos trabalhadores, representando uma nova possibilidade para enfrentar os desafios de uma sociedade fundamentada na divisão de classes.

Nesse sentido, a gênese do modelo cooperativista moderno pode ser atribuída à experiência de um grupo de 28 trabalhadores tecelões que tinham como propósito encontrar meios para melhorarem suas precárias condições econômicas: em 1844 organizaram em Rochdale, Inglaterra, o que viria a ser uma das experiências mais significativas de cooperativismo, como destaca Pinho (1966).

A despeito da envergadura que essa proposta de cooperativismo assumiu, cabe ressaltar a existência de mobilizações anteriores em busca do mesmo fim ainda no modo de produção escravista e comunal, respectivamente. Segundo Rech (2000), organizações semelhantes às cooperativas surgiram muito antes do século XIX, como os *Grêmios* no antigo Egito, que reuniam trabalhadores escravos, e os *Colégios* romanos, que eram compostos por serralheiros e carpinteiros. Na América os Incas e os Astecas também empreenderam estratégias semelhantes, os primeiros com os *Ayllus*, unidade comum baseada em laços de sangue e trabalho comunitário, os segundos com os *Calpulli*, voltados para atividades agrícolas coletivas.

No caso de Rochdale, os trabalhadores tinham como pano de fundo o enfrentamento aos desdobramentos da Revolução Industrial, caracterizada pelo desenvolvimento da indústria e pela consolidação da classe operária, não raro submetida a extensas jornadas de trabalho, exploração do trabalho infantil e baixos salários; como mecanismo de atenuação dessas relações formaram uma cooperativa de consumo, basicamente um armazém, com a finalidade de fornecer aos associados gêneros alimentícios dos quais necessitavam.

As condições impostas ao proletariado nesta fase de desenvolvimento da indústria capitalista levaram ao amadurecimento de ideias de cooperação na perspectiva de criar condições de sobrevivência mais justas e igualitárias. É

importante ressaltar que, mais do que isso, para uma parte dos socialistas do século XIX o cooperativismo se apresentava, em última instância, como uma alternativa para a superação do modo capitalista de produção.

Como destaca Fleury (1983), o cooperativismo era entendido por seus idealizadores para além de uma alternativa às instituições capitalistas, defendiam que essa organização cooperativa consistia em uma etapa intermediária na direção da transformação total da sociedade. Entre os teóricos que defendiam essa tese, Robert Owen teve grande destaque.

Pinho (1966) assevera que Owen propunha a eliminação do lucro e da concorrência, causa de todos os males e injustiças sociais. Na essência buscava-se superar as relações desiguais que o modo de produção capitalista impunha à sociedade naquele momento histórico: o cooperativismo era idealizado como uma alternativa, entretanto era proposto na perspectiva de uma transformação pacífica da sociedade, inclusive sem alterar os direitos de propriedade até então constituídos. Tal objetivo seria alcançado mediante a cooperação mútua em todos os níveis econômicos. Segundo Schneider (1971, p. 11):

O cooperativismo surgiu [...] como uma proposta de superação “pacífica” do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadear da Revolução Industrial. [...] A cooperação mútua, tomando o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituiria a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, pois não comportaria nem exploradores, nem explorados.

Entretanto, essa proposta ao passo que pretendeu alcançar uma atenuação das relações de exploração do trabalho pelo capital, propondo como alternativa ao individualismo o cooperativismo e à empresa capitalista a cooperativa, desconsiderou a luta de classes. Em última instância, ela atenuou as consequências imediatas provenientes da relação capital-trabalho, mas não superou os interesses inconciliáveis entre as classes sociais. Afinal, como destaca Paulino (2006, p. 165):

É indubitável que tal perspectiva, ao preconizar uma transformação social pacífica, desconsiderou a dinâmica de uma sociedade de classes. Aí está o equívoco, por não ser plausível apostar que a classe detentora da posição hegemônica faça voluntariamente concessões que impliquem a perda dessa condição.

Dito de outra maneira, não há como conceber uma mudança social pacífica na qual a classe hegemônica aceite deixar essa condição em prol de outra classe, pois isso poderia inclusive levar ao seu desaparecimento. Antes utilizarão de todos os meios, e os privilégios políticos é o mais expressivo, para defenderem seu protagonismo econômico. Todavia, não há como negar que as experiências cooperativistas desenvolvidas nesse momento se constituíram em uma alternativa relevante de enfrentamento à ordem hegemônica capitalista, seu valor foi inclusive reconhecido por Marx (2010), por se constituir em uma experiência de produção sem a intermediação direta do capitalista.

Pela ação, ao invés de pôr palavras, demonstraram que a produção em larga escala, e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 2010, p. 103).

Entretanto, para Marx (2010) há uma parcialidade na atividade cooperativista, a qual não diminui a relevância da experiência, mas lhe coloca um limite. Trata-se do trabalho cooperativo organizado na esfera da ação de parcelas isoladas do proletariado; para ele, nestes moldes o cooperativismo não levaria à transformação total da sociedade.

[...] por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria (MARX, 2010, p. 103).

A crítica refere-se ao papel das cooperativas na sociedade capitalista, pois da forma que estão estruturadas assumem o sentido de apenas aliviar a exploração dos trabalhadores, criando alternativas aos empreendimentos capitalistas, entretanto restringindo-se às iniciativas isoladas não superarão o modo capitalista de produção.

Tal objetivo poderia ser alcançado se o trabalho cooperativo atingisse dimensões nacionais, evidentemente que esta aspiração somente faz sentido devido

ao propósito posterior: o de libertação das massas de trabalhadores de todo o mundo. Portanto, a organização nacional é o ponto de partida, como afirma Marx (2012, p. 36): “é evidente que, para poder lutar em geral, a classe trabalhadora tem de se organizar internamente como classe, e a esfera nacional é o terreno imediato de sua luta”.

Em virtude do potencial da proposta, o debate sobre o cooperativismo também foi travado por Kautsky (1986). Em sua discussão sobre a Questão Agrária buscou avaliar se as vantagens do grande estabelecimento cooperativo se estenderiam aos pequenos estabelecimentos agrícolas. Em última análise afirmou que as cooperativas apresentam grandes vantagens à agricultura, não sem ponderar que seriam incapazes de diminuir a extensão das vantagens que o grande estabelecimento agropecuário leva sobre o pequeno, podendo inclusive aumentá-las.

Ainda assim, em alguns setores elas podem se apresentar como importantes mecanismos de promoção da agricultura do pequeno estabelecimento. Nesse sentido, para Kautsky (1986), as cooperativas são organizações vantajosas para o pequeno estabelecimento, pois podem proporcionar acesso ao crédito com juros baixos, algo que sozinhos os camponeses não conseguiriam obter em condições favoráveis. Entretanto, se por um lado elas são importantes mecanismos de acesso ao crédito, por outro esses recursos acessados podem condicionar a atividade aos ditames do capitalismo, pois potencializariam a capacidade de exploração da terra. Como afirma Kautsky (1986, p. 110): “sem dúvida alguma as cooperativas de crédito são de maior importância para o camponês, como meio de progredir economicamente. São meios de progresso econômico que não levam ao socialismo (como muitos pensam), mas ao progresso do capitalismo”.

Já as cooperativas de comercialização da produção, como assevera o autor, representariam uma barreira para o campesinato, pois a diversidade e desigualdade dos produtos provenientes de muitos pequenos produtores impossibilitaria comercializá-los dentro de padrões definidos. Contudo, para o grande estabelecimento este não seria um problema, pois a cooperativa é constituída por um número menor de cooperados, diminuindo a diversidade dos produtos.

Para Kautsky (1986) nos dois casos as cooperativas servem para tentar proporcionar aos pequenos estabelecimentos acesso às vantagens creditícias e de comercialização que os grandes já possuem, mas não avançam para a produção

coletiva em grande escala, portanto a cooperativa aparece como alternativa para a manutenção da pequena produção individual e não de superação desta, prerrogativa que ele acreditava ser indispensável para a sobrevivência econômica dos estabelecimentos rurais. Desse modo, o caminho indicado para atingir tal objetivo é a produção coletiva, em bases comuns, que ultrapassa os limites da propriedade individual.

Entretanto, a reunião das terras individuais formando um grande estabelecimento coletivo é visto pelo teórico com ressalvas, afinal destaca: “diz-se do camponês que ele é um fanático da propriedade” (KAUTSKY, 1986, p. 117). Ainda que falar em fanatismo pela propriedade seja de uma simplificação desconhecedora da lógica camponesa, é certo que a formação de cooperativas de produção, as quais pressupõem a eliminação da propriedade particular, são vistas pelos camponeses com desconfiança: seria mais fácil introduzir a cooperação entre aqueles que já não possuem nada a perder, como conclui o autor.

Em última análise, isso não significa que todos deveriam experimentar a expropriação completa dos meios de produção, nesse caso a terra é o principal deles mas, pelo contrário, cabe ao proletariado já constituído, vitorioso na luta contra o modo de produção capitalista, recorrer à produção cooperativa. Ademais, estabelecer condições para que a produção agrícola individual passe para grande produção cooperativa.

Uma vez que essas cooperativas (já não mais proletárias, mas socialistas) comecem a funcionar a contento e tiver desaparecido o risco que hoje afeta qualquer empreendimento agrícola o camponês não ver-se-á mais ameaçado em desistir de sua terra em função da proletarianização (KAUTSKY, 1986, p. 118).

Portanto, em sua crítica o cooperativismo não seria capaz de superar o modo capitalista de produção, mas poderia ser utilizado após essa superação, como empreendimento dos trabalhadores e camponeses.

Sem dúvida, no que pese suas próprias convicções de futuro, Kautsky (1986) não deixou de reconhecer a importância do cooperativismo, como afirma: “nem todas as experiências foram bem-sucedidas; as que o foram, [...] provaram inegavelmente uma coisa: a produção coletiva é possível, como também é possível substituir o capitalista individual por instituições de ordem social” (p. 114). Entretanto, por acreditar que os pequenos estabelecimentos camponeses tenderiam ao

desaparecimento, prevalecendo no campo os grandes estabelecimentos agrícolas com maiores capacidades técnicas, Kautsky (1986) afirma que o cooperativismo tende a convergir com os interesses dos grandes latifundiários, sendo para os camponeses, exceto os organizados em grandes cooperativas de produção coletiva, um mecanismo de manutenção de sua condição de pequeno camponês, o que para ele parece ser um caminho infrutífero e de miséria.

Todavia, devemos considerar que antes de indicar um limite aos camponeses, o cooperativismo deve ser entendido justamente como uma possibilidade de manutenção e recriação do campesinato no capitalismo, portanto a cooperação não apresenta a finalidade última de superação da condição camponesa, mas uma estratégia para sua perpetuação.

Vale destacar que, para além destes debates, outros autores marxistas empreenderam análises sobre o cooperativismo, evidentemente pensando na perspectiva de superação do modo capitalista de produção, esta foi a crítica também desenvolvida por Luxemburgo (2015). Para a autora, atingir tal objetivo a partir da generalização do cooperativismo de produção não era possível, pois as considerava um empreendimento híbrido dentro da economia capitalista, ou seja, é uma pequena produção socializada dentro de uma lógica de troca capitalista, na qual a troca domina a produção, como destaca: “na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa” (LUXEMBURGO, 2015, p. 86). Para a autora isso se manifesta quando a empresa intensifica o trabalho, amplia a jornada de trabalho, ou dispensa trabalhadores, diante das necessidades de mercado, ou seja, a empresa capitalista utiliza de todos os métodos para se viabilizar frente à concorrência com outras empresas.

Portanto, para as cooperativas de produção se sustentarem no terreno da concorrência, os cooperados são levados a aplicar sobre si mesmos os mecanismos utilizados pelas empresas capitalistas, como ampliar-reduzir a jornada de trabalho ou empregar-dispensar força de trabalho, segundo as necessidades de mercado. Essa contradição, a de se governar como capitalistas, levaria à dissolução da cooperativa, tornando-se uma empresa capitalista ou se desarticulando pela negação dos operários cooperados em se submeter a essa lógica, da qual tentam se libertar. Este seria o primeiro limite para a generalização da produção cooperativa.

Para a autora o único caminho é tentar superar a contradição entre a produção e a troca, condição essencial para que as cooperativas se sustentem na economia capitalista. Para isso seria necessário estabelecer um círculo constante de consumidores, alcançado pela articulação entre cooperativas de produção e cooperativas de consumo. Nesse ínterim, como destaca a autora, reside mais um limite imposto ao cooperativismo, pois as cooperativas de produção ficariam subordinadas às de consumo, como as cooperativas de consumo limitam-se a um mercado local, normalmente de gêneros alimentícios, destinados ao consumo imediato da população, as cooperativas de produção estariam excluídas de outros ramos importantes da economia capitalista, como a indústria mineira, têxtil, petrolífera e metalúrgica, portanto, limitando a generalização da cooperação na perspectiva de uma reforma social abrangente.

Eis porque, sem ter em conta seu caráter híbrido [pequena produção socializada dentro de um sistema de troca capitalista], as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média (LUXEMBURGO, 20015, p. 87).

Para Luxemburgo (2015) mesmo que as cooperativas de produção possam se realizar, elas se resumem a anexos das cooperativas de consumo, sendo que estas seriam as bases principais da reforma socialista planejada. Nessa esfera, o enfrentamento se dá contra o capital comercial, quando na verdade a base da economia capitalista é o capital de produção, sendo que é nesse âmbito que se constitui a verdadeira luta contra o modo de produção capitalista. Nestes termos, o cooperativismo atinge apenas o pequeno e médio capital comercial, evidenciando-se incapaz de transformar a sociedade capitalista.

Em última instância, as críticas marxistas endereçadas ao movimento cooperativista não impediram que as ideias de cooperação fossem colocadas em prática nos países capitalistas, embora elas não tenham levado a superação do modo capitalista de produção nesses países; se constituíram em uma possibilidade de enfrentamento à ordem hegemônica, possibilitando melhores condições de vida e trabalho aos associados.

O movimento do tempo demonstrou que as aspirações cooperativas de superação pacífica do modo de produção capitalista apresentavam limites, como demonstraram uma parte dos marxistas, ademais inseridas nos países capitalistas as cooperativas acabaram por assumindo conteúdos diferentes, mesmo tendo surgido com a perspectiva de superar as condições precárias de trabalho, como destaca Schneider (1971).

Ademais, como assevera Fabrini (2003), nos países capitalistas as cooperativas foram tomadas como instrumento de correção das falhas do sistema e não de superação do modelo de acumulação vigente, se caracterizando “mais como um canal alternativo de comercialização de produtos, tendo como principal objetivo libertar-se da ação dos intermediários e comerciantes capitalistas” (p. 80).

Schneider (1971) também argumenta nessa direção, mostrando que a despeito do objetivo mais geral do cooperativismo, sua evolução está diretamente condicionada pela dinâmica do modelo de acumulação de capital predominante, ou seja, a sua expansão nos países capitalistas foi incorporada à própria dinâmica de expansão do capital.

A absorção de ideias cooperativistas pelos agentes do capital inviabilizou a transformação total da sociedade, sendo que em muitos casos, as cooperativas se alinharam às práticas não muito destoantes daquelas das empresas, segundo as quais os interesses dos trabalhadores são colocados em segundo plano, em nome da inserção competitiva no mercado, como bem destacou Rech (2000).

Porém, ao não se apresentar como instrumento da propriedade privada individual, este modelo de organização apresenta condições diferenciadas de proporcionar ocupação e qualidade de vida, sobretudo no que se refere à autonomia, permitindo que os cooperados se libertem das relações de contrato e emprego subordinado. Entretanto, paradoxalmente empregam trabalhadores assalariados, ou seja, contraditoriamente reproduzem as relações das quais lutaram para se libertar.

### 1.1.2. O Estado e a formação das cooperativas brasileiras

A exemplo do cooperativismo clássico, o cooperativismo brasileiro nasceu com pouca possibilidade de promover profundas transformações sociais, tendo sido gestado a partir da perspectiva da correção de alguns dos problemas próprios da ordem capitalista.

As primeiras cooperativas brasileiras surgiram ainda no final do século XIX, Pinho (1966) destaca que elas se deram a partir de ideias, e práticas, empreendidas por um pequeno grupo de intelectuais. Entre as cooperativas que nasceram nesse período vale destacar as seguintes: a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, criada em Limeira, São Paulo, em 1891; a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro, fundada em 1894; a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco, criada em 1895; e a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, criada em Campinas, São Paulo, em 1897 (PINHO, 1966, p. 76).

No campo a cooperação agrícola iniciou em 1915 com a constituição da célula do que viria a ser a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), extinta em 1994. Essa experiência se originou da mobilização de uma parcela de olericultores de Moinho Velho, município de Cotia, São Paulo, tendo como objetivo lutar contra a ação dos intermediários, como destacou Paulino (2006, p. 166). A CAC foi fundada oficialmente em 1927 por imigrantes japoneses, sendo que em dez anos tornou-se a maior cooperativa do país, como afirmou Loureiro (1981).

No que se referem às experiências originárias, essas ocorreram mais como iniciativas restritas a determinados grupos sociais, promovidas com o intuito de buscar soluções coletivas para superar limites individuais, do que como propostas de organização territorial em escala capaz de indicar possibilidades de superação do modo capitalista de produção. Pois, como assevera Paulino (2006), na primeira metade do século XX, afora algumas exceções, as cooperativas se constituíram em organizações com baixa capacidade de influência territorial, pois basicamente se formaram a partir de unidades isoladas, muitas vezes restritas aos municípios de origem. Seu papel se constituía em viabilizar a inserção da produção no mercado, essencialmente eliminando o intermediário, assim como buscar melhorias de transporte, infraestrutura de armazenamento e volume que pudesse assegurar uma comercialização mais remuneradora para a produção.

A partir da década de 1930, tendo como base o cooperativismo que já vinha sendo praticado, o Estado passa a atuar na perspectiva de incentivar a proposta, criando mecanismos regulatórios, fiscalizando suas atividades e concedendo aportes financeiros para o setor. O primeiro passo foi dado com a regulamentação da atividade, Pinho (1966) destaca que isso fez acabar com as confusões interpretativas, até então promovidas pelos vagos artigos sobre o cooperativismo incorporados em decretos que tratavam de outros temas.

Portanto, nos parece oportuno, como proposta analítica, tratar da legislação brasileira para o cooperativismo, pois assim se espera identificar mais claramente o papel do Estado na constituição do modelo cooperativo nacional e as expectativas a ele atreladas. Caminho importante a se percorrer, pois como destaca Marés (2003), embora as leis não promovam mudanças na sociedade, elas as refletem.

A primeira previsão legal que possibilitava a organização cooperativa apareceu ainda no final do século XIX, na Constituição Federal de 1891, que em seu Artigo 71 reconhece a liberdade de todas as pessoas em se reunirem em associações. Previsão que certamente possibilitou a formação e o reconhecimento das primeiras formas cooperativistas citadas acima. Em 1907 o Estado, por meio do Decreto Federal 1.637, vai regulamentar mais precisamente os caminhos legais para formação das cooperativas, embora esse decreto não tratasse exclusivamente do cooperativismo, passou a ser o instrumento jurídico regulatório para a criação das cooperativas, contudo seu papel ficou restrito apenas a organizar os caminhos considerados legais para a constituição dessas organizações.

O primeiro instrumento regulatório específico sobre o cooperativismo no Brasil foi o Decreto 22.239 de 1932, do governo Vargas, que reconhecia as sociedades cooperativas como organizações de ordem econômica.

Art. 1º Dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, sem capital fixo predeterminado, **para lograr fins comuns de ordem econômica**, desde que observem, em sua formação, as prescrições do presente decreto (BRASIL, 1932, grifo nosso).

O decreto previa incentivos às cooperativas, sobretudo, porque o Estado tinha como objetivo enfrentar, por meio da diversificação agrícola, os problemas provocados pelas constantes crises em decorrência da instabilidade dos preços agrícolas no comércio internacional, particularmente do café (RECH, 2000).

Outro objetivo subjacente ao decreto era o de tornar o cooperativismo um instrumento para aumentar a produção agrícola, com a finalidade de abastecer as áreas urbanas em crescimento, como destacou Loureiro (1981).

O sentido histórico da utilização da cooperativa pelo Estado pode ser identificado a partir da percepção da necessidade de promover a expansão da produção agrícola, especialmente de alimentos destinados ao abastecimento das populações urbanas em acelerado processo de crescimento desde a década de 30 (LOUREIRO, 1981, p. 136).

A expansão na produção de alimentos deve ser entendida na relação direta entre capital e trabalho, pois o aumento da oferta de alimentos destinados ao operariado, antes de indicar preocupações sociais ou alimentares, indica uma das características básicas da sociedade capitalista: o salário refere-se ao estritamente necessário à reprodução social dos trabalhadores e o aumento dos salários significa menor taxa de mais-valia apropriada pelo capitalista. Isso significa dizer que o aumento da demanda urbana por alimentos faz os preços agrícolas subirem, consequentemente indicando um aumento dos custos para a reprodução social dos trabalhadores, pois estes precisam de alimentos, que por ora estão mais caros, para se reproduzirem enquanto força de trabalho.

No espaço urbano, esse é o contexto histórico-social que as primeiras cooperativas são criadas, ou seja, nascem como tentativas dos próprios trabalhadores para minimizar os efeitos dos baixos salários pagos pela indústria, com esse objetivo são criadas diversas cooperativas de consumo para obter produtos de primeira necessidade, como afirmou Fleury (1983). Depois, passa a ser uma necessidade também do Estado, pois utiliza o cooperativismo para resolver os problemas de abastecimento que tencionavam as relações de trabalho nas cidades, pois os trabalhadores lutavam por elevação dos salários.

Neste contexto, qualquer elenco de medidas objetivando solucionar a crise por que passava o país teria seus limites fixados por esse jogo de forças, entre a classe trabalhadora e as várias facções de classe dominante, o qual era preciso preservar. Em termos de reformas no campo, era preciso encontrar uma solução de compromisso que atendesse as necessidades urbanas e industriais, sem ferir os interesses dos cafeicultores. Assim, o cooperativismo, [...] é assumido pelo Estado como solução ideal para os problemas da época: “a revolução branca no campo” (FLEURY, 1983, p. 46).

A intervenção estatal na organização do cooperativismo assume um caminho que apresentará influências até os dias atuais. Pois, se por um lado pretendia-se estimular a sua expansão, mesmo que ainda tímida devido a pouca tradição nesse tipo de empreendimento, por outro aliava-se ao intento de fazê-lo sem contrariar os interesses da burguesia. Segundo Fabrini (2003, p. 83), “era um estímulo seletivo e uma intervenção, principalmente através da regulamentação, de caráter reformista sem tocar nos interesses das oligarquias”.

Para Fleury (1983) esse caráter reformista, embasado ainda pelos princípios doutrinários do cooperativismo, ajudava a justificar as intervenções do Estado na economia, pois estas seriam feitas em nome dos menos favorecidos, porém, não tocava em problemas estruturais da sociedade, sobretudo no que se refere ao campo.

Entretanto esse “caráter reformista” do movimento se esgota, pelo menos a nível do setor agrícola, nas pretensões modernizantes de integração de produtores ao mercado, não tocando por exemplo no problema da propriedade da terra, dos trabalhadores rurais, questões que entrariam em conflito com os interesses das classes dominantes agrárias (FLEURY, 1983, p. 47).

É importante destacar que esses princípios doutrinários do cooperativismo citados pela autora, que serviram para justificar as intervenções, remontam ao nascimento do cooperativismo moderno e são princípios fundadores do movimento cooperativista. Embora tenham sofrido algumas alterações desde suas origens em Rochdale, ainda são basilares para o cooperativismo. Em 1995, no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), realizado em Manchester na Inglaterra, foram mais uma vez discutidos, sendo definidos sete princípios, como destaca Rech (2000), a saber:

1. Livre acesso e adesão voluntária: são organizações abertas a todas às pessoas, que sem nenhum tipo de discriminação por raça, cor, sexo, posição política ou religiosa, podem utilizar seus serviços desde que estejam dispostas a aceitar as responsabilidades inerentes à condição de associado;
2. Controle, organização e gestão democrática: são organizações nas quais o controle é exercido pelos seus membros, todos participam ativamente das políticas da cooperativa e da tomada de decisões. As pessoas eleitas para

- representarem a organização, sem discriminação de gênero, respondem por suas responsabilidades frente aos demais associados. O direito de voto deve seguir o princípio democrático de um voto por pessoa;
3. Participação econômica de seus associados: os associados contribuem de maneira equitativa para formação do capital da cooperativa, sendo, pelo menos, parte deste capital propriedade comum da organização, controlado e gerido democraticamente. Como condição de fazer parte da cooperativa, normalmente os associados recebem uma remuneração limitada sobre o capital integralizado, e somente nos casos em que há possibilidade para tanto. Para garantir a solidez, os associados devem destinar parte das sobras para algumas finalidades, entre elas destacam-se as seguintes: criação de reservas, sendo parte delas indivisível; benefícios aos membros na proporção de suas transações com a cooperativa; e apoio a atividades específicas decididas em assembleias;
  4. Autonomia e independência: são organizações autônomas, de ajuda mútua, de controle e gestão exercida por seus associados. Sendo assim, caso entrem em acordos com outras organizações, estatais ou privadas, ou necessitem recorrer a capital de fontes externas, devem sempre buscar maneiras para manter o controle democrático por parte dos sócios, assegurando a autonomia própria;
  5. Educação, capacitação e informação: as cooperativas devem promover a educação e a capacitação dos seus associados, dirigentes eleitos, gerentes e empregados, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da organização. Como parte dessa estratégia, devem informar ao público em geral, particularmente os jovens e os membros de instituições formadoras de opinião, sobre a natureza e os benefícios do cooperativismo, na intenção de desmistificar o tema e angariar mais adeptos ao sistema;
  6. Cooperação entre as cooperativas: as cooperativas servem aos seus associados e fortalecem o movimento cooperativista de maneira mais eficaz trabalhando de maneira conjunta, principalmente se organizando e aderindo às estruturas locais (centrais), regionais (federações), nacionais (confederações) e internacionais;

7. Compromisso com a comunidade: por meio de políticas definidas em assembleias as cooperativas trabalham no sentido de promover um desenvolvimento sustentável da sua comunidade.

É importante destacar que, para além desses princípios, a ACI caracteriza as organizações cooperativas como uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender às suas aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada (RECH, 2000).

Em síntese, enquanto que em uma empresa comercial a prioridade é o capital, importando a reprodução ampliada desse capital, na cooperativa a centralidade deve estar no sujeito, nas necessidades e aspirações das pessoas envolvidas, de modo que o quadro social se sobrepõe ao princípio da apropriação privada dos meios de produção e seus frutos.

Desse modo, o uso do cooperativismo pelo Estado se apropriava deste conteúdo ideológico, embora os objetivos pretendidos fossem a ele distintos. O cooperativismo, transformado em instrumento do Estado, sepulta qualquer possibilidade de transformação social mais abrangente, pois como destaca Fabrini (2003) no que pese o discurso igualitarista, as cooperativas se prestaram à manutenção da estrutura social no campo, destacando-se na comercialização da produção, acesso ao crédito e transformação de produtos, porém, sem necessariamente reorganizar a produção.

Nas décadas seguintes, principalmente após 1960, a atuação do Estado frente ao cooperativismo passa por significativas alterações. Afinal, trata-se de um novo momento histórico-político do país, sobretudo a partir de 1964, no qual as liberdades sociais foram restringidas.

O Governo Militar, por meio de instrumentos regulatórios, impôs uma gama de restrições dificultando a constituição e o funcionamento das cooperativas. O Decreto-Lei nº 59 de 1966 expressa essa restrição, principalmente por proibir as transações com terceiros e submeter claramente as cooperativas aos interesses do Estado, como pode ser observado na letra do próprio Decreto: “Art. 2º [...] § 1º O Governo Federal orientará a política nacional de cooperativismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-la, para adaptá-las às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento” (BRASIL, 1966).

No que se refere ao acesso ao crédito, esse fica restrito “às reais necessidades da economia nacional”, com isso as cooperativas que não atendessem a esse objetivo não tinham acesso creditício garantido. Fleury (1983, p. 50) destaca que as medidas tomadas pelo Governo Militar no período de 1966 a 1971 estavam em consonância com a política governamental que “postulava a necessidade da livre concorrência entre as diversas empresas, sobrevivendo no mercado somente as mais aptas. Nesta época fecharam muitas cooperativas”.

As ações que o Estado havia adotado após a década de 1930 para fortalecer o cooperativismo, sendo as principais: a isenção de impostos; a possibilidade de transações com terceiros; e o acesso ao crédito, condições que certamente influenciaram no salto quantitativo dessas organizações no país, passando de 15 em 1935 para 1.247 em 1960, como destaca Fleury (1983, p. 48), agora são restritas e submetidas ao controle estatal.

Porém, ainda que sutilmente, a partir da Lei 5.764 de 1971, ainda em vigor, as cooperativas puderam voltar a se beneficiar de condições especiais de funcionamento, tais como: possibilidade de transações com terceiros; isenção de impostos, entre eles Imposto de Renda e Imposto sobre Circulação de Mercadorias; e concessão de subsídios.

Ao observar o texto da Lei 5.764 identificamos que, entre os meios adotados para estimular o cooperativismo, os subsídios tiveram grande destaque, especialmente pelo fornecimento de crédito e redução de juros, quando não isenção.

Art. 109. Caberá ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., estimular e apoiar as cooperativas, mediante concessão de financiamentos necessários ao seu desenvolvimento. [...] § 3º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linhas de crédito específicas para as cooperativas, de acordo com o objeto e a natureza de suas atividades, a juros módicos e prazos adequados inclusive com sistema de garantias ajustado às peculiaridades das cooperativas a que se destinam (BRASIL, 1971).

Tendo como sustentáculo o estabelecido na legislação, a política estatal de incentivos às cooperativas seguiu na direção de criar um cooperativismo de base empresarialista; Fabrini (2003) destaca ainda que os estímulos estatais foram direcionados para concentrar as cooperativas nas mãos dos grandes produtores rurais e industriais, contribuindo para consolidação de um modelo conservador de cooperativismo.

Não se pode deixar de fazer referência que essa política de incentivos teve grande importância para o crescimento quantitativo das cooperativas no país. Segundo Schneider (1971, p. 15) entre 1973 e 1975 houve um crescimento de 21% no número de produtores associados e entre 1974 e 1977 as exportações de produtos básicos tiveram um incremento de 44%, com isso em 1977 as cooperativas foram responsáveis por 5,1% do total das exportações brasileiras.

Na essência, a década de 1970 foi um divisor de águas para o cooperativismo, pois ele assumiu o papel de protagonista para a inserção de tecnologias no campo, servindo de instrumento para a modernização acelerada e para o acirramento das relações capitalistas, como destaca Fabrini (2003, p. 84):

As cooperativas foram importantes para a transferência de tecnologia ao campo no contexto do desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora e da 'revolução verde', ampliando o avanço das relações capitalistas no campo. Muitas cooperativas foram fundadas para estimular a modernização da agricultura com a introdução de produtos provenientes das indústrias, como máquinas, implementos e insumos em geral (sementes selecionadas, adubos químicos, etc.).

Para Fabrini (2003), isso expressa que o cooperativismo não foi capaz de romper com as relações de classes. Com isso, sua expansão seguiu na direção dos anseios da burguesia em criar um cooperativismo empresarial, inserido na dinâmica capitalista para manter e reforçar a dominação e a subordinação dos trabalhadores ao capital. A partir de 1971 há um estímulo significativo à concentração das cooperativas nas mãos de grandes produtores rurais e industriais.

Segundo Rech (2000), os militares deram à lei e às políticas uma característica meramente empresarial, contribuindo para aprofundar a decadência ideológica do cooperativismo, justamente por ter favorecido o controle das cooperativas pelos grandes produtores e industriais.

Contudo, a legislação ainda mantinha certos pontos de controle e restrição bem definidos sobre o cooperativismo, um deles é a necessidade de autorização estatal para funcionamento, cabendo ao órgão competente avaliar a proposta, por meio de análise do ato constitutivo (lavrado em ata) e do estatuto, e em um prazo de 60 dias deferir, ou não, a formação da nova cooperativa.

Sobre as restrições impostas às cooperativas, Fabrini (2003) afirma terem sido as cooperativas de crédito as que mais sofreram com os reflexos do golpe

militar de 1964, pois entraram em decadência com a lei da reforma bancária, quando essas cooperativas passaram a ser regulamentadas e aprovadas pelo Banco Central; limitação que foi extinta com a Constituição Federal de 1988.

Em última análise, a Constituição Federal promulgada em 1988, após a ditadura militar que terminou em 1985, possibilitou uma série de ajustes para promover maior adequação ao sistema cooperativista. O princípio da autonomia cooperativista e da livre adesão são incorporados ao artigo 5º, incisos XVIII e XX, rompendo com a necessidade de autorização prévia para funcionamento.

Art. 5º [...] XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; [...] XX - ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado (BRASIL, 1988).

Os termos da Constituição de 1988 indicam a tentativa de evitar limitações e restrições ao cooperativismo, principalmente pela proibição da interferência do Estado nas organizações, propiciando o início da autogestão do cooperativismo.

Entretanto, esse intento não significa que as cooperativas serão livres para fazer o que bem entenderem, em absoluto, afinal a lei específica que as regem ainda é a Lei 5.764 de 1971, que busca estabelecer um cooperativismo empresarialista. Portanto, o modelo cooperativista buscado pelo Estado visa prioritariamente o setor econômico, não que esta esfera deva estar desvinculada das ações cooperativas, afinal toda cooperativa precisa se viabilizar economicamente para conseguir atender às demandas dos seus associados, entretanto a priorização dessa dimensão a transforma em um mecanismo de acumulação, mesmo que legalmente não possa obter lucros.

Em última análise, Marx (2012) foi assertivo em criticar um modelo de cooperação que se apresente atrelado ao Estado, para ele o cooperativismo apresenta possibilidades transformadoras quando se constitui em uma iniciativa dos próprios trabalhadores, evidentemente que ele pensa sempre na possibilidade de transformação social, portanto não identifica essa possibilidade por meio da implantação de cooperativas subvencionadas pelo Estado.

A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da 'subvenção estatal', subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção 'criadas' por *ele*, e não pelos trabalhadores. É algo digno da presunção de Lassalle imaginar que, por meio de subvenção estatal, seja possível construir uma nova sociedade da mesma forma que se constrói uma nova ferrovia! (MARX, 2012, p. 40, grifo do autor).

Entretanto, Marx reconhece o desejo dos trabalhadores em empreender ações cooperativas, mas isso significa apenas que eles trabalham para subverter as condições atuais de produção, não mantendo relação direta com a fundação de cooperativas atrelada às ações estatais.

Nesses termos, a participação do Estado capitalista na organização das cooperativas se dá na manutenção da ordem, inclusive impondo bloqueios ao sistema, pois este deveria atender aos interesses conservadores, constituindo-se em um instrumento de manutenção da subordinação dos trabalhadores. Desse modo, o desenvolvimento das cooperativas sob interferência do Estado apresenta dois sentidos: primeiro o de impedir, por meio da regulamentação, qualquer tentativa significativa de transformação social mais abrangente, pois as cooperativas precisam atender aos critérios legais estabelecidos sob parâmetros burgueses, por outro lado adotou estratégia de fomento ao setor, priorizando estimular um cooperativismo empresarialista atrelado aos seus interesses, que em última análise não apresenta potenciais características transformadoras, mas que paradoxalmente representa para os cooperados camponeses que lutam na terra um importante mecanismo de atenuação à exploração do capital comercial e industrial.

### 1.1.3. O cooperativismo brasileiro: representação e organização

A proposta cooperativista é repleta de conteúdos políticos-ideológicos, são eles que, a partir de posições de classes distintas, balizaram a formação destas organizações na sociedade capitalista e suas instâncias de representação. Mais especificamente, no que se refere à representação das cooperativas, e por extensão a representação de seus cooperados, atualmente no Brasil elas podem se organizar livremente, não sendo obrigatória a vinculação a instâncias de representação ou a organizações superiores.

Entretanto, como o cooperativismo não está acima das relações de classe, ou seja, vincula-se a uma ou a outra classe social, como destacou Fabrini (2003), no campo existem duas confederações distintas ideologicamente: a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), representante indistinta da agricultura camponesa e da agricultura capitalista; e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que representa os interesses dos camponeses assentados que se organizaram em cooperativas.

Evidentemente que citar apenas essas duas confederações é uma escolha metodológica, pois a finalidade desta pesquisa é estudar duas frações do campesinato presentes na mesorregião Norte Central paranaense: os que lutam na terra e os lutam pela terra. Contudo, há outras cooperativas no estado vinculadas a confederações distintas das mencionadas, estamos nos referindo às cooperativas da agricultura familiar representadas pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Essas cooperativas têm como finalidade atuar por meio dos circuitos da economia solidária, que como destaca Singer (2002, p. 09), buscam se organizar de maneira igualitária entre seus associados, os comerciantes e os consumidores, com vistas a auferirem resultados não somente econômicos, mas sociais. Contudo, não é o objetivo dessa pesquisa analisá-las.

Voltando à questão que nos ocupa nesse momento, a organização e a representação das cooperativas nacionais, vale destacar que internacionalmente suas federações e confederações são representadas pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que representa o movimento cooperativo a nível global. Criada em 1895, sua função é basicamente preservar e defender os princípios cooperativistas, sua sede está localizada em Bruxelas, na Bélgica, onde está sediada a presidência, já o departamento de membros está na cidade de Genebra, Suíça, antiga sede da organização.

No Brasil a OCB é considerada o órgão máximo de representação das cooperativas no país, tendo como objetivo representar todas as cooperativas, independentemente da natureza da atividade a que está vinculada e os setores de classes envolvidos. Foi criada em 1969 a partir da fusão da Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO).

Já a CONCRAB nasceu em 1992, no contexto dos debates internos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como atribuição organizar e planejar o desenvolvimento das cooperativas dos assentados. Tem

ainda como objetivo definido organizar a formação técnica de caráter nacional, desenvolver estudos e estratégias de mercado, cuidar das relações internacionais (exportações) e articular as relações entre cooperativas ou com outras federações (FABRINI, 2003).

Essas duas confederações congregam interesses distintos, são organizações compostas por projetos de classes opostos. Por essa razão, o intercâmbio entre elas é quase nulo, limitando-se, quase sempre, à esfera das relações comerciais. Por outro lado, as cooperativas a elas vinculadas são bastante diversas, sendo oportuno percorrer as respectivas modalidades e formas de organização mais recorrentes, o que faremos mais adiante.

Em termos de propostas distintas de cooperativismo, em trabalho de campo realizado na Central de Cooperativas dos Assentados (CCA), localizada na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, ficou evidente a oposição entre os projetos de classe, pois como afirmou um dos membros da diretoria: “o objetivo principal da CCA é articular a rede de cooperativas da reforma agrária, não há relação com as cooperativas empresariais, os objetivos são diferentes, eles priorizam o agronegócio” (Entrevistado CCA 01).

Há um choque de racionalidades, o cooperativismo empresarialista se desenvolveu no caminho da inserção dos associados ao mercado priorizando a gestão empresarial, a qual tem por objetivo principal auferir vantagens econômicas, entretanto tal objetivo não exclui a participação dos camponeses nessas organizações, pois esses sujeitos lutam na terra cotidianamente para se recriar como classe e o cooperativismo empresarialista é uma estratégia para isso. Porém, emergiram modelos cooperativos nos quais a inserção no mercado em condições mais remuneradoras se constitui no meio pelo qual os trabalhadores lutam contra a ação da hegemonia do capital, ou seja, constitui-se em um meio, não em um fim, para estes a cooperação vai além da luta na terra, pois derivou do acúmulo de experiências no processo de luta pela terra.

Nesse contexto, é evidente que as representações das cooperativas e seus cooperados apresentem conteúdos diferentes, pois como destaca Fabrini (2003, p. 85):

A partir dos diferentes interesses existentes na sociedade de classes surgem as propostas de cooperativas progressistas, ou seja, cooperativas de resistência, organizadas a partir dos interesses da classe trabalhadora, e aquelas propostas de cooperativas empresariais, que procuram inserir-se na dinâmica capitalista e reforçar a ordem de dominação e subordinação dos trabalhadores ao capital (FABRINI, 2003, p. 85).

Portanto, embora todas as cooperativas apresentem características comuns de funcionamento, afinal são regulamentadas pelas mesmas leis, diferenciam-se, sobretudo pelas especificidades inerentes aos objetivos sociais, econômicos e por seus projetos políticos.

Do ponto de vista técnico, as cooperativas podem ser classificadas segundo sua natureza, função e nível de organização. A lei do cooperativismo prevê a seguinte estrutura de organização, segundo Rech (2000, p. 35):

- Cooperativas singulares: constituídas por pessoas físicas e excepcionalmente por pessoas jurídicas, se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados;
- Cooperativas centrais ou federações de cooperativas: constituídas por pelo menos três cooperativas singulares, têm como objetivo organizar em uma escala maior os serviços econômicos e assistenciais das filiadas, integrando e orientando suas atividades;
- Confederação de cooperativas: constituídas por no mínimo três centrais ou federações de cooperativas, com o objetivo de orientar e coordenar as atividades das filiadas.

No Brasil o sistema de representação das cooperativas agropecuárias segue dois fluxos; na Tabela 01 esses fluxos são representados a partir da realidade do estado do Paraná, como segue:

**Tabela 1** - Escala de representação das cooperativas dos assentados e das empresarialistas

	<b>Escala de Representação</b>	<b>Representação dos Assentados</b>	<b>Representação Empresarialista</b>
1	Local	Assentados organizados em cooperativas	Cooperados em geral organizados em cooperativas (camponeses e capitalistas)
2	Estadual	Central de Cooperativas dos Assentados (CCA)	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR)
3	Nacional	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)	Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)

**Organizador:** Zeneratti, 2017.

No Paraná a CCA foi fundada em 1992, com o objetivo de exercer apoio às cooperativas dos assentados da reforma agrária. Segundo o membro da diretoria inicialmente seu papel principal era o de desenvolver atividades de formação sobre o cooperativismo, organizar a produção dos assentados e suas cooperativas, atuar na captação de recursos, criar estratégias para comercializar a produção e prestar assistência técnica própria ou por convênios. Atualmente a CCA mudou o seu papel de atuação, priorizando o acompanhamento e a formação de novas cooperativas, atua mais no acompanhamento jurídico, contábil e administrativo, entretanto, como órgão de representação das cooperativas não deixa de atendê-las nas demais demandas.

Essa mudança de encaminhamento está relacionada ao trabalho desenvolvido pela CCA ao longo do tempo, que possibilitou a formação dos cooperados assentados, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão cooperativa.

Quase todas as cooperativas têm os profissionais [agrônomos, administradores, contadores, etc.]; há um quadro de técnicos nas cooperativas; filhos de assentados que se formaram e atualmente atendem as cooperativas; mesmo quando não fazem parte do quadro associativo daquela cooperativa, pois são liberados de uma para prestar apoio em outra (Entrevistado CCA 01).

Já as cooperativas empresarialistas estão representadas no Paraná pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), com sede em Curitiba. Segundo Fajardo (2007) a criação da OCEPAR foi resultado direto das ações dos agentes públicos, com o objetivo de promover a integração e reduzir a concorrência entre cooperativas na mesma área. Atualmente seu objetivo é

representar e defender os interesses do cooperativismo, assim como prestar serviços adequados ao desenvolvimento das sociedades cooperativas e de seus integrantes (OCEPAR, 2016).

Para além da representação, as cooperativas também se distinguem quanto à natureza das atividades que desenvolvem em relação aos seus sócios, como explicou Rech (2000, p. 36):

- Cooperativas de distribuição ou serviços: colocam à disposição dos associados bens e serviços que necessitam, em melhores condições de qualidade e preço (como as de consumo, crédito, escolares, habitação, etc.);
- Cooperativas de produção: buscam colocar a produção dos seus associados nos mercados em melhores condições de preços, regularidade e segurança (como as agropecuárias, as tritícolas, as de café, etc.);
- Cooperativas de trabalho: compostas por sócios que possuem a mesma profissão para venderem organizadamente o seu trabalho (cooperativas de médicos, dentistas, taxistas, metalúrgicos, etc.).

Por fim, é possível classificar as cooperativas segundo suas funções; nesse sentido elas se diferenciam de acordo com a quantidade de setores ou produtos a que se dedicam (RECH, 2000, p. 36):

- Cooperativas unifuncionais: caracterizadas por se dedicarem a uma única função ou a determinado serviço especializado (as de seguro, de consumo, de crédito, etc.);
- Cooperativas multifuncionais: se dedicam a diversas funções ou atividades como, por exemplo, as cooperativas mistas que além de colocarem a produção dos associados nos mercados também fornecem insumos e sementes ou até mesmo crédito;
- Cooperativas integrais: buscam atender todas as necessidades dos associados, tanto econômicas quanto sociais, é o modelo de organização mais difícil de ser atingido, considerada até utópica.

Segundo Rech (2000, p. 37) as cooperativas mais conhecidas no Brasil são:

- Cooperativas de crédito: destinadas a fornecer empréstimos e serviços de poupança aos seus sócios e com a superação das dificuldades de crédito favorecer o desenvolvimento dos empreendimentos dos associados. Apesar das dificuldades encontradas por esse tipo de cooperativa, principalmente após a reforma bancária de 1964, ela apresenta uma vantagem considerável, que é a utilização dos ganhos com as aplicações e empréstimos em benefício dos sócios, ou seja, os ganhos ficam na própria cooperativa;
- Cooperativas de consumo: dedicadas à compra de produtos e serviços desejados por seus associados, lhes ofertando em melhores condições de preço e qualidade. Essa modalidade de organização pode ser viável quando organizada para aquisição de produtos agrícolas direto dos produtores, pois elimina os intermediários. Entretanto, se criadas por empresas para atender seus funcionários, sendo obrigatórias as transações com ela, podem criar uma relação de dependência;
- Cooperativas agropecuárias: têm como objetivo organizar as atividades dos sócios, produtores rurais que possuam os meios de produção, lhes colocando à disposição para receber a produção e colocá-la no mercado. Na maioria dos casos são cooperativas multifuncionais, que além de receberem a produção trabalham com setores de beneficiamento e industrialização, também se colocam como fornecedoras de bens de consumo e insumos agropecuários aos associados;
- Cooperativas de pesca: compostas por pescadores para organizar suas atividades produtivas, colocar a produção no mercado ou viabilizar a disponibilidade de material necessário para o trabalho;
- Cooperativas habitacionais: organizadas para construir ou administrar a construção de conjuntos habitacionais para seus associados. Podem ser divididas em mutirão (muitas vezes informais com objetivo comum e tempo determinado), profissionais (compostas por técnicos ou trabalhadores da construção civil para construir casa para si ou para

terceiros) e as financiadoras (que se dedicam a financiar a construção de casas para o quadro social);

- Cooperativas de eletrificação rural: visa agrupar agricultores para produzir energia elétrica ou implantar redes para ligação ao sistema já existente;
- Cooperativas-escola ou educacional: formada por professores ou pais de alunos para manter uma escola formal, como não tem proprietário para retirar os lucros, torna-se possível aplicar as sobras na própria escola.

Para constituir uma dessas cooperativas é necessário recursos. No caso específico das vinculadas à agricultura eles podem ser obtidos de formas distintas, ou seja, provêm de fontes diferentes. As cotas partes iniciais podem ser obtidas pelas contribuições dos sócios ou por meio de programas governamentais.

Segundo Fabrini (2003), entre os assentados os recursos são captados primordialmente por meio de projetos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Outra forma de captação ocorre por meio do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), mas em regra o crédito não atende as demandas. Além disso, estes estão mais acessíveis aos grandes empreendimentos.

É necessário destacar também que há uma disputa destes recursos entre as cooperativas, inclusive os do PRONAF, pois o quadro associativista das cooperativas empresarialistas também é composto por camponeses, legitimando assim o acesso a tais recursos. Portanto, como destaca o membro da diretoria da CCA uma das funções da Central é lutar por esses recursos: “atuando junto ao poder público, propondo e buscando crédito; colocar o crédito na pauta de discussões. [...] [Pois], há uma disputa dos recursos pelas cooperativas empresariais, pois elas também têm agricultores familiares” (Entrevistado CCA 01).

Do ponto de vista da obtenção de recursos para viabilizar as cooperativas, em 2008, com a Lei 11.775/08, o RECOOP dispôs de condições privilegiadas para atendê-las, proporcionando alguns avanços importantes, principalmente quanto ao acesso a crédito, pois tratava-se de uma medida para estimular a liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; desse programa todas as cooperativas se valeram.

Art. 1º Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas [...].

I - para a liquidação em 2008, 2009 ou 2010 de operações adimplidas, concessão de descontos [...] [a concessão de descontos é entre 45% e 5% dependendo do saldo devedor e do ano de referência para a quitação];

II - para a renegociação de operações adimplidas [...];

b) manutenção dos prazos contratuais de amortização ou seu reescalonamento até o vencimento final em 31 de outubro de 2025 (BRASIL, 2008).

A partir da análise da Lei é possível identificar que os estímulos foram no sentido de descontos sobre juros e parcelamento das dívidas, certamente medidas que contribuem na tentativa de fortalecimento de todas as cooperativas, pois a inadimplência dificulta o acesso ao crédito.

Se por um lado, no que se refere ao crédito, as cooperativas empresarialistas se valem de maiores fatias, como afirma Fabrini (2003), por outro as cooperativas dos assentados também se beneficiam destes recursos. Nesse sentido, é fundamental a atuação da CCA, pois atua entre os cooperados divulgando as políticas creditícias disponíveis e auxiliando na elaboração dos projetos e documentos necessários para a obtenção de crédito, como destacam os membros da diretoria. Isso demonstra que mesmo havendo um direcionamento do Estado capitalista no sentido de atender prioritariamente o modelo cooperativista empresarialista, as políticas públicas também são importantes para as cooperativas camponesas, as quais se movimentam para acessar esses recursos, como foi identificado em trabalho de campo.

Em síntese, é possível inferir que as cooperativas se territorializaram no campo a partir de conteúdos político-ideológicos distintos, mesmo embasadas pela mesma doutrina cooperativista e pela mesma legislação. A possibilidade de flexibilização da prática proporcionou a formação de cooperativas com características diferentes, seja segundo sua finalidade seja referente à sua composição social.

Portanto, há no campo uma diversidade de cooperativas; para Novaes (1981) deve-se atentar para essa diversidade, pois se utilizam do mesmo termo (cooperativas), mas que na prática possuem objetivos distintos. Um exemplo são os barracões de antigas lutas dos trabalhadores de Pernambuco que se tornaram cooperativas de trabalhadores, porém, mesmo organizados não romperam os mecanismos de dependência com os usineiros. Por sua vez, as cooperativas do Sul

do país são funcionalmente diferentes, sendo compostas por pequenos, médios ou grandes proprietários, mas servem de canal de entrada de insumos das grandes empresas nacionais e multinacionais.

Então, a questão fulcral não está relacionada ao tipo de cooperativa ou à sua forma de organização, mas sim às suas diferenças ideológicas, que embora amparadas nos mesmos princípios doutrinários apresentam disparidades abismais. E o lugar dessas organizações dentro da sociedade capitalista, dividida em classes, passa a ser determinante para as possibilidades de consolidação, uma vez que as grandes, do ponto de vista econômico, sobressaem sobre as pequenas.

#### 1.1.4. O cooperativismo agropecuário brasileiro e a monopolização do território

As estratégias estatais para fomentar o crescimento do cooperativismo contribuíram para sua territorialização, quanto a isso não há desdém, por sua vez o cooperativismo no Brasil é marcado por momentos favoráveis e momentos de dificuldades de se constituir. Portanto, mensurar em que medida essas estratégias estatais contribuíram para a sua consolidação é expediente consideravelmente difícil. Entretanto, uma referência possível se expressa na quantidade de cooperativas e na diversidade dos ramos cooperativos.

Quantitativamente falando, se considerarmos todos os ramos cooperativos há no país 6.835 cooperativas, 11.242.461 cooperados, como pode ser observado na Tabela 02.

**Tabela 2** - Número de cooperativas por ramo de atuação no Brasil em 2015

<b>RAMOS</b>	<b>Nº DE COOPERATIVAS</b>	<b>Nº DE COOPERADOS</b>
Agropecuário	1.597	1.007.675
Transporte	1.228	137.543
Crédito	1.042	5.487.098
Trabalho	977	228.613
Saúde	849	249.906
Educacional	300	52.371
Produção	253	11.527
Habitacional	220	120.520
Infraestrutura	130	934.892
Consumo	122	2.923.221
Mineral	86	87.152
Turismo e Lazer	25	1.696
Especial	6	247
<b>TOTAL</b>	<b>6.835</b>	<b>11.242.461</b>

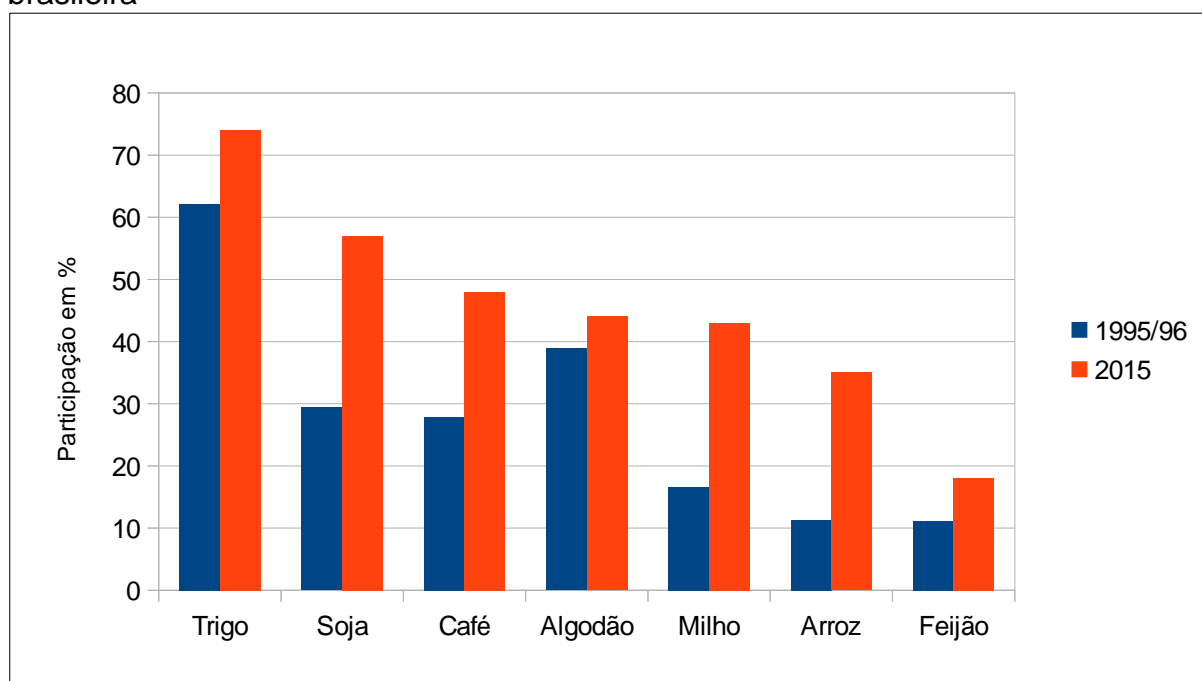
Fonte: OCB, 2015a.

A Tabela 02 também aponta que entre todos os ramos cooperativos o setor agropecuário é o que apresenta o maior número de cooperativas, totalizando 1.597, já em termos de cooperados está em terceiro lugar, com 1.007.675 sócios, sendo superada apenas pelas cooperativas de crédito e de consumo, respectivamente. A partir desses dados, para além da quantificação dos resultados alcançados via incentivos estatais, infere-se sobre o potencial do cooperativismo na organização dos sujeitos envolvidos.

No setor agropecuário, em particular, a organização dos sujeitos se apresenta no número de cooperativas e associados, mas também na participação dessas organizações na captação, processamento e comercialização da produção. Afinal, em 2015, a sua participação no setor foi de 50%, ou seja, metade de toda a produção agropecuária do país passou por uma cooperativa. Seu alcance entre os produtores pode ser evidenciado quando se analisa a participação das cooperativas na captação de determinadas culturas, como: o trigo, com 74%; a soja, com 57%; o café, com 48%; o algodão, com 44%; o milho, com 43%; o arroz, com 35%; e, o feijão, com 18% (OCB, 2015a).

Ademais, a participação das cooperativas nessas culturas escolhidas apresentou ampliação nos últimos 25 anos, como pode ser observado no Gráfico 01.

**Gráfico 1** - Evolução da participação das cooperativas na produção agrícola brasileira



Fonte: Dados 1995/96 (OCB, 2011); Dados 2015 (OCB, 2015a).

Essa evolução da atuação das cooperativas no setor pode ser atribuída, em parte, a dois fatores: primeiro devido à própria expansão das áreas plantadas no país, que no caso da soja passou de 10.663.200 hectares em 1995/96 para 32.092.900 hectares em 2014/15, representando um crescimento de 201% no período, atrelado evidentemente ao aumento da produção, que passou de 25.934.100 de toneladas para 96.228.000, ou seja, crescimento de 271% no mesmo período.

Para exemplificar melhor essa questão, vale citar outras culturas, principalmente no caso do trigo, que apresentou crescimento da área cultivada na casa de 136% e da produção de 263%, já o milho apresentou expansão da área plantada em 14% e na produção 161%. Por fim, no caso do café se apresenta relação diferente, mas que não inverte a interpretação, pois ao passo que apresentou redução da área plantada, também apresentou aumento da produção, afinal de 2001 a 2015 houve uma redução de 11% na área e um aumento de 38% da produção, contudo analisando a série histórica delimitada, nota-se certa estabilidade na área plantada com café, pois permaneceu próximo dos dois milhões de hectares, variando entre 2.179.200 hectares em 2001 e 1.922.074 em 2015 (CONAB, 2016).

Se as ampliações da área plantada e da produção indicam maior quantidade de produtos agrícolas a serem captados no campo, papel desempenhado em grande parte pelas cooperativas como demonstraram os dados do Gráfico 01, por outro a manutenção do número de cooperativas agropecuárias com certa estabilidade indica a consolidação das mesmas como mercado, constituindo-se para os produtores em um significativo destino para a produção do campo. Na Tabela 03 é possível identificar a evolução do cooperativismo agropecuário no Brasil.

**Tabela 3** - Número de cooperativas e cooperados no ramo agropecuário no Brasil de 2001 a 2012

<b>Ano</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Cooperados (mil)</b>
2001	1587	822
2002	1624	865
2003	1519	940
2004	1398	865
2005	1514	879
2006	1549	886
2007	1544	879
2008	1611	968
2009	1615	942
2010	1548	943
2011	1523	969
2012	1561	1006

**Fonte:** Dias (2014, p. 99).

A variação no número total de cooperativas é relativamente baixo, via de regra são resultados de incorporações, fechamentos e instalação de novas cooperativas, tal variação indica aos produtores, camponeses ou não, um caminho certo e perene para destino da produção. É o que se pode inferir quando se analisa a evolução no número de cooperados, afinal o setor auferiu taxa de crescimento em torno de 22% de 2001 a 2012, ademais se ampliarmos o recorte temporal utilizando os dados da Tabela 02 a taxa de crescimento se mantém, pois o número de cooperados passou de 822.000 em 2001 para 1.007.675 em 2015.

A partir desse conjunto de indicadores podemos dimensionar a territorialização do cooperativismo no Brasil, processo que deve ser entendido como expansão, manutenção e consolidação. Trata-se da expansão do sistema desde as primeiras iniciativas no país, da manutenção como organizações perenes e da consolidação entre os produtores como destino da produção, ou seja, mercado.

Vale destacar ainda que entre as cooperativas agropecuárias existem aquelas com significativa escala de atuação, sendo capazes de captar, processar e comercializar seus produtos nos mais diversos mercados nacionais e internacionais, como demonstrou Fajardo (2007), nesse caso valendo-se de estratégias de territorialização semelhantes às já consagradas no mundo do capital.

Portanto, para essas cooperativas está colocada uma contradição, como destaca Fleury (1983 *apud* FAJARDO, 2007, p. 170), basicamente imposta pela

necessidade de inserção competitiva no mercado, levando as cooperativas a atuarem semelhantes às empresas capitalistas do setor agropecuário.

A cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado, precisa assumir certos padrões de conduta, que lhe assegurem alguma competitividade neste meio. Desta forma, a inserção no mercado projeta sobre a cooperativa uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista.

Todavia, para além dessa contradição que se situa em nível de gestão, a inserção no mercado em escalas para além das relações mercantis restritas aos fluxos locais impõe um choque inevitável com as empresas monopolistas que atuam em escala internacional, portanto há uma disputa territorial, caracterizada pela presença tanto de cooperativas quanto de empresas capitalistas disputando a captação da produção, em especial no caso das *commodities*.

Oliveira (2015) foi preciso ao afirmar que no processo de mundialização do capitalismo monopolista a agricultura também se transformou, passando a se estruturar sobre a tríade: produção de *commodities*, com o objetivo de transformar toda a produção do campo em mercadorias para oferecê-la no mercado mundial; bolsas de mercadorias e futuro, que passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das *commodities*, sendo a Bolsa de Chicago a principal delas; e, por fim, a formação de empresas monopolistas mundiais, que permite o controle monopolista da produção de *commodities* no campo.

Essas empresas monopolistas mundiais no comando da produção agropecuária e florestal se articulam por meio de dois processos: a territorialização do monopólio e a monopolização do território.

O processo de territorialização do monopólio acontece principalmente nos setores produtivos relacionados à cana-de-açúcar, madeira, papel e celulose, pois, segundo Oliveira (2015), esses setores apresentam custos elevados com transporte devido ao peso da matéria-prima, justificando a instalação das indústrias no campo, próximo à área de cultivo, com a finalidade de reduzir os custos e garantir a produção e a oferta de matéria-prima.

Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica (OLIVEIRA, 2015, p. 242).

No caso da territorialização dos monopólios as empresas produzem diretamente no campo, o que não acontece no processo de monopolização do território, pois nesse caso as empresas monopolistas somente controlam a produção por meio de mecanismos de subordinação, como destaca Oliveira (2015, p. 242-43, grifos do autor):

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o *controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory)*, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. Isto quer dizer também, que estabelecem alianças de classes entre aqueles que produzem de fato no campo, geralmente os nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliem-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras. No Brasil, monopolizam o território no setor de grãos as empresas mundiais ADM, Cargill, Bunge, LDC Commodities; El Tejar e Enrique Bañuelos. Mas fazem-no também as empresas nacionais Caramuru, Amaggi, Granol etc.

Essas empresas monopolistas, sejam nacionais ou internacionais, estão presentes no território, atuando na captação da produção camponesa e capitalista, essa é a receita da disputa territorial, pois as cooperativas também disputam a captação da produção no campo.

Em nossa área de estudo essa disputa se expressa pela presença de empresas monopolistas mundiais como a Cargill e a Bunge em regiões de atuação da Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR). Entretanto, evidências dessas disputas não são raras na mesorregião Norte Central paranaense, no município de Maringá, por exemplo, sede da COCAMAR, além da Cargill e a da

Bunge, que atuam na captação da produção de grãos, há significativa presença de empresas nacionais, como a Campos Verdes.

A empresa cerealista Campos Verdes também atua em outras cidades da região, como em Atalaia e Ângulo, sendo que em ambas há entreposto da COCAMAR destinado à captação da produção local. Em outras cidades também ocorre situação semelhante, como no município de Ivatuba, que possui entreposto da COCAMAR e uma empresa cerealista também disputa a captação da produção, neste caso a disputa se dá com a empresa Ferrari Zagatto.

Evidentemente que nesses casos o que está em jogo é a monopolização do território, processo que as cooperativas empresarialistas não estão alheias, antes atuam no sentido de criar mecanismos que possibilitem manter seguros níveis de hegemonia na sua área de influência. Contudo, em trabalho de campo foi expresso por parte dos camponeses cooperados a estratégia de entregar parte da produção para as empresas privadas que atuam na região.

Os motivos que os levam a tais práticas são diversos, alguns relataram que em momentos de intensa colheita as filas nas cooperativas ficam muito grandes, aumentando demasiadamente o tempo de descarga. Isso representa para os camponeses dispêndio de trabalho, pois o caminhão fica retido na fila para descarregar e a colheitadeira parada no campo esperando o caminhão retornar. Tal fato ocorre porque o tempo que o caminhão leva para descarregar é maior que o tempo que a colheitadeira leva para encher a sua caçamba. Se esse tempo for menor, ou seja, se o caminhão retornar antes que a colheitadeira fique cheia, ou pelo menos com tempo mais curto, evita-se o prolongamento do tempo de colheita. Desse modo, para racionalizar o uso do caminhão muitos camponeses optam por entregar a produção nas empresas privadas, desde que as filas estejam menores.

Já outros camponeses afirmaram que as empresas costumam pagar um pouco a mais pela saca do produto: “a sobra é pouco e ainda tem que esperar, na empresa o preço é o mesmo da cooperativa e às vezes ela paga uns R\$ 2,00 reais a mais por saca, o que já ajuda” (Entrevistado 10, município de Ângulo). Em última instância aqui se apresenta uma das estratégias das empresas na disputa pela captação da produção agrícola, pois ao oferecer preços mais vantajosos, parte dos camponeses optam por entregar a produção nessas condições.

Entretanto, as cooperativas desenvolvem estratégias para coibir tais ações e manter sob controle os produtores, entre elas está a proibição de entregar a produção na concorrência, como expresso no Estatuto Social da COCAMAR (2013):

Art. 8º - São deveres e obrigações do associado:

I - Realizar com a Cooperativa operações constantes de seus objetivos, inclusive entregar a totalidade de sua produção, e adquirir os insumos e serviços, salvo se a Cooperativa não possuir condições técnicas de recebimento e/ou se não atuar nesse setor de produção.

Todavia, as cooperativas costumam não cumprir rigorosamente esse dispositivo, por um lado devido à possibilidade de planejamento dos seus estoques, como destacou Paulino (2006), pois a estocagem de matérias-primas permite atender às demandas da indústria, o que não exclui casos em que o estatuto foi acionado e resultou na exclusão do associado, por outro lado negligenciam o estatuto para não perder os cooperados que refutam controles mais rígidos de cumprimento dos contratos.

Um dado colhido em campo pode ser aqui invocado para exemplificar essa questão. O gerente de produção de um dos entrepostos da COCAMAR confirmou ter conhecimento que os produtores entregam parte da produção fora da cooperativa. Para coibir tal conduta, em 2013 foi adotado pela cooperativa o seguinte sistema de controle: pouco antes da colheita o agrônomo da cooperativa visitava todas as propriedades e fazia uma estimativa da produção, com base nessa estimativa eles tentavam identificar se o cooperado estava entregando toda a produção na cooperativa.

Funcionava assim: a estimativa da produção total do produtor era de 100 sacas, mas na cooperativa ele entregou somente 80 sacas, então a diferença é de 20% entre o que ele teoricamente produziu e o que ele entregou, com isso a sua sobra será 20% menor do que aquela devolvida ao produtor que entregou toda a produção (Entrevistado COCAMAR 01).

Essa tentativa de “fidelização”, como afirma o entrevistado, não apresentou resultados satisfatórios, pois a estimativa é imprecisa, levando à penalização dos produtores sem uma justificativa concreta, isso acarretou muitas reclamações e até o desligamento de muitos cooperados. Sendo assim, esse sistema de controle durou apenas um ano e foi extinto.

Como se pode notar, a disputa com as empresas do setor de grãos leva ao negligenciamento do estatuto cooperativo, pois a fiscalização e o controle sem as devidas cautelas levarão a problemas maiores, como o desligamento de cooperados. Então, para não perder parte de seu quadro de associados, elas fazem vistas grossas à prática por eles empreendida, o que é relatado inclusive pelos próprios camponeses, como afirma o entrevistado 10: “eles [cooperativa] não falam nada de entregar na empresa, eles até sabem, mas se falar alguma coisa para mim saio da cooperativa”.

O fato é que os camponeses representam menor participação dentro das cooperativas no que se refere às receitas individuais movimentadas, entretanto, numericamente são a maioria nos quadros associativos, como demonstra a Tabela 04.

**Tabela 4** - Distribuição dos estabelecimentos cooperados por área no Brasil em 2006

Área (hectares)	Quantidade em %
Até 10	29,3
De 10 a 50	38,0
De 50 a 100	11,3
De 100 a 500	14,2
Acima de 500	5,1
Não declarado	2,2

Fonte: OCB (2011, p. 42).

Isso significa que perdê-los em número significativo poderia atingir negativamente as cooperativas, afinal os estabelecimentos camponeses de até 50 hectares a elas vinculados representam no Brasil mais de 67% do total dos estabelecimentos.

Ademais, a pesquisa de campo demonstrou que a prática de entregar parte da produção nas empresas é comum entre eles, coibir tal prática poderia trazer mais problemas do que benefícios, a questão posta às cooperativas empresarialistas se restringe então em aceitá-las sem deixá-las prejudicar sua manutenção e o seu fortalecimento frente aos objetivos almejados pelos associados.

Contudo, no que pesem as disputas territoriais entre cooperativas e empresas privadas, das quais derivam estratégias de monopolização, em absoluto se pretende aqui considerá-las similares. Inclusive impõem-se à necessidade de distinção, para não caracterizá-las como uma “empresa diferente”.

Primeiramente o termo de empresa não pode ser entendido como sinônimo de organização capitalista, pois como assevera Schneider E. (1962, p. 19) “uma empresa não representa outra coisa senão uma aparelhagem técnica, da qual o homem se utiliza para fabricar os bens de consumo. Ela consiste de uma determinada combinação real de terra e meios de produção”.

Desse modo, a estrutura empresarial - conjunto dos meios de produção e das técnicas para produzir - não é exclusivamente capitalista, ou seja, a empresa enquanto estrutura pode ser submetida a usos distintos. Se capitalista representa o controle privado dos meios de produção, trata-se da propriedade privada empregada em favor da acumulação da classe capitalista; mas, se submetida ao controle dos próprios trabalhadores não representa relação social de produção tipicamente capitalista, mesmo que a estrutura empresarial se mantenha inalterada, pois o controle dos meios de produção deixa de ser privado, passando a ser coletivo e

utilizado pelos próprios trabalhadores, com vistas à retenção do resultado do seu trabalho e não para explorar trabalho de outrem.

É justamente esse o fundamento do cooperativismo, pois sua existência não se fundamenta na relação capital-trabalho cujo objetivo é a acumulação mediante exploração do trabalho alheio, ou seja, extração da mais-valia. Antes, tratam-se de empreendimentos de propriedade coletiva, que têm como objetivo atender as demandas dos sujeitos sociais envolvidos. Isso demonstra a fragilidade da utilização do termo cooperativa empresarial, pois é normalmente empregado como sinônimo de empresa capitalista, buscando caracterizar um possível cooperativismo capitalista, o que não se confirma, pois não é a estrutura empresarial que qualifica as relações sociais de produção, mas o contrário.

Na melhor das hipóteses, poderiam ser consideradas organizações empresarialistas do ponto de vista da gestão, pois nesse aspecto quase tudo se assemelha às empresas capitalistas.

Entretanto, certamente que a aproximação das cooperativas à lógica das empresas capitalistas no que se refere à gestão permite inferir sobre o distanciamento da proposta cooperativista original, afinal por este caminho não há transformação social estrutural, mas, por outro lado, sua territorialização demonstra a sua capacidade para atender às demandas dos sujeitos envolvidos, mesmo adotando estratégias empresariais.

Em última análise, não é o modelo de gestão que produz o sentido da cooperação, embora interfira em sua dinâmica, antes são as relações sociais das quais ela é produto, e se produz continuamente, mediada pelos objetivos comuns, que se configuram como estruturantes da prática cooperativa.

A organização em cooperativas não significa a supressão das contradições, afinal a cooperação é mediada por relações sociais, estas na essência repletas de contradições e interesses antagônicos. Portanto, cooperação não significa homogeneidade, em absoluto, antes representa a combinação contraditória de interesses comuns pensados por sujeitos diferentes.

Então, mais do que apontar para o distanciamento dessas organizações da possibilidade de superação do modo capitalista de produção, ou dos seus princípios doutrinários, cabe aqui entender como elas se mantêm nesse modo de produção, não como uma empresa capitalista diferente das demais, mas como uma cooperativa independentemente do modelo de gestão adotado.

## 1.2. AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E A TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE BASE EMPRESARIALISTA NO PARANÁ

Embora todas as cooperativas apresentem características comuns de funcionamento, afinal são regulamentadas pelas mesmas leis e seguem os mesmos princípios doutrinários, diferenciam-se, sobretudo pelas especificidades inerentes aos objetivos sociais, econômicos e políticos a que se propõem.

No Paraná o cooperativismo apresenta organizações diversas, mas sobressaem principalmente duas modalidades com conteúdo distinto: o cooperativismo camponês e o cooperativismo de base empresarialista. O primeiro é caracterizado pela participação majoritária de camponeses que acessaram a terra por meio da luta contra o bloqueio da propriedade privada capitalista, apresentando cooperativas que atuam tanto na esfera da produção quanto cooperativas que atuam apenas na esfera da circulação. A segunda modalidade envolve cooperativas cuja gestão é compatível com o modelo empresarial consolidado por grandes corporações capitalistas: o seu quadro é composto tanto por camponeses que lutam na terra quanto por capitalistas do campo, sendo a circulação a sua principal esfera de atuação.

É importante destacar que, no caso do Paraná, a formação das cooperativas pode ser definida em três momentos: o primeiro refere-se às primeiras experiências cooperativistas, até os anos de 1930; o segundo destaca-se pela atuação do Estado regulamentando a atividade e propondo estratégias de regionalização, período que pode ser delimitado até os últimos anos da década de 1970; e, por fim, o período posterior, que se estende até a atualidade, marcado pela presença das cooperativas, e sua atuação, no processo de modernização da base técnica da agricultura e seus desdobramentos territoriais contemporâneos.

No que se refere às primeiras ações cooperativas, essas surgiram como experiências de imigrantes europeus, sendo a primeira empreitada atribuída a um grupo de alemães que em 1829 fundaram a colônia Rio Negro, onde hoje é o município de Rio Negro. Em 1847 um grupo de franceses fundou a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, onde hoje é o município de Cândido de Abreu. Em 1890 foi fundada a Colônia Cecília, no município de Palmeira, organizada por um grupo de italianos (OCEPAR, 2015a).

Além dessas ações, sugeriram nesse período cooperativas ligadas à atividade ervateira. Vale destacar que a participação das cooperativas na extração da erva-mate se estabelece mais significativamente a partir de 1920 e sua evolução está diretamente ligada à atividade extrativa, que apresentou no Paraná grande importância econômica, mantendo-se como a principal atividade do estado no período entre a emancipação política (1853) e a crise de 1929, chegando a representar 85% da economia paranaense.

As cooperativas se instalam na perspectiva de proporcionar mecanismos que possibilitassem a comercialização da produção, ademais nos períodos de crise elas se constituíram em um instrumento adicional para a sustentação da atividade, ou seja, era uma estratégia de manutenção da atividade ervateira. Tanto que, segundo a OCEPAR (2015a), entre os anos 1930 e 1940, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate.

É na atividade ervateira que a participação estatal no sistema cooperativista começa a ser sentida, pois como destaca Serra (2013, p. 24), a partir de 1943 diante da crise intensa da atividade, o Estado passa a interferir no sentido de fortalecer a atividade ervateira por meio da cooperação. Para Oliveira (1974), entre os motivos que fizeram a erva-mate entrar crise no estado, destaca-se a perda de espaço no mercado mundial, principalmente o argentino, devido à inversão da balança comercial daquele país, que deixou de ser importador de erva e passou à condição de exportador. O impacto dessa inversão pode ser notado pela redução da participação argentina nas exportações brasileiras, pois em 1927, do total das exportações nacionais, 75% tinham a Argentina como destino, porém, em 1939 esse número já se reduzia a 45%, ademais a Argentina passou a disputar outros mercados com o Brasil, levando à queda dos preços internacionais devido à oferta do produto (OLIVEIRA, 1974, p. 32).

Nesse contexto, é criada pelo Governo Federal a Comissão de Organização Cooperativa dos Produtores de Mate (COCPM), o que leva à criação em 1946 da Federação das Cooperativas de Mate do Paraná Ltda. Essas tentativas seguiram na direção de estimular o cooperativismo, sobretudo buscando eliminar os intermediários que atuavam no setor e extraíam a maior parte da renda. Segundo Oliveira (1974), entre a produção e o comércio atuavam três intermediários, os primeiros eram os comerciantes locais, que compravam e armazenavam a erva; os segundos eram os exportadores, estes compravam do comerciante local para fins de

beneficiamento, embalavam e vendiam nos mercados locais e internacionais; e, por fim, o varejista que fazia a comercialização final do produto.

No que pesem as iniciativas estatais para fortalecer a atividade ervateira via formação de cooperativas, o cooperativismo sucumbiu junto com a atividade, que perdeu força no cenário produtivo frente à diminuição da demanda e à expansão de outras atividades no estado, como o café.

A economia paranaense, assentada até os primeiros anos da década de 1930 na exportação da erva mate, passa a sentir o fluxo da madeira, do café, bem com o da pecuária e do algodão. A erva mate cede aos poucos a sua liderança, em especial à madeira e ao café, situando-se em terceiro lugar nas exportações paranaenses (OLIVEIRA, 1974, p. 34).

No entanto, para a formação do cooperativismo no Paraná as cooperativas que surgiram nesse período foram de extrema importância, pois a partir dessas iniciativas a cooperação pode se aprimorar, tanto do ponto de vista da gestão quanto tecnicamente, além disso a prática se difundiu entre os produtores, tanto que em 1964 havia no estado um total de 290 cooperativas, sendo que 128 eram cooperativas agropecuárias (OLIVEIRA, 1974, p. 39). Vale destacar também que o Estado atuou no setor, certamente influenciando a evolução quantitativa das cooperativas.

Em última instância, podemos dizer que a marca da participação do Estado no setor cooperativista já pode ser sentida desde a década de 1930, pois o Estado do Paraná passa a regulamentar a atividade. Primeiramente edita a Lei Estadual nº 32, em 1932, obrigando que todos os estabelecimentos comerciais e industriais fossem registrados, sendo que muitas cooperativas foram registradas como estabelecimentos comerciais. Contudo, seguindo ao ordenamento jurídico nacional, é editado em 1938 o Decreto nº 581, que determina o registro de todas as cooperativas, tanto as já formadas quanto as novas organizações (SERRA, 2013, p. 22).

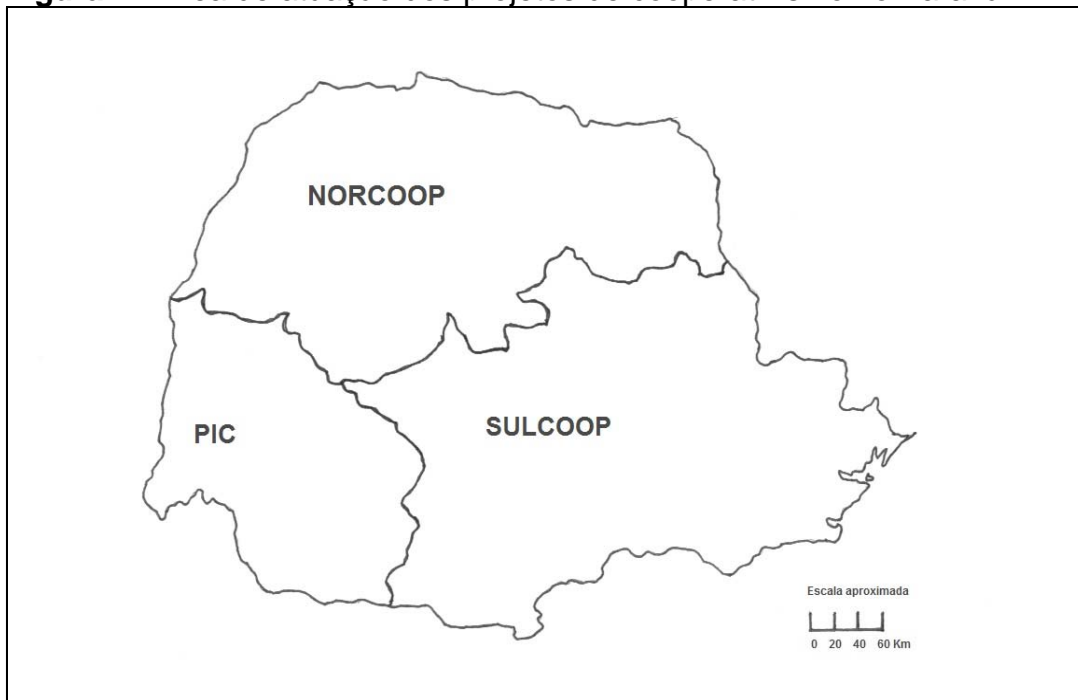
Serra (2013, p. 22) destaca que com o Decreto nº 581 muitas cooperativas fundadas anteriormente foram registradas, sendo que a primeira foi a Cooperativa Agrária de Responsabilidade (Liberdade), com 38 associados, que havia sido fundada no ano de 1930, em Vera Guarani, atual município de Paulo Frontin, mas que somente foi registrada em 1942.

Nesse segundo recorte temporal proposto, o Estado para além da regulamentação legal propõe estratégias de regionalização do cooperativismo, com o objetivo de ampliar a atuação das cooperativas e mitigar a concorrência entre elas. É nesta perspectiva que é criada a representante do cooperativismo no estado: a Organização das Cooperativas Paranaenses (OCEPAR), fundada em 1971.

Ademais, o Estado sustentou a formação de um projeto de integração regional que teve como principais colaboradores os seguintes agentes públicos: Banco do Brasil, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (DAC), Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) que hoje é o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e a Comissão de Financiamento à Produção (CFP) (OCEPAR, 2015a). Isso demonstra o interesse estatal na consolidação do sistema cooperativista no Paraná; em última instância, podemos considerar que expressa a intenção na incorporação controlada de um instrumento de expansão do capitalismo no campo, como elucidou Paulino (2006).

Como estratégia para alcançar tais objetivos, foi criado o Projeto de Integração Cooperativista (PIC), com isso se pretendia reduzir a concorrência entre cooperativas e incentivar a adesão dos produtores à proposta de cooperação. O projeto de integração previa uma divisão territorial que contemplasse três regiões, como apresentado na Figura 02.

**Figura 2 - Área de atuação dos projetos de cooperativismo no Paraná**



**Fonte:** Fajardo (2007, p. 183).

Em 1971 foi criado o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), abrangendo as regiões Oeste e Sudoeste do estado; logo depois, em 1974, as ações do projeto de integração atingiram a região Norte criando o Projeto Norte de Cooperativismo (NORCOOP); por fim, em 1976 a regionalização foi concluída com a implantação do Projeto Sul de Cooperativismo (SULCOOP), que integrou as cooperativas da região Centro-Sul.

Esses projetos de integração exerceram papel importante na consolidação das cooperativas no estado, pois ao passo que organizaram a sua atuação diminuindo a concorrência entre elas, também criaram comitês educativos, cujo objetivo era apresentar aos agricultores um modelo cooperativo empresarial (OCEPAR, 2015a). Além do mais, com a participação efetiva do Estado, as cooperativas caminharam na direção da industrialização da produção e substituição das culturas, o papel restrito de captação e repasse de matérias-primas às indústrias foi perdendo força.

É no bojo dessas transformações que o cooperativismo se situa, pois articulado às mudanças em curso na agricultura brasileira também se transformou. Processo mais evidente após a década de 1970, é justamente aqui que se situa o terceiro recorte temporal indicado para delimitar a territorialização do cooperativismo no Paraná. Afinal, para compreender esse processo no estado, e principalmente na

mesorregião Norte Central, faz-se necessário considerar que o cooperativismo não esteve incólume ao processo de modernização da base técnica na agricultura, antes atuou como protagonista.

As cooperativas agrícolas haviam se expandido e, de certo modo, se consolidado ainda durante o período de predomínio da cultura cafeeira. Posteriormente, durante o processo de modernização da base técnica, serviu de porta de entrada para o capital industrial no campo, devido à presença em seus quadros de agricultores que apresentavam condições de se tecnificarem, como assevera Paulino (2006, p. 166): “nas décadas decisivas para a transformação da base técnica da agricultura, o capital industrial teve nas cooperativas importantes agentes de intervenção e disseminação”.

Evidentemente que a escala desses processos extrapola os limites territoriais paranaenses, afinal derivam de estratégias nacionais, via políticas fiscais e creditícias, para substituição do modelo produtivo arraigado na produção cafeeira. O privilégio à agricultura temporária, na qual se destacavam a soja, o trigo e o milho, como principais *commodities*, trouxe no bojo a inserção de um pacote tecnológico que modificou o território, pois ao inserir máquinas, insumos, tecnologias e técnicas, alterou toda a base produtiva da região. Em última instância, operou-se propriamente a transformação do território, uma vez que se alteraram as relações produtivas. Nesse sentido, Oliveira (1995, p. 27) foi preciso ao afirmar que “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território”.

O Estado foi figura decisiva tanto no processo de modernização da base técnica da agricultura quanto na consolidação das cooperativas, principalmente dispondo de volumosos incentivos fiscais destinados aos agricultores do Sul do país. Como exemplo dessa política pode-se destacar o caso do Rio Grande do Sul, pois o Estado utilizou estratégias significativas para incentivar a cultura do trigo naquela região, entre elas condicionou a doação de suas unidades armazenadoras à criação de cooperativas tritícolas, como destaca Müller (1981). Também dispôs de política de controle de preços e facilidades de financiamento por intermédio do Banco do Brasil. Em 1950 o preço do quilo do trigo foi mantido (congelado) em Cr\$ 2,50 enquanto no mercado custava Cr\$ 0,60, tornando assim a atividade mais atrativa do ponto de vista econômico (MÜLLER, 1981, p. 103).

Não é exagero afirmar que o que estava em pauta era a substituição do modelo produtivo cujo sustentáculo era a cafeicultura. Vale destacar que na região Norte do estado do Paraná o café predominou até os anos 1960, mesmo com os sucessivos percalços sofridos em decorrência da instabilidade no comércio exterior, aliado à produção em escalas superiores à demanda, como elucidou Paulino (2006).

Em destaque, qualquer análise que se faça sobre as atividades agrícolas no Paraná levará em consideração a importância do café. O estado ficou fora das políticas nacionais para desestimular a atividade a partir dos primeiros anos do século XX. Problemas internacionais aliados à grande produção obtida nos principais estados produtores (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) levaram o governo federal a tomar medidas como a compra de café e a restrição das áreas plantadas, tentando estabilizar os preços e desencorajar novas plantações. Em 1927 é estabelecida cota de produção e exportação para cada estado produtor, porém, o Paraná, por ainda não ter uma produção expressiva, comparada com os outros estados, não entra na área de ação dessas medidas.

Essas condições, somadas às climáticas e à qualidade dos solos, impulsionaram consideravelmente a cafeicultura paranaense, que se expandiu até se tornar a principal cultura comercial do estado. Conforme Serra (2013, p. 27) na safra 1962/1963 a produção paranaense chegou a 62,8% da produção nacional, superando São Paulo que, na primeira metade do século XX, concentrava metade dos cafeeiros e 60% da produção nacional, como destacou Padro Júnior (2004, p. 227).

É nesse contexto de predomínio da atividade cafeeira que o cooperativismo se fortalece entre os agricultores da região. Serra (2013, p. 28) afirma que entre 1957 e 1964 haviam 39 cooperativas de cafeicultores na região Norte do estado, atuando basicamente na captação da produção, armazenagem e circulação.

Entretanto, mesmo a produção cafeeira estando em alta no Paraná não vai sustentar uma economia que por vários aspectos tendia a sofrer mudanças significativas. Não apenas pelos golpes que o cultivo sofreu perante às severas geadas ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970, mas, principalmente, pelo papel que assumiu a agricultura frente ao pacto político, passando a ocupar o posto de fornecedora de capitais para viabilizar o desenvolvimento industrial (PAULINO, 2006).

Nesse sentido, Prado Júnior (2004) já havia demonstrado a importância singular da cafeicultura na história econômica do Brasil, que se por um lado foi marcada por sucessivas crises, por outro se tornou a principal atividade agrícola do país, com destino certo: as exportações.

Mesmo em termos absolutos e mundiais, o café adquirirá posição de relevo. Ele se classificará, no século atual, entre os primeiros, se não o primeiro gênero primário do comércio internacional; e ao Brasil, com sua cota de 70% da produção, gozará de primazia indisputada (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 226).

Diante da posição que o café assumiu no processo de acumulação, no Brasil as primeiras empreitadas em direção à industrialização o tiveram como principal fornecedor de divisas. Prado Júnior (2004) inclusive salienta que muitos dos que aplicaram capitais na indústria haviam acumulado na produção cafeeira.

Nesse cenário, o caminho clássico de desenvolvimento do capitalismo no qual a acumulação se dá principalmente no espaço urbano-industrial e que em seguida há uma migração desses capitais para o campo se dá em outros termos, ou seja, primeiramente há uma acumulação de capital no campo que posteriormente segue para a indústria urbana.

Porém, até a década de 1950 o processo de industrialização ainda era incipiente, em grande parte pela falta de planejamento estatal, como destaca Stolcke (1986), ou pela falta de estímulo governamental direto como afirma Prado Júnior (2004). No limite, a produção de café para a exportação constituía-se ainda central, configurando-se como principal mercadoria destinada ao mercado exterior, numa relação de troca na qual se exportam bens primários e se importam produtos industrializados de maior valor agregado, relação claramente desigual.

A partir da década de 1950, pretende-se mudar essa relação, inicia-se um processo de planejamento sistemático da economia brasileira, cujo principal objetivo do Estado (Governo Vargas 1951-1954) era diminuir a dependência econômica frente aos países desenvolvidos por meio da substituição das importações. Nesse processo, cabe ao setor agrícola um papel auxiliar, pois o café voltado à exportação forneceria as divisas necessárias à industrialização, na medida em que a produção agrícola para o mercado interno forneceria as matérias-primas e os alimentos para a população urbano-industrial crescente (STOLCKE, 1986).

Entretanto, o café apresentava sinais de que não se sustentaria no mercado externo na mesma medida das aspirações dos produtores, tanto que coube ao Estado dispor seguidamente de políticas de valorização do produto, muitas vezes comprando a produção com recursos captados no mercado financeiro internacional, como destacou Prado Júnior (2004), com a finalidade de manter os preços em níveis satisfatórios.

Stolcke (1986, p. 200) assevera que em 1960-61 os estoques brasileiros de café haviam atingido o equivalente a mais de dois anos de exportações, sendo que as safras continuavam aumentando. O que levou o Estado a criar uma política de erradicação subsidiada do café, comparecendo com aportes financeiros destinados aos produtores, tanto no sentido de proporcionar empréstimos para o financiamento dos custos de erradicação dos pés, e que muitas vezes se convertiam em doações, quanto no sentido de fornecer empréstimos em condições favoráveis para a diversificação da produção. Vale destacar que, a partir de 1966, deu-se ênfase maior sobre a diversificação agrícola.

São conjunturas nacionais que vão desdobrar em dinâmicas regionais, pois como destaca Paulino (2006, p. 82), no Paraná os reflexos da política de erradicação dos cafezais, levada a cabo pelo governo federal via Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), resultou em uma redução de 56% da área ocupada por cafeeiros, isso entre 1963 e 1983, ascendendo em seu lugar outros cultivos, prevalecendo nesse momento a expansão das pastagens.

Portanto, do ponto de vista do desenvolvimento histórico, está em curso uma inversão de papéis, no qual a indústria passa a movimentar as engrenagens do país, principalmente a partir de 1960, e sua influência será sentida no setor agrícola. Afinal, em busca de fomentar a acumulação no setor industrial as políticas agrícolas privilegiaram as culturas e atividades que representavam mercado de consumo ao setor industrial, como destacou Paulino (2006).

O consumo de insumos agrícolas expressa essa relação, pois como afirma Oliveira (2010) o Estado atuou diretamente no processo de acumulação no setor industrial, pois condicionou a obtenção de empréstimos bancários à compra de fertilizantes.

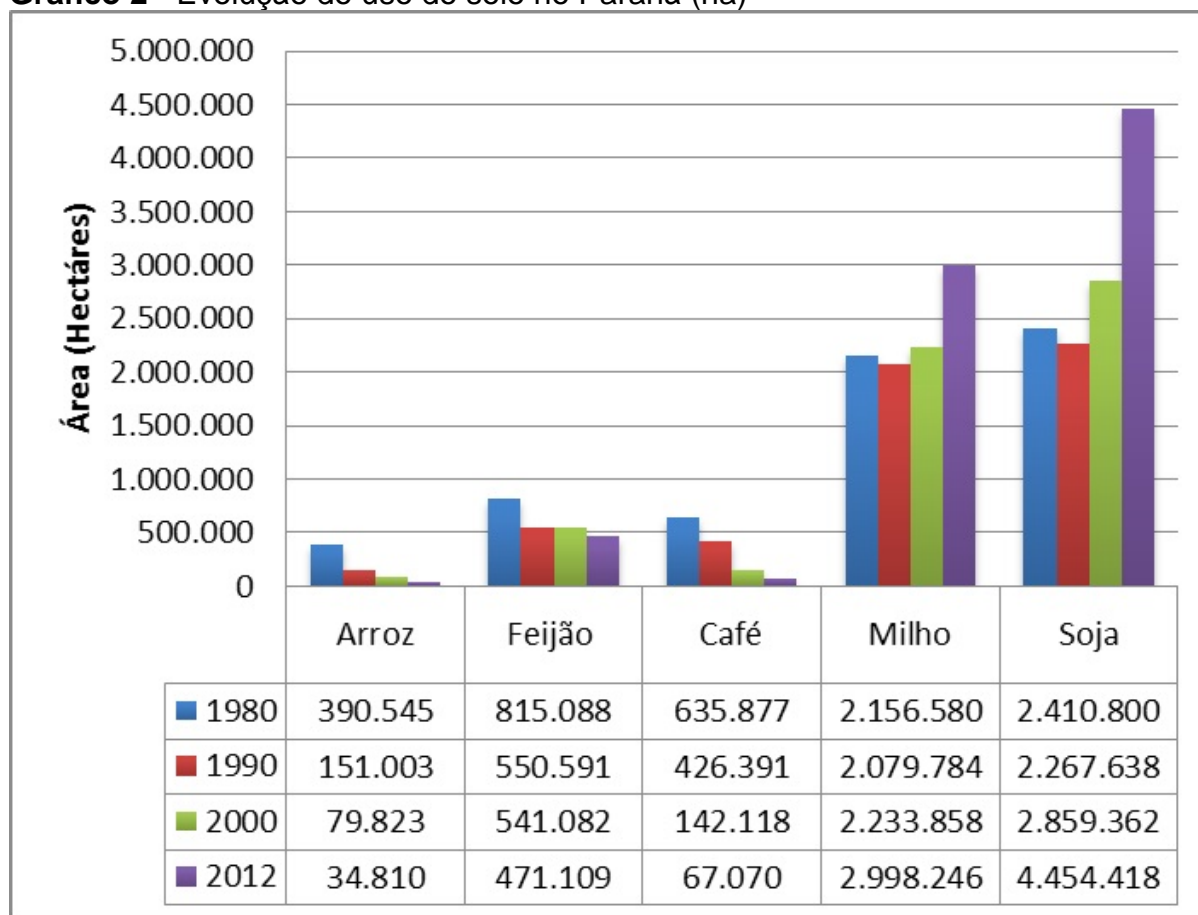
Aqui, é importante salientar a mediação do Estado capitalista, pois é através do sistema bancário (mediatizado pelo Estado) que o consumo dos fertilizantes se dá. **Pois, no mínimo 15% do empréstimo tomado ao Banco do Brasil tem necessariamente que ser gasto em adubo.** O uso médio está em torno de 50 a 60%. Mas, nesse caso, a mediação é de forma explícita, sem falsas aparências, pois é o próprio Banco do Brasil que se incumbem de pagar as indústrias, ou seja, o dinheiro do empréstimo sequer chega à mão do produtor. É transferido diretamente para o capital industrial que, dessa forma, cobra do agricultor via Estado (repartindo com esse) a renda da terra. **Quanto à ação do Banco do Brasil nos empréstimos ao campo, temos cerca de 70% dirigido ao consumo de produtos industriais.** O capital industrial, através do Estado (que cobra juros menores que os concorrentes para a agricultura), é financiado e sua reprodução viabilizada. Esses pressupostos básicos são válidos para todo consumo produtivo no campo (OLIVEIRA, 2010, p. 12, grifos nossos).

Se por um lado a indústria contou com o Estado como mediador para sua expansão, no campo o acesso a crédito foi seletivo, privilegiando as propriedades maiores, principalmente as acima de 100 hectares, que obtiveram em 1975 cerca de 68% do crédito disponível ao setor agrícola, como afirmou Oliveira (2010, p. 14).

No que se refere ao Paraná, Paulino (2006, p. 83) destaca ainda que apenas 21,5% do montante destinado ao crédito foi usufruído por pequenos produtores, prevalecendo a sua captação pelos grandes produtores.

Cabe destacar também a participação efetiva do Estado nas políticas agrícolas por meio de outro dado relevante, a saber: “do total financiado no país, as instituições governamentais ficaram com 83,7% e o restante com as instituições particulares” (OLIVEIRA, 2010, p. 14), certamente confirmando a afirmação da mediação do Estado nesse processo, atuando diretamente na distribuição dos créditos agrícolas.

Diante dessas dinâmicas, eis a justificativa para as constantes mudanças de escala que se fizeram, e se fazem, necessárias para tentar demonstrar a densidade desses processos, pois não se restringem espacialmente ao estado do Paraná, antes são resultados de pactos estabelecidos em escala nacional, mas que certamente vão contribuir para a substituição do modelo produtivo paranaense. O Gráfico 02 expressa como essa lógica opera no campo, pois ao passo que determinadas culturas se retraem outras se expandem.

**Gráfico 2 - Evolução do uso do solo no Paraná (ha)**

Fonte: DERAL (2015).

A ampliação do cultivo da soja no período demonstra a mudança que passou o espaço agrário paranaense, pois seu crescimento acontecia simultaneamente ao desaparecimento do modelo agrícola cafeeiro. No Gráfico 02 é possível identificar uma redução de 89% na área plantada com café, indicando a dimensão das transformações ocorridas no território.

Ademais, é importante destacar que está em curso no Paraná um processo de especialização da produção agrícola, no qual se ampliam as áreas de produção de *commodities* ao passo que se retraem as de culturas alimentares destinadas ao mercado interno. Em 32 anos, de 1980 a 2012, período no qual as transformações da base técnica atuaram intensamente, houve redução de 42% da área plantada com feijão e de 91% da área plantada com arroz, alimentos da base alimentar do brasileiro. Na outra extremidade temos um aumento de 84% da área destinada à produção de soja. Já a área plantada com milho apresentou crescimento de 39%, vale destacar que no caso do milho esta é uma cultura de forte consorciamento com a soja, como destacaram Paulino e Krüger (2010), que por sua

vez também é um produto comercial, em grande parte comercializada no mercado mundial.

Em última instância, esses números indicam os processos que paulatinamente aturam na mudança da base agrícola do estado, expressa na substituição dos cafezais por culturas temporárias, entre elas destacam-se a soja, o milho e o trigo. E mais do que isso, a forma de produzir passou por mudanças sem precedentes, pois o café, reconhecidamente caracterizado como uma atividade de alto emprego de mão de obra, cede lugar às culturas temporárias, caracterizadas por um padrão no qual a substituição do capital variável pelo capital constante prevalece, ou seja, estabelece-se um modelo no qual o alto grau de tecnificação dá o tom nas relações produtivas.

Para Fabrini (2002) emerge um modelo produtivo que aproxima a indústria do campo, em última instância criando uma relação de dependência.

A modernização da agricultura implicou na integração entre indústria e agricultura, quando a forma de produzir acabou sendo imposta por instâncias de fora da unidade de produção, como por exemplo, os pacotes tecnológicos e a crescente utilização de insumos químicos, biológicos e físicos, necessários para o desenvolvimento da produção agrícola (FABRINI, 2002, p. 135).

Em síntese, o processo de mudança da base técnica da agricultura estava ligado ao direcionamento da política econômica nacional, na qual o Estado atuou criando políticas de incentivos para promover o avanço das culturas que se constituíam em mercado consumidor para a indústria. Os protagonistas foram os médios e grandes estabelecimentos, ao passo que recorriam aos fundos bancários com juros módicos para inserção das culturas temporárias, já os pequenos proprietários, com baixo acesso ao mercado financeiro, não tinham recursos monetários para se adequar ao novo modelo tecnológico. Portanto, o Estado ao passo que disponibilizava incentivos para promover a agricultura tecnificada e os projetos agroindustriais excluía os pequenos dessa possibilidade. No Paraná aos pequenos restou outras políticas: “a esses, o investimento estatal veio na insidiosa propaganda sobre um novo Eldorado que, paradoxalmente, transformou Rondônia em um reduto de paranaenses” (PAULINO, 2006, p. 84).

Esse período foi marcado por uma acentuada eliminação dos estabelecimentos com até 10 hectares, segundo Paulino (2011, p. 115) “entre 1970

e 1996 praticamente metade dos estabelecimentos com até 10 hectares foram eliminados, processo que em menor intensidade atingiu o estrato de até 100 hectares”.

Por conseguinte, as propriedades médias e grandes protagonizaram o processo de tecnificação e substituição de culturas. As pequenas, com dimensões inferiores a 20 hectares, ainda permaneceram praticando a cafeicultura. Isso porque o camponês que conseguiu se manter na terra optou por culturas que empregassem maior mão de obra, como elucidou Paulino (2006). Isso expressa lógicas distintas, se para os capitalistas as culturas temporárias passíveis de incremento de máquinas se tornam viáveis pela substituição do capital variável pelo capital constante, para os camponeses o objetivo é manter todos os membros da família trabalhando na propriedade, mesmo que os rendimentos líquidos sejam menores, como destacou Paulino (2003).

A apreciação desses processos nos indica que as relações de produção no campo estão em constante transformação, ocasionando, por extensão, significativas transformações no território. Ademais, esse movimento opera sob a lógica da mercantilização exacerbada, no qual o sentido decorre de articulações ora nacionais ora regionais, mas que invariavelmente são sentidas em qualquer escala que se pretenda analisar.

Destarte, o esforço aqui empreendido para demonstrar os processos pelos quais passou a agricultura paranaense se constituiu em expediente necessário na medida em que a constituição do cooperativismo no estado esteve inserido nesse processo, o que não permite entendê-lo descolado das dinâmicas que concorreram para a transformação do espaço agrário paranaense. O que justifica a necessidade de dar relevo ao processo de modernização da base técnica da agricultura, pois imprimiu novas territorialidades a partir das dinâmicas por ele desencadeadas.

As cooperativas que se multiplicaram durante a cafeicultura passaram a atuar junto aos agricultores na perspectiva da disseminação do modelo agrícola tecnificado, prevalecendo um modelo de cooperativismo empresarialista, evidentemente com o concurso do Estado, como expressa a análise da legislação brasileira e a política de incentivos a essas organizações.

No que se refere ao processo de mudança da base produtiva no Norte Central paranaense, cabe destacar ainda que as cooperativas também mudaram. As condições para tal foram propiciadas em grande parte pelo Estado. Serra (2013)

destaca que a transição do modelo cooperativista instalado durante a cafeicultura, o qual apresentava como característica o recebimento e a comercialização de matérias-primas, para um modelo em que a cooperativa recebe matéria-prima e as industrializa, posteriormente inserindo no mercado o produto pronto para o consumo, somente foi possível devido aos aportes creditícios disponibilizados ao setor por intermédio do Estado, possibilitando a estruturação de sofisticados parques industriais.

Para exemplificar essa articulação entre o Estado e as cooperativas, podemos observar o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), que por um lado possibilitou o acesso a aportes financeiros destinados à liquidação das dívidas acumuladas, mas por outro indicou o caminho que deveriam seguir, ou seja, a modernização dos parques industriais.

Art. 3º Para habilitação às operações de crédito classificadas como de RECOOP, atendida à condição preliminar constante da parte final do art. 5º, caput, exigir-se-á parecer de auditoria independente sobre a procedência dos valores relacionados a dívidas existentes, bem como a **apresentação do plano de desenvolvimento da cooperativa**, aprovado em assembléia geral extraordinária pela maioria dos cooperados, contemplando:

I - **projeto de reestruturação demonstrando a viabilidade técnica e econômico-financeira da cooperativa**, com direcionamento das atividades para o foco principal de atuação de uma cooperativa de produção agropecuária e desmobilizações de ativos não relacionados com o objeto principal da sociedade, dentre outros aspectos;

II - **projeto de capitalização**; (BRASIL, 1998, grifos nossos).

É possível observar que para obter recursos por meio do programa as cooperativas deveriam apresentar um plano de reestruturação, no qual apresentassem todas as garantias que possibilitassem constatar a sua viabilidade econômica e técnica, com isso há um direcionamento para conduzi-las para o caminho da gestão empresarial, com riscos e custos controlados, na tentativa de se viabilizarem economicamente, sendo esta a principal dimensão a ser considerada no momento da solicitação do crédito.

Em anexo à medida provisória estavam estabelecidos os prazos para os pagamentos dos recursos financeiros obtidos pelas cooperativas. Para refinanciamento das dívidas com o sistema financeiro, com cooperados, oriundas de aquisição de insumos agropecuários, de tributos e encargos sociais o prazo chegava

até 15 anos com juros subsidiados. No que se refere à obtenção de financiamentos para investimentos, o prazo também apresentava teto de 15 anos, ainda havia a possibilidade de obtenção de recursos para investimento em capital de giro, este com prazo de pagamento de no máximo 2 anos.

Em última instância, o Estado busca subsidiar as cooperativas, ao fazê-lo estimula o modelo desejado, ou seja, o empresarialista. Tal objetivo pode ser inferido a partir de estratégias para além dos subsídios, pois foram criadas condições técnicas para a produção agrícola no estado ainda na década de 1970 com a finalidade de desenvolver o modelo agrícola empresarial. Para tanto, é criada em 1975 a Embrapa Soja no município de Londrina, Norte Central do estado. A empresa destaca que a sua fundação em 1975 tinha o propósito de desenvolver tecnologias para produção de soja no Brasil, tornando-se referência mundial em pesquisa para a cultura da soja em regiões tropicais (EMBRAPA, 2015). O papel das cooperativas foi atuar como instrumento de disseminação dessas tecnologias, principalmente fazendo-as chegar ao campo por meio de assistência técnica aos produtores.

O que se nota é que o cooperativismo faz parte de um processo que está em curso, e se por um lado significou a sua utilização como instrumento na tentativa de expandir o capital no campo e consolidar o processo de modernização da base técnica da agricultura, por outro, e por extensão, significou a sua territorialização no campo paranaense.

No que se refere às transformações produtivas, em síntese, no Paraná as cooperativas atenderam aos interesses gestados na escala macro, no qual o papel central foi atribuído ao setor industrial, em última instância tendo como protagonista as elites rurais e industriais. O cooperativismo empresarialista então atende aos interesses por eles elencados, sobretudo, de desenvolver um modelo competitivo, contribuindo assim para o equilíbrio da balança de pagamentos, devido à importância da agricultura na produção exportada, como assevera Paulino (2006, p. 174).

Vale destacar que o concurso do Estado nesse processo não é mera coincidência, afinal não é possível desmembrá-lo da luta de classes travada em seu interior, antes o Estado é resultado dessas disputas. Dito em outros termos, o Estado ao atuar nesse processo indica que hegemonicamente há um controle capitalista do Estado, é o Estado colocado a serviço de uma classe, dominado por ela, condição mais complexa do que um simples acaso.

Para esse entendimento contribui Lênin (2010) ao afirmar que o Estado não é uma força imposta à sociedade, não é algo do exterior, mas constitui-se em um produto da sociedade em uma certa fase de seu desenvolvimento.

O Estado [...]. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entrededorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da 'ordem'. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS *apud* LÊNIN, 2010, p. 26).

Para Lênin (2010), os ideólogos burgueses deturpam o pensamento de Marx na tentativa de afirmar que o Estado é um órgão de conciliação de classes, ou seja, é um instrumento que pode atender tanto aos interesses da classe operária como da classe dominante, todavia o autor afirma que as contradições de classes são inconciliáveis e que a própria existência do Estado prova isso. Ademais, Lênin (2010) afirma que, "para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma 'ordem' que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes" (LÊNIN, 2010, p. 27).

Compartilha-se assim da conclusão de Lênin (2010) de que o Estado é um instrumento de dominação e exploração da classe oprimida. A propósito, o autor cita Engels e afirma:

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada (ENGELS, *apud* LÊNIN, 2010, p. 32).

O Estado representa a luta de classes travada na sua constituição, em última instância o resultado é a formação/manutenção de uma correlação de forças que domina o Estado. No caso do Brasil, por extensão do Paraná, tornou-se hegemônico o domínio exercido pelos capitalistas, o que não exclui a participação

das demais classes, pois a luta de classes não se extinguiu no interior do Estado, afinal ela é inerente ao modo capitalista de produção.

Portanto, o cooperativismo não paira no ar, antes está inserido como instrumento da classe hegemônica a serviço dos seus projetos. Entretanto, há que se ponderar, pois no interior desses projetos o cooperativismo também atendeu aos anseios da classe camponesa, que por meio dele lançaram mão de novas possibilidades de territorialização, o que pode ser expresso pela sua presença na composição dos quadros associativos, afinal como destaca Paulino (2006, p. 171) em 2006 um em cada três produtores rurais no Paraná eram cooperados e destes 85% eram camponeses com propriedades de até 50 hectares.

#### 1.2.1. O cooperativismo de base empresarialista no Paraná: atualidade e conflito

Ao analisar a expansão do cooperativismo agropecuário no Paraná dois pontos merecem relevo, primeiramente não há como desconsiderar que ao longo do tempo as cooperativas foram se concretizando como importantes agentes de transformação do espaço rural, ao passo que encontraram condições favoráveis para a sua expansão, tornaram-se referência na captação da produção agrícola, comercialização, industrialização e distribuição de insumos.

Em trabalho de campo no município de Atalaia foi possível identificar que para uma parte dos camponeses a cooperativa é destino certo para a produção, o camponês entrevistado 23 explicou que toda a sua safra de soja e milho é comercializada pela cooperativa COCAMAR, na qual ele também obtém os insumos necessários ao cultivo. Na área de estudo delimitada para essa pesquisa é comum encontrar camponeses como o entrevistado 23, que entregam integralmente a produção na cooperativa e também adquirem todos os insumos utilizados na lavoura.

Em segundo lugar, há que se destacar o papel econômico que a atividade assumiu no estado, afinal a participação das cooperativas paranaenses na economia revela sua inequívoca importância. Segundo a OCEPAR (2015b, p. 7), em 2014, o conjunto dos ramos cooperativistas paranaenses fecharam seu ano contábil com movimentação econômica de R\$ 50,9 bilhões de reais. O PIB do estado no mesmo ano foi de 348 bilhões de reais (IPARDES, 2017), com isso o cooperativismo representou 14,62% de participação no PIB.

Já as exportações das cooperativas paranaenses, segundo dados oficiais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), atingiram a marca de US\$ 2,11 bilhões de dólares em 2014, vale destacar que as exportações das cooperativas brasileiras foram de US\$ 5,28 bilhões no mesmo ano (MDIC, 2016), ou seja, as cooperativas do estado foram responsáveis por 40,14% das exportações operadas pelo setor no país.

No que se refere às cooperativas agropecuárias, os indicadores são expressivos em relação aos demais ramos, tanto no número de cooperativas quanto de cooperados, como pode ser observado na Tabela 05.

**Tabela 5 - Cooperativas no Paraná por ramo de atuação em 2015**

<b>Ramo</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Cooperados</b>
Agropecuário	72	139.663
Consumo	1	2.298
Crédito	58	908.380
Educacional	13	482
Habitacional	1	98
Infraestrutura	9	9.429
Saúde	33	14.117
Trabalho	7	1.780
Transporte	25	3.005
Turismo e lazer	2	485
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>1.079.737</b>

Fonte: OCEPAR (2015a).

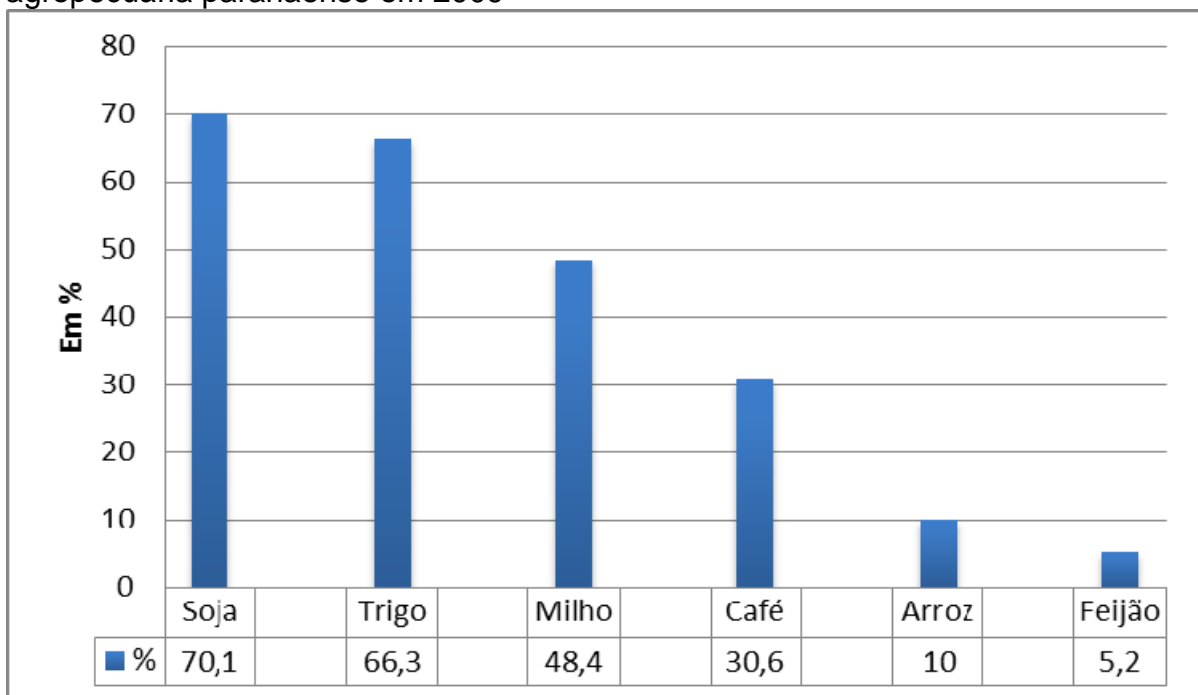
O setor agropecuário representa 32,5% do total de cooperativas, o que permite considerar que basicamente a cada três cooperativas no Paraná uma está no campo. Quanto ao número de associados esse setor congrega 12,9% do total de sócios, somente sendo superado pelo ramo das cooperativas de crédito que representa 84% dos associados.

O segmento das cooperativas agropecuárias responde pela comercialização de 56% do valor bruto da produção agropecuária do Paraná (OCEPAR, 2015b, p. 6). Em outros termos, podemos identificar que a maior parte da produção do campo, camponesa e capitalista, produzida de maneira privada, passa por uma cooperativa para chegar ao mercado final.

Eis alguns dados relevantes para demonstrar a sua territorialização no campo, que não pode ser mensurado somente pela presença das cooperativas no território, mas por sua influência nas dinâmicas produtivas. Para tanto, o Gráfico 03

pode contribuir, pois apresenta os dados referentes à participação das cooperativas na comercialização da produção agrícola do estado, no caso da soja as cooperativas são responsáveis pela comercialização de 70% do volume da produção total da leguminosa, apresentando também números expressivos nas culturas que normalmente a ela são consorciadas, como o milho (48,4%) e o trigo (66,3%).

**Gráfico 3** - Participação das cooperativas na comercialização da produção agropecuária paranaense em 2009



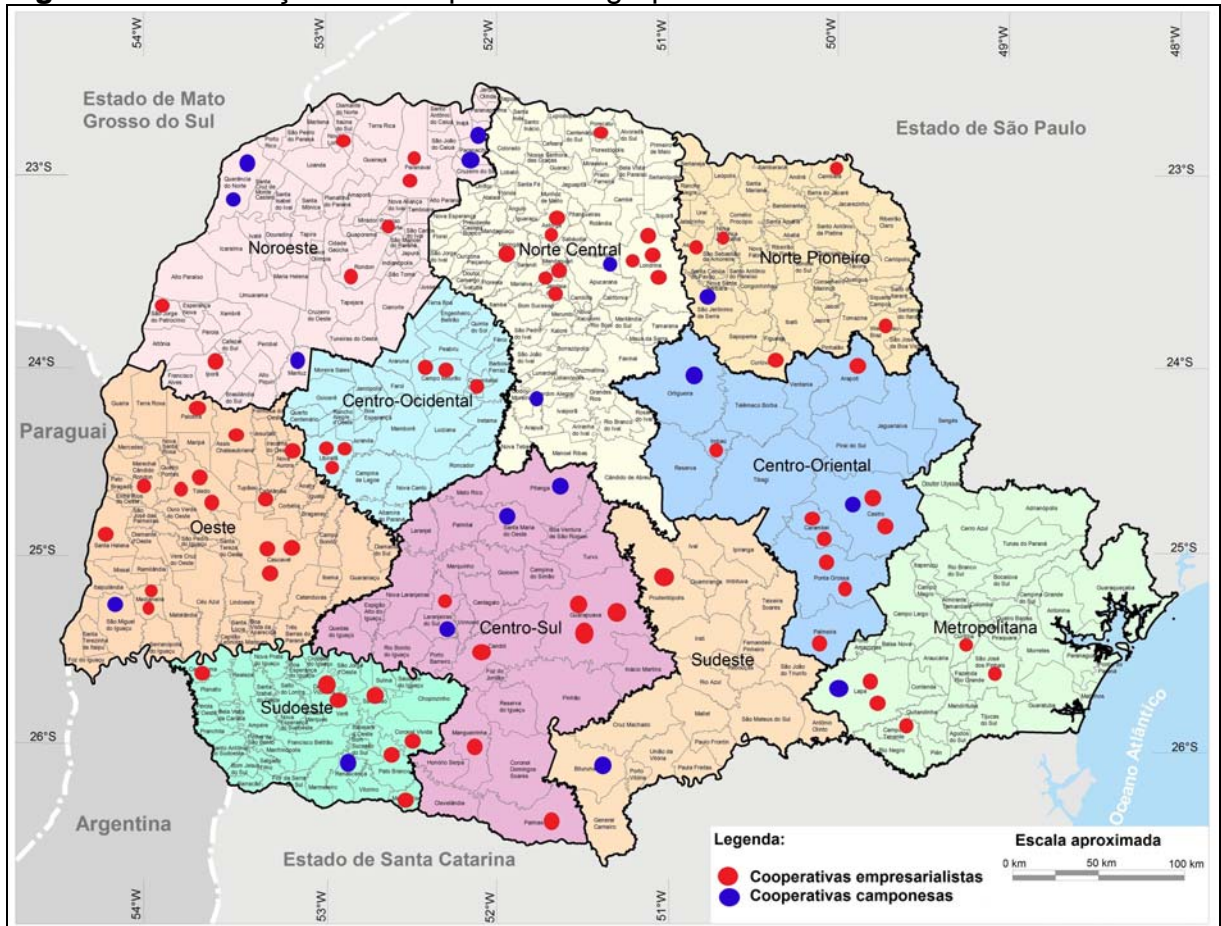
Fonte: Lima e Alves (2011, p. 07).

Esses números demonstram a capilaridade das cooperativas no campo, ou seja, embora elas não produzam diretamente, são responsáveis pela comercialização da produção dos cooperados, os sujeitos que efetivamente produzem no campo. Ademais, mesmo inseridas em um contexto de disputa pela captação da produção com as grandes empresas monopolistas, principalmente as do setor de grãos, sobressaem com elevados índices, sendo os da soja, do trigo e do milho os mais expressivos.

Esses indicadores são evidências da envergadura dessa modalidade de organização da produção. O cooperativismo tornou-se um agente importante no campo, atuando junto aos agricultores transformou-se na mesma medida em que as atividades agrícolas também mudaram, afinal assumiu contornos que reafirmaram seu potencial em termos econômicos, o que não exclui as contradições internas.

Especialmente falando, sua territorialização pode ser expressa pela distribuição das cooperativas pelo estado, pois estão presentes em todas as regiões do Paraná, como pode ser observado na Figura 03.

**Figura 3 - Localização das cooperativas agropecuárias no Paraná**



**Fonte:** IPARDES (2015). Org.: Zeneratti (2016).

Essas cooperativas se diferenciam basicamente pelo tipo de produtos captados, como: leite, soja, milho, trigo, café, cana-de-açúcar, laranja, algodão, para citar somente os mais significativos do ponto de vista do volume, mas também por seu conteúdo político-ideológico, pois além das 72 cooperativas empresarialistas, há forte presença das cooperativas camponesas. Portanto, se justifica dimensionar na Figura 03 as cooperativas agropecuárias vinculadas à OCEPAR, ou seja, as empresarialistas, mas também demonstrar a presença das cooperativas camponesas vinculadas à CONCRAB, que totalizam 17 cooperativas.

No que se refere às cooperativas empresarialistas, na área de estudo há 11 cooperativas, na Tabela 06 elas estão nominadas, com destaque para a localização da sede da instituição.

**Tabela 6 - Cooperativas com sede na Mesorregião Norte Central paranaense**

<b>NOME</b>	<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>CIDADE</b>
CATIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE LONDRINA	LONDRINA
COCAFE	COOPERATIVA AGRICOLA DE ASTORGA LTDA	ASTORGA
COCAMAR	COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	MARINGÁ
COCARI	COCARI COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL	MANDAGUARI
COLARI	COOPERATIVA DE LATICINIOS DE MANDAGUARI LTDA	MANDAGUARI
COFERCATU	COFERCATU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	PORECATU
CONFEPAR	CONFEPAR AGRO-INDUSTRIAL COOPERATIVA CENTRAL	LONDRINA
COOPerval	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAI LTDA	JANDAIA DO SUL
INTEGRADA NOVA	INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL	LONDRINA
PRODUTIVA	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA	ASTORGA
VALCOOP	COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO TIBAGI LTDA	LONDRINA

Fonte: OCEPAR (2015a).

Em números totais, a mesorregião Norte Central paranaense está em segundo lugar em termos de quantidade de cooperativas, ficando atrás apenas da mesorregião Oeste que contém 14 cooperativas. Vale destacar que as cooperativas do setor de grãos são a maioria na região, as quais sobressaem a COCAMAR, COCARI, INTEGRADA, COCAFE e NOVA PRODUTIVA.

O cooperativismo se expandiu na região atrelado ao desenvolvimento do setor agropecuário, ademais para Fajardo (2007) a capacidade de agregar valor por meio da agroindustrialização foi expediente decisivo.

Interessante observar que as cooperativas acompanharam as modificações no espaço rural paranaense ativamente, consolidando a implantação de lavouras modernas e da agroindustrialização. [...] As maiores cooperativas do Estado adotam, então, as mesmas estratégias das grandes empresas, agregando valor por meio das atividades industriais (FAJARDO, 2007, p. 185-86).

A viabilização do cooperativismo por meio da industrialização da produção é uma das estratégias que ainda se mantém atual, tendo em vista os investimentos do setor, afinal em 2014 os investimentos das cooperativas paranaenses atingiram a marca de R\$ 2,8 bilhões de reais, dos quais 60% foram destinados ao ramo agropecuário, sendo que foram utilizados na ampliação da capacidade de armazenagem dos entrepostos de captação e modernização do processo de agroindustrialização (OCEPAR, 2015b).

Um exemplo elucidativo é o caso da COCAMAR, que entre os anos de 2010 e 2016 realizou significativo investimento na modernização dos seus entrepostos,

segundo o entrevistado COCAMAR 01 no entreposto em que trabalha<sup>1</sup> a cooperativa investiu na construção de uma nova estrutura de captação, ampliando a capacidade de captação de 1.000 toneladas para 1.500 toneladas e o armazém de produtos passou de 600m<sup>2</sup> para 1.200m<sup>2</sup>. Segundo ele vários entrepostos passaram por reformas no período, entre eles os do município de Floresta, Ivatuba e Doutor Camargo, também com a mesma finalidade.

O Estado se mantém presente nesse processo, a prática de concessão de subsídios utilizada durante o processo de territorialização das cooperativas não faz parte do passado, em absoluto, entre os anos de 2011 e 2015 o volume de crédito destinado às cooperativas agropecuárias apresentou crescimento de 51,25% no país, passando de R\$ 4 bilhões de reais para R\$ 6,05 bilhões de reais (OCB, 2015b). Segundo a OCB (2015a, p. 57) esses recursos foram disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de linhas de crédito destinadas à capitalização das cooperativas agropecuárias, ao desenvolvimento do processamento para agregação de valor à produção agropecuária e investimento em agroindústrias.

O resultado do acesso aos fundos públicos pode ser notado na capacidade de processamento das cooperativas, pois no Paraná 48% da produção agropecuária dos cooperados passa atualmente por algum tipo de transformação antes de ser inserida no mercado (OCEPAR, 2015b).

Entretanto, o desenvolvimento do cooperativismo no Paraná não é linear e tampouco harmônico, afinal há casos de êxito e de fracasso no processo de territorialização. Isso faz pairar entre os associados as incertezas da cooperação, que se por um lado lhes proporciona o compartilhamento dos dividendos, por outro também o fazem com os prejuízos.

Entre os casos de êxito empresarial na mesorregião Norte Central paranaense vale destacar uma cooperativa que se fortaleceu por meio da modernização do seu parque industrial, trata-se justamente da COCAMAR, que por meio da verticalização, expandiu-se significativamente, tornando-se uma cooperativa de referência na região, como demonstram as análises de Fajardo (2007).

É importante destacar que a verticalização da cooperativa pode ser caracterizada pelo controle do processo produtivo desde a produção no campo até o

---

<sup>1</sup> Nome do município suprimido por razões metodológicas.

destino final, embora ela não produza diretamente no campo o fornecimento de matéria-prima é assegurado pelos cooperados, que posteriormente é processada por meio do parque industrial para subseqüente distribuição.

A COCAMAR foi fundada em 1963 no município de Maringá, originalmente chamada de Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, com a finalidade de eliminar os intermediários que atuavam na captação da produção de café. Em 1979, já inserida no processo de modernização da base produtiva do estado, passa a atuar diretamente na industrialização de grãos, notadamente a soja.

A Cocamar, [...], entra para o processo de integração vertical da economia paranaense com a sua indústria de moagem de grãos e óleos comestíveis em 1979, concorrendo em um mercado muito disputado por grandes empresas multinacionais e nacionais, a exemplo, dentre outras, da Cargill, Anderson Clayton, Braswey e Sanbra (TEIXEIRA, 2002, p. 106).

A entrada da cooperativa no processo de industrialização demonstra que não bastava atuar na eliminação dos intermediários, ou seja, atuar repassando matérias-primas às indústrias, antes buscou auferir melhores vantagens econômicas por meio do processamento da produção. Foi nesse sentido que a COCAMAR iniciou o processo de esmagamento de grãos e processamento de óleos vegetais. A decisão de seguir nessa direção também expressa uma de suas estratégias frente ao novo modelo agrícola brasileiro marcado pela atuação no campo das empresas monopolistas mundiais, como destacou Oliveira (2015), para competir e inserir-se no mercado em condições mais vantajosas aos seus cooperados, adotou a industrialização da produção como estratégia de manutenção e fortalecimento.

Entretanto, esse caso não pode ser tomado como regra, mesmo que muitas cooperativas tenham se fortalecido via modernização de seus parques industriais, muitas vezes se aproveitando do tratamento estatal via políticas creditícias destinadas à difusão do modelo empresarial de cooperação, problemas ocorreram. Paulino (2006) destaca que as políticas de crédito subsidiado tiveram outros reflexos, pois aliadas a gestões corruptas ou incompetentes levaram muitas cooperativas a fecharem as portas.

Portanto, os insucessos demonstram que neste caminho não há garantias, o caso da Cooperativa de Cafeicultores de Rolândia (COROL) demonstra isso, seus

problemas tiveram grande repercussão na região e os meios de comunicação atuaram significativamente na disseminação das informações.

A COROL assumiu dívidas ao longo do tempo, fruto do seu projeto de industrialização, que se estruturou em diversos setores, tais como: sucroalcooleiro; cítrico; torrefação de café; e fabricação de rações. Mas sua crise se aprofunda em 2009 com a implantação do moinho de trigo, que se viabilizou recorrendo aos cofres públicos via financiamentos subsidiados. Segundo noticiado na época, foram mais de R\$ 20 milhões de reais obtidos no Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) para essa empreitada, sendo que posteriormente foram liberados mais R\$ 30 milhões de reais para compor o capital de giro da cooperativa, este com seis anos para pagamento e com juros de 6,76% ao ano (COROL, 2012, p. 02).

A cooperativa entrou em crise financeira sem precedentes, os motivos são confusos e com informações desencontradas, sendo que até agora não foram esclarecidos. Contudo, a partir das discussões travadas na assembleia de 28 de abril de 2013 é possível identificar que parte dos cooperados atribuíram a crise à má gestão e à falta de planejamento no processo de expansão, assumindo riscos que não poderiam ser cumpridos (FARINA, 2013). Inclusive nessa assembleia a diretoria e o conselho administrativo foram destituídos, vale destacar que essa assembleia foi agendada por iniciativa dos próprios cooperados por meio de um abaixo-assinado com duas mil assinaturas, na ocasião o diretor da cooperativa não compareceu, diante da crise foi constituída uma nova diretoria de caráter provisório (FANTIN, 2013, p. 01-02).

Ao analisar as publicações dos meios de comunicação da época, é possível identificar que a maior preocupação dos associados era em relação às dívidas da cooperativa referentes aos títulos (Nota de Crédito Rural - NCR) emitidos em nome dos agricultores. A cooperativa utilizou os nomes dos cooperados para buscar financiamentos, porém os títulos não foram pagos, ocasionado o protesto de muitos deles, como foi amplamente noticiado na região pela imprensa (STUTZ, 2013, p. 03). Do total de aproximadamente 7.500 cooperados, havia cerca de 600 com títulos em risco de serem protestados, sendo que 20 já haviam sido cobrados judicialmente e mais 150 com possibilidade de inserção do nome no SERASA<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> SERASA é uma empresa privada que recebe a maior parte das informações sobre quem tem dívida em bancos, ter o nome inserido em seu banco de dados impossibilita novas transações financeiras, como aquisição de financiamentos.

Uma das principais reclamações vem dos cooperados que assinaram as NCRs (Notas de Crédito Rural), emitidas como garantia adicional ao crédito concedido à Corol. O problema é que o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) está cobrando os associados, depois que a Cooperativa não pagou as notas (IMBRÓGLIO, 2013, p. 01).

No campo o problema do protesto dos títulos é tema comum nas entrevistas, os camponeses afirmam que muitos foram os casos na região e descrevem como acontecia a solicitação dos dados pela cooperativa com o objetivo de buscar os financiamentos.

O gerente pediu o meu CPF, dava pra pegar R\$ 25 mil no meu CPF. Ele vinha aqui no sítio e trazia o papel pra assinar e autorizar, eu não assinei. Mas, meu irmão sim e o CPF dele foi bloqueado. Não tem jeito, agora tem que pagar no banco. O povo dava o CPF porque a COROL era muito forte, ninguém imaginava que ia quebrar (Entrevistado 06, município de Rolândia, 2017).

Os camponeses que forneceram os dados para a cooperativa captar os financiamentos confiavam nela, muitos pelo tempo de cooperação conheciam a diretoria, os técnicos e a estrutura da COROL, isso lhes permitia acreditar que os riscos eram reduzidos, engano que significou o protesto dos títulos emitidos em seus nomes, impondo a estes sujeitos a necessidade do pagamento das dívidas assumidas pela cooperativa. Até porque, para os camponeses, a não quitação das dívidas não configura em hipótese aceitável, primeiro não fazê-lo remete a uma ordem moral distante da qual os orienta, que tem no pai a figura de integridade, responsável por honrar os compromissos assumidos, depois devido à necessidade de obtenção de novos financiamentos e compras a crédito no comércio local, que torna necessária a quitação, pois essas transações são inviabilizadas toda vez que é realizada consulta no SERASA.

Cabe lembrar que a não liquidação dos financiamentos por parte dos camponeses, em regra, se deve à impossibilidade de fazê-lo, afinal há casos nos quais a falta de recursos monetários associada a problemas de saúde na família inviabiliza o pagamento: “o CPF do meu pai está devendo até hoje, está na justiça, mas nós não vamos pagar, é muito dinheiro [R\$ 30 mil], com esse dinheiro cuidamos do pai que tá doente” (Entrevistado 24, município de Rolândia, 2017). Todavia, no

geral os camponeses, mesmo relutantes, buscam na medida de suas possibilidades liquidarem as dívidas.

Como se pode notar esse é um caso no qual os associados acabaram assumindo as dívidas contraídas pela cooperativa, o que confirma a distribuição dos prejuízos entre os associados em momentos de crise. Ademais, remete à identidade cooperativa da COROL, que diferente de uma empresa privada na qual a falência acarreta prejuízos diretos somente aos proprietários, atingindo os fornecedores de matéria-prima indiretamente caso tenham contas a receber da empresa, que pela falência pode cogitar não pagar, na cooperativa os cooperados são chamados a arcar com os prejuízos por ela auferidos, ou seja, há uma socialização das perdas.

Vale destacar que a COROL tentou algumas estratégias para superar a crise, uma delas foi a fusão com a COCAMAR, mas que não foi concretizada (LINJARDI, 2013). Também tentou a fusão com a empresa privada Daimco Investimentos, sendo que esta assumiria totalmente as dívidas da cooperativa, mas também assumiria todo o patrimônio, entretanto, garantiria que o capital social dos associados, que estava em torno de R\$ 40 milhões de reais, fosse resguardado, porém, a fusão não foi concretizada (GALIOTTO, 2012). Nesses dois casos a justificativa divulgada foi a impossibilidade de renegociação com os credores da cooperativa, que cobravam suas dívidas na justiça e não aceitavam prolongar os prazos.

Em 2010, atuando com a prerrogativa de tentar salvar a cooperativa em crise, a COCAMAR arrendou as unidades operacionais da COROL. Com isso é possível inferir que para a COCAMAR a crise da COROL representou uma possibilidade de ampliação de sua área de atuação, isso justifica em um primeiro momento o controle de 26 unidades da cooperativa por meio do arrendamento, que nesse caso se estenderia até 2025.

Posteriormente, com a intensificação dos problemas financeiros e as frustradas tentativas de fusão, a COROL caminhava para o fechamento das portas, abriu-se então uma possibilidade estratégica da COCAMAR de se apoderar definitivamente das instalações por meio da compra judicial, uma vez que para saldar as dívidas a COROL iria a leilão.

Esses processos devem ser entendidos no campo das disputas territoriais, pois evidenciam que há uma disputa por território entre as cooperativas, afinal para a COCAMAR a decadência da COROL representava uma possibilidade de ampliação

de sua área de influência, principalmente na região de Rolândia e Londrina, afinal os 34 municípios atendidos pela COROL passariam a compor a COCAMAR, assim como os associados.

A título de demonstrar como operam essas disputas, torna-se necessário apresentar um fragmento de um jornal local no qual o presidente da COROL se manifesta sobre a atuação da COCAMAR em sua área de abrangência.

'Podemos pagar as NCRs desde que a Cocamar pague pelo o que está usando ou saia de nossa área de ação, para que possamos negociar com outras cooperativas, que têm interesse em nossa região e no nosso ativo', explicou Eliseu [presidente da COROL]. A relação entre as duas cooperativas atravessa o pior momento. O presidente da Corol afirma que 'falta ética' à empresa maringaense e pede sua saída da região de Rolândia. Nesta área, a Corol conta com cerca de 600 mil hectares e 7 mil associados. Eliseu afirmou que a dívida milionária da cooperativa só pode ser saldada no caso de a Cocamar deixar a área de atuação da Corol. 'É um jogo bruto. Se ela não quiser sair da nossa região, vamos para o campo jurídico, porque os credores da Corol vão para cima dela. A Cocamar já está pagando para um banco R\$ 1,5 milhão. Tem outras ações que estão tramitando. A Fertipar, que é um dos nossos maiores credores, vai fatalmente cair em cima da Cocamar, porque a dívida é de R\$ 170 milhões', afirmou de Paula. [...] 'Como a Cocamar não faz (a renegociação das dívidas), pela nossa leitura ela quer que a Corol vá para liquidação, podendo assim ocupar as unidades que achar mais interessantes, e o resto que se vire', avaliou Eliseu. 'Estamos cercados pelo mal, que é a Cocamar', ressaltou o presidente (IMBRÓGLIO, 2013, p. 01-02).

Nesse contexto de conflito, a COROL pereceu, sendo que a cooperativa foi a leilão em 2013; nessa ocasião as suas unidades operacionais foram arrematadas pela COCAMAR, com exceção da usina sucroalcooleira. Portanto, coube aos cooperados verem a COROL construída ao longo de 50 anos, desde sua inauguração em 1963, ser incorporada por outra cooperativa, restando para uma parte deles arcar com os prejuízos por ela assumidos, já a COCAMAR expandiu sua área de atuação pela região, atualmente estando presente em 57 municípios nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Todavia, não estamos sugerindo apenas dois caminhos - ou as cooperativas se industrializam ou fecham as portas - em absoluto; antes esses casos citados apenas demonstram algumas especificidades do setor cooperativista na mesorregião Norte Central paranaense, apresentando evidências importantes que desmontam o discurso pronto, descolado da realidade concreta, que afirma que as

cooperativas nunca distribuíram prejuízos na região, algo que os dados de campo não atestam.

Em última análise, não há como contestar que o cooperativismo no Paraná se territorializou, hoje a cooperação é uma realidade no campo, não é exagero afirmar que ao andar pelo campo é comum se deparar com os entrepostos de captação de grãos, mas esse processo é contraditório e marcado por disputas territoriais, ora entre cooperativas ora entre elas e as empresas monopolistas. Essas disputas podem significar em alguns casos a expansão da área de atuação de uma cooperativa e o fechamento de outras, como ocorreu no caso da COROL, dinâmica que não pode ser compreendida genericamente, sob pena de obscurecer a realidade e refutar o papel científico de fornecer elementos capazes de contribuir para a luta dos camponeses.

A cooperação é um desafio, por isso é tarefa da ciência municiar os camponeses com a compreensão dos processos nos quais as cooperativas estão inseridas, processos repletos de conflitos e disputas, evidentemente que não se trata de tentar desestimular a cooperação, mas de contribuir no sentido de identificá-los com vistas a continuar a cooperar, tarefa talvez modesta, mas essencial.

## 2. CAMPESINATO E LUTA NA TERRA NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

O fato de os camponeses serem maioria na composição do quadro das cooperativas de base empresarialista, sem falar na presença plena quando da constituição das cooperativas camponesas, nos incita a compreender mais a fundo essa classe social e suas respostas econômico-organizativas frente à hegemonia da agricultura capitalista na área de estudo.

A discussão sobre os caminhos que o campesinato seguiria na sociedade capitalista foi amplamente desenvolvida no final do século XIX e ao longo do século XX, contudo o despertar do século XXI não representou o fim desse debate, antes o ampliou. Afinal, aqueles que postulavam o seu fim tiveram que reelaborar seus recursos analíticos para interpretar a persistência dessa classe, por outro lado os intelectuais que buscavam compreender suas dinâmicas se depararam com um novo campesinato, resistente - organizado ou não - e inserido em um novo momento histórico, marcado por novas relações sociais de produção e de existência. Para ambos o desafio é cada vez maior.

É importante destacar que quando se trata do campo não há consenso sobre as possibilidades de interpretação. Nesse sentido Oliveira (1996b, p. 45) foi preciso ao identificar no Brasil a existência de basicamente três correntes teóricas que se ocupam dessa tarefa, valendo o intento de sintetizá-las a fim de situarmos os debates que faremos neste capítulo.

Segundo o autor, a primeira corrente se caracteriza pela compreensão de que as relações capitalistas de produção generalizar-se-iam no campo, cabendo aos camponeses dois caminhos: empobrecer e tornar-se proletários ou acumular e tornar-se pequenos capitalistas; o produto final desse processo é a destruição do campesinato. Para essa corrente o latifúndio também desapareceria, pois se modernizaria, tornando-se modernas empresas rurais capitalistas (OLIVEIRA, 1996b, p. 45).

Nessa vertente teórica, a persistência do campesinato no campo é entendida como resíduo social em vias de extinção. Segundo Oliveira (1996b), os sustentáculos teóricos que fundamentam essas interpretações repousam principalmente sobre as obras marxistas de Kautsky e Lênin, evidentemente guardadas as devidas diferenças entre ambos, como destaca Shanin (1980).

Kautsky acreditava que o fim do campesinato estava diretamente ligado à sua incapacidade de competir com o grande estabelecimento, caracterizado por elevada superioridade produtiva e tecnológica, o que justifica inclusive a tese da modernização do latifúndio. Por outro lado, Lênin entendia que o fim do campesinato se fundamentava na diferenciação social impulsionada a partir do desenvolvimento das relações mercantis, o que levaria os camponeses a se tornarem pequenos capitalistas ou proletários, em ambos os casos o fim do campesinato era o produto final.

Já a segunda corrente apresentada por Oliveira (1996b, p. 46) refere-se a um conjunto de autores que entendem o campo como caracterizado pela permanência das relações feudais de produção, em que o campesinato é entendido como uma classe social da sociedade feudal. Nesses termos seu desaparecimento estaria relacionado ao processo de penetração das relações capitalistas de produção no campo. Oliveira (1996b) detalha essa interpretação segundo a qual haveria um processo de separação em três níveis: a separação do camponês dos laços comunitários tradicionalmente estabelecidos; a separação entre a indústria rural e a agricultura, como resultado da inserção do campesinato na economia de mercado; e, por fim, a separação do camponês dos meios de produção e sua consequente proletarização.

Segundo Oliveira (1996b), este caminho indica uma interpretação linear do desenvolvimento histórico marcado pela sucessão dos modos de produção, sendo o capitalismo o sucessor do feudalismo e o antecessor do socialismo; nesses termos as relações de produção não tipicamente capitalistas são entendidas como resquícios fadados ao desaparecimento pelo desenvolvimento do capitalismo. Embora esta tenha sido uma interpretação sustentada a partir de Marx e Engels, o que não exclui Kautsky, é importante considerar o que destacam Guzmán e Molina (2013, p. 48). Para os autores “o último” Marx parece começar a aceitar um desenvolvimento multilinear do processo histórico, isso significa conceber que é possível a coexistência de distintas formas de exploração na dinâmica socioeconômica de uma determinada sociedade, abrindo possibilidades de interpretações sobre a persistência de relações não capitalistas inseridas em uma sociedade capitalista, possibilidade esta refutada pelos autores desta segunda corrente teórica.

A terceira corrente, a qual assim como Oliveira (1996b) também fazemos parte, entende que o campesinato é fruto contraditório da própria dinâmica da sociedade capitalista.

[...] as relações não-capitalistas de produção no campo hoje [...] [são] criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento) (OLIVEIRA, 1996b, p. 46).

Esse entendimento somente é possível por considerar que o desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e desigual, ou seja, se faz de forma heterogênea, complexa e plural, como destaca Oliveira (2001, p. 185).

Dessa forma, penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa.

Portanto, o campesinato não é uma classe de fora do capitalismo e sim de dentro dele, no campo sua reprodução é marcada pela luta cotidiana para se manter na terra, ou para entrar nela, com certa autonomia do trabalho e da produção.

Essa interpretação encontra seus indicativos a partir de Rosa Luxemburgo, como destacam Paulino e Almeida (2010) e Guzmán e Molina (2013), pois na contramão da ortodoxia que imperou no desenvolvimento do pensamento marxista, abre a possibilidade de interpretação da coexistência de regimes de produção diferentes presentes em uma mesma sociedade.

Portanto, é preciso compreender que o desenvolvimento do capital não se faz em sentido único, antes sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, (re)cria formas não capitalistas com vistas à extração da renda, via pilhagem, como forma de produzir capital (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 28).

É nesse sentido que a interpretação de Oliveira (2001) contribui para a análise do campesinato contemporâneo, pois ao considerar o desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção impõe a necessidade de considerar a totalidade como categoria analítica essencial, pois fundada na contradição permite compreender a reprodução de formas não capitalistas engendradas à própria expansão do modo capitalista de produção.

Contudo, territorialmente falando, isso não significa dizer que sejam relações articuladas harmonicamente, embora em alguns casos possa parecer, antes se tratam de complexos níveis de sujeição da renda da terra. Por exemplo, se por um lado o capital concentra terra, expropriando assim o campesinato, por outro os camponeses se levantam contra o capital numa luta anticapitalista a fim de superar os limites da propriedade privada capitalista e adentrar à terra de trabalho, ou seja, travam uma luta pela entrada na terra.

Por outro lado, muitos camponeses têm sua reprodução associada a mecanismos de subordinação lançados pelo capital no processo de sua acumulação, como no caso da integração dos camponeses às grandes empresas monopolistas que atuam no campo, que abocanham parte da renda camponesa, nesse caso a luta se dá na terra.

Outros ainda, no processo de luta na terra, se vinculam às cooperativas empresarialistas que se constituem em alternativas às empresas monopolistas, com isso criam estratégias para atenuar a drenagem da renda pelo capital industrial ou comercial.

Em última instância, a recriação do campesinato é marcada pela luta cotidiana dos camponeses, tanto para adentrar à terra quanto para permanecer nela. Nesse processo desenvolvem estratégias significativas de reprodução, para alguns o único caminho é a luta direta contra o latifúndio, ocupando terra e removendo o bloqueio que a propriedade privada capitalista lhes impõe, para outros a manutenção como camponês está associada a mecanismos de produção que possam proporcionar melhores condições de renda.

Na mesorregião Norte Central paranaense essas estratégias estão para além da vinculação às empresas monopolistas, destacando-se a cooperação como expediente dos mais comuns entre os camponeses.

É nesse sentido que do ponto de vista metodológico, a análise do processo de luta camponesa na mesorregião Norte Central paranaense necessita de

uma distinção, pois se apresenta com características diferentes quando o recorte considerado são duas frações do campesinato: os camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas e os camponeses vinculados às cooperativas camponesas.

Os camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas têm a luta na terra como principal característica, já os camponeses associados às cooperativas camponesas têm uma luta adicional: primeiro foi necessário superar a luta pela terra, remover o bloqueio da propriedade privada capitalista, para posteriormente iniciar a luta na terra, travada cotidianamente para a manutenção do lote e da família.

No que se refere à luta na terra, na mesorregião Norte Central paranaense uma parcela significativa dos camponeses elegeu o cooperativismo empresarialista como estratégia de reprodução, afinal dos 45.728 estabelecimentos camponeses de até 50 hectares 13.562 são cooperados (IBGE, 2006), ou seja, 29,65% dos camponeses estão vinculados às cooperativas empresarialistas que atuam na região.

No quadro associativo dessas cooperativas os camponeses representam a grande maioria dos sócios, uma vez que 75,05% dos associados às cooperativas empresarialistas da região têm estabelecimentos de até 50 hectares, área em que os camponeses são predominantes. Logo, no quadro associativo dessas organizações aproximadamente três em cada quatro sócios são camponeses (IBGE, 2006). É justamente esse número que justifica a necessidade de analisar os dados oficiais referentes à região, buscando identificar elementos que expressem a territorialidade dos camponeses, o que por extensão pode evidenciar a territorialidade dos camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas, pois o campesinato é o corpo, a massa fundamental, do cooperativismo empresarialista na mesorregião Norte Central paranaense.

Como referência para essa análise, os estabelecimentos considerados camponeses estão limitados em até 50 hectares, embora não seja possível afirmar com segurança que os estabelecimentos nesse estrato de área sejam todos camponeses. Da mesma forma que não é possível afirmar que os estabelecimentos acima de 50 hectares sejam todos capitalistas, mas é possível afirmar com segurança que na região todo estabelecimento camponês tem área de até 50 hectares.

Por outro lado, esse recorte leva em consideração a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) que limita os estabelecimentos familiares em quatro módulos fiscais, o que na área de estudo representa uma área média próxima aos 50 hectares, pois em 63,29% dos municípios o módulo fiscal não ultrapassa os 16 hectares (INCRA, 2013). Tanto que, nos municípios visitados, os módulos fiscais estavam delimitados em: 12 hectares em Rolândia; 14 hectares em Maringá; e 16 hectares em Doutor Camargo, Ângulo, Atalaia, Floresta e Ivatuba.

Contudo, esses camponeses associados às cooperativas empresarialistas não representam a totalidade dos camponeses que lutam na terra na região, pois no ano de coleta dessas informações havia 1.440 estabelecimentos de camponeses assentados (IBGE, 2006). Nesse caso, são camponeses que, para além da luta na terra, lutaram para adentar a terra, ou seja, são lotes, unidades camponesas, provenientes do processo de luta pela terra.

Esses camponeses estão vinculados ao sistema cooperativista camponês, o que evidencia que para uma parte do universo do campesinato da mesorregião Norte Central paranaense a cooperação comparece ao mesmo tempo como mecanismo de inserção no mercado e também como expressão da resistência camponesa no interior do modo capitalista de produção, valendo o esforço de analisá-los, tarefa para o terceiro capítulo. Pois, aqui, no segundo capítulo, serão tratadas as especificidades da fração dos camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas, para isso serão analisados os dados do Censo Agropecuário de 2006 e as informações obtidas em trabalho de campo.

## 2.1. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

A partilha territorial brasileira caracterizou-se historicamente pela constituição em desfavor dos camponeses, resultando em níveis altíssimos de concentração fundiária. Senão, vejamos o que nos revela o Índice de Gini elaborado a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e explicitados por Paulino (2011, p. 114): no Brasil o nível de concentração é de 0,854, isso em uma escala na qual 1 representa concentração absoluta, situação em que todas as terras estariam sob controle de um único proprietário. Contudo, vale destacar que houve pequena queda na monopolização fundiária nos últimos anos, pois em 1985 o índice indicava uma concentração de 0,857, entretanto, isso não permite concluir que esteja em curso um

processo de desconcentração e o detalhamento da estrutura fundiária contemporânea confirma essa afirmação, pois expressa níveis extremos de monopolização das terras.

**Tabela 7** - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	1985		2006	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
<b>Até 10</b>	53,00	2,60	47,86	2,36
<b>10 a 100</b>	37,00	18,50	38,9	19,6
<b>100 a 1.000</b>	9,00	35,00	8,21	34,16
<b>Acima de 1.000</b>	1,00	43,90	0,91	44,42

**Fonte:** ano 1985 Oliveira (1996, p. 83) - dados IBGE; ano 2006 (IBGE, 2006).

Os números expressos na Tabela 07 são capazes de demonstrar o quanto está concentrado o uso da terra no Brasil, sendo que quase 50% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e ocupam uma área de pouco mais de 2% do total da área dos estabelecimentos, já os estabelecimentos a partir de 1.000 hectares que são pouco menos de 1% e ocupam uma área superior a 44% do total.

Situação pouco melhor se encontra o estado do Paraná, como demonstrou Paulino (2011) ao fazer uma comparação do estado com a média nacional do Índice de Gini. A autora afirma que o Paraná está em situação privilegiada, resultado da monopolização fundiária ainda em curso no Brasil. Contudo, Paulino (2011, p. 114) adverte que no Paraná houve certa concentração fundiária entre os anos de 1985 e 2006, pois o índice passou de 0,749 para 0,770, porém, ainda abaixo da média nacional que, embora tenha apresentado pequena queda, se mantém alta.

Entretanto, isso não permite concluir que no Paraná exista uma justa distribuição fundiária, longe disso, pois os 45,7% dos estabelecimentos de até 10 hectares ocupam apenas 4,8% da área do estado. O diferencial é a menor presença dos estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares, que no estado representam 0,3% dos estabelecimentos e concentram 19,3% da área, como pode ser observado na Tabela 08.

**Tabela 8** - Estrutura fundiária do Paraná

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	1995/96		2006	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
<b>Até 10</b>	40,7	4,8	45,7	4,8
<b>10 a 100</b>	51,0	35,6	47,0	31,3
<b>100 a 1.000</b>	8,0	45,2	7,0	44,6
<b>Acima de 1.000</b>	0,3	14,4	0,3	19,3

**Fonte:** Paulino (2011, p. 115).

Se o estrato de área superior a 1.000 hectares apresenta um número menor de estabelecimentos e de área monopolizada, o estrato de área dos estabelecimentos de até 10 hectares também se diferencia da média nacional, apresentando um número de estabelecimentos menor, com percentual de 45,7% enquanto no Brasil representa 47,86%, entretanto no Paraná esses estabelecimentos controlam uma área superior, com 4,8% da área total dos estabelecimentos, já a média nacional é de 2,36%. Isso nos indica que a média de área dos estabelecimentos de até 10 hectares é maior no Paraná, o que é confirmado segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006); no Brasil a média de área dos estabelecimentos nesse estrato é de 3,15 hectares, no Paraná esse número passa para 4,48 hectares, representando para os camponeses uma área um pouco maior para cultivo e vida.

Ainda é necessário destacar que no estado 92,7% dos estabelecimentos apresentam área inferior a 100 hectares e controlam 36,1% da área dos estabelecimentos, referências melhores à média nacional onde 86,76% dos estabelecimentos estão nesse estrato de área, mas ocupam apenas 21,96% da área total. Esses dados devem ser tratados com cautela, pois embora o estado do Paraná apresente índices de concentração do uso da terra menores à média nacional, eles ainda indicam que há significativa monopolização em curso no estado, afinal de 1996 a 2006 o estrato de área acima de 1.000 hectares apresentou crescimento, passando de 14,4% para 19,3% da área ocupada.

Ademais, os níveis nacionais do Índice de Gini são extremos, portanto embora a média nacional seja aqui invocada como parâmetro isso não pode camuflar o essencial, ou seja, o Paraná também apresenta concentração fundiária significativa, contudo ainda abaixo da média nacional.

Essa estrutura fundiária se repete na mesorregião Norte Central paranaense, como pode ser observado na Tabela 09, entretanto devemos destacar a menor presença dos estabelecimentos acima de 1.000 hectares na região, representando 0,25% do número de estabelecimentos e 13,84% da área. Contudo, a região não está livre dos efeitos do processo de concentração, afinal o estrato de área até 100 hectares, que representa 91,83% do número de estabelecimentos, mantém menos de 35% da área sob seu controle.

**Tabela 9 - Estrutura fundiária da mesorregião Norte Central paranaense em 2006**

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	2006			
	Número de Estabelecimentos (Unidade)	Número de Estabelecimentos (%)	Área dos Estabelecimentos (hectares)	Área dos Estabelecimentos (%)
<b>Menos de 10</b>	24.609	45,55	104.192	4,31
<b>De 10 a menos de 100</b>	24.760	45,83	724.189	30,0
<b>De 100 a menos de 1.000</b>	4.522	8,37	1.251.074	51,85
<b>De 1.000 e acima</b>	138	0,25	333.898	13,84
<b>Total</b>	54.029	100,00	2.413.353	100,00

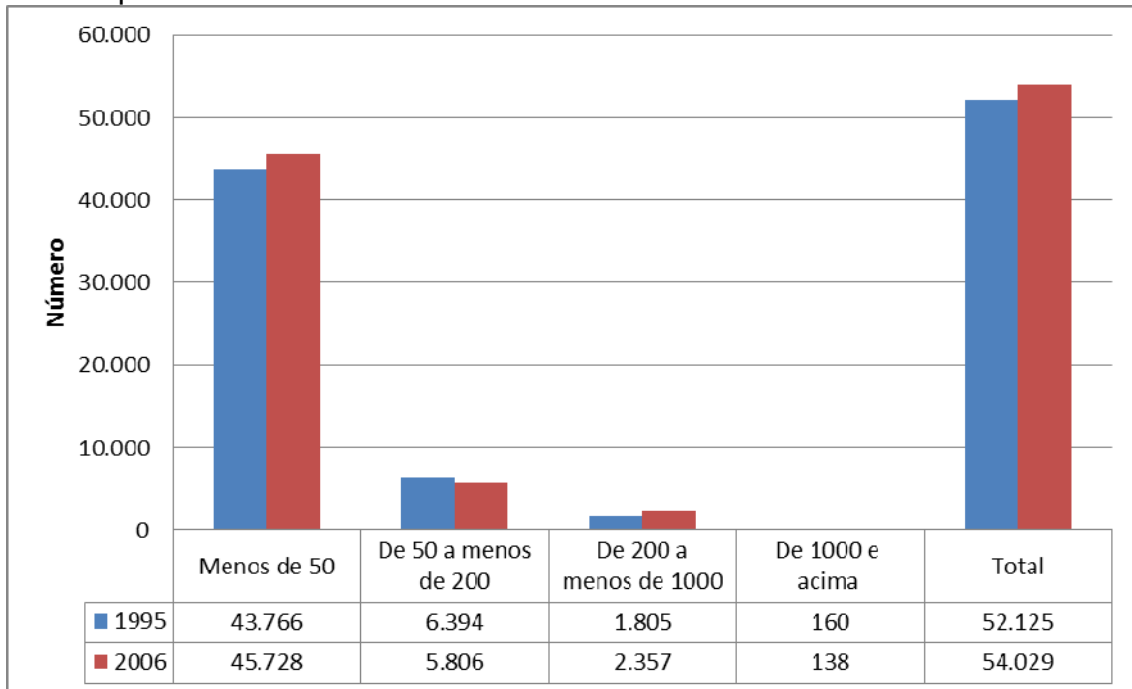
Fonte: IBGE (2006).

Para além desses dados referentes à estrutura fundiária da região, seguem dois gráficos (04 e 05) que podem auxiliar na compreensão da evolução dessa estrutura ao longo do tempo e desvendar a dinâmica em seu interior. Para essa análise a estratificação utilizada como parâmetro será a seguinte: estabelecimentos com menos de 50 hectares; estabelecimentos entre 50 hectares e 200 hectares; estabelecimentos entre 200 e menos de 1.000 hectares; e os estabelecimentos com 1.000 hectares e acima.

Nesse sentido, no Gráfico 04 estão expressos os dados referentes à evolução no número de estabelecimentos entre os anos de 1995 e 2006 e no Gráfico 05 estão apresentados os dados referentes à evolução na área dos estabelecimentos no mesmo período.

Primeiramente é oportuno apontar que houve crescimento de 3,65% no número total de estabelecimentos na região, como expressa o Gráfico 04.

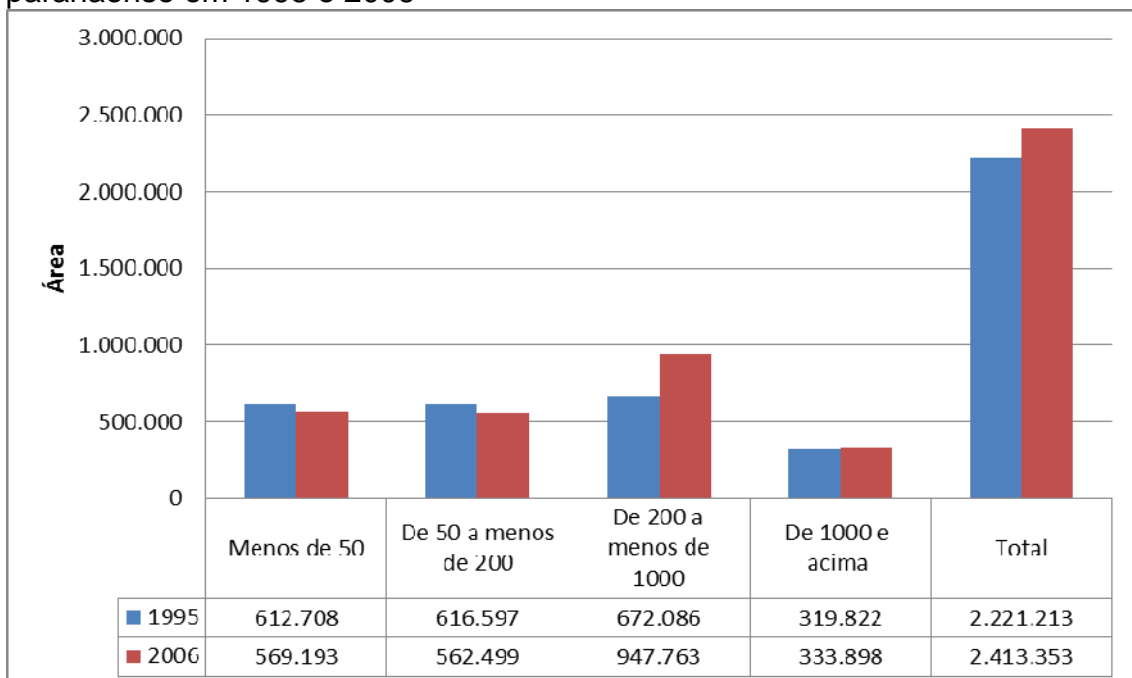
**Gráfico 4** - Número de estabelecimentos agropecuários na mesorregião Norte Central paranaense em 1995 e 2006



Fonte: IBGE (2006).

Já o Gráfico 05, entre outras informações, evidencia que a área total dos estabelecimentos também apresentou crescimento entre 1995 e 2006; nesse caso o crescimento foi de 8,65%.

**Gráfico 5** - Área dos estabelecimentos agropecuários na mesorregião Norte Central paranaense em 1995 e 2006



Fonte: IBGE (2006).

A partir da análise das informações apresentadas pelos Gráficos 04 e 05 é possível observar que nos estratos de área com menos de 50 hectares houve um pequeno crescimento em número, representando 4,48%, acompanhado por uma queda de 7,10% em área. Com base nessas informações notamos que os estabelecimentos camponeses sofreram pouca variação em termos de área e aumentaram em número. Todavia, essa dinâmica representou uma redução de 11,14% na área média dos estabelecimentos, que em 1995 era de 14 hectares e que em 2006 passou para 12,44 hectares.

Nos estabelecimentos entre 50 e menos de 200 hectares houve redução em número e área, em número a redução foi de 9,19% e em área foi de 8,77%. No que se refere à área média, esse estrato de área não apresentou variação significativa, pois passou de 96,43 hectares em 1995 para 96,88 hectares em 2006, assinalando que houve eliminação desses estabelecimentos no período, pois a área média se manteve estável, mas o número e a área dos estabelecimentos diminuíram.

Já para os estabelecimentos entre 200 hectares e menos de 1.000 hectares houve um significativo crescimento tanto em número quanto em área, indicando expressivo processo de concentração fundiária nesse extrato de área, majoritariamente ocupadas por agricultores capitalistas, dadas as dimensões das áreas. No que se refere ao número o crescimento foi de 30,58% e em área foi de 41,01%. Esse estrato de área apresentou também crescimento em termos de área média, em 1995 ela era de 372,35 hectares e em 2006 passou para 402,11 hectares, representando crescimento de 7,99% na área média dos estabelecimentos.

Por fim, o estrato de área acima de 1.000 hectares apresentou queda em número e crescimento em área, em número a queda foi de 13,75% e em área o crescimento foi de 4,4%. Em termos de monopolização das terras esse estrato de área expressou de maneira ainda mais evidente essa tendência, pois ao passo que reduziram em número cresceram em mais de 13% em área, indicando uma ampliação na área média dos estabelecimentos de 21,04%, pois passou de 1.998,88 hectares em 1995 para 2.419,55 hectares em 2006.

Esses números indicam que está em curso na mesorregião Norte Central paranaense um processo de monopolização fundiária, expresso pela ampliação da área e do número de estabelecimentos a partir de 200 hectares e pela ampliação da

área dos estabelecimentos acima de 1.000 hectares, ao passo que os estabelecimentos com área inferior a 50 hectares apresentaram redução em área, seguidos pela redução em área e número dos estabelecimentos entre 50 e 200 hectares.

É a essa condição que os camponeses estão cotidianamente submetidos na mesorregião Norte Central paranaense, lutam para permanecer na terra frente ao processo de monopolização, contudo, os números apresentados evidenciaram também que eles se mantêm no campo, inclusive aumentando em número, como expressam os dados referentes aos estabelecimentos com menos de 50 hectares, que passaram de 43.766 estabelecimentos para 45.728, ou seja, 84,63% dos estabelecimentos agropecuários da região têm menos de 50 hectares. Evidentemente que a análise da estrutura fundiária da região também expressou que os camponeses podem contar com parques quinhões de terra, pois mantêm apenas 23,58% das terras sob seu controle.

É importante destacar que Oliveira (1996b, p. 90), ao discutir a estrutura fundiária até meados da década de 1980, foi capaz, à revelia do que uma parte dos intelectuais desenhava na época, ou seja, o fim do campesinato, demonstrar que os camponeses persistiam no campo, esse exercício de analisar a dinâmica da estrutura fundiária da mesorregião Norte Central paranaense se coaduna com esta tentativa, pois demonstra que eles permanecem no campo, assim como evidencia o processo de monopolização fundiária em curso.

Oliveira (1996b) ao estudar o território brasileiro comprovou que o campesinato é uma classe da sociedade capitalista, que não desapareceu e que inclusive pode aumentar. O autor também demonstrou que a expropriação do campesinato em uma região pode significar a continuidade de sua existência como camponês em outra, essa interpretação tem cunho territorial, pois implica compreender o movimento dos sujeitos pelo território. Ademais, demarca as bases teóricas para compreendermos o campesinato que luta e busca alternativas de reprodução no interior da sociedade capitalista.

Para os camponeses superarem limites, e o bloqueio à terra de trabalho é o maior deles, faz parte da luta travada no processo histórico de criação e recriação de sua existência olhar para o seu passado “itinerante, desenraizado, às margens do sistema, um campesinato querendo entrar na terra, basicamente um campesinato de expropriados e excluídos que, impedidos legalmente de ter acesso a terra, lutam

abrindo brechas [...]” (ALMEIDA, 2006, p. 310), demonstra que a história se faz, e se fez, na negação e na superação desses limites. Para os camponeses sem terra essa luta se manifesta na superação do bloqueio da propriedade privada capitalista, para os camponeses territorializados é a luta cotidiana para a manutenção da família e da propriedade da terra.

Seja em um caso ou em outro, o campesinato tem na terra a sua existência, por isso cada hectare sob seu controle na mesorregião Norte Central paranaense representa o resultado da “longa marcha do campesinato brasileiro” (OLIVEIRA, 2001, p. 185). Contudo, a posse da terra, por extensão a propriedade dela, não pode ser assemelhada à propriedade capitalista, ela é sim uma modalidade de propriedade privada, mas na proporção inversa à propriedade privada capitalista, pois o processo de trabalho camponês é qualitativamente diferente, como destaca Oliveira (1996b, p. 60-61):

Outro elemento da produção camponesa é a propriedade da terra. Aqui estamos diante da propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É pois, terra de trabalho. É portanto, propriedade do trabalhador, não fundamentalmente instrumento de exploração.

A propriedade camponesa da terra fundamenta-se na produção familiar, já na propriedade capitalista da terra a razão de sua existência está na exploração do trabalho de outrem, é a extração da mais-valia que a fundamenta. Oliveira (2007, p. 40) explica esse movimento na seguinte fórmula:

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas:  $D - M - D$  na sua versão simples, e  $D - M - D'$  na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula  $M - D - M$ , ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar.

Na produção capitalista a propriedade da terra é a condição para subordinar o trabalho que acontece sobre a terra, isso significa que se aplica dinheiro (D) na exploração do trabalho, obtém-se mercadorias (M) que são comercializadas e convertidas em dinheiro, podendo retornar em sua versão simples

(D), na qual não há acréscimo, havendo somente a reprodução do capital, ou retornar ampliado (D'), neste caso temos a reprodução ampliada do capital. Vale destacar que Martins (1983, p. 170) assevera que tanto a reprodução do capital quanto a reprodução ampliada do capital provêm de relações capitalistas de produção, somente a produção do capital não é capitalista.

Na produção camponesa o fundamento da propriedade é expresso por outra fórmula, pois os camponeses produzem mercadorias (M) que são convertidas em dinheiro (D) para novamente serem convertidas em mercadorias (M) das quais necessitam para atender as suas necessidades, que podem ser existenciais, como roupas e gêneros alimentícios; produtivas, como máquinas e equipamentos; ou de conforto, como eletrodomésticos.

Portanto, a produção camponesa está assentada na forma simples de produção de mercadorias, para Almeida (2006) é justamente essa condição que possibilita práticas comuns entre os camponeses, como a troca de dias de serviço, os mutirões e a parceria. Em nossa área de estudo foi constatado como opera essa lógica, pois os camponeses com extensão de terra limitada e ausência dos demais meios de produção estabelecem relações de parcerias com vizinhos amparadas no marco da ajuda mútua e da confiança.

[Quais os equipamentos agrícolas o senhor têm?] Olha eu não tenho nada aqui, mas meu vizinho, ele têm tudo lá, colhedeira, trator, caminhão, eu pego dele. [Ele cobra alguma coisa do senhor?] Não. É assim, ele tem 30 alqueires e trabalha sozinho, então eu pego as máquina dele e uso aqui, como eu tenho pouca terra [05 alqueires] é bem rápido, depois eu pago em serviço, vou lá trabalho pra ele, ajudo plantar, colher, passar veneno (Entrevistado 25, município de Ângulo, 2016).

Essa relação de produção baseada na ajuda mútua somente é possível de acontecer porque não está fundamentada na exploração, cuja finalidade é a reprodução ampliada do capital, antes representa uma estratégia de superação das condições concretas de produção, como destaca Oliveira (2007, p. 41):

A ajuda mútua entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados.

No caso do entrevistado 25 a relação de reciprocidade com o seu vizinho sana as necessidades de ambos, pois um possui os instrumentos de produção, mas lhe falta mão de obra, para o outro a mão de obra não é problema devido ao limitado tamanho da área sob sua propriedade, mas lhe faltam os equipamentos.

Os camponeses são numericamente superiores no campo brasileiro, entretanto encontram limites no acesso à terra, expresso no reduzido tamanho da área ocupada por esses estabelecimentos, afinal, como demonstram as Tabelas 01 e 02, a terra está monopolizada, concentrada, sob domínio de uma classe de proprietários numericamente inferior. Em última instância, coexistem no campo brasileiro propriedades distintas, caracterizadas por relações sociais de produção fundamentalmente diferentes, para uma a existência pressupõe explorar o trabalho alheio, para a outra pressupõe terra de trabalho, terra de reprodução familiar e não de capital.

## 2.2. A ESTRUTURA AGRÁRIA DA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

A estrutura agrária da mesorregião Norte Central paranaense tem demonstrado uma dinâmica na qual a exploração da terra se dá sob o título de propriedade, ou seja, a maior parte dos agricultores da região são proprietários das terras, como expressa a Tabela 10.

**Tabela 10** - Número e área dos estabelecimentos por condição do produtor na mesorregião Norte Central paranaense

Condição do Produtor	1995				2006			
	Número	%	Área (ha)	%	Número	%	Área (ha)	%
Proprietários	37.609	72,12	1.922.111	86,53	42.901	79,04	2.140.719	88,70
Arrendatário	4.417	8,47	141.324	6,36	5.869	10,81	191.017	7,91
Parceiro	6.897	13,23	103.597	4,66	1.930	3,56	33.665	1,39
Outros	3.227	6,19	54.182	2,44	3.577	6,59	47.952	1,99
Total	52.150	100	2.221.214	100	54.277	100	2.413.353	100

**Fonte:** IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 prevalece na região a categoria proprietários, representando 79,04% do total dos estabelecimentos

agropecuários, em números são 42.901 dos 54.277 estabelecimentos situados nessa categoria. Esses números não destoam da média do estado, pois 80,29% dos estabelecimentos se encontram nessa categoria.

Se compararmos com a área dos estabelecimentos, podemos identificar que no Paraná 90,35% da área está na categoria dos proprietários, já na mesorregião Norte Central paranaense 88,70% da área está nessa categoria. Para efeito de análise, ainda convém comparar com a média nacional, no Brasil 76,25% dos estabelecimentos são declarados na categoria proprietários, representando 93,06% da área dos estabelecimentos (IBGE, 2006).

No caso do Norte Central paranaense, podemos evidenciar que a categoria proprietários apresentou crescimento em área e número entre 1995 e 2006, em número houve um crescimento de 14,07% e em área o crescimento foi de 11,37%. A categoria arrendatário seguiu a mesma tendência e apresentou crescimento no período, em número isso foi de 32,87% e em área foi de 35,16%. Já a categoria parceiro apresentou redução tanto em número quanto em área, no número de estabelecimentos essa redução foi de 72,01% e em área foi de 67,5%.

Contudo, esses dados se referem ao número e à área total dos estabelecimentos, sendo oportuno desvendarmos como essa dinâmica territorial se apresentou entre os estabelecimentos camponeses, nesse sentido vamos decompor os dados referentes à condição do produtor tendo como base os estabelecimentos até 50 hectares.

Seguindo esse parâmetro de classificação, vejamos os números referentes à categoria proprietários entre os estabelecimentos camponeses na Tabela 11.

**Tabela 11** - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos até 50 hectares na condição de proprietários na mesorregião Norte Central paranaense

Estabelecimentos	1995			2006		
	Total	Proprietários		Total	Proprietários	
Camponeses	Número	Número	%	Número	Número	%
Número	43.766	30.100	68,77	42.901	35.486	82,71
Área	612.708	474.399	77,42	569.193	457.947	80,45

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006.

A partir desses dados podemos identificar que a grande maioria dos camponeses são proprietários de suas terras na região, pois 82,71% dos estabelecimentos de até 50 hectares estavam nessa categoria em 2006. Por extensão, é possível inferir que a maior parte dos camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas são camponeses proprietários, ou seja, têm a exploração da terra sustentada na segurança jurídica que o título de propriedade oferece em uma sociedade capitalista.

Ademais, na última década o número de camponeses proprietários aumentou, passando de 30.100 para 35.486, representando um crescimento de 17,89%. Entretanto, no que se refere à área houve uma pequena redução, passando de 474.399 hectares para 457.947, ou seja, redução de 3,46%. Essa redução em nada destoia do processo de monopolização fundiária em curso na região, que tem como resultado a diminuição da área média dos estabelecimentos menores e a ampliação em área e número dos estabelecimentos maiores.

Na Tabela 12 são destacados o número e a área dos estabelecimentos camponeses na categoria parceiros, sendo importante elucidar que esta prática se trata de uma relação na qual o parceiro cultiva a terra em parceria com o proprietário, desse modo trabalha em terra que não é sua. Nessa relação de produção o camponês entrega ao proprietário uma parte do produto final em porcentagens definidas, podendo variar de uma região para outra, onde assume definições próprias como meação, terça ou quarta. Oliveira (1996b) afirma que essa não é uma prática recente, como podemos constatar no destaque que segue:

A prática da *parceria*, como relação de produção no campo, é uma das formas mais antigas de relação de exploração da terra. Pode, portanto, ser encontrada em vários modos de produção na história da humanidade. No Brasil, é uma relação que aparece desde o período escravagista (OLIVEIRA, 1996b, p. 70, grifo do autor).

**Tabela 12** - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos até 50 hectares na condição de parceiros na mesorregião Norte Central paranaense

Estabelecimentos	1995			2006		
	Total	Parceiros		Total	Parceiros	
Camponeses	Número	Número	%	Número	Número	%
<b>Número</b>	43.766	6.667	15,23	42.901	1.828	4,26
<b>Área</b>	612.708	59.922	9,77	569.193	17.618	3,09

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006.

Com base na Tabela 12 podemos identificar uma redução significativa da prática da parceria na região, em número houve redução de 72,58% e em área a redução foi de 70,59%.

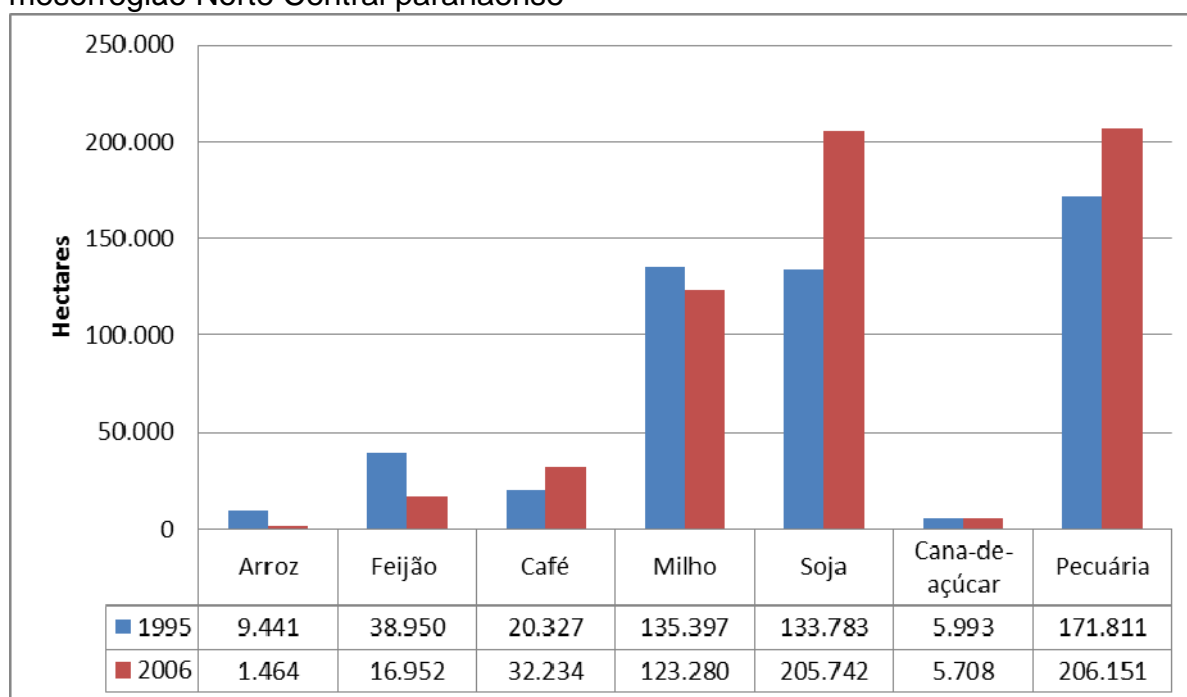
Esses números evidenciam que a expansão capitalista na agricultura promove alterações significativas nas relações de produção, fazendo reduzir aquelas que não estão mediadas por normas especificamente assentadas nos contratos mercantis. Dito de outra forma, a parceria é uma relação na qual os resultados são compartilhados, se a produção do ano for satisfatória, ambos os parceiros terão resultados compatíveis com as suas expectativas, entretanto, se a produção for insatisfatória, o que pode ocorrer com frequência devido às especificidades da atividade agrícola, na qual um período de estiagem ou de excesso de chuvas podem reduzir a produção, ambos compartilharão os prejuízos.

Isso ocorre devido ao compartilhamento do produto final, pois são os resultados finais da produção que serão divididos segundo os referenciais previamente acordados. No caso da meação, por exemplo, caracterizada pela divisão da produção em duas partes iguais, duas metades - por isso meação - ambos terão suas partes reduzidas igualmente.

Esses riscos nem sempre são assumidos pelos proprietários de terras, pois são vorazes pela captação da renda fundiária, nesse sentido as relações de parceria tendem a diminuir em regiões de agricultura intensiva, como na mesorregião Norte Central paranaense, fazendo prevalecer relações contratuais, como o arrendamento.

Portanto, esse processo não está descolado do uso do solo na região, marcado pela intensificação da produção de culturas comerciais, principalmente de *commodities*, como pode ser observado no Gráfico 6.

**Gráfico 6** - Evolução da área plantada nos estabelecimentos de até 50 hectares na mesorregião Norte Central paranaense



Fonte: IBGE (2006).

É possível identificar que a área plantada com culturas alimentares diminuiu na região entre os estabelecimentos camponeses, no caso do arroz a diminuição foi de 84,49% e do feijão foi de 56,47%, seguidos de uma pequena queda das *commodities* milho e cana-de-açúcar, 8,94% e 4,75%, respectivamente.

Contudo, a área plantada com soja apresentou crescimento de 53,78% nos estabelecimentos camponeses, isso representa uma área de 71.959 hectares, com isso essa foi a cultura que mais cresceu na região, mesmo considerando o caso do café que apresentou índice de crescimento parecido, com 58,57% mas que representa em números totais somente 11.907 hectares, ou ainda considerando o caso da pecuária que cresceu 19,98%, ou seja, 34.340 hectares.

O uso do solo reflete nas relações de produção que a área ocupada com soja, milho e pecuária representa uma área de 535.173 hectares, quase dez vezes mais que as demais culturas que apresentam conjuntamente área de 56.358 hectares, isso expressa o uso do solo intensivo na região ocupado por culturas

comerciais, o que leva os proprietários a buscarem relações de produção que lhes garantam rendas seguras, como o arrendamento, fazendo diminuir as relações de parceria.

Comparando a Tabela 12 com a Tabela 13 podemos encontrar os indicativos que sustentam essa afirmação.

**Tabela 13** - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos arrendados com até 50 hectares na mesorregião Norte Central paranaense

Estabelecimentos	1995			2006		
	Total	Arrendatários		Total	Arrendatários	
Camponeses	Número	Número	%	Número	Número	%
Número	43.766	3.878	8,86	42.901	5.183	12,08
Área	612.708	52.997	8,64	569.193	67.016	11,77

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006.

É possível identificar na Tabela 13 um crescimento tanto em número de estabelecimentos na categoria arrendatário quanto em área, em número nos 10 anos de intervalo dos censos houve um crescimento de 33,65% e em área de 26,45%.

Esses números evidenciam a afirmação que fizemos acima, pois na medida em que diminuem em número e em área os estabelecimentos na categoria parceiros, aumentam em número e em área os estabelecimentos na categoria arrendatários. Tal fenômeno pode ser explicado pela segurança contratual e monetária que o arrendamento oferece para o proprietário, pois nessa relação de produção é no contrato que se estabelecem as condições do arrendamento, que nesse caso comparece como uma espécie de aluguel, um tributo pago para que o proprietário autorize o cultivo sobre sua terra, como destaca Marx (2008, p. 832): “a renda fundiária se configura em determinada quantia que o proprietário do solo recebe anualmente pelo arrendamento de um pedaço do globo terrestre”.

No contrato é fixado, por exemplo, a quantidade de sacas por hectare, não importando as intemperies referentes às condições naturais, na data estabelecida contratualmente o produtor terá que pagar as rendas nos valores ou quantidades estipuladas previamente.

Quando nos referimos à prática de arrendamento pelos camponeses cabe uma diferenciação, pois como explica Oliveira (1996b), a categoria arrendatário não pode expressar a condição do campesinato submetido a essa relação de produção.

Já no início da discussão desta questão devemos assinalar a característica básica entre a renda da terra camponesa e a renda da terra capitalista, reside no fato de que a primeira, a camponesa, nasce na produção. É, pois, o próprio produtor que entrega diretamente para os proprietários da terra uma parte da produção, ou dias de trabalho, ou ainda uma parte da produção convertida em dinheiro (renda em produto, renda em trabalho e renda em dinheiro). É pois o trabalhador que paga renda. Entretanto, com relação à renda capitalista da terra, o mesmo não acontece, pois esta não nasce na produção e sim na *distribuição da mais-valia* (OLIVEIRA, 1996b, p. 65, grifo do autor).

O que o autor está tentando dizer é que na produção capitalista o pagamento do arrendamento não sai diretamente do trabalho do capitalista, mas do trabalho dos trabalhadores assalariados. A renda fundiária é deduzida da mais-valia apropriada pelo capitalista, que destina uma parte para pagar o proprietário da terra pelo uso do solo. Essa é a condição para que o bloqueio da propriedade privada seja removido e o capital possa se valorizar no campo. Trata-se da oposição clássica verificada por Marx (2008), na qual o capitalista que explora a terra e o proprietário dela são sujeitos distintos. Para Oliveira (1996b) essa é uma relação na qual o capitalista é caracterizado como arrendatário, ele arrenda terra para explorar o trabalho alheio, configurando a renda capitalista da terra.

Para o campesinato a relação é diferente, embora possa parecer semelhante à primeira vista, pois por um lado a remoção do bloqueio da propriedade privada se dá também pelo pagamento da renda aos proprietários de terras, mas, por outro lado, esse pagamento resulta da dedução de uma fração do trabalho familiar e não da distribuição da mais-valia como acontece na relação de produção capitalista. Para Oliveira (1996b) a relação de produção presente neste caso é fundamentalmente diferente, trata-se de um camponês renteiro e não arrendatário como aparece nos dados oficiais.

Em síntese, podemos dizer que no caso dos camponeses renteiros da mesorregião Norte Central paranaense o arrendamento se apresenta de maneira contraditória, pois ao mesmo tempo em que os fragiliza também se apresenta como

uma possibilidade de criação e recriação frente à monopolização fundiária em curso na região.

Neste caso, como não é possível remover o bloqueio da propriedade privada por meio da compra da terra o arrendamento é uma estratégia invocada pelos camponeses, isso é o que nos indica o crescimento do número de rendeiros. Contudo, não podemos concluir que os camponeses não se recriam na região como proprietários, afinal os números também indicaram que embora tenha ocorrido uma pequena redução em área, o número de camponeses proprietários cresceu no período avaliado, passando de 30.100 para 35.486 estabelecimentos (IBGE, 2006).

Por fim, podemos evidenciar que o desenvolvimento histórico do capitalismo não representa o fim do campesinato, identificamos na mesorregião Norte Central paranaense que os camponeses permanecem no território, diminuíram na categoria parceiros, mas aumentaram na categoria proprietários e na categoria arrendatários. Com isso dois pontos são dignos de nota, primeiro o crescimento do número de camponeses rendeiros demonstra uma alteração nas relações de produção no campo, prevalecendo aquelas nas quais os contratos garantem renda seguras aos proprietários e fragiliza os camponeses, mas sem destruí-los. Depois, é possível afirmar com segurança que a categoria de camponeses proprietários é a que compõe majoritariamente os quadros associativistas das cooperativas empresarialistas da região.

### 2.3. PRODUÇÃO AGRÍCOLA E CAMPESINATO

A produção camponesa que durante muito tempo foi interpretada como produção de subsistência, ou seja, destinada ao completo abastecimento do núcleo familiar e sem diálogo regular com o mercado, sofre atualmente um novo equívoco analítico, o de não considerar seu potencial produtivo e sua participação no cômputo da produção nacional, atribuindo à agricultura capitalista o título de “motor da economia”, com isso os resultados da produção camponesa são apropriados como se fossem frutos da agricultura capitalista, embalada por um nome: agronegócio, como destaca Paulino (2011).

O segundo não dito é o de que não há qualquer discriminação da origem das receitas do agronegócio, de modo que não é só a produção oficialmente denominada de “agricultura comercial”, mas também a da “agricultura familiar”, que faz parte do cálculo. E pensar que falar em agronegócio no país parece ser o mesmo que falar em moderna empresa rural! (PAULINO, 2011, p. 126).

No Brasil o agronegócio foi revestido por uma roupagem de produtividade como se não existissem os camponeses, os verdadeiros sujeitos produtivos no campo. Contudo, superar esse entendimento raso e ideologicamente construído se constitui em um dos desafios da ciência, por extensão, nosso também.

Para Fernandes e Welch (2008) o conceito de agronegócio foi formulado na década de 1950, sendo que no território compreende um complexo no qual o capital controla todos os sistemas.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (*agribusiness*) é de Davis e Goldberg, 1957. Para os autores, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48, grifos dos autores).

Fernandes e Welch (2008) destacam ainda que o sistema agrícola do agronegócio é caracterizado por desenvolver-se com base nas monoculturas, no trabalho assalariado e produção de grande escala, acrescenta-se ainda o uso exacerbado de agrotóxicos, insumos químicos, sementes geneticamente modificadas e intensa mecanização.

O agronegócio, contribui Paulino (2011), é um conceito mais amplo do que agropecuária, justamente por englobar toda essa cadeia produtiva, envolvendo a indústria de insumos e máquinas, os setores de processamento dos alimentos e até a distribuição das mercadorias, incluindo na cadeia até o setor de comércio varejista correlato a alimentos e a bens primários, todos esses setores compõem as receitas que vão dimensionar a grandeza do agronegócio.

Um olhar mais atento é capaz de pormenorizar qual é a real participação da agropecuária, ou seja, da agricultura e da pecuária, e não de toda a cadeia produtiva, na produção nacional. Como referência podemos utilizar os dados do

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2016), referentes à participação escalonada do agronegócio no Produto Interno Bruto brasileiro (PIB). Segundo tal base de dados em 2015 foi de 21,46% a participação do PIB do agronegócio no PIB total do país, dividido na seguinte proporção: insumos 11,93%; indústria 27,47%; serviços 30,80%; e agropecuária 29,80%. Portanto, menos de 30% do total da participação do agronegócio no PIB nacional provêm diretamente da agricultura e da pecuária. Não é exagero destrinchar um pouco mais esses números, pois veremos que do total de participação do agronegócio no PIB nacional a produção direta, primária, da agricultura propriamente dita, ficou na proporção de 16,44% e a pecuária com 13,36%.

Na contramão do consenso historicamente inculcado da supremacia da produção capitalista, ainda devemos destacar a participação camponesa nesses números, afinal 70% de toda alimentação produzida no país vêm da agricultura camponesa (BRASIL, 2016). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 e disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2006, p. 05), em 2006 a pequena propriedade foi responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves e 46% do milho produzido no país.

Para além desses produtos, de supremacia produtiva camponesa, também é possível identificar a participação dos camponeses em outras culturas, normalmente tidas como redutos do agronegócio, como a soja que 16% veio da produção camponesa e do trigo com participação de 21%. Ademais, temos a pecuária, nessa atividade a participação camponesa é de 30% (MDA, 2006, p. 05).

Evidentemente que esse escalonamento não aparece no PIB do agronegócio, camuflando consideravelmente os dados e fazendo-os parte do cômputo total da agricultura capitalista.

No Paraná, os dados do Censo Agropecuário de 2006 foram compilados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em uma Nota Técnica, a partir de tais dados observamos que existem 371.051 estabelecimentos agropecuários no estado, sendo 80% considerados estabelecimentos familiares, ou seja, unidades camponesas (IPARDES, 2010, p. 14).

É importante destacar que os dados oficiais referentes à agricultura familiar derivam da metodologia utilizada para classificar os estabelecimentos a

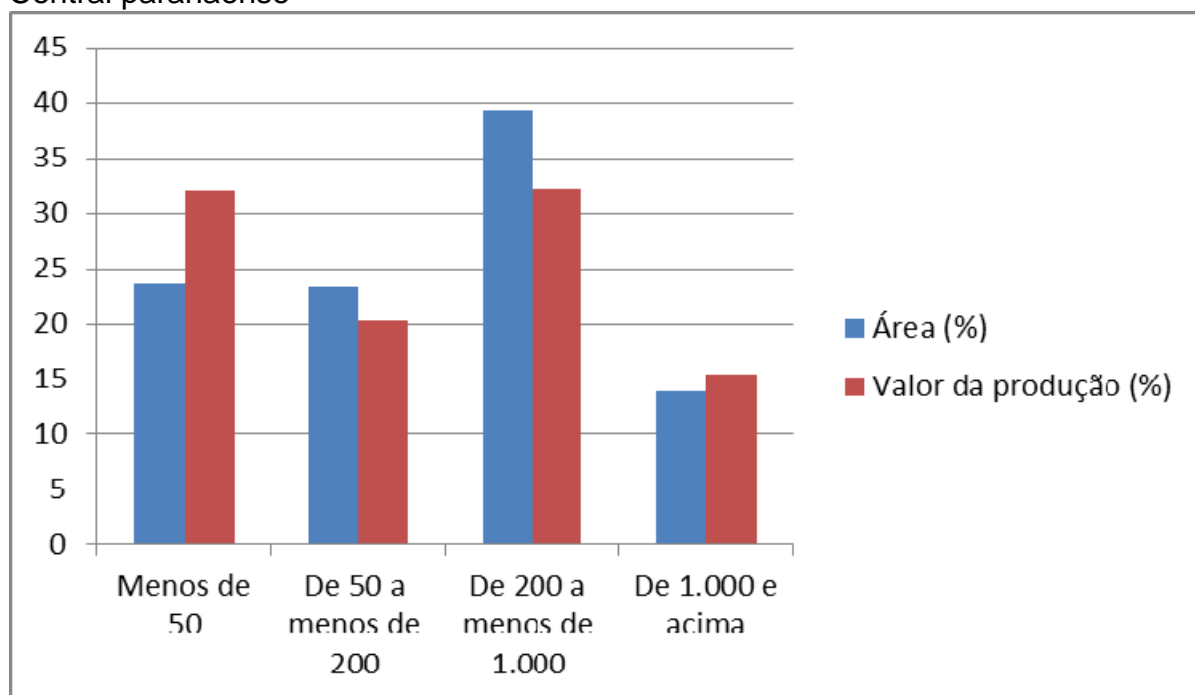
partir da Lei da Agricultura Familiar, Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006). Essa classificação leva em consideração os seguintes critérios: mão de obra predominantemente familiar; percentual mínimo de renda familiar obtida pela produção no estabelecimento; o estabelecimento deve ser dirigido pela família; e, por fim, a área do estabelecimento não pode exceder quatro módulos fiscais.

Atendendo a esses critérios a unidade é considerada familiar. E são elas as responsáveis por produzir no Paraná 75,5% do feijão preto, 81% da mandioca, 43,7% do milho e 31,2% da soja. Na pecuária os estabelecimentos camponeses produziram 67,6% do leite, já na produção de aves foram responsáveis pela produção de 66,5% e na de suínos por 62,2% (IPARDES, 2010, p. 19).

Por fim, na mesorregião Norte Central paranaense 76,3% dos estabelecimentos são considerados familiares a partir da classificação oficial (IPARDES, 2010, p. 14). Na região esses estabelecimentos são responsáveis pela produção de 91% do arroz, 57,18% do feijão e 68,90% da mandioca.

Todavia, no sentido de contribuir para evidenciar a participação camponesa na produção agropecuária da região, um dado importante merece relevo, trata-se do valor da produção.

**Gráfico 7** - Valor da Produção e Área dos estabelecimentos agropecuários no Norte Central paranaense



Fonte: IBGE (2006).

É necessário mencionar que a estratificação apresentada no Gráfico 07 leva em consideração a metodologia proposta para essa pesquisa, pois infere que os estabelecimentos até 50 hectares são em sua maioria camponeses, ou seja, pequenas propriedades, que majoritariamente compõem os quadros associativos das cooperativas empresarialistas da região.

Antes da análise das informações contidas no Gráfico 07 devemos referenciar o que Oliveira (2003) destacou, pois segundo o autor são as pequenas unidades que produzem a grande maioria dos produtos do campo, assim como afirmou que há uma tendência no campo brasileiro, a de que quanto maior for a propriedade menor é a sua eficiência produtiva, afirmação completamente coerente, afinal vejamos o que destaca Paulino (2011, p. 122) também com base na escala nacional:

Em dados absolutos, os estabelecimentos com até 50 hectares, que controlam 13,4% das terras agrícolas declaradas, contribuíram com 41% do valor da produção, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares foram responsáveis por 24,8% do valor da produção, apesar de controlarem mais que o triplo da área dos primeiros. Isso significa que os pequenos estabelecimentos foram cinco vezes e meia mais eficientes que os grandes e aqui se está mencionando a variável valor monetário, e não outros indicadores que pudessem dissimular o resultado comercial da atividade produtiva.

Devemos considerar essa dinâmica territorial nacional fazendo as devidas mediações para compreender as especificidades geográficas regionais. O Gráfico 07 demonstra que na mesorregião Norte Central paranaense a agricultura camponesa segue a tendência nacional, ou seja, apresenta resultados significativos referentes ao valor da produção em vista a área sob seu controle, no estrato de área até 50 hectares eles detêm 23,58% da área e contribuíram com 32,05% do valor da produção. Situação que não se mantém nos próximos extratos de área, pois o estrato de 50 a 200 hectares possui 23,31% da área e contribuiu com 20,26% da produção, o próximo estrato, de 200 a menos de 1.000 hectares, apresenta área de 39,28%, mas contribui com 32,27% do valor da produção. Esses dados em nada destoam da tendência já verificada no campo brasileiro, contudo é no estrato de área acima de 1.000 hectares que há uma pequena distinção, pois representa 13,83% da área e contribui com 15,42% do valor da produção.

Tal referência positiva se deve à possibilidade de obtenção de renda diferencial na região, devido ao uso produtivo do solo, afinal trata-se de uma das principais mesorregiões agrícolas do estado. Se elegermos como referência a produção de grãos, opção em diálogo com a temática central dessa pesquisa, pois os camponeses associados às cooperativas empresarialistas em análise produzem comercialmente grãos, em 2006 a região obteve destaque, sendo superada apenas pela mesorregião Oeste como pode ser observado na Tabela 14.

**Tabela 14** - Produção e área colhida de soja e milho por Mesorregiões do Paraná em 2006

Mesorregiões	SOJA		MILHO	
	Quantidade produzida (Toneladas)	Área colhida (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)	Área colhida (Hectares)
<b>Noroeste</b>	412.219	161.462	273.385	80.575
<b>Centro Ocidental</b>	1.285.747	499.786	898.985	213.993
<b>Norte Central</b>	1.811.203	693.454	1.442.765	361.253
<b>Norte Pioneiro</b>	593.545	258.044	534.199	136.343
<b>Centro Oriental</b>	764.741	286.740	808.334	132.288
<b>Oeste</b>	1.840.787	739.061	2.001.209	449.779
<b>Sudoeste</b>	572.567	234.856	711.317	164.094
<b>Centro-Sul</b>	873.591	317.477	1.148.084	214.308
<b>Sudeste</b>	524.834	272.857	861.218	176.706
<b>Metropolitana de Curitiba</b>	84.614	30.865	515.921	98.796
<b>Paraná</b>	8.763.848	3.494.602	9.195.417	2.028.135

Fonte: IBGE (2006).

Os números apresentados na Tabela 14 são referentes à produção de soja e milho e suas respectivas áreas colhidas, eles nos permitem avaliar o grau de produção de grãos na mesorregião Norte Central paranaense, mas devemos pormenorizar a participação dos camponeses nesses números para não cometermos o mesmo equívoco de atribuí-los ao agronegócio, afinal os estabelecimentos com área inferior a 50 hectares foram responsáveis por produzir 30,89% do milho e 30,14% da soja, representando em termos de área colhida 34,12% e 29,66% respectivamente (IBGE, 2006).

Portanto, no que pese a participação da agricultura capitalista, situada no estrato de área acima de 1.000 hectares, no valor da produção, podemos afirmar que os pequenos estabelecimentos apresentam-se na região com significativa participação no valor total da produção, se destacando com índices positivos de eficiência econômica. Ademais, como se trata de uma variável monetária também

demonstra sua participação efetiva no mercado e viabilidade econômica, totalmente em desacordo com a tese de viabilidade econômica mediada somente pela escala.

No que se refere à obtenção da renda fundiária diferencial nessa região, é necessário analisar a situação com mais profundidade. Pois, ao falar em renda fundiária é oportuno elucidar as modalidades de rendas expressas por Marx (2008), ele foi preciso ao demonstrar a dinâmica dessas rendas no modo capitalista de produção, duas delas serão discutidas mais a fundo: a renda diferencial I e II, a primeira referente à fertilidade e localização das terras e a segunda referente à realização de investimentos com o objetivo de aumentar a rentabilidade da terra, mas o autor ainda chama atenção para outras formas de renda, a renda absoluta e a renda de monopólio.

A renda de monopólio resulta da produção obtida na terra. É proveniente da posse de terras com qualidades especiais, como no caso do vinho produzido em áreas específicas, como o “vinho do Porto” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 42), que dispõe de padrões que não podem ser atingidos se produzidos fora de uma determinada região, com isso há quem pague mais por esse vinho, ou seja, o preço está diretamente ligado à renda de monopólio.

Por outro lado, a renda absoluta é decorrente apenas da propriedade da terra, mantida sob controle de uma classe: “a origem da renda absoluta advém da existência do monopólio da terra. Seria uma espécie de renda primeira a que todos os proprietários da terra têm direito, pois dá o sentido capitalista da terra” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 42).

Para Oliveira (2007) esta é uma modalidade de renda na qual o proprietário consegue auferi-la mesmo sem precisar produzir, podendo ser obtida de uma única vez pela simples mercantilização das terras, isto é, o proprietário obtém renda pela venda da terra, resultado do monopólio de classe sobre a terra e da elevação do preço no mercado.

Em síntese, podemos dizer que as modalidades de renda fundiária diferencial I, diferencial II e de monopólio resultam da exploração da terra, já a renda absoluta resulta tanto da exploração da terra quanto pode decorrer apenas da posse privada da terra.

Esse é o ponto de partida para que possamos falar da renda capitalista da terra e diferenciá-la da renda camponesa da terra. Segundo Marx (2008) no modo

capitalista de produção a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, ela é parte da mais-valia, produto de trabalho excedente.

[...] no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). Por isso, erra-se quando então se procura explicar a renda fundiária, aí componente particular e específico da mais-valia, recorrendo simplesmente às condições gerais da mais-valia e do lucro (MARX, 2008, p. 846).

Nesse entendimento a renda fundiária surge pela possibilidade de um número de pessoas serem proprietárias de parcelas do globo terrestre, formando ao mesmo tempo a classe de proprietários de terras e o tributo daí decorrente - a renda fundiária. Esse tributo é pago tanto pelo agricultor que deseja se apropriar da terra para produção, quanto por toda a sociedade que paga mais pelos produtos agrícolas em virtude da monopolização das terras por uma classe.

Marx (2008) ao tratar da renda fundiária apresenta um contexto no qual o capitalista que explora a terra e o proprietário de terras são sujeitos distintos, nesse caso a renda fundiária se levanta como um obstáculo ao processo de acumulação capitalista, pois parte da mais-valia captada pelo capitalista no processo de produção das mercadorias destina-se ao pagamento da renda ao proprietário fundiário.

Todavia, o autor não deixa de considerar a possibilidade do proprietário fundiário e o capitalista estarem unidos em um único sujeito; nesse caso nada muda em relação à renda fundiária, a única diferença é referente à apropriação dela, pois quando o capitalista se torna proprietário da terra cabe a ele a fração da mais-valia que seguiria para as mãos dos proprietários para o pagamento da renda fundiária.

Marx (2008) nos ensina que nesse caso o proprietário da terra e o capitalista são o mesmo sujeito, passa agora o próprio proprietário a explorar a terra, ele possui os instrumentos de produção e explora mão de obra livre, aqui, então, renda e lucro coincidem, todo o trabalho excedente corporificado no produto é extorquido pelo proprietário.

[Neste caso] O que recebe o proprietário da terra, qualquer que seja o nome que se lhe dê, é aí a forma normal e dominante em que se colhe de imediato a totalidade do trabalho excedente não-pago, e a propriedade fundiária constitui a base dessa colheita (MARX, 2008, p. 1061).

Para Martins (1983) o capitalista e o proprietário de terras estão contrapostos, mas que isso não significa que eles não possam estar juntos, unidos pelo interesse de se apropriarem da mais-valia produzida pelos trabalhadores.

Essa é a razão, também histórica, que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário de capital. Esse fato não elimina a contradição entre terra e capital; apenas a encobre, do mesmo modo que a contradição entre o trabalho e o capital tem que aparecer encoberta para viabilizar a exploração capitalista do trabalhador (MARTINS, 1983, p. 166).

Por isso o autor afirma que quando o capitalista compra terra ele compra o direito de se apropriar do trabalho excedente dos trabalhadores e de parte da mais-valia social. A compra da terra pelo capitalista representa a remoção do obstáculo que ela representa para que o capital atue nesse ramo de atividade.

Processo distinto acontece com os camponeses, primeiro quando não são proprietários de terras, pagam a renda fundiária destinando parte da sua produção ao proprietário, em produto ou convertida em dinheiro. Nesse caso a renda é paga diretamente pelo trabalhador, é renda camponesa, subtraída do resultado final do seu trabalho, ou seja, uma parte do resultado do trabalho familiar terá que ser destinada ao pagamento deste tributo (OLIVEIRA, 1996b).

Contudo, os camponeses também lutam para remover o obstáculo que a propriedade privada da terra lhes impõe, podendo fazê-lo de várias formas, se recusando a reconhecê-la e ocupando terra, se recusando a pagar renda fundiária e praticando posses, ou ainda, pagando arrendamento. Mas, pode também tornar-se ele próprio proprietário, nesse caso o preço da terra entra como elemento do custo de produção, como destacou Marx (2008). Os camponeses compram terra, quando as condições materiais lhes proporcionam, para trabalhar, o fundamento não é a obtenção do lucro, categoria ausente na produção camponesa, mas a reprodução familiar.

Nesse sentido, para entendermos melhor a renda camponesa devemos diferenciar a economia camponesa da economia capitalista, para isso contribui Chayanov (2014), pois assevera que o campesinato deve ser analisado com base em outras referências que não as da economia capitalista. Em síntese, o autor

apresenta uma reflexão importante que desmonta toda a estrutura da economia capitalista como modelo explicativo para entender a unidade econômica camponesa.

Segundo o autor, a economia capitalista apresenta um conjunto indissociável de categorias econômicas: preço, capital, lucro, salário, juro, renda; afirma ainda que não é possível nesse modelo de sistema econômico extrair uma dessas categorias sem comprometer seu potencial explicativo.

Se se tirar uma pedra desta construção, todo o edifício desmorona. Na ausência de qualquer dessas categorias, todas as outras perdem o seu caráter específico e o seu conteúdo conceitual; já não podem sequer ser definidas qualitativamente (CHAYANOV, 2014, p. 103).

Contudo, na economia camponesa essas categorias não são centrais, pois a produção camponesa não se orienta pela possibilidade de lucro, já uma empresa capitalista somente se torna viável mediante essa orientação, sem a qual os capitalistas não se lançam nas atividades produtivas, o que indica a ausência de uma das “pedras” da construção.

Na economia camponesa a categoria salário também está ausente, pois se trata de trabalho familiar, o que os camponeses recebem ao final da colheita como resultado do seu trabalho é o produto do trabalho, que será vendido e convertido em dividendos, mas não recebe salário como acontece na relação capitalista, vejamos o que nos diz Chayanov a respeito (2014, p. 105):

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família, equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna desta exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo.

A categoria salário é uma das bases do modo capitalista de produção, pois representa a relação entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador que vende sua força de trabalho. No processo de produção das mercadorias o trabalhador produz o lucro do capital e também o seu salário, que representa a quantia monetária mínima necessária para que ele se reproduza como força de

trabalho. Isso somente é possível porque o trabalhador trabalha além do necessário para produzir o seu salário, como destaca Marx (2008, p. 1.101):

A jornada total de trabalho se divide em duas. Numa o trabalhador executa a quantia de trabalho necessária para reproduzir o valor dos seus meios de subsistência; é a parte paga do trabalho todo, a parte necessária ao sustento e à reprodução do próprio trabalhador. A parte restante toda da jornada, a quantidade excedente toda do trabalho, a qual efetua além do trabalho que se configura no valor do salário, é trabalho excedente, trabalho não pago, que se representa na mais-valia de todas as mercadorias que produz (por conseguinte, em sobra de mercadorias), mais-valia que se divide em partes com diferentes nomes, em lucro (lucro do empresário + juro) e renda fundiária.

Segundo o autor, o trabalho todo que compõe o valor do produto oriundo da relação capitalista se divide em trabalho necessário, incorporado ao valor da mercadoria, destinado ao pagamento do trabalhador, ou seja, ao salário, e em trabalho excedente não pago, que representa mais-valia, e que se divide em lucro e renda fundiária (MARX, 2008, p. 1.101).

Nesse sentido, a categoria salário está ausente na produção camponesa, primeiro porque o camponês não recebe salário como remuneração do seu trabalho, depois porque ele não emprega mão de obra por meio do salário, isso indica que a categoria lucro não se manifesta na unidade camponesa, pois deriva da extração da mais-valia dos trabalhadores.

Em síntese, significa dizer que a produção camponesa não se fundamenta na relação trabalho-capital; dito de outra forma, o camponês não se reproduz por meio da exploração de outrem, ele não explora trabalhadores assalariados. Na unidade camponesa a produção é realizada pelos próprios trabalhadores familiares, mesmo no caso de empregarem força de trabalho essa terá caráter complementar.

Portanto, na unidade camponesa o único rendimento possível de mensuração é aquele decorrente da venda dos produtos obtidos ao longo do ano, que representam o produto bruto de sua exploração, mesmo que se deduzam os custos de produção o resultado será o produto do trabalho da família, é rendimento do trabalho, ou seja, renda camponesa da terra, nada mais que isso.

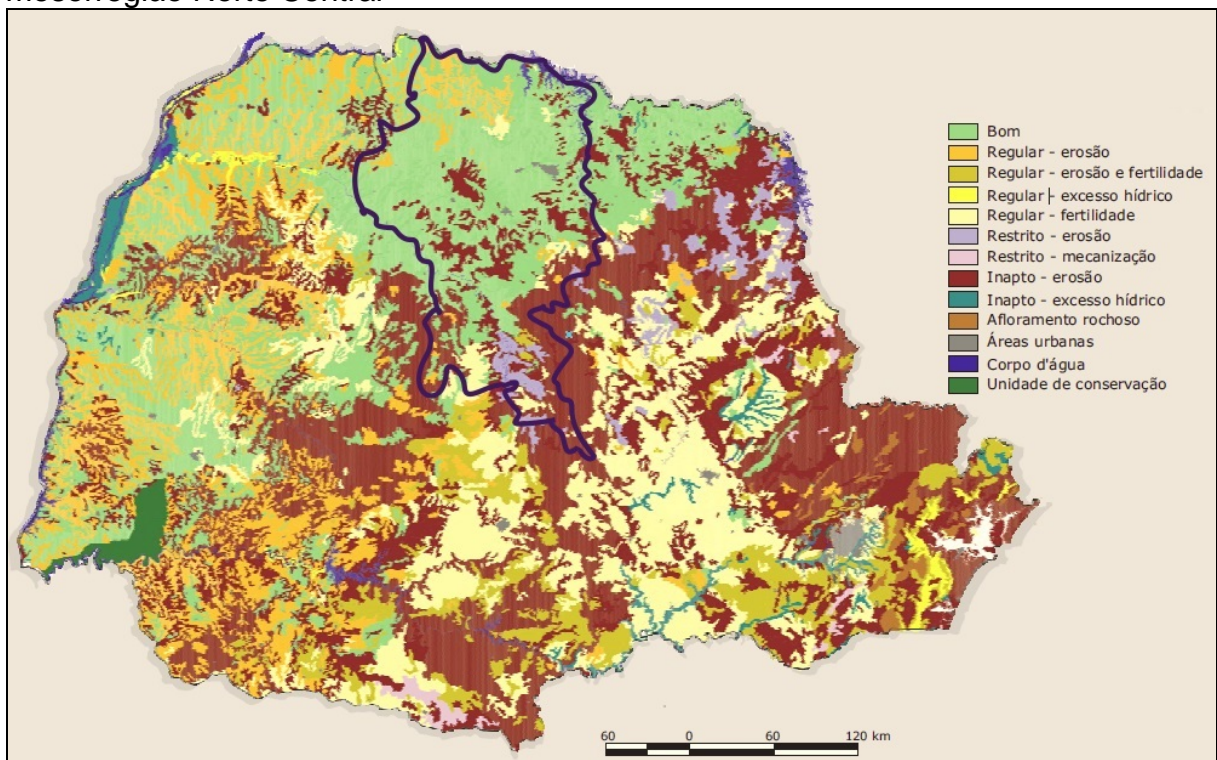
É justamente aqui que queríamos chegar, pois se para a produção capitalista a renda diferencial obtida na mesorregião Norte Central paranaense serve

como estímulo à negação da terra ociosa, para os camponeses isso se manifesta na possibilidade de obtenção de maior quantidade de produtos com menor intensidade de trabalho, ou seja, possibilita auferir renda camponesa em melhores condições.

Nesse caso, estamos diante de dois fatores que devemos analisar um pouco melhor. O primeiro se deve à fertilidade natural do solo, o que Marx (2008) chama de renda diferencial I, tendo em vista o elevado grau de fertilidade do solo oriundo da alteração das rochas basálticas associadas ao clima úmido, dando origem aos solos do tipo terra roxa na maior parte da região (75%) (IPARDES, 2004a, p. 24).

Na Figura 04 podemos identificar o uso potencial do solo no estado do Paraná e evidenciar a predominância de áreas adequadas ao uso agrícola na mesorregião Norte Central.

**Figura 4** - Uso potencial do solo no estado do Paraná com destaque para a mesorregião Norte Central



Fonte: IPARDES (2004b, p. 07). Org.: Zeneratti (2016).

Essa condição natural dos solos assentada na fertilidade proporciona a inserção produtiva em condições melhores em relação a outras regiões do estado, isso porque no modo de produção capitalista é o preço de produção do pior solo que regula o preço de mercado; neste tipo de solo não há renda diferencial I, apenas

obtenção do lucro médio, condição para que o capitalista coloque a terra para produzir. Portanto, a alta fertilidade natural do solo na mesorregião Norte Central paranaense proporciona a obtenção de renda diferencial I, montante monetário para além do lucro médio. Vejamos a contribuição de Marx sobre esse entendimento:

A renda diferencial que estudamos até agora [renda diferencial I] decorre da produtividade diversa de aplicações iguais de capital em terras de área igual e fertilidade desigual, de modo que a renda diferencial era determinada pela diferença entre o rendimento do capital empregado na pior terra, desprovida de renda, e o capital empregado em terra melhor. Tínhamos então investimentos paralelos de capital em áreas de diferentes solos, e assim a cada novo emprego de capital correspondia cultura mais extensiva de terra, ampliação da superfície cultivada. Mas, no fim das contas, a renda diferencial era objetivamente apenas o resultado da produtividade diferente de capitais iguais, aplicados em terras (MARX, 2008, p. 895).

Em síntese, trata-se da aplicação da mesma quantidade de capital na mesma quantidade de terra, mas que resulta em produção diferente, sendo essa diferença resultado da fertilidade natural do solo. Mas, isso não significa que não serão utilizados insumos que possam ampliar ainda mais essa fertilidade, pois a intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção faz parte da lógica básica do próprio processo de produção capitalista, como destaca Oliveira (1985). Ademais, Marx (2008, p. 902) é preciso ao explicar porque escolher o melhor solo para aplicar capital:

Naturalmente, ao desenvolver a cultura intensiva, ao se efetuarem aplicações sucessivas de capital no mesmo solo, serão elas de preferencial ou em maior grau feitas nos melhores solos [...]. Escolhe-se o melhor solo por oferecer as melhores probabilidades para a rentabilidade do capital aplicado, pois contém o maior número de elementos naturais da fertilidade, e trata-se apenas de aproveitá-los.

Por outro lado, com base na lógica de intensificação da utilização de capitais no processo de produção, os investimentos também se dão nos piores solos, com o objetivo de elevar a produtividade, podendo inclusive fazer com que esses solos superem os melhores que não receberam aplicação de capital adicional e mantiveram a mesma produtividade. Se isso ocorrer, o pior solo deixa de ser o pior e o solo melhor passa agora a ser considerado o pior, é uma relação que se faz na

mediação entre as terras inseridas no processo produtivo, nesse cenário o solo que era considerado melhor passa a ser o pior e assim passando este a regular o preço de mercado e fazendo desaparecer a renda diferencial I proveniente da diferença de fertilidade natural.

Isso justifica as sucessivas aplicações de capital nos melhores solos, cujo objetivo é continuar auferindo renda diferencial. Nesse sentido, basta ver os dados referentes à utilização de adubação na região, que nos indica que estamos diante do segundo fator citado, o qual Marx (2008) chama de renda diferencial II. Para Oliveira (1985) é justamente por ela que os capitalistas lutam.

Este comportamento da taxa da renda (do lucro suplementar auferido) é fundamental na agricultura capitalista, pois é pelo aumento dela que os capitalistas lutam. E, a contradição está na situação em que as baixas na produtividade do 'pior' solo, ou ainda a entrada para o cultivo de solos ainda 'piores' que os já cultivados, abrem, para aqueles 'mais' férteis que investem capitais adicionais, a possibilidade de aumentos crescentes da taxa do lucro suplementar, portanto, da renda diferencial II. Daí, decorre a luta dos agricultores capitalistas para que os governos incorporem em suas políticas a ampliação das áreas de cultivos sobre solos 'menos' férteis, incorporando-os ao processo produtivo. Este caso pode ser exemplificado com o programa 'Polocentro' que incorporou o cerrado (solos 'menos' férteis) ao processo produtivo brasileiro (OLIVEIRA, 1985, p. 103-104).

A renda diferencial II é resultado da aplicação de investimentos para aumentar a fertilidade do solo, mas também pode significar investimentos que permitam que a produção se desenvolva de maneira mais adequada, como investimentos em barreiras de contenção para água da chuva (curvas de nível) e em melhorias destinadas à circulação da produção, como a recuperação ou construção de estradas.

Essa aplicação de investimentos que não remetem diretamente à fertilidade do solo, como na circulação da produção, nos indica que a renda diferencial I e renda diferencial II não são completamente excludentes entre si, pois a renda diferencial I por localização está relacionada à acessibilidade ao mercado, então uma propriedade pode se tornar melhor localizada quando os investimentos em estradas facilitam a circulação da produção. Ademais, os investimentos que mudam a relação de localização podem decorrer, por exemplo, da instalação de entrepostos das cooperativas para captação da produção em áreas onde não

existiam, pois agora o solo próximo ao entreposto permitirá economia com transporte, elevando a taxa de renda diferencial I, passando este a ser considerado melhor localizado.

No que pesem essas referências, vamos eleger como parâmetro a utilização de adubação para identificar a tentativa de ampliação da fertilidade natural dos solos pelos produtores da mesorregião Norte Central paranaense, tanto os capitalistas quanto os camponeses.

A aplicação de adubos é expediente utilizado pela maior parte dos estabelecimentos agropecuários da mesorregião Norte Central paranaense, afinal dos 54.277 estabelecimentos 35.847 declararam utilizar adubação, representando 66,04% do total de estabelecimentos. Do número total de estabelecimentos que declararam utilizar adubação no Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos de até 50 hectares representam 83,37%, ou seja, unidades camponesas, indicando a estratégia de aumentar os investimentos a fim de ampliar a produtividade do solo com vistas a auferir níveis melhores de renda diferencial II.

A utilização de adubação pelos estabelecimentos camponeses indica que a possibilidade de auferir renda diferencial II não pode ser entendida apenas como trunfo dos capitalistas, antes demonstra que os camponeses fazem as escolhas produtivas tendo como referência uma maior rentabilidade do trabalho familiar, evidentemente sob parâmetros distintos dos capitalistas. Afinal, na unidade capitalista a obtenção de renda se converte em favor da acumulação capitalista, já na unidade camponesa representa o equilíbrio mais adequado entre o grau de autoexploração e a satisfação das necessidades familiares.

Sobre isso Chayanov (2014, p. 107) afirma que: “assim, de um aumento da produtividade do trabalho resulta a obtenção de uma idêntica quantidade de produto com menos trabalho. Isso permite à unidade econômica aumentar a produção e satisfazer inteiramente a procura familiar”. Nessa situação, a renda favorável é convertida em bem-estar, ou seja, em benefício da unidade familiar.

Portanto, os investimentos nos estabelecimentos camponeses têm como referência a atenção ao núcleo familiar; nesse aspecto específico Chayanov (2014) foi preciso ao afirmar que na exploração baseada no trabalho familiar somente há vantagens para os camponeses em realizarem investimentos se isso lhes permitir um nível superior de bem-estar, ou, ao menos, reduzir a penosidade do trabalho.

Em síntese, os investimentos camponeses confirmam que há uma relação direta entre a renda diferencial I e II na mesorregião Norte Central paranaense, pois ao passo em que a fertilidade natural do solo possibilita melhores rendas (renda diferencial I), conferindo a atenção mais adequada das necessidades familiares, e que, uma vez atendidas, favorecem também os investimentos na produção (renda diferencial II), que por extensão serão convertidos em benefício da própria família camponesa.

Já os estabelecimentos com área de 1.000 hectares e acima representam apenas 0,19% do número total de estabelecimentos com uso de adubo, em números totais são 105 estabelecimentos, vale destacar que nesse estrato de área existem 138 estabelecimentos na região (IBGE, 2006), isso indica que 76,09% dos grandes estabelecimentos realizam adubação, com isso ampliando a fertilidade do solo e a possibilidade de auferir taxas de renda diferencial II maiores, o que certamente é expresso no valor da produção maior desse estrato de área e em desacordo com a tendência nacional.

Em síntese, para os capitalistas a possibilidade de auferir taxas mais elevadas de renda diferencial I e II desestimula a manutenção das terras para fins meramente especulativos, o que reflete no valor da produção. Muito embora, em alguns casos a improdutividade da terra possa parecer evidente, como demonstram os números, pois 33 estabelecimentos de área superior a 1.000 hectares declararam não utilizar adubos, mesmo considerando a possibilidade de serem áreas de pastagens, não há como não atrelar à ausência de adubos a falta de utilização das terras, principalmente frente à lógica de intensificação da aplicação de capitais expresso no modelo tecnológico disseminado na agropecuária. Contudo, se considerarmos a hipótese de subaproveitamento, aqui está expresso que a produção se viabiliza pela escala, na qual é compensada a falta de investimentos na produção pelo tamanho da área, ancorada na fertilidade natural do solo na região.

Contudo, para além do valor da produção, o descompasso produtivo existente entre os pequenos estabelecimentos e os grandes se evidencia por outros parâmetros econômicos, como a geração de empregos.

Nesse sentido, um ponto merece destaque, sendo oportuno reforçar que é notório o papel da pequena propriedade camponesa para manter a família ocupada no campo. Isso acontece, segundo Chayanov (1974), pois a exploração camponesa se orienta pelo balanço entre trabalho e consumo, com isso é

necessário adequar as suas atividades econômicas às demandas de reprodução familiar, mantendo assim a família trabalhando na propriedade, o que na capitalista não acontece, pois a quantidade de mão de obra é adequada a partir da viabilidade do negócio. Em um estabelecimento capitalista a tendência é que o número de trabalhadores diminua à medida que os equipamentos aumentam.

[...] el trabajador campesino estimulado al trabajo por las necesidades de su familia desarrolla *mayor energía* al aumentar la presión de estas necesidades. La medida de la autoexplotación depende em mayor grado del peso que ejercem sobre el trabajador las necesidades de consumo de su familia. La influencia de las necesidades de consumo se ejerce en este caso com tanta fuerza que en una seria de zonas el trabajador, bajo la presión de crecientes necesidades de consumo, desarrolla su produccion en estricta concordancia con el numero creciente de consumidores. El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del numero de consumidores y de ninguna manera del numero de trabajadores (CHAYANOV, 1974, p. 80-81, grifo do autor).

Na unidade capitalista, baseada no trabalho assalariado, a exploração está limitada à disponibilidade de capital, ou seja, a concentração de capital intensifica a exploração do trabalho. Nota-se que a centralidade é distinta da camponesa, na qual é a reprodução da família que indica a quantidade de trabalho a ser empregado no estabelecimento.

Sendo assim, mesmo que os camponeses contratem mão de obra elas remetem à necessidade de complementar o trabalho familiar, como destaca Paulino (2006).

Outro equívoco é considerá-los a partir dos parâmetros produtivos capitalistas (*mesmo que venham a contratar mão de obra, essa assume sempre uma caráter complementar, portanto, não visão a auferir lucros a partir da exploração do trabalho alheio*) Resta, portanto, admitir que atuam a partir de uma lógica distinta à capitalista, pela sua própria condição social (PAULINO, 2006, p. 52, grifo nosso).

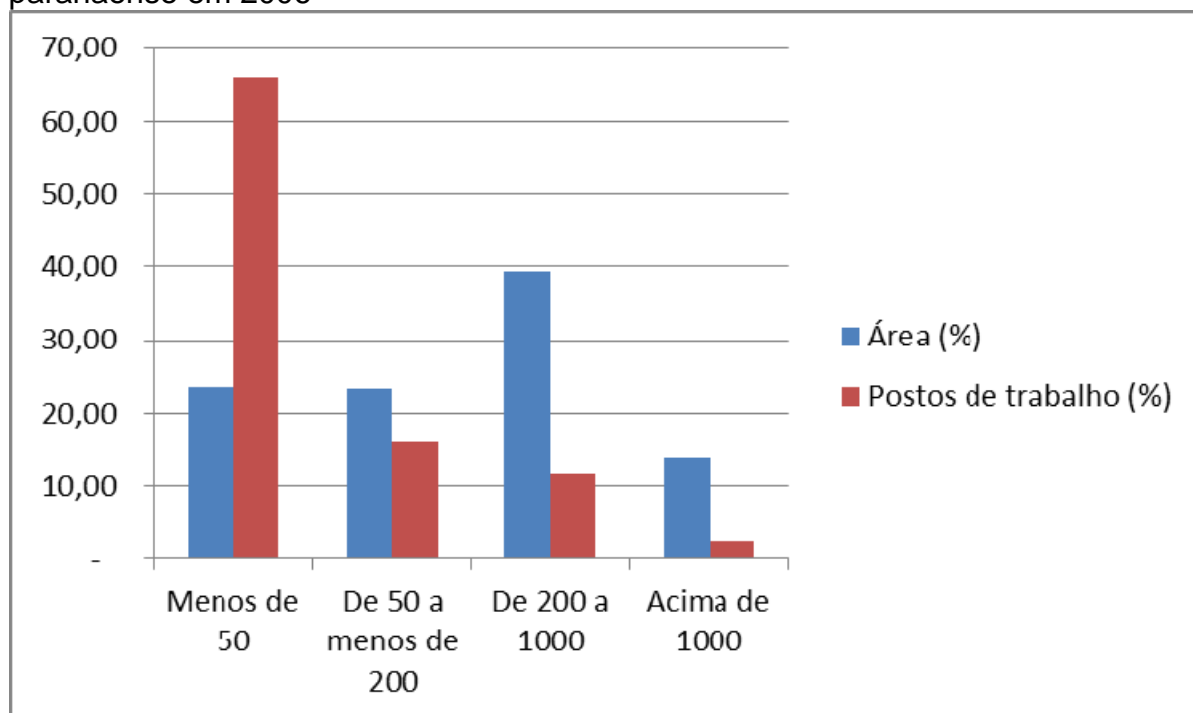
Paulino (2011) ainda contribui para o entendimento dessa questão afirmando que a própria dinâmica da produção camponesa mudou, o campesinato contemporâneo inserido em uma nova ordem técnica fez diminuir os braços para o trabalho.

Sendo assim, parte destas contratações explica-se pela dinâmica da unidade familiar de produção que, não raro, necessita de trabalho complementar à da família, até porque a composição desta mudou profundamente: as mudanças técnicas incorporadas à agricultura sepultaram o conhecido princípio 'um filho, uma enxada', que orientou a imigração para o Brasil e sustentou o ciclo cafeeiro, cuja pujança explica a celeridade e a espacialização da industrialização brasileira do século XX (PAULINO, 2011, p. 118).

Portanto, as estratégias de contratação de mão de obra pelos camponeses não compõem orientadas segundo critérios capitalistas, cuja força motriz e estímulo à produção são provenientes da potencialidade de acumulação de capital via captação da mais-valia. Para Paulino (2006) o que é realmente relevante na unidade camponesa é a forma de organização interna, de modo que uma unidade produtiva só poderá ser considerada capitalista quando incorporar essa lógica.

Na mesorregião Norte Central paranaense os pequenos estabelecimentos foram responsáveis por abrigar a maior parte dos postos de trabalho da região, como expresso no Gráfico 08.

**Gráfico 8** - Postos de trabalho e área agrícola na mesorregião Norte Central paranaense em 2006



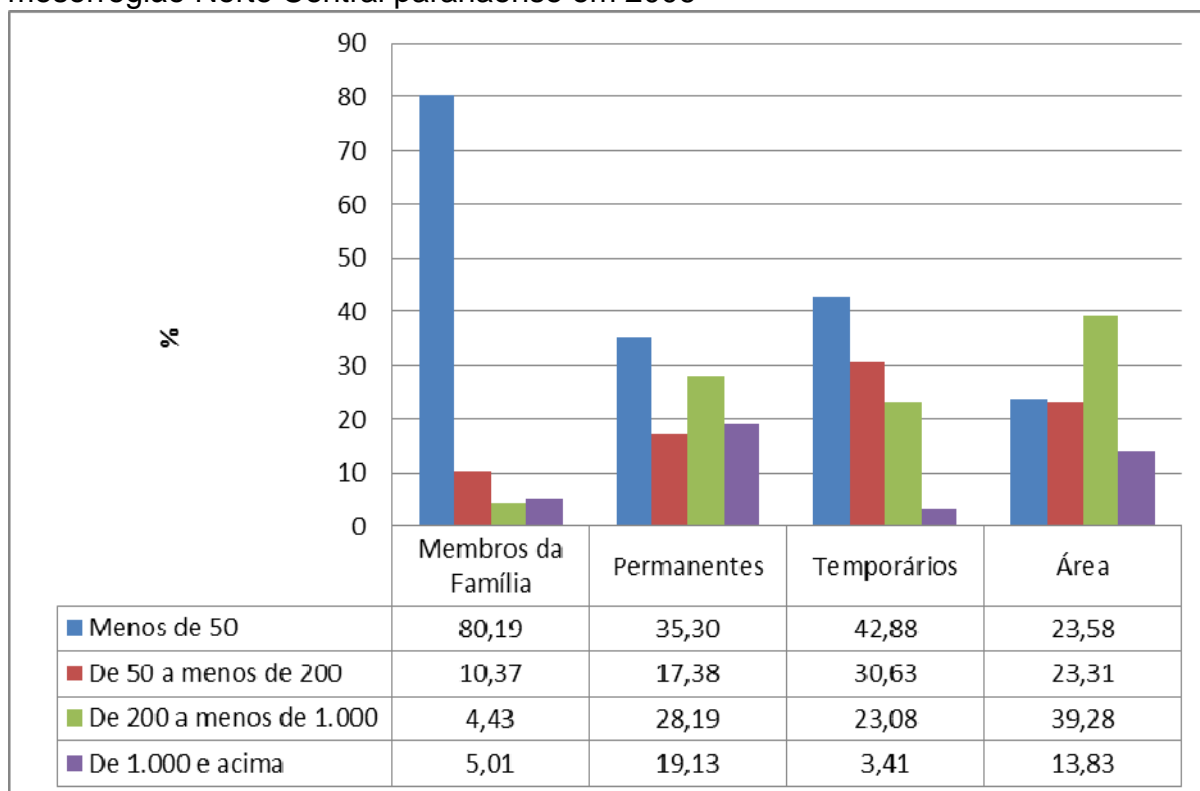
Fonte: IBGE (2006).

No Gráfico 08 é possível notar que a relação é inversamente proporcional, pois quanto maior a área dos estabelecimentos menor é a capacidade para gerar empregos. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares responderam por 66,01% dos postos de trabalho, mesmo ocupando uma área de 23,58% da área total dos estabelecimentos, em contrapartida os estabelecimentos entre 50 e 200 hectares que ocupam área semelhante, 23,30% da área total, responderam por apenas 16,06% das ocupações. Contudo, números ainda menores estão presentes nos estabelecimentos entre 200 e 1.000 hectares, que com uma área de 39,27% da área total apresentaram 11,61% das ocupações, evidentemente que essa tendência se manteve nos estabelecimentos acima de 1.000 hectares, que ocuparam apenas 2,29% dos trabalhadores do campo em uma área de 13,83% da área total dos estabelecimentos.

Esses números evidenciam a capacidade da pequena propriedade camponesa em incluir pessoas no processo produtivo, na região do total de 186.736 trabalhadores do campo 123.157 estavam nos estabelecimentos até 50 hectares (IBGE, 2006), ou seja, 65,96% do total, em uma área que representa apenas 23,58% da área total dos estabelecimentos, isso significa que os demais estabelecimentos em conjunto representam 76,42% da área e empregam apenas 34,04% dos trabalhadores.

Com base no Gráfico 09 podemos evidenciar que os pequenos estabelecimentos são responsáveis também por empregar 80,19% dos trabalhadores com vínculo familiar, enquanto nos estabelecimentos acima 1.000 hectares apenas 5,01% dos trabalhadores são membros da família. Esses números confirmam as contribuições de Chayanov (1974), afinal comprovam a capacidade das unidades camponesas em manter a família no campo.

**Gráfico 9** - Ocupações agrícolas por tipo de relação de trabalho e estrato de área na mesorregião Norte Central paranaense em 2006



Fonte: IBGE (2006).

A partir do Gráfico 09 outros indicativos são dignos de nota, pois em qualquer categoria de trabalhadores que se analise os estabelecimentos camponeses apresentam indicadores mais representativos, como demonstram os números referentes aos empregos permanentes e temporários na região.

Em se tratando dos empregos permanentes podemos identificar que os estabelecimentos de até 50 hectares foram responsáveis por contratar 35,30% dos trabalhadores nessa categoria, capacidade não apresentada nos estabelecimentos de 1.000 hectares ou mais, que empregaram apenas 19,13% dos trabalhadores permanentes no campo.

No que diz respeito aos empregos temporários, a capacidade de empregar mão de obra dos pequenos estabelecimentos é ainda superior, os estabelecimentos até 50 hectares empregaram 42,88% dos trabalhadores temporários, superando os grandes com 1.000 hectares e acima que empregaram apenas 3,41% dos trabalhadores nessa categoria.

Esses números demonstram a superioridade do campesinato em manter as pessoas no campo, seja como membro da família seja como trabalhador

contratado. Contudo, é importante destacar que nos estabelecimentos até 50 hectares os trabalhadores com vínculo familiar representam 78,15% do total das ocupações, já os trabalhadores permanentes representam 6,41% e os temporários 15,42% das ocupações, ou seja, prevalece o trabalho familiar nas unidades camponesas.

Com isso podemos concluir que a maior parte dos trabalhadores dos estabelecimentos pequenos são membros da família, embora não exclusivamente, assim como não podemos deixar de destacar que nos grandes estabelecimentos há familiares envolvidos no processo produtivo, principalmente nas atividades relacionadas com a administração do negócio, como afirma Paulino (2011).

Nesse contexto, no qual prevalece a mão de obra familiar, é importante ter como referência que a contratação de mão de obra nas unidades camponesas se deve aos momentos nos quais é necessário aumentar o número de braços para trabalhar, como na colheita e no plantio, impondo principalmente a necessidade de contratação de trabalhadores temporários. Sobre isso Oliveira (1996b) afirma que:

[...] essa contratação, em geral, se deve ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços, como lembra Tavares dos Santos, examinando a colheita da uva. Contrata-se, então, *trabalhadores temporários* (OLIVEIRA, 1996b, p. 58, grifo do autor).

Para esse entendimento também contribui Martins (2008) ao afirmar que no mundo camponês esse trabalho excepcional, complementar ao trabalho familiar, era tradicionalmente realizado por vizinhos, em mutirão, uma modalidade de ajuda mútua: “embora, o mutirão ainda seja praticado, a demanda excepcional de força de trabalho em circunstâncias como essa tende a ser coberta com trabalho assalariado temporário” (MARTINS, 2008, p. 63).

As evidências encontradas em trabalho de campo confirmam essa tese e demonstram de maneira inequívoca que a prática da contratação de trabalhadores pelos camponeses assume caráter complementar. Em duas unidades camponesas encontramos trabalhadores contratados, eles complementavam o trabalho da família. Em uma delas tratava-se de um empregado permanente, sobrinho do camponês proprietário, que trabalhava em conjunto com o camponês proprietário e seu filho, a outra propriedade contratava trabalhadores temporários dependendo da

necessidade da lavoura e no ano da pesquisa ele tinha contratado dois trabalhadores, por no máximo 30 dias no ano, nesta unidade não havia trabalhadores permanentes e o camponês trabalhava sozinho na lavoura.

Os trabalhos de campo proporcionaram identificar que a tendência expressa pelos dados referentes à mesorregião Norte Central paranaense se confirma, pois na maioria das propriedades camponesas visitadas não há trabalhador contratado, das 49 propriedades visitadas 47 não utilizavam essa modalidade de mão de obra, prevalecendo o trabalho familiar.

Evidentemente que as estratégias para superar a carência de mão de obra nas propriedades que não contratam trabalhadores são muitas, alguns camponeses o fazem por meio do dispêndio de maior esforço físico na execução das atividades, como no caso do entrevistado 01, município de Ângulo, que possui sete hectares e realiza o plantio da soja e do milho sozinho utilizando máquina manual, ou como ele mesmo afirmou: “planto na maquininha”.

Já outros camponeses ao mesmo tempo em que lutam para superar a carência de mão de obra, também tentam superar a falta de equipamentos agrícolas, para estes o caminho é a contratação de terceirizados: “o meu trator está muito velho, na verdade pode dizer que nem tenho trator, tenho que trocar, não aguenta o pesado, já tem dois anos que eu alugo do vizinho, quando o moleque terminar a faculdade vou ver se consigo comprar um, ainda falta dois anos” (Entrevistado 09, município de Doutor Camargo, 2016).

A luta na terra travada por esses camponeses não são casos isolados na mesorregião Norte Central paranaense, principalmente quando se leva em consideração o uso de equipamentos, afinal se por um lado os dados do Censo Agropecuário de 2006 são capazes de demonstrar que a tecnologia chega à pequena propriedade, eles também evidenciam que ela chega de maneira desigual. Dos 45.728 estabelecimentos com até 50 hectares apenas 8.014 declararam possuir tratores, dialeticamente remetendo ao outro lado da moeda, ou seja, 37.714 estabelecimentos que não possuem esse equipamento.

Portanto, este é um ponto que merece destaque, trata-se não apenas de evidenciar como está distribuído o acesso à tecnologia entre os camponeses, mas principalmente de demonstrar a fragilidade da representação historicamente construída de que as grandes propriedades demandam menos mão de obra em face ao incremento de tecnologia, o que não se sustenta na realidade concreta.

Nesse sentido, é oportuno elencar como indicativo do uso de tecnologias no campo o número de tratores presentes em cada estrato de área, esta é uma referência importante para mensurar o uso de tecnologia, pois trata-se de um equipamento essencial às atividades agrícolas e pecuárias pela versatilidade de usos. Com ele se roça o pasto, prepara a terra, planta a roça, puxa carreta, reboca carro encalhado, limpa os carregadores, leva o trabalhador para a roça e para a cidade, entre outros usos.

**Tabela 15** - Número de tratores por estrato de área no Norte Central paranaense

<b>Estrato de área (ha)</b>	<b>Tratores (Número)</b>	<b>Tratores (%)</b>	<b>Área (%)</b>
Menos de 50	10.444	50,46	23,58
De 50 a menos de 200	5.990	28,93	23,31
De 200 a menos de 1.000	3.422	16,53	39,28
De 1.000 e acima	845	4,08	13,83
Total	20.701	100	100

Fonte: IBGE (2006).

A partir da Tabela 15 podemos identificar a distribuição do número de tratores por estrato de área na mesorregião Norte Central paranaense, evidenciando que metade dos tratores está nos estabelecimentos até 50 hectares, em uma área menor que um quarto da área total dos estabelecimentos. Já os grandes estabelecimentos, a partir dos 1.000 hectares, apresentam apenas 4,08% do total dos tratores concentrados em uma área correspondente a 13,83% da área total.

Por meio desses dados, e pela divisão da área pelo número de tratores, podemos identificar que a área média por trator nos estabelecimentos camponeses é de 54,49 hectares por trator, já nos demais estabelecimentos a proporção se altera significativamente: no estrato de área de 50 a 200 hectares a área média por trator é de 93,90 hectares; nos estabelecimentos entre 200 e 1.000 hectares a área média é de 276,96 hectares por trator; e, por fim, o estrato de área acima de 1.000 hectares apresenta uma proporção de 395,14 hectares por trator.

Vale destacar ainda que 64,75% das propriedades que os possuem têm menos de 50 hectares e apenas 0,81% das que declararam tê-lo têm 1.000 hectares ou mais. Por fim, considerando que na região temos 138 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, mas apenas 101 estabelecimentos declararam ter tratores, temos

36 estabelecimentos sem tratores, certamente condição que inviabiliza a inserção produtiva desses estabelecimentos, tanto na agricultura quanto na pecuária, face ao tamanho da área, com pelo menos 1.000 hectares.

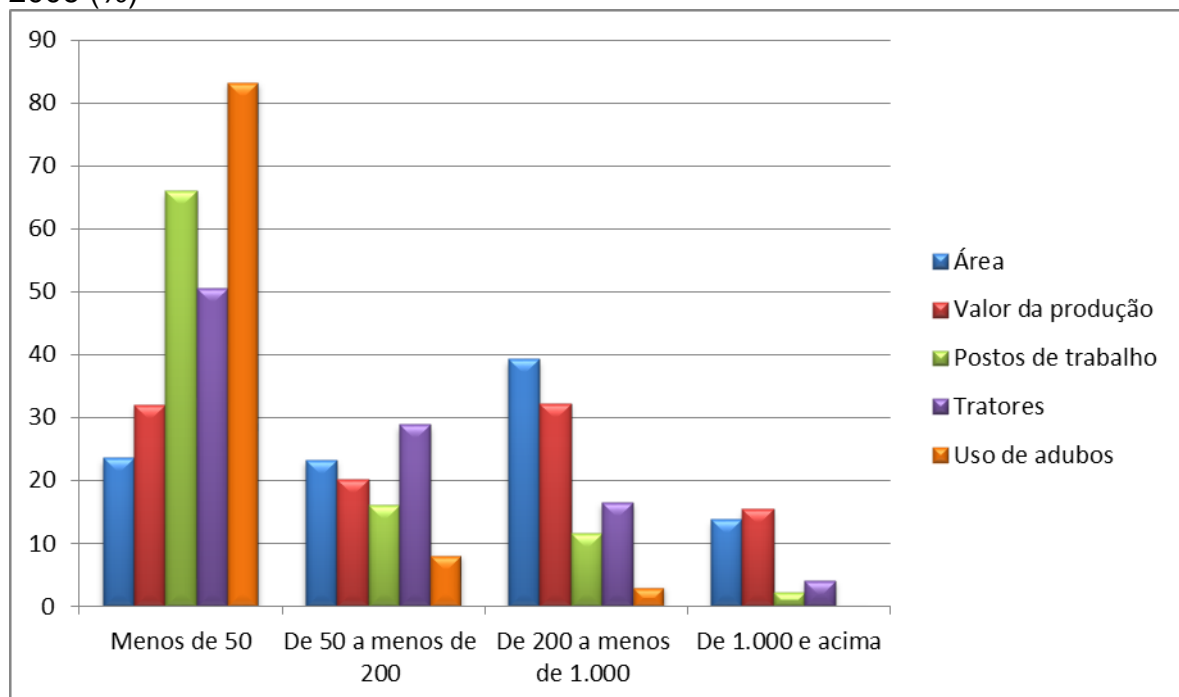
Esses indicativos certamente servem de referência para confirmar o que Oliveira (2003) já havia destacado em outra escala, a nacional:

Outro mito que os defensores do agronegócio apresentam para justificar o baixo número de emprego na grande propriedade é sua integral mecanização e conseqüentemente, a não necessidade de muitos postos de trabalho. Assim, a grande propriedade seria a grande consumidora de tratores e outras máquinas e implementos agrícolas. [...]. [Contudo] Em todos os grupos de potência (CV) **as pequenas unidades tinham mais tratores do que as grandes propriedades** (OLIVEIRA, 2003, p. 129, grifo nosso).

O uso de tratores pelos camponeses da região também mantém paralelo com o uso do solo, pois predominam na região as culturas de soja e milho, culturas que alinhadas ao padrão técnico disseminado no campo demandam maior uso de equipamentos, mas em especial demonstra que os camponeses fazem investimentos na produção muito superiores que os grandes estabelecimentos.

A apresentação conjunta dos indicadores referentes à agricultura na mesorregião Norte Central paranaense demonstra esse processo, evidenciando que a luta dos camponeses na terra não é tarefa simples, mas que os resultados são incontestáveis, demonstrando uma dinâmica na qual os estabelecimentos camponeses são superiores em relação aos demais estabelecimentos em todos os indicadores selecionados, valendo o intento de agrupá-los no Gráfico 10.

**Gráfico 10** - Indicadores do campo na mesorregião Norte Central paranaense em 2006 (%)



Fonte: IBGE (2006).

O agrupamento desses indicadores revela a participação singular dos camponeses na economia da região, tendo como referência a área disponível, os pequenos estabelecimentos são os únicos capazes de apresentar resultados significativamente positivos em termos de valor da produção, postos de trabalho, tratores e uso de adubos, demonstrando a capacidade da agricultura camponesa em potencializar o uso da terra.

Por esse motivo, é que se fez necessário elencar esses indicadores, pois aliados às evidências de campo permitem identificar a territorialidade dos camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas na mesorregião Norte Central paranaense, tendo em vista que são estes os camponeses que compõem majoritariamente os seus quadros associativos.

### 3. CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA

A territorialização do cooperativismo agropecuário no Brasil mostrou que a cooperação no campo é expediente dos mais acessados para a organização dos sujeitos envolvidos. No Paraná em especial, as cooperativas de base empresarialista não excluíram a participação dos camponeses dos seus quadros associativos, inclusive são eles que majoritariamente constituem a base cooperada nessas organizações.

Contudo, o desenvolvimento do cooperativismo empresarialista no seio da economia capitalista, e por ela influenciada, impôs limites para um projeto de transformação estrutural da sociedade, entretanto paradoxalmente possibilita para uma parte dos camponeses um caminho perene para a circulação da produção e obtenção de insumos, contribuindo para sua recriação, estratégias que também se valem os capitalistas, porém, com objetivo diverso, ou seja, ampliar suas taxas de acumulação.

Na mesorregião Norte Central paranaense, para além dessa fração do campesinato, vinculados às cooperativas empresarialistas, que lutam cotidianamente na terra para garantir sua recriação, existem aqueles sujeitos para os quais o cooperativismo comparece como instrumento de questionamento à sociedade dividida em classes, constituindo-se em estratégia de superação das mazelas do sistema capitalista, como bem destacou Fabrini (2003). Para esses sujeitos, a partir da cooperação, é possível desvencilhar-se da dominação direta do capitalista e se levantar contra o bloqueio da propriedade privada capitalista da terra, buscando mudanças sociais: senão mudar completamente a sociedade ao menos mudar a realidade mais imediata.

Em termos específicos, estamos nos referindo aos camponeses organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que por meio da cooperação buscam organizar seus assentamentos, por extensão contribuindo para a territorialização dos camponeses em luta pela terra. Desse modo, na tentativa de entender seu processo de luta para entrar na terra e permanecer nela, se faz necessário traçar um percurso metodológico que permita a compreensão dos processos que levaram à criação das cooperativas pelos camponeses.

Com esse intento, primeiramente destacaremos o papel do MST no questionamento à inviolabilidade da propriedade privada da terra, afinal esse é o

bloqueio primário a ser superado no processo de luta pela terra, para isso será analisada a formação e a constituição da propriedade privada e do latifúndio no Brasil, assim como será evidenciado o descompasso entre as propostas estatais para a reforma agrária e a sua efetivação, para posteriormente discutirmos a formação das cooperativas camponesas nos assentamentos de reforma agrária.

### 3.1. A CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E A INTERDIÇÃO À TERRA DE TRABALHO

É importante destacar logo de início, tendo como referência Fernandes (2005), que os movimentos sociais que lutam pela terra devem ser analisados a partir de uma perspectiva geográfica. Na tentativa de romper com o uso de conceitos importados da sociologia, da economia, da história, o autor tem proposto a utilização do conceito de movimento socioterritorial, no qual o território é importantíssimo para a análise, uma vez que os camponeses lutam por frações do território capitalista.

Nesse sentido, contribui Oliveira (1996a) ao afirmar que eles não só estão lutando, mas estão conquistando parcelas do território capitalista:

O território capitalista confiscado historicamente no processo de sua construção agora é contestado. A luta dos Sem-Terra são marcas dessa contestação. E, mais do que isso, pequenas parcelas estão sendo retomadas pelos Sem-Terra. Nelas estão semeando a utopia, reencontrando sua identidade, e se tornando cidadãos (OLIVEIRA, 1996a, p. 13).

Essa proposta analítica apresentada por Fernandes (2005) nos parece fundamental para a interpretação das lutas no campo, afinal tais lutas representam a expressão mais evidente da luta de classes, que em um processo contínuo e contraditório imprimem configurações específicas ao território. Oliveira (1996a, p. 12) é assertivo ao afirmar que o território deve ser entendido como:

Síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É, pois produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência.

Nesse sentido, para o autor o território não pode ser entendido como algo dado, estático, pronto e acabado, em absoluto, pois sua configuração expressa a

contínua luta das classes sociais pela socialização da natureza, em última instância o território é um processo contínuo e simultâneo de construção, destruição, manutenção e transformação (OLIVEIRA, 1996a, p. 12).

No campo esse processo é marcado pela luta dos trabalhadores pelo controle do território, expresso na disputa por frações do território capitalista, que depois de conquistados são submetidos a lógicas diversas, prevalecendo aquelas cujo fundamento é a relação social de produção baseada no trabalho familiar.

Portanto, o papel dos movimentos socioterritoriais é lutar contra a expropriação imposta pelo monopólio de classe sobre a terra, nesse processo de enfrentamento modificam o território, afinal ele é resultado da ação humana, ou seja, é resultado da luta cotidiana dos camponeses contra os bloqueios impostos à sua reprodução.

No bojo desses bloqueios, a luta dos movimentos socioterritoriais deve ser entendida na perspectiva da contestação às interdições que lhes foi imposta no processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. Essa interdição se agrava devido ao fato da terra não poder ser produzida, pois é um bem natural. Entretanto, o modo de produção capitalista ao dominar a agricultura também domina a terra, com isso é facultado ao proprietário a condição de extrair mais-valia dos trabalhadores, seja diretamente na condição de capitalista, seja indiretamente na condição de proprietário que obtém renda. Essa condição priva os trabalhadores do acesso à terra e subordina a agricultura ao capital, como destaca Marx (2008, p. 1069): “[...] constitui base do modo capitalista de produção a propriedade privada do solo; ele implica a expropriação dos produtores imediatos: a propriedade privada do solo para uns tem por consequência necessária que ela não exista para os demais”.

No caso brasileiro, a constituição da propriedade privada representou a manutenção do controle das terras pela elite, embora tenham ocorrido brechas que possibilitaram a territorialização camponesa em seu interior. A propriedade permitiu que os grandes latifúndios gestados durante a dominação portuguesa se consolidassem e se valessem das garantias legais para se perpetuarem, ou até aumentarem o seu patrimônio, sendo oportuno o intento de analisar em quais termos isso se deu.

Em primeira análise, é importante destacar o que representa o conceito de latifúndio, afinal entendemos que ele está associado a grande área de propriedade privada, logo ele não existe sem o instituto legal da propriedade, por isso nosso

recorte temporal é a partir da Constituição Imperial de 1824, quando é instituída legalmente a propriedade privada no Brasil. Entretanto, antes disso, ainda durante o período de vigência da lei de Sesmarias, que somente foi extinta em 1822, o latifúndio começava a ser gestado, afinal o modelo de agricultura desenvolvido sustentava-se em grandes áreas monocultoras, que na essência eram subaproveitadas, reservadas à produção destinada ao mercado internacional, como destaca Silva (2008, p. 52):

No período em questão, o mercado mundial abria espaço apenas para produtos tropicais de que a Europa carecia. Foi, portanto, a forma de inserção da Colônia que no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como o açúcar, traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista.

As sesmarias foram o primeiro instrumento de acesso à terra no Brasil, porém, em concessão e apresentava algumas características relevantes, como: gratuidade, pois não previa compra e venda, eram terras cedidas pela Coroa Portuguesa; aproveitamento, ou seja, caso não utilizadas seriam devolvidas à Coroa (terras devolutas); a Coroa ainda recomendava que não fossem cedidas terras em extensão maior que uma pessoa pudesse cultivar, recomendação essa que não era seguida, possibilitando a concentração de grandes áreas (SILVA, 2008, p. 45-47).

Nesse instrumento ainda não havia garantia absoluta sobre a propriedade da terra, por extensão o latifúndio também não existia como propriedade individual, mas já existia como bloqueio aos trabalhadores, pois esses não tinham acesso a ela, uma vez que somente os senhores fidalgos, homens com poder político e econômico, tinham possibilidade de requerê-las à Coroa Portuguesa (MARÉS, 2003, p. 62).

O desenvolvimento do capitalismo no mundo tornou a terra propriedade privada, Marés (2003, p. 33) foi assertivo ao demonstrar como a propriedade foi entendida nas constituições francesa, espanhola, portuguesa e brasileira. Para o autor na Constituição Francesa de 1793 o governo aparece como garantidor do pleno gozo dos direitos naturais e imprescritíveis, sendo eles a igualdade, a liberdade, a segurança e a propriedade. Já a Constituição Espanhola de 1812 defendia que a nação tinha o dever de conservar e defender a propriedade, ela assume o papel prioritário entre os direitos individuais. Na Constituição Portuguesa de 1822 é objetivo da nação manter a liberdade, a segurança e a propriedade de

todos os portugueses. Por fim, destaca Marés (2003, p. 33) que a Constituição Imperial Brasileira de 1824 apresenta a mesma prerrogativa, defendendo os direitos civis e políticos dos brasileiros, entre eles a segurança individual e a propriedade, garantindo o direito de propriedade em toda a sua plenitude.

Para o autor, “em todas estas constituições o que está realmente protegido é o direito de propriedade, porque a liberdade, a igualdade e a segurança são pressupostos da propriedade moderna e significam: contrato entre homens livres e iguais, garantida sua excussão pelo Estado” (MARÉS, 2003, p. 34).

Com a extinção das sesmarias e a independência do Brasil em 1822, a Constituição Imperial de 1824 passa a ser a lei que regulamenta a propriedade privada, mas não diz como chegar à propriedade, ou seja, não regulamenta o acesso à terra, isso somente vai ocorrer em 1850 com a Lei de Terras (Lei 601). Esse entendimento é de extrema importância, pois nos permite inferir que a partir da Constituição Imperial de 1824 a propriedade privada da terra no Brasil assume os primeiros contornos do que viria a se tornar e se perpetuar no campo. Pois, como afirma Marés (2003), com o fim das sesmarias as concessões que haviam sido dadas de acordo com as leis e que tivessem sido medidas, lavradas, demarcadas e confirmadas pelo Rei de Portugal foram reconhecidas como legítimas.

O reconhecimento de legitimidade significava dar às sesmarias confirmadas a qualidade de propriedade privada, com todas as implicações jurídicas do sistema nascente. Portanto, o primeiro documento comprobatório de propriedade privada no Brasil é o título de concessão de sesmarias (MARÉS, 2003, p. 63).

Por extensão, a classe dos proprietários de terras também começa a se formar a partir de 1824, afinal quando as terras cedidas em sesmarias foram reconhecidas como propriedades também se reconheceram os seus beneficiados como proprietários de terras, mas ainda faltava a legalização do acesso e a possibilidade de compra e venda para torná-la propriedade privada em sua plenitude.

Ou seja, a exemplo do que já acontecia na Europa, no Brasil a terra ainda precisava se tornar mercadoria, sujeita ao regramento da propriedade privada. Essa era uma necessidade do capitalismo, embora a Constituição de 1824 tenha contribuído para isso, foi somente em 1850 com a Lei de Terras que ela realmente

torna-se propriedade privada propriamente dita, podendo, então, ser comprada e vendida.

A partir de então, no território brasileiro, o latifúndio passa a existir sob a permissão da lei, pois as terras cedidas pela Coroa Portuguesa em Sesmarias, com as características demonstradas por Silva (2008), sobretudo de grandes áreas com exploração deficiente, tornam-se efetivamente propriedades privadas com todas as garantias legais.

Contudo, aqui também se insere uma brecha para a constituição do campesinato brasileiro, pois a Lei de Terras contribuiu para a formação do campesinato proprietário, afinal previa a regularização das posses, mesmo com todas as proibições até então estabelecidas a esse tipo de prática, como pode ser observado na letra da Lei 601/1850 em seu art. 5º:

Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente [...] (BRASIL, 1850).

Portanto, as posses, em pequenas dimensões, que tivessem se tornado produtivas e se constituíssem em morada habitual foram reconhecidas como propriedade privada, para isto bastava que em um prazo estabelecido pela lei os posseiros requeressem a medição da área.

No que se refere aos grandes fazendeiros, a Lei de Terras vai mudar a relação jurídica e econômica estabelecida entre eles e a propriedade, pois, até então, mais valioso que a terra era o escravo, como destaca Paulino (2006, p. 66): “os escravos se constituem no bem de maior valor dos senhores, o que não dispensa a necessidade de controle sobre a terra, o real meio de produção”. A lei vai regulamentar que só terá acesso à terra quem puder pagar por ela; a compra se torna a única forma de acesso, dessa maneira, transformando-a em mercadoria, fator contraditório, uma vez que ela não é fruto do trabalho do homem, não há trabalho materializado como acontece com as mercadorias oriundas das relações de produção capitalista, como destaca Kautsky (1980, p. 100):

Sob o regime da propriedade privada do solo e da produção de mercadorias na agricultura, tornam-se mercadorias as próprias parcelas de terra. Quando os meios de produção se tornaram capital, foi-se levado a considerar o solo, também, como um capital. Ele não é. Por mais que se lhe dê continuamente o nome de capital, com isso não se enriquece de um tostão o proprietário territorial. Sem dúvida, a sua terra se tornou uma mercadoria, que possui um preço e um valor comercial determinado.

Considerando as formulações de Kautsky (1980) podemos afirmar que a terra, embora não tenha valor, tem preço, sendo que o mesmo é determinado pela renda que se pode auferir por meio de sua posse e também pela taxa de juros corrente no mercado. Marx (2008, p. 888) também destaca que “o preço do solo nada mais é que renda capitalizada. [...] o que se paga no preço são apenas rendas futuras [...]. A terra, quando se vende, é vendida como fonte de renda”.

Para Marx (2008) a possibilidade de pessoas serem proprietárias de parcelas do globo terrestre parece algo monstruoso, pois a sociedade é usufrutuária da terra e deve passá-la melhorada às gerações futuras. A propriedade privada da terra só é possível porque as relações de produção geram esse direito; na verdade o direito existe antes, para que depois ocorra a venda e a compra, a Lei de Terras se estabelece justamente nesse sentido, ou seja, criando o direito de se tornar proprietário privado da terra, bastando ter dinheiro para comprá-la.

Esses dois momentos coadunados, a Constituição Imperial de 1824 e a Lei de Terras de 1850, demonstram a mudança que estava em curso na sociedade, sobretudo o fato da elite rural que se articulava para manter o controle das terras, pois se antes a concessão estava condicionada ao uso e ao prestígio frente a Coroa, agora a propriedade está condicionada à posse do título. Todas as terras não adquiridas legalmente foram consideradas terras devolutas; Marés (2003) assevera que isso não significa terra desocupada, mas terras sem direito de propriedade legalmente definido, o título torna-se mais importante que o uso e a ocupação.

O latifúndio foi se formando juntamente com a classe de proprietários, inicialmente pela concessão de terras ainda durante o regime das sesmarias, posteriormente pela prerrogativa que as tornaram propriedade privada pela Constituição Imperial de 1824 e se consolidando como tal com a Lei de Terras de 1850.

Com a proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891 as terras devolutas passaram para o poder dos Estados, onde as elites locais

avançaram sobre elas inclusive assumindo o controle da distribuição, o que levou a diversos conflitos por terra. Marés (2003, p. 79) destaca que “o Brasil deixava para traz o Império do latifúndio e ingressava no século e na República do latifúndio”.

O latifúndio é produto do capitalismo, portanto não pode existir sem a propriedade privada, pois o próprio capitalismo a tem como expressão; evidentemente que somente essa afirmação já situa este debate, mas ainda faltam as contradições próprias desse modo de produção e o Estatuto da Terra promulgado em 1964 é a maior delas. Afinal, sob o capitalismo a defesa incontestável da propriedade é algo prioritário, entretanto o Estatuto previa a reforma agrária, abalava a intocabilidade da propriedade privada por meio da desapropriação. Portanto, é necessário que se entenda o contexto que levou à sua promulgação pelo governo militar, conservador e claramente capitalista.

Em síntese, vale destacar que a criação do Estatuto da Terra pelo governo militar deve ser compreendido como estratégia de manutenção das estruturas sociais, pois a partir de 1950 o campo brasileiro passava por tensões que extrapolavam seus limites, a sociedade começava a ser municiada com questões que remetiam a mudanças sociais abrangentes, principalmente com a intervenção do Partido Comunista (PCB) nas questões do campo, como assevera Martins (1983).

Segundo o autor, as reformas sociais começam a ganhar adeptos por diversos setores da sociedade, até mesmo a Igreja Católica de tradição conservadora e oligárquica entende essa necessidade, principalmente a da reforma agrária. Porém, diverge de como executá-la, a Igreja via na garantia do direito de propriedade dos fazendeiros um obstáculo à reforma, sendo que esse obstáculo deveria ser removido por meio da indenização imediata dos proprietários.

Na verdade, defendia que se cumprisse o dispositivo da Constituição Federal de 1946, que estabelecia que diante da desapropriação de terras para fins sociais, e nesse caso por analogia se tratava da reforma agrária, o fazendeiro deveria ser indenizado previamente em dinheiro. Todavia, como destaca Martins (1994, p. 72), esse dispositivo tornava a reforma agrária economicamente inviável, ademais demonstra a intocabilidade da propriedade privada no imaginário conservador.

Já o Partido Comunista atuando no campo passa a organizar os trabalhadores contra a ação dos proprietários de terras, embora sua atuação seja

incipiente, certamente seu apoio foi essencial para o surgimento no Nordeste das Ligas Camponesas. As Ligas se tornaram um instrumento para defender os interesses dos camponeses, seja na luta pela ampliação das áreas de cultivos alimentares dentro das fazendas de cana-de-açúcar, seja apenas com fins mortuários, ou seja, para sepultamento dos camponeses falecidos, como destaca Martins (1994, p. 60-61).

Em 1950 o PCB define sua base de ação política, que segundo Martins (1983, p. 82) era “composta estritamente de operários, camponeses e camadas médias, estas constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar, pelos pequenos comerciantes e industriais e pelos intelectuais honestos”. É importante destacar que o PCB vai mudando suas propostas políticas ao longo do tempo, neste primeiro momento ele defende medidas como a confiscação de terras dos latifúndios para doação aos camponeses e a generalização do pagamento em dinheiro aos trabalhadores rurais.

Segundo Martins (1983), essas propostas foram reafirmadas no programa político de 1953, sendo outras acrescentadas, como a garantia de propriedade das terras cultivadas pelos fazendeiros e a sugestão de crédito com juros baixos e pagamento de longo prazo. Em 1954 será inserida também no programa a negativa quanto à confiscação de capitais das empresas da burguesia brasileira. A partir de 1958 o Partido passa a defender uma proposta de frente única, composta pelos operários, camponeses, burguesia e setores latifundiários que possuíssem contradições com o imperialismo estadunidense.

Entre outras medidas da plataforma da frente única incluem-se a reforma agrária em favor das massas camponesas. Redução das taxas de arrendamento, prolongamento dos prazos contratuais, defesa dos camponeses contra grilagem e despejos, garantia de posse e título aos posseiros, aplicação da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais (MARTINS, 1983, p. 85).

Para o PCB um governo nacionalista e democrático podia ser conquistado sem rupturas, de forma pacífica, dentro do quadro do regime vigente, sobretudo dentro da legalidade, como elucidou Martins (1983).

Porém, é em 1960 que o Partido Comunista apresenta uma mudança significativa em seu programa, passando a priorizar os trabalhadores rurais em relação aos camponeses sem terra. Segundo Martins (1983, p. 87), “essa mudança

clara, em que o assalariamento passa para o primeiro plano e o camponês para o segundo, norteou o afastamento do PCB em relação às Ligas”, principalmente motivado pela competição que os sindicatos apresentavam frente às Ligas Camponesas, mesmo não sendo o foco principal do Partido a criação de sindicatos propriamente ditos, e sim de federações e da confederação sindical.

O PCB apoiou o surgimento das Ligas Camponesas e as tinha como sua maior manifestação concreta, porém, elas eram adeptas da reforma agrária radical, defendendo a desapropriação das grandes fazendas e a substituição por pequenos proprietários e pela agricultura familiar. Opondo-se à proposta do PCB, as Ligas se afastaram do partido.

Segundo Martins (1983, p. 89), “as Ligas evoluíram no sentido de definir a reforma agrária radical em termos opostos àqueles propostos tanto pelo PCB quanto pela Igreja”. Elas que surgiram no engenho da Galiléia, no estado de Pernambuco, nesse caso com finalidade meramente mortuária, logo se disseminaram pelo Nordeste brasileiro e passaram a representar a primeira organização social de luta contra as injustiças no campo em todo o Brasil (OLIVEIRA, 1995, p. 27).

Esse contexto interno, embora represente um momento de luta e organização dos trabalhadores, não representava dimensões expressivas a ponto de incomodar significativamente as elites brasileiras, mas atreladas aos conflitos ideológicos de ordem externa certamente preocupava, até porque exemplos como a revolução socialista cubana (1959) ainda estavam muito presentes. Nesse sentido, os problemas no campo eram vistos como manifestações ideológicas de influência externa e não como demanda social interna, como afirma Martins (1994).

Isso dava às dispersas e frágeis lutas do campo uma dimensão que concretamente não tinham e uma importância que decorria antes de sua inserção em conflitos ideológicos mais amplos e não de sua própria força ou de sua própria representatividade (MARTINS, 1994, p. 75).

O golpe de Estado foi fomentado por essas disparidades ideológicas, entre as bases revolucionárias e o poder vigente, e que, com o apoio da classe dos proprietários de terras, efetivam o golpe militar de 1964.

Diante disso, podemos entender como foi possível a promulgação do Estatuto da Terra pelo governo militar e também porque o Estatuto foi praticamente

inócuo, embora traga dispositivos que aparentemente são direcionados à efetiva reforma.

Em última instância, o Estatuto da Terra serviu, entre outros objetivos, para acalmar as lutas no campo, pois acenava com a possibilidade de realização da reforma agrária, ou seja, a possibilidade de terras para os trabalhadores. Entretanto, sua aprovação significou uma armadilha dos latifundiários para os trabalhadores, pois como destaca Oliveira (1988), o Estatuto nasceu com a garantia de não ser cumprido, evidentemente no que se refere à reforma agrária. Marés (2003, p. 108) ainda acrescenta dizendo que ele não alterou “o conceito de propriedade privada da terra, apenas estabelecia mecanismos de correção das injustiças agrárias por meio da desapropriação”.

Todavia, partindo das observações preliminares de Paulino e Almeida (2010, p. 13-14), e buscando o diálogo com a legislação, devemos destacar que o Estatuto da Terra é responsável, pela primeira vez na história, de apresentar o conceito de latifúndio explícito na legislação brasileira, reconhecendo a sua existência, pois adotava os conceitos de latifúndio por extensão e por exploração, como podemos constatar na letra da lei:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;

IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

V - "**Latifúndio**", o imóvel rural que:

a) **exceda a dimensão** máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido **inexplorado** em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

VI - "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente

imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias (BRASIL, 1964, grifos nossos).

O Estatuto diferencia cinco tipos de imóveis rurais: o latifúndio por extensão, o latifúndio por exploração, a empresa rural, o minifúndio e a propriedade familiar. Para se entender o conceito de latifúndio é necessário compreender o conceito de módulo rural, pois ele é referência para a classificação dos diversos tipos de imóveis rurais. O módulo rural é determinado segundo as características de cada região do país, considerando o tipo de solo, clima, relevo, distância dos centros urbanos e suas dimensões, tais características estão intimamente ligadas ao conceito de propriedade familiar, ou seja, o módulo rural é a porção mínima de terra necessária para a manutenção da família camponesa - área inferior a esta é considerada minifúndio.

O latifúndio por extensão apresenta área superior a 600 vezes o módulo rural, mesmo que do ponto de vista econômico seja explorado adequadamente; já o latifúndio por exploração é aquele que se apresenta inexplorado, destinado a fins especulativos e não se enquadre no conceito de empresa rural. A interpretação da lei nos permite afirmar que os dois tipos de latifúndio são entendidos como nocivos à sociedade, sobretudo por não realizarem a função social da terra.

No artigo 2º do Estatuto está definido o conceito de função social da propriedade da terra, exigindo que ela, simultaneamente, favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela trabalham, assim como o de suas famílias; mantenha níveis satisfatórios de produtividade; assegure a conservação dos recursos naturais; e observe as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

É salutar destacarmos, a partir de Marés (2003), a diferença entre o conceito de função social da propriedade e o conceito de função social da terra. Para o autor a propriedade não exerce função social, pois é um direito excludente e exclusivo, já a função social da terra refere-se à terra sinônimo de vida, que tem uma função a cumprir independentemente do título de propriedade, portanto o conceito de função social da terra nos parece mais adequado, uma vez que a propriedade é um direito criado, inventado, construído e constituído.

Entretanto, o Estatuto da Terra não foi capaz de enfrentar o latifúndio e seu par indissociável que é a propriedade privada, antes premiou os latifundiários, pois previa a desapropriação com indenização ao proprietário, com isso revelando novamente a intocabilidade da propriedade da terra no Brasil.

Marés (2003) afirma que caso o proprietário não faça com que a terra cumpra a sua função social a penalidade será a desapropriação com indenização, não mudando a relação absoluta com a propriedade, podendo ele comprar novas terras e novamente não cumprir a função social; observa-se que o objetivo não é acabar com o latifúndio e promover uma alteração na estrutura agrária, mas incentivar a produtividade da terra nos imóveis classificados como empresas rurais e manter a segurança da propriedade.

Com a Constituição Federal de 1988 o latifúndio acabou, não no território, mas na letra da lei, pois os imóveis rurais foram classificados como pequenas e médias propriedades, sendo estas insuscetíveis à desapropriação, assim como as propriedades produtivas de todas as dimensões. Em última instância a Constituição manteve o que já aparecia no Estatuto da Terra, mas submetendo o texto a nova redação, porém o conceito de função social da propriedade da terra permaneceu e o termo latifúndio foi suprimido, como indicam Paulino e Almeida (2010, p. 14).

Esse fim virtual do latifúndio expressa-se ainda mais evidente na Lei Agrária (8.629) de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Segundo Paulino e Almeida (2010, p. 14), a partir dessa lei os imóveis rurais passam a ser classificados como: pequenas propriedades os imóveis com área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais e médias propriedades os imóveis rurais com área entre 4 e 15 módulos fiscais. A lei não faz referência à grande propriedade, deixa implícito que toda propriedade com área superior a 15 módulos fiscais é considerada grande propriedade, mas não diz isso, essa interpretação fica para o leitor fazer.

O termo latifúndio também não aparece na Constituição Federal de 1988 e na Lei 8.629/1993, desse modo, legalmente não existe no Brasil grande propriedade, tampouco latifúndio. Evidentemente que não é isso que podemos constatar no território, como é possível observar na Tabela 16.

**Tabela 16** - Estrutura fundiária brasileira<sup>3</sup>

<b>Grupos de área total (ha)</b>	<b>Imóveis (unidades)</b>	<b>% dos imóveis</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>% de área</b>
<b>Menos de 10</b>	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8
<b>De 10 a menos de 100</b>	2.272.718	53,6	76.757.747	18,2
<b>De 100 a menos de 1000</b>	557.835	13,2	152.508.203	36,2
<b>De 1000 e mais de 1000</b>	69.123	1,6	183.564.299	43,8

**Fonte:** Oliveira (2007, p. 148).

Essa tabela demonstra que a estrutura fundiária brasileira é extremamente concentrada; os imóveis com menos de 10 hectares são 31,6% do total, o que corresponde a apenas 1,8% da área dos imóveis, já na outra extremidade os imóveis com mais de 1.000 hectares que são pouco expressivos em números percentuais (1,6%) ocupam uma área de 43,8% dos imóveis e é justamente nesse extrato que o latifúndio se apresenta mais severamente, sobretudo pela porção do território que ocupa.

O latifúndio serve exclusivamente aos interesses individuais dos proprietários, seja por meio de terras destinadas à reserva de valor, terra para especulação imobiliária, esperando para ser vendida, sejam terras destinadas à reserva patrimonial, que se presta à fraude bancária utilizada para obter financiamentos bancários; nos dois casos o latifúndio não exerce função social, antes contribui para acentuar as contradições do campo, privando os camponeses da terra de trabalho.

Privação que de fato é histórica, afinal, como foi evidenciado por Martins (1994), o bloqueio aos trabalhadores já estava presente na promulgação da Lei de Terras em 1850, contudo ele se manteve.

<sup>3</sup> Aqui são utilizados como referência os dados do INCRA sobre propriedade jurídica da terra, esses dados diferem dos utilizados pelo IBGE, que têm como base o uso da terra. O INCRA classifica a propriedade da terra como imóvel, já o IBGE classifica as unidades produtivas como estabelecimento, isso significa que um imóvel pode conter mais de um estabelecimento, devido ao fracionamento pelo uso (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 13). Para o caso em análise os dados do INCRA contribuem mais adequadamente, pois refletem efetivamente o grau de concentração da propriedade da terra, o que não exclui a utilização dos dados do IBGE em outros momentos.

É que a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho nas grandes fazendas (MARTINS, 1994, p. 76).

O autor foi preciso nessa consideração indicando a exclusão dos trabalhadores da partilha territorial: a Constituição Imperial de 1824 deixa uma lacuna ao não tratar do acesso à terra, isso é corrigido na Lei de Terras de 1850, mas o produto material desse processo não é a democratização do acesso, mas a manutenção do monopólio de classe sobre a terra, o que se mantém inalterado até os dias atuais.

Podemos elencar dois problemas centrais que contribuem para que a terra continue servindo, ainda hoje, aos interesses latifundiários: primeiramente a camuflagem do latifúndio, acobertado por referenciais de produtividade traçados em meados de 1970 e que até agora não foram atualizados (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 13), mesmo com toda a evolução tecnológica que tem sido incorporada ao processo agrícola e que conseqüentemente eleva a produtividade do solo.

Em segundo lugar, o latifúndio não pode ser combatido seguindo os parâmetros da legislação brasileira, pois a desapropriação representa uma aplicação significativa de recursos financeiros por parte do Estado, como podemos concluir a partir do artigo 12 da Lei 8.629/1993: “considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis”.

O que se nota, a partir da legislação, é que a penalidade que se apresenta ao latifundiário refere-se ao tempo para resgatar o dinheiro decorrente da desapropriação, os chamados Títulos da Dívida Agrária (TDA), pois esses apresentam tempo mínimo de dois anos para início do resgate, evidentemente com índices corrigidos.

Portanto, não há risco para o latifundiário declarar que a sua área é improdutiva, afinal segundo Oliveira (2003, p. 128) 120.436.202 hectares de terras foram declaradas improdutivas por seus próprios proprietários e não foram desapropriadas. O direito de propriedade, garantido em sua plenitude pela legislação, não permite que terras declaradamente improdutivas e que não exercem a sua função social sejam expropriadas compulsoriamente, pois o estatuto da desapropriação implica a indenização, o proprietário não perde o direito sobre ela

nem mesmo nessas condições, devendo a sociedade indenizá-lo pelo mau uso da terra.

É evidente que ao longo do tempo algumas exceções ao direito absoluto da propriedade foram sendo criadas; a desapropriação de áreas que não atendem a sua função social é a estratégia mais relevante, entretanto o caminho jurídico para que isso aconteça ainda é uma barreira de difícil superação ao ponto de se tornar uma contradição, pois mesmo não cumprindo a função social o proprietário não perde compulsoriamente a propriedade, ele a vende para o Estado.

O conceito de latifúndio deve ser entendido neste contexto: terra improdutiva não exerce a sua função social, a própria Lei Agrária 8.629/93 classifica os imóveis rurais em produtivos e improdutivos, seguindo os critérios de Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE). São classificados produtivos os imóveis que tenham grau de utilização da terra aproveitável igual ou superior a 80% e grau de eficiência na exploração da terra superior a 100%.

O que podemos identificar ao longo da história é que o termo latifúndio foi suprimido da legislação, mas o seu conceito não, pois mantém a necessidade de toda terra, independentemente do tamanho, de exercer a função social, como destacam Paulino e Almeida (2010, p. 14):

O termo latifúndio não pode ser tratado como uma questão semântica. O fundamental é analisar o seu conteúdo e sua pertinência atual. Deste modo, ao se analisar o texto da Lei 8.629/1993, constata-se que ela mantém o conceito de latifúndio, dando a ele amplitude, ao atrelar a propriedade à sua função social, permitindo que seja sinônimo de terra mal aproveitada. Leia-se, não cumpridora da função social, independente do tamanho.

O conceito de latifúndio possui um conteúdo que remete às injustiças no campo, por isso a tentativa da elite rural em acabar com o termo, suprimi-lo e deturpar o seu conceito. Para os proprietários de terras é necessário que se construa no senso comum a imagem de que o latifúndio acabou, que o campo é produtivo, que o agronegócio é o sustentáculo da economia do país, mas é tarefa da ciência desfazer interpretações rasas sobre a realidade; se aqui nos prestamos a discutir o conceito de latifúndio é porque a realidade está nos impondo esse exercício.

A Constituição Federal de 1988 no seu conjunto garante que toda terra deve exercer a sua função social, portanto não há lugar neste século para o latifúndio. Toda parcela de terra que não respeite simultaneamente os requisitos de aproveitamento racional e adequado do solo, preservação do meio ambiente, respeito às relações legais de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar social, devem ser consideradas latifúndios, denunciadas e reprimidas, mesmo com todas as dificuldades expressas por Marés (2003), sobretudo no que se refere ao caráter absoluto da propriedade, a intocabilidade desse direito excludente, a necessidade de indenização, mesmo assim a lei ainda é um trunfo contra o latifúndio.

Portanto, cabe aos trabalhadores invocarem a legislação em seu favor, certamente esse é o caminho que os movimentos socioterritoriais têm adotado, denunciando o latifúndio e por meio da luta removendo o bloqueio que a propriedade privada da terra lhes impõe.

Para Fernandes (1996), a luta dos trabalhadores rurais é justamente para negociar o direito de propriedade, ocupam terra buscando continuar seu processo histórico como camponês.

A luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito de propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a característica fundamental das experiências de resistência, construídas dia a dia pelos trabalhadores sem-terra. Mexer no direito de propriedade implica mudanças de poder (FERNANDES, 1996, p. 55).

A formação da propriedade privada da terra expressa um pacto de classes no qual os trabalhadores foram excluídos, se por um lado os bloqueios historicamente construídos garantiram o monopólio de uma classe sobre a terra, sob a égide da propriedade, por outro impôs aos trabalhadores a necessidade da luta para romper com esse bloqueio, cabendo o questionamento ativo a essa hegemonia capitalista, é isso que está acontecendo no campo brasileiro: a luta pela terra tem colocado em evidência a possibilidade de superação da prerrogativa da inviolabilidade do direito de propriedade.

### 3.2. O ESTADO E A REFORMA AGRÁRIA: UMA ETERNA PROPOSTA

A constituição da propriedade privada da terra no Brasil é resultado de um processo histórico capitaneado pela elite brasileira, do qual os trabalhadores não fazem parte, senão por meio da luta e da contestação. Por isso afirmamos que a luta pela terra deriva da negação e do enfrentamento à ordem vigente, por meio do conflito os camponeses rompem a barreira da propriedade privada e criam as condições concretas para sua territorialização.

Como vimos no Brasil os índices de concentração fundiária são altíssimos, monopolização que paradoxalmente insere-se em um contexto de políticas públicas de desconcentração fundiária. A legislação estabelece os parâmetros legais para a desapropriação de terras que não cumprem a função social, mas são os programas de governo que projetam como o processo de reforma agrária ocorrerá em cada período presidencial. Por meio das políticas públicas o Estado assume o compromisso de efetivar a reforma agrária, de remover o obstáculo da propriedade privada capitalista em prol dos trabalhadores, mas a análise das propostas de governo indica um distanciamento irrefutável do que se propõe e o que se efetiva.

É nesse contexto que se faz necessária a análise das propostas estatais para reforma agrária. O ponto de partida é o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em 1986 pelo Governo José Sarney, fruto do Estatuto da Terra de 1964, cujo principal objetivo não era resolver os problemas do campo, principalmente a distribuição desigual da terra, mas acalmar as lutas que se avolumavam no campo. Segundo Oliveira (2007) o Estatuto da Terra desarticulava as organizações populares de trabalhadores ao trazer a errônea imagem de que o Estado faria a reforma agrária, “ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei [Estatuto da Terra] era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática” (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Tanto é verdadeira essa afirmação acerca do Estatuto que somente após 20 anos o I-PNRA foi elaborado, instrumento necessário à implementação da política de reforma agrária no país. A primeira previsão para assentamentos entre 1985 e 1989 apresentava, em termos totais para o Brasil, a proposta de assentar 1.400.000 famílias. Porém, logo no início já apareciam indicativos de que as metas não seriam

cumpridas: segundo Oliveira (1988, p. 92), depois de dois anos “menos de 10% do plano previsto foi implantado. A razão continua a mesma: pressão dos latifundiários [...]”. O resultado final de tal política foi a conclusão do Plano atingindo somente 6% da meta (PAULINO, 2011, p. 114).

No período de 1990 a 1994, referente à presidência de Fernando Collor de Melo, que foi o primeiro a ser eleito de forma direta, as metas para a reforma agrária eram assentar 500 mil famílias.

A proposta do governo Collor para a reforma agrária, era apenas 35% do que propusera e não cumprira José Sarney. Era uma redução expressiva das metas para a reforma agrária, e, além disso, o Ministério da Agricultura foi ocupado por Antônio Cabrera, oriundo de família de latifundiários e, sabidamente, ligado à UDR. Passados os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando assim também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

O governo Collor foi interrompido mediante cassação/renúncia em 1992, assumindo o vice-presidente Itamar Franco; para Oliveira (2007) ele assumiu como produto de uma ampla articulação política, que não nos permite pormenorizá-la, pois exigiria um trabalho à parte. Contudo, em termos de efetivação de uma política que desmontasse a monopolização fundiária nada se alterou. A reforma agrária de 1990 a 1994 continuou caminhando a passos lentos, sendo que foram assentadas nesse período menos de 50 mil famílias (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

A partir de 1995 assume a presidência da república o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se utiliza de diversas estratégias para contornar os problemas do campo sem questionar a monopolização fundiária em curso. Segundo Oliveira (2007), uma dessas estratégias foi camuflar os dados, pois englobavam não somente os assentamentos de reforma agrária, mas incluíam também as regularizações fundiárias, os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural. Com isso os números são inflados não representando a realidade, pois essas categorias possuem características diferentes, sendo o sentido, a necessidade e a organização de luta pela terra também distinta.

A outra estratégia foi a forte repressão aos movimentos sociais que se propunham a lutar contra a exploração e expropriação vivida no campo, sobretudo com os desdobramentos da modernização conservadora, a resposta dada foi a

violência policial e a criminalização das lideranças dos movimentos. Suas metas para a reforma agrária também eram ainda mais modestas, assentar 280 mil famílias no período de 1995 a 1998, sendo apenas 20% do previsto por Sarney no I-PNRA e menos de 60% da proposta de Collor (OLIVEIRA, 2007).

No segundo mandato o presidente FHC editou a medida provisória MP 2.109, que trazia a proibição de vistoria por dois anos em imóveis ocupados; depois, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), editou a Portaria 62/2001, que priva os camponeses de serem assentados se a Justiça entender que eles estiveram envolvidos em atos de “invasão” de imóveis rurais, trata-se de uma clara estratégia de judicialização da reforma agrária com vistas a não fazê-la.

O governo também estimulou o surgimento de novos movimentos sociais, muitas vezes partindo da fratura de outros movimentos. Segundo Oliveira (2007) esse estímulo era possibilitado mediante a ação das centrais sindicais que tinham o governo como aliado. Elas se aproveitavam de divergências existentes no interior dos movimentos para fomentar a divisão.

Essa medida surtiu alguns efeitos, estes novos movimentos nascidos sob os bons olhos do Estado tinham como forma de atuação a negociação e não o questionamento direto, a ocupação de terras e as denúncias de irregularidades, tanto jurídicas (grilagem de terras) quanto trabalhistas (trabalho escravo). Com isso, os movimentos mais ativos e críticos que adotavam uma postura de ação definida e de embate direto com o governo eram satanizados na imprensa e conseqüentemente pela opinião pública.

Nesse sentido, como assevera Oliveira (2007), a medida que deixou maior herança negativa foi a vinculação da imagem de arruaceiros e usurpadores da propriedade alheia aos movimentos socioterritoriais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A ação na mídia mobilizou o governo, os movimentos e a opinião pública. Reportagens procurando impingir caráter satânico as lideranças do MST, contra-propaganda organizada a partir de grandes órgãos de imprensa, denúncias nunca provadas, formação de equipe de jornalistas, realização de pesquisas de opinião pública sobre o MST, produção de material virtual via Internet, etc. Estas ações geraram na mídia um conjunto significativo de notícias que visavam principalmente desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST e a reforma agrária após a Marcha à Brasília (OLIVEIRA, 2007, p. 143).

O ano de 2003 abre com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) e a perspectiva de avanços para a sociedade brasileira, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) se projetou justamente por empunhar a bandeira histórica das mudanças que o país almejava. Porém, como produto necessário do distanciamento político-ideológico dos princípios que o projetaram, conforme amplamente demonstrado por Machado (2009), Lula adotou os mesmos mecanismos do seu antecessor para inflar os dados referentes à reforma, mascarando-os e mostrando que ela também não seria concretizada no seu governo.

Um exemplo trazido por Oliveira (2007) mostra a estratégia para distorcer os dados sobre a reforma agrária:

No município de Barra do Corda estado do Maranhão, foram consideradas na estatística de 2005, um total de 947 famílias do projeto integrado de colonização PIC Barra do Corda, pasmem, do ano de 1942, do governo Getúlio Vargas. Entretanto, tudo indica tratar-se de reconhecimento das famílias já assentadas para fins de sua inserção nas políticas do governo, mas nunca, novos assentamentos do governo LULA. São, portanto, casos típicos de reordenação de assentamentos antigos (reconhecimento) (OLIVEIRA, 2007, p. 167).

O governo Lula criou o II-PNRA em 2003, estabeleceu metas para os quatro anos de mandato, sendo essas diferentes para cada categoria, ou seja, novos assentamentos, regularização fundiária, reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens e reordenação fundiária. Porém, divulgou os números agregados como sendo todos de novos assentamentos, dessa forma os dados referentes à reforma agrária do governo Lula também aparecem distorcidos.

Na Tabela 17 os dados foram reclassificados por Oliveira (2007) e mostram os números reais para os assentamentos novos. Esses dados são os que efetivamente podem ser associados à reforma agrária, pois advêm de desapropriação e compra de terras, sendo essas destinadas para criação de assentamentos rurais. É somente isso que contribui para o acesso dos camponeses à terra, embora não desencadeie estruturalmente o processo de desconcentração fundiária, já que os índices de concentração seguem altos, como demonstrados no Censo Agropecuário 2006.

**Tabela 17** - Reclassificação dos dados de reforma agrária do governo Lula de 2003 a 2006

<b>Tipo</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Total</b>
<b>Assentamentos novos</b>	14.327	26.130	45.509	45.779	131.745
<b>Regularização fundiária</b>	1.524	9.657	32.835	59.294	103.310
<b>Reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens</b>	0	0	1.606	165	1.771
<b>Reordenação fundiária</b>	20.450	45.467	47.556	31.120	144.598
<b>Total</b>	36.301	81.254	127.506	136.358	381.424

Fonte: Oliveira (2007, p. 170-171).

Podemos dizer que ao longo dos anos os presidentes brasileiros secundarizaram a reforma agrária em seus projetos de governo e os dados reclassificados da Tabela 17, do governo Lula, nos dá a dimensão da não reforma agrária no Brasil.

A proposta do II-PNRA para o período de 2003 a 2006 era de assentar 440 mil famílias, referente a assentamentos novos, e mais 500 mil regularizações fundiárias, estas referentes ao reconhecimento do título de propriedade para famílias que já ocupam determinadas áreas, como ribeirinhas, posseiros, pescadores, extrativistas, entre outros.

Porém, foram assentadas apenas 131.745 famílias em assentamentos novos, 29,9% da estimativa do plano, e 103.310 regularizações fundiárias, 20,6% da estimativa, com isso o governo Lula implantou apenas 25% do II-PNRA, referente às duas metas mais importantes para a reforma agrária. Mais uma vez a tradição da não reforma emerge, se o governo Sarney implantou somente 6,4% do I-PNRA, o governo Lula não fugiu a regra concretizando parcialmente seu plano para o primeiro mandato de presidente.

O segundo mandato do governo Lula, classificado por Oliveira (2016) como um período de contra-reforma agrária, foi marcado pelo término do II-PNRA e a não elaboração do III-PNRA. É importante destacar ainda que no final do seu mandato em 2010 foram divulgados pelo INCRA dados que diziam que foram assentadas 614 mil famílias durante os oito anos de governo (INCRA, 2010, p. 03). Todavia, na prática os números têm mostrado algo diferente, afinal foram assentadas apenas 151.968 famílias, como destaca Oliveira (*apud* PAULINO, 2011, p. 114).

Observamos ao longo dos períodos presidenciais que a preocupação com a reforma não parte de projetos governamentais verdadeiramente interessados no reordenamento territorial como instrumento de desenvolvimento econômico e social. Ademais, no caso do governo Lula, além de não ser implantada uma reforma agrária efetiva, políticas de regularização de latifúndios foram postas em prática sob a premissa de regularização de posses camponesas na Amazônia.

É isso o que expressam a Medida Provisória 442/2008 e a Lei 11.762/2009, que permitem a legalização de 67 milhões de hectares de terras públicas, a maior parte ocupada por grileiros, como assevera Paulino (2011, p. 114). Com essas medidas foi possível concretizar a legalização de “posses” com até 15 módulos fiscais, na Amazônia isso permite a legalização de áreas do patrimônio público de até 1.500 hectares.

Para Oliveira (2009, p. 01) não resta dúvida, é a legalização dos grilos no Brasil.

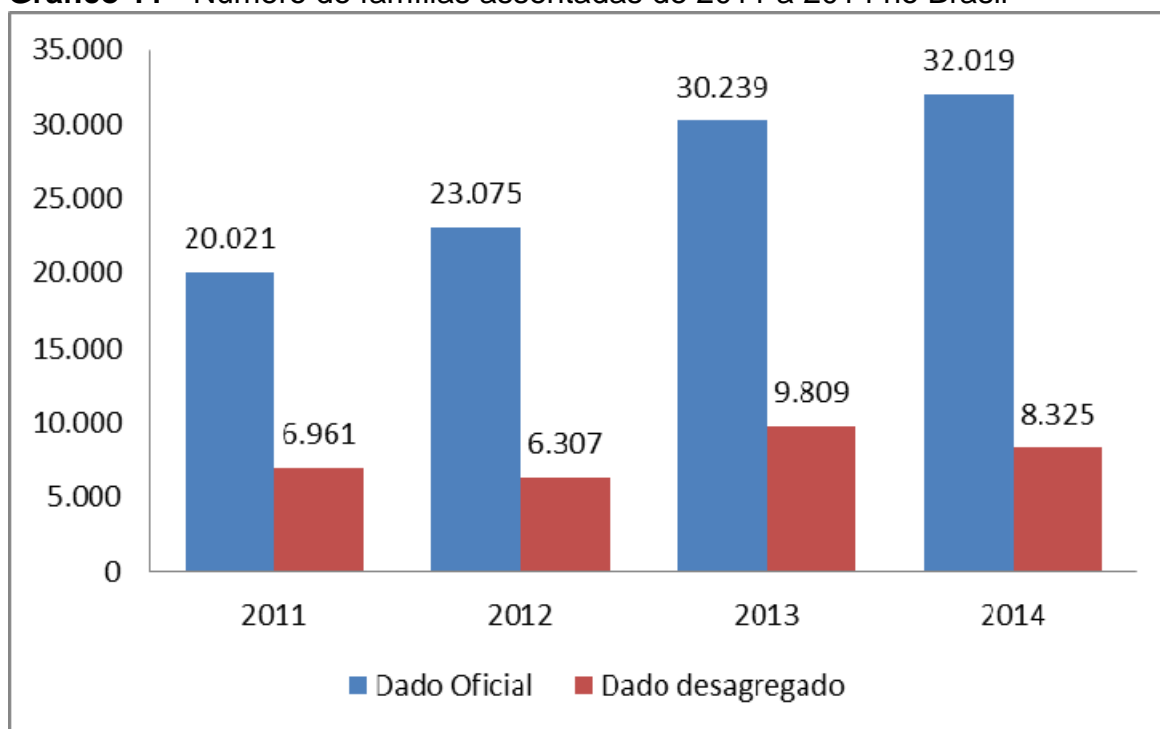
Na Amazônia Legal, as terras cadastradas com a designação equivocada de “posse” somam 297,9 mil imóveis. Desse total, 62,3 mil imóveis, classificados como médias e grandes propriedades, não poderiam ser legitimados de acordo com a legislação vigente. Eles ocupam uma área de 35,6 milhões de hectares [...] e que até a chamada Medida Provisória do Bem e a MP 422/08 não poderiam ser legitimados. Assim, são as pequenas propriedades que vão justificar a legitimação da grilagem dos médios e grandes imóveis.

Nesse caso duas questões nos parecem pertinentes, a primeira se refere à apropriação ilegal das terras públicas no país, transferidas ao controle privado não pela compra, mas pela legitimação de práticas ilegais que permitem a ampliação da grande propriedade no país, em segundo lugar não avançam na mesma medida as propostas de reforma agrária. Na verdade identificamos caminhos opostos, mas que contraditoriamente seguem juntos, ou seja, ao mesmo tempo em que se propõem projetos de reforma agrária que em tese se prestam à desconcentração fundiária, são criados dispositivos legais que permitem a formação de novos latifúndios, favorecendo a concentração fundiária.

A partir de 2011 a Presidência da República foi ocupada por Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores (PT), porém, o cenário pouco se alterou, o país ainda não conta com uma política efetiva de desconcentração fundiária, o que não é de se assustar, afinal nem mesmo o III-PNRA foi elaborado, o

resultado podemos identificar a partir do Gráfico 11, que apresenta os dados oficiais e os desagregados por Oliveira (2016).

**Gráfico 11** - Número de famílias assentadas de 2011 a 2014 no Brasil



Fonte: Oliveira (2016, p. 171).

Como se pode notar, no governo da presidente Dilma Rousseff a estratégia de camuflar os dados continuou, oficialmente foi divulgado o assentamento de 107.354 famílias no país, porém, apenas 31.402 famílias em assentamentos novos, é a política da “reforma agrária mínima”, como destacou Oliveira (2016, p. 170).

A realidade política brasileira apresenta indicativos de que esse cenário não irá mudar, pelo menos em curto prazo, pois a partir de meados de 2016 a Presidência da República foi tomada pelo vice-presidente Michel Temer (PMDB). O Brasil, após o golpe de Estado no qual resultou no *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff (DANTAS; JABBOUR; SOBRAL, 2016), torna ainda mais frágeis as pautas populares, entre elas a reforma agrária; se no governo do Partido dos Trabalhadores ela caminhava lentamente, agora certamente não caminhará, a pauta da elite golpista é a retirada de direitos dos trabalhadores e a concessão de privilégios ao capital nacional e internacional.

Nesse processo a maior parte da população não é chamada a participar, como afirmam Dantas, Jabbour e Sobral (2016, p. 33):

Com o golpe de 2016, o Brasil passou a ser governado por uma maioria pluripartidária sem que existe uma maioria da população identificada com a mesma, uma maioria não advinda de um consenso e sim do respaldo, explorado midiaticamente, dos próprios órgãos de controle do governo e judiciário para serem interventores da ordem constitucional. E, por essa razão, essa elite auto-designada sob a aprovação plutocrática governa sem consultar diretamente a população, sem os eleitores servirem de base ao processo de repactuação social ou a constituição não ser violada naquilo que resguardar direitos fundamentais como é essencial em qualquer democracia (DANTAS; JABBOUR; SOBRAL, 2016, p. 33).

No campo talvez um dos caminhos possíveis seja a intensificação das lutas, cujo objetivo é colocar as pautas dos trabalhadores na agenda política, ação que os movimentos socioterritoriais têm papel decisivo.

No que se refere à reforma agrária nos governos anteriores ao golpe de 2016, não se processou uma reforma efetiva da estrutura agrária do país, como esperavam os trabalhadores. Nesse sentido, Oliveira (2007) foi assertivo ao classificar o primeiro mandato do governo Lula como marcado por uma política de “não reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007, p. 161) e o segundo mandato caracterizado como um processo de “contra-reforma agrária” (OLIVEIRA, 2016, p. 168), e ainda a prática de uma “reforma agrária mínima” no governo Dilma (OLIVEIRA, 2016, p. 170), com isso notamos que a reforma agrária é sempre uma proposta, mas que ainda não foi plenamente executada.

No que pese essa constatação, qualitativamente temos resultados importantes, expressos na territorialização dos camponeses que obtiveram a sua parcela de terra por meio da luta. O que permite dizer que em meio aos bloqueios os camponeses vão abrindo brechas para sua recriação.

No Paraná, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, existem 327 assentamentos de reforma agrária e 28.153 famílias assentadas (INCRA, 2016). O mesmo banco de dados evidencia que na mesorregião Norte Central do estado há 50 assentamentos rurais e 4.484 famílias assentadas, como pode ser observado na Tabela 18.

**Tabela 18** - Assentamentos rurais na mesorregião Norte Central paranaense em 2016

<b>Município</b>	<b>Nº de Projetos</b>	<b>Nº de Famílias</b>
Altamira do Paraná	01	61
Nova Cantu	03	252
Farol	02	20
Iretama	03	273
Luiziana	02	55
Peabiru	03	232
Quinta do Sol	01	114
Roncador	02	78
Centenário do Sul	01	53
Itaguajé	04	356
Presidente Castelo Branco	01	17
Santo Inácio	02	90
Alvorada do Sul	01	93
Florestópolis	01	42
Primeiro de Maio	01	14
Arapongas	01	147
Mauá da Serra	01	155
Londrina	03	688
Tamarana	09	462
Faxinal	01	53
Cândido de Abreu	04	225
Jardim Alegre	01	632
Manoel Ribas	01	181
Rio Branco do Ivaí	01	191
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>4.484</b>

**Fonte:** INCRA (2016). Org.: Zeneratti (2016).

Entre esses assentamentos um em especial faz parte do escopo deste trabalho, já que abriga em sua área a estrutura física e de logística da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), portanto vamos ainda neste capítulo evidenciar as condições históricas de sua formação, pois expressa a luta dos camponeses pela entrada na terra, que posteriormente desdobra em uma luta cotidiana para permanecer nela. Trata-se do Assentamento Dorcelina Folador, localizado no município de Arapongas.

Esperamos com isso evidenciar que, à revelia dos interesses em não fazer a reforma agrária, existem projetos nos quais a territorialização camponesa se consolida a cada dia, e mais do que isso, que os resultados obtidos atualmente não plainam no ar, fazem parte de um contexto histórico marcado pela luta e por dificuldades de todas as naturezas, demonstrando por um lado que a decisão de

lutar pela terra não é expediente simples, mas por outro, evidencia que por meio dela é possível se fazer continuamente como camponeses.

### 3.3. A LUTA DOS TRABALHADORES SEM TERRA E A COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

Antes de nos debruçarmos sobre o caso do Assentamento Dorcelina Folador e da constituição da COPRAN em seu interior, se faz necessário entendermos no tempo e no espaço a luta dos trabalhadores rurais sem terra, da qual faz parte o assentamento e a forma de organização produtiva empreendida pelos camponeses assentados, que mantém diálogo com a proposta deste trabalho, afinal estão organizados em cooperativa.

No processo de luta e resistência às interdições historicamente impostas aos trabalhadores do campo, ocorreram a partir do final da década de 1970 diversos conflitos envolvendo trabalhadores desprovidos de terra. Fernandes (1996, p. 56) destaca que somente nos dois primeiros anos da década de 1980 foram registrados 1.363 conflitos por terra no Brasil, na sua maioria iniciados pelos movimentos sociais com o apoio da Igreja Católica.

Diante desse quadro, os movimentos socioterritoriais que se multiplicaram após a década de 1970 passaram a questionar o instituto da propriedade privada por meio das ocupações de terras, conquistando frações importantes do território. Algumas dessas ocupações foram descritas por Fernandes (1996), como as que ocorreram no Rio Grande do Sul nas fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, em 1979, e, em Santa Catarina, na fazenda Burro Branco, em Campo Erê; essas ocupações demonstraram que o tensionamento da luta de classes por meio da intensificação das lutas no campo é um dos caminhos possíveis para o acesso à terra.

Todavia, outras lutas eclodiram nesse mesmo momento histórico, como as oriundas da negação dos camponeses à expropriação, cujo exemplo mais claro foram os conflitos que correram no Paraná, na década de 1980, entre as mais de dez mil famílias e o Estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o Estado propôs apenas a indenização em dinheiro das terras (FERNANDES, 1996, p. 66).

Nesse caso, a partir do apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os trabalhadores se organizaram para reivindicar a justa indenização das terras

atingidas pelo lago da usina. Para Fabrini (2003), o movimento dos atingidos pela barragem da Usina Hidroelétrica de Itaipu, na região Oeste do estado, foi uma das expressões da organização dos trabalhadores e o ganho político significou fortalecimento da luta.

Foram montados acampamentos onde, diariamente, eram realizadas assembleias. Com isso, o ganho maior foi o crescimento político e social e a coragem de reivindicar direitos. A experiência das lutas de Itaipu foi à base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste, em 1981: o MASTRO (FABRINI; ROSS; MARQUES, 2007, p. 37).

A partir de então as lutas se intensificaram, a propriedade passa a ser contestada diretamente, os camponeses se levantam contra seu verdadeiro inimigo: o latifúndio. Isso pode ser facilmente constatado por meio das várias ocupações que ocorreram no estado, sendo que, entre elas destacam-se: a ocupação das fazendas Anoni e Cavernoso, em Cantagalo/Candói, em 1983; a fazenda Giacomet-Marodin, em Chopinzinho, em 1983; a fazenda Quinhão 11, em Sertaneja, em 1983; e a fazenda Imaribo, em Mangueirinha, em 1984 (FABRINI, 2003, p. 99).

Portanto, a organização dos trabalhadores começa a se consolidar, pois as experiências vivenciadas no cotidiano da luta fortaleceram os sujeitos, principalmente mediadas pela identificação de condições sociais semelhantes, sendo a expropriação e a interdição ao acesso à terra a maior delas. Em última instância, isso se materializa na multiplicação dos movimentos que passam a lutar no campo, eles serão a base de sustentação para o nascimento do MST. De acordo com Fernandes (2000a, p. 154):

No estado do Paraná, a gestação e nascimento do Movimento [MST] aconteceram de conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados em diversas regiões do estado, a saber: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste do Paraná (MASTRECO); o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL). O MST-PR nasceu da unificação dessas lutas (FERNANDES, 2000a, p. 154).

A organização proveniente das experiências de luta desses movimentos, aliadas às lutas e conflitos que ocorriam nas demais regiões do país, e que eram socializadas entre os trabalhadores por meio dos encontros promovidos pela CPT, a

exemplo do encontro nacional realizado em 1982 em Goiânia (GO), que segundo Fernandes (1996, p. 78) contou com representantes de 16 estados, levou os trabalhadores a pensarem um movimento que ultrapassasse as lutas localizadas. Foi nesse sentido que em 1984 aconteceu o primeiro encontro nacional dos trabalhadores sem terra, em Cascavel (PR), contando com a participação de membros de diversos estados brasileiros, todos com conflitos agrários.

Segundo Fernandes (1996) esse encontro representou a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), resultado da organização e da experiência acumulada pelos camponeses sem terra. A partir de então, a luta passa para a escala nacional e a ocupação de terra se constitui em sua principal forma de contestação.

No plano da atuação desse movimento socioterritorial, devemos destacar o seu papel histórico na luta contra a propriedade privada da terra, afinal tal característica é inerente aos seus objetivos, pois a ocupação de terra representa a negação à inviolabilidade da propriedade que não cumpre a sua função social. Talvez, mesmo sem se darem conta, esse é um de seus principais papéis em uma sociedade dividida em classes como é a capitalista, ademais observado o texto referente aos objetivos gerais do MST, elaborado na fundação do Movimento, é possível identificar que foi elencado como primeiro objetivo o seguinte: que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha (FERNANDES, 1996, p. 79). Portanto, sua luta é contra o latifúndio, e por extensão, a propriedade privada que lhe proporciona guarida.

Todavia, a consolidação do Movimento depende de sua capacidade de organização e manutenção da luta, necessidades que logo se fizeram sentir, pois lutar contra a propriedade é lutar contra uma classe e sua hegemonia. As forças conservadoras investiram contra o Movimento, tentando abortá-lo no nascedouro, seja por meio de violência, afinal segundo Fernandes (2000a, p. 198), de 1985 a 1990 foram assassinados 585 trabalhadores rurais no campo brasileiro, enquanto em toda a ditadura militar foram assassinados 884, estratégia significativamente intimidadora, seja por meio da tentativa de construir um consenso social no qual prevalecesse a ineficácia econômica como representação dos assentamentos, como destaca Fabrini (2003, p. 98):

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR (União Democrática Ruralista), fundada em 1985, investiram inclusive com meios violentos no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais.

O Movimento para continuar a sua luta passa a se preocupar, para além das estratégias de enfrentamento ao latifúndio e a conquista da terra, com o desenvolvimento de mecanismos que possibilitassem a organização da produção, atestando a viabilidade econômico-social dos assentamentos e da proposta de reforma agrária. Um dos resultados desse objetivo foi a utilização da cooperação nos assentamentos, como assevera Fabrini (2003).

Evidentemente que não se trata de fazer o jogo conservador, buscando indicar a viabilidade econômica dos assentamentos, afinal esse parâmetro não expressa o conteúdo político-ideológico do Movimento, no qual os assentamentos são entendidos como vanguarda na luta pela terra. Essa compreensão é de extrema relevância, pois a partir dela os assentamentos não representam o fim da caminhada, o fim da luta, afinal como destacou Fernandes (1996, p. 241), o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. Diante disso, eles passam a desempenhar o papel de retaguarda e alicerce para o movimento continuar seu processo de luta. Vale destacar que a fragilidade dos parâmetros econômicos na avaliação dos assentamentos também se manifestam na impossibilidade de contabilizar todas as características da vida camponesa, como a produção para o autoconsumo, por exemplo.

Contudo, a sobrevivência dos assentamentos torna-se um problema a ser superado pelos camponeses, despertando o interesse pela cooperação. É nesse sentido que os debates sobre o trabalho coletivo nos assentamentos tomaram corpo, principalmente no início da década de 1990, pois, antes disso, as relações comunitárias eram menos elaboradas, considerando o parâmetro organizativo estabelecido no interior de uma cooperativa, geralmente as ações coletivas até então estavam relacionadas aos mutirões e às trocas de dias de serviços.

Foram a partir desses debates, sobre cooperação nos assentamentos, que as primeiras propostas de cooperativas surgiram. O modelo de cooperação eleito pelo Movimento para organizar a produção e a vida política nos assentamentos foi a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), consideravam que se tratava de uma

forma superior de cooperação, fundamentada na coletivização da terra, do trabalho e da gestão, como destacou Fabrini (2003).

Essa proposta apresentava forte influência do modelo cubano de cooperativas, estruturadas em CPAs. Para Fabrini e Marcos (2010), em Cuba, elas se constituíam em uma proposta significativa para elevar os padrões técnicos, econômicos e políticos da agricultura camponesa, se aproximando mais do socialismo, sendo justamente este o modelo que influenciou a implantação das cooperativas nos assentamentos brasileiros.

No Brasil, as CPAs cubanas serviram de referência para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na elaboração de uma proposta de agricultura coletiva a ser implantada nos assentamentos de reforma agrária. Não se tratou, porém, de transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas e sociais existentes entre Brasil e Cuba (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 15).

No entendimento do MST as CPAs seriam também uma forma de superação da condição de exploração e subordinação criadas pelo modo de produção capitalista. Desempenhariam, por meio do controle dos meios de produção, uma atividade caracteristicamente econômica, muitas vezes incentivando a produção em cadeia e a especialização para alcançar melhores resultados, porém, sem desprezar a produção para o autoconsumo (FABRINI; MARCOS, 2010).

Além dessas concepções, tais cooperativas não estão desconectadas da vida política, inclusive devem apresentar objetivos políticos, trabalhando para conscientizar os assentados sobre seu papel social na luta pela terra e para a transformação da sociedade. Segundo Fabrini (2003, p. 145) “a cooperativa [...] deveria contribuir na organização das famílias assentadas, visando fortalecer as lutas políticas e aquelas ligadas à produção nos assentamentos”.

No geral as cooperativas estão inseridas no contexto de luta do próprio MST, uma vez que os assentamentos são considerados parte do Movimento, portanto a necessidade de incentivar as cooperativas para garantir sustentação econômica dos assentados e ao mesmo tempo estimular o desenvolvimento social e político, dimensões indissociáveis para resistir e ampliar a luta. Desse modo, como afirma Fabrini (2003), o MST carecia de uma forma de produção que pudesse garantir a

sobrevivência do assentado e a reprodução da luta, sendo as CPAs o modelo por eles entendido como adequado para atingir tais objetivos.

É nesse sentido que a partir de 1990 são criadas as primeiras cooperativas vinculadas ao Movimento, a exemplo da Cooperativa Agrícola Nova Sarandi (COANOL) e a Cooperativa de Produção Trabalho e Integração (COOPTIL), no Rio Grande do Sul. Nesse período, o amadurecimento dos debates sobre a cooperação levou também à instituição do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), organizado nos níveis local (os assentamentos), estadual e nacional, com o objetivo de organizar as famílias assentadas. O SCA apresentava o seguinte fluxo: as famílias assentadas deveriam estar vinculadas a um núcleo de base, uma CPA ou grupo coletivo. Os núcleos de base deveriam estar vinculados às associações, cooperativas de prestação de serviços (CPS) ou cooperativas de crédito (CRED), estas, por sua vez, juntamente com as CPAs e os grupos coletivos, estão vinculadas à Cooperativa Central dos Assentados (CCA) de cada estado, que se vinculam à CONCRAB a nível nacional (FABRINI, 2003).

Portanto, estabelece-se entre os assentados um sistema de integração que possibilita um fluxo de experiências cooperativistas que vai desde a escala local até a nacional, ampliando a organização e a possibilidade de traçar um projeto de cooperação abrangente, pois as orientações e os direcionamentos se estabeleceriam em escala nacional, sob mediação da CONCRAB.

A tentativa de estabelecer a cooperação como fundamento para os assentamentos pode ser observada no Caderno de Cooperação Agrícola nº 1 da CONCRAB, lançado em 1993, onde o Movimento expressa o seu entendimento sobre cooperação.

Entendemos por cooperação agrícola a: organização do trabalho e da produção agropecuária através da divisão social do processo produtivo (DSPP). Em outras palavras, é o jeito de juntar esforços (capital variável) de cada trabalhador rural individual, por livre e espontânea vontade deste, para fazer as coisas em conjunto. Na medida que vão compreendendo e optando por este tipo de organização passam, também, a unir o trabalho já acumulado (capital constante) através: da aquisição de instrumentos de trabalho, máquinas ou equipamentos em conjunto, ou da montagem de uma linha de produção em conjunto (leite, por exemplo) [...] até chegar no momento em que **colocam toda a terra em comum e passam a construir, de fato, um processo de produção totalmente coletivo** (CONCRAB, 1993, p. 20-21, grifo nosso).

O que se nota é que o objetivo último da cooperação é chegar ao modelo de cooperativa coletiva, ou seja, as CPAs. Para tanto o Movimento entendia como necessário, para além de uma organização nacional, a superação da condição camponesa dos assentados, pois acreditava que a prática da produção individual em bases familiares não se viabilizaria economicamente, socialmente e politicamente. Um limite expresso pela CONCRAB é que o camponês não seria capaz de atingir os mesmos níveis tecnológicos da agricultura capitalista, por extensão também não atingiria os mesmos níveis produtivos, entretanto para tentar viabilizar sua produção nesses parâmetros ele teria que acessar financiamentos, os quais não conseguiria pagar, pois sua contabilidade não é a mesma da empresa capitalista, ou seja, “não costuma fazer cálculos exatos” (CONCRAB, 1993, p. 22), isso levaria à decadência.

O Movimento acreditava que os assentados para alcançar êxito em seu desenvolvimento deveriam reconhecer a cooperação como a melhor opção para a inserção no mercado em condições mais vantajosas. Ademais, para Fabrini (2003), a forma de apropriação da terra e dos meios de produção apresentam conteúdo político-ideológico, afinal a apropriação privada e o trabalho familiar permitem a produção e a reprodução da consciência dos trabalhadores. Portanto, superar a propriedade privada camponesa representava para o Movimento mais que uma preocupação com os níveis produtivos da unidade individual, era uma tentativa de não se produzir uma consciência individualista e privatista, em última instância, buscava-se uma nova forma de organização, sendo esta o trabalho coletivo.

Mas as CPAs não apresentaram os resultados esperados pelo MST, não havendo uma reprodução satisfatória do modelo, tanto do ponto de vista do funcionamento quanto quantitativamente, fato que tem levado o movimento a refletir sobre as formas de exploração coletiva. Tanto é verdadeira essa afirmação que, no Paraná, atualmente existe somente uma cooperativa coletiva, como pode ser observado na Tabela 19.

**Tabela 19** - Cooperativas dos assentados no estado do Paraná em 2016

<b>Município da sede</b>	<b>Nome</b>	<b>Modelo</b>	<b>Cooperados</b>
Arapongas	COPRAN	CPS	703
Bituruna	COOPERCONTESTADO	CPS	188
Jardim Alegre	COCAVI	CPS	112
Lapa	TERRA LIVRE	CPS	300
Laranjeiras do Sul	COPERJUNHO	CPS	51
Ortigueira	COOPERTERRA	CPS	436
Paranacity	COPA VI	CPA	42
Paranacity	CORAU	CPS	320
Pitanga	COAPRA	CPS	235
Querência do Norte	COANA	CPS	927
Londrina	COPACON	CPS	87
Renascença	COOCAMP	CPS	263
Santa Maria do Oeste	COPERMATE	CPS	218
São Jerônimo da Serra	COANOP	CPS	623
São Miguel do Iguaçu	COPERCAM	CPS	453
Castro	COTRAMIC	CPS	64
Mariluz	COOPERAGRA	CPS	46

**Fonte:** Trabalho de campo na CCA em 2016.

Ao analisar as dificuldades para a reprodução das CPAs, Fabrini e Marcos (2010) identificaram alguns limites, um deles de caráter externo, pois a valorização da agricultura de negócio tem colocado obstáculos para as iniciativas camponesas, a força política desse modelo dificulta o acesso às terras de reforma agrária, infraestrutura, assistência técnica, financiamentos, etc.

O outro fator destacado pelos autores é de caráter interno, principalmente gerado por problemas de relacionamento entre os camponeses devido à estrutura hierarquizada das CPAs, a prejuízos causados pela má gestão, a formação de grupos hegemônicos ou personalistas e o estranhamento em relação às decisões coletivas, que embora aceitas não são internalizadas.

Somam-se a isso as dificuldades dos camponeses em aceitar a lógica empresarial de trabalho, com horários rígidos e atividades segmentadas, ou seja, um trabalho alienado, muito parecido com o desenvolvido em uma fábrica, condição que muitos lutaram para sair.

Embora os camponeses estejam vinculados ao mercado capitalista, essa comunicação não é homogênea, mas desigual e contraditória. Para os camponeses, a produção de mercadorias não constitui o centro de suas relações. Para eles, o mercado é um meio, e não um fim (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 114).

Para Fabrini e Marcos (2010), não raro, a forma de organização interna das CPAs leva à perda do controle familiar sobre o trabalho e sobre os resultados produtivos.

Ademais, os problemas de ordem interna somente se ampliam ao considerar a composição social dessas cooperativas, pois as CPAs não são compostas apenas por sujeitos que construíram seu *Habitus* de classe a partir da vida camponesa, em seus quadros associativos há presença de sujeitos que nunca tiveram essa experiência, pois são oriundos de outras classes sociais, a exemplo do proletariado, como evidenciado por Zeneratti (2012).

É importante destacar que o conceito de *Habitus*<sup>4</sup> foi trabalhado por Almeida (2006) para compreender a recriação camponesa entre os assentados do Mato Grosso do Sul. Segundo a autora ele é resultado da aprendizagem do sujeito, mas não de forma aprisionante, como se limitada a reproduzir tradições familiares, ou seja, diante de situações novas o sujeito é capaz de inventar também novas formas de desempenhar velhas funções.

Dessa maneira, como o *Habitus* é produto histórico de um espaço social objetivamente determinado, ele está articulado a uma condição social e também a uma posição social específica; portanto, ele não é um espírito universal, mas um agente em ação que, por meio de ações estratégicas próprias de sua condição e posição social, faz a reprodução do todo, ainda que implique conflitos, lutas e transformações (ALMEIDA, 2006, p. 196).

Portanto, os camponeses que construíram seu *Habitus* de classe experimentando a autonomia do trabalho camponês encontram dificuldades em estabelecer uma relação social de produção rígida e mediada pela gestão da cooperativa. Por outro lado, os sujeitos que experimentaram a divisão do trabalho apresentam dificuldades em desenvolver atividades que não reconhecem o tempo do relógio, como os camponeses o fazem em tempos de intensificação do trabalho na lavoura, como na colheita e no plantio, ou no cuidado com os animais, como no caso do leite, pois as vacas precisam ser ordenhadas mesmo nos finais de semana e feriados.

---

<sup>4</sup> Almeida (2006, p. 194) utiliza o conceito de *Habitus* a partir de Bourdieu, mas ressalta que o autor não trabalhou especificamente com o campesinato, porém, ela utilizou seu conceito de *Habitus* para trabalhar sob a ótica da recriação camponesa.

Nesse sentido, Almeida (2006) adverte que não é possível transformar alguém em camponês da noite para o dia, pois o *Habitus* de classe camponesa é construído ao longo da vida. Para esses sujeitos, não camponeses, o trabalho na CPA poderá ser facilmente aceito do ponto de vista da racionalização, porém, poderá apresentar-se como entrave quanto à realização das atividades, que apresentam características camponesas na maneira de executá-las e de se relacionar com o trabalho, exigindo pensar a cooperativa como unidade.

Dito de outra forma, se para os cooperados de origem camponesa a lógica de trabalho empresarial levada a cabo pelas cooperativas coletivas é fator limitante para sua permanência no assentamento, pois não permite florescer seu *Habitus* camponês, para os trabalhadores passíveis de serem associados à tradição proletária, o problema é justamente vislumbrar tarefas a cumprir para além do que a dimensão contratual de sua condição proletária pretérita significava, pois a dedicação e a doação para com a cooperativa, muitas vezes aumentando a intensidade e o tempo de trabalho, se apresentam como fatores determinantes para a aceitação da proposta. Sendo assim, a necessária ruptura parcial, seja com a tradição camponesa, seja com a tradição proletária, tem influenciado na decisão de desistirem ou permanecerem, por extensão influenciando no êxito ou não das cooperativas coletivas.

Em última instância as CPAs apresentam uma característica ambígua: ora privilegiam o trabalho segmentado e mediado pelo relógio, característica facilmente assimilada pelos sujeitos que experimentaram a divisão do trabalho, mas de estranhamento para os camponeses; ora privilegia a relação de trabalho que se estabelece pela necessidade da unidade produtiva, extrapolando os limites contratuais de trabalho, causando estranhamento aos sujeitos não camponeses, como demonstrados em Zeneratti (2012).

Esse conjunto de problemas, em especial os de ordem interna, faz com que as cooperativas coletivas não apresentem os resultados esperados pelo MST, pois há um confronto de racionalidades, a organizativa proposta e a do campesinato assentado.

A preocupação em torno da crise das CPAs está posta para o Movimento desde 1993, levando-o a pensar sobre propostas alternativas que pudessem manter a cooperação em pauta, mas que não se resumissem apenas às cooperativas coletivas, embora estas tenham papel importante entre os camponeses. Contudo,

Fabrini (2003) destaca que o Movimento vai assumir, ainda na primeira parte da década de 1990, uma proposta para massificar a participação dos assentados nas cooperativas. Nesse contexto, surgem as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), cujo objetivo é conciliar a cooperação com os interesses individuais dos assentados, pois nesse caso a terra e os meios de produção permanecem sob controle individual do camponês.

Para além de superar os limites impostos, tanto internamente quanto externamente, à manutenção das CPAs, este seria também um caminho para superar os conflitos existentes no interior do MST, pois a cooperação é entendida por um lado como fundamento político-ideológico necessário para a manutenção da luta pela terra, mas por outro, também se apresenta como uma possibilidade econômica de sobrevivência dos assentados, esta inclusive assumindo prevalência na lógica cooperativa. Portanto, a flexibilização da cooperação por meio da implantação das CPSs manteria os ideais defendidos pelo Movimento sem desprezar a dimensão econômica.

Sem dúvida essa tem sido a prática do MST no Paraná, pois no que pesem as contribuições das CPAs, são as CPSs que acabaram assumindo lugar de destaque na organização dos assentamentos, notadamente expresso pelo número de cooperativas no estado, totalizando 16 CPSs e apenas 01 CPA, como apresentado na Tabela 19. Isso não significa dizer que elas não apresentam dificuldades e contradições no seu interior, como veremos no capítulo 4, antes indicam o triunfo da lógica camponesa sobre a lógica das CPAs.

O desafio colocado para as cooperativas é proporcionar a organização da produção, no sentido de se viabilizar economicamente, mas também atuar politicamente. Portanto, a luta dos sem terra não acaba com a conquista de frações do território, apenas emerge uma nova fase no processo de luta para sua recriação, ou seja, superada a luta pela terra se inicia a luta na terra.

Esse é o sentido de nos debruçarmos no estudo da COPRAN, de Arapongas, principalmente buscando identificar se há desdobramentos potencialmente alternativos para os camponeses em luta pela e na terra, para que se possa contribuir com elementos teórico-metodológicos capazes de municiar os trabalhadores no processo de territorialização.

### 3.4. O ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR E A FORMAÇÃO DA COPRAN: UMA HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA NO NORTE CENTRAL PARANAENSE

A formação e atuação da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN) está em diálogo com os direcionamentos e debates travados no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em última instância a cooperativa é resultado da luta pela terra desses camponeses. Nesse sentido, não é possível estabelecer um procedimento metodológico capaz de evidenciar a sua contribuição no processo de recriação camponesa sem considerar a história de luta travada na formação do assentamento Dorcelina Folador, onde a cooperativa está sediada.

Evidentemente que a atuação da COPRAN não se resume a esse assentamento, atualmente a cooperativa está presente em vários outros assentamentos da região, como pode ser observado na Tabela 20.

**Tabela 20** - Área de atuação da COPRAN em 2017

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>ASSENTAMENTO</b>
Ortigueira	Libertação Camponesa
Tamarana	Mandaçaia
Tamarana	Pedra Branca
Tamarana	União Camponesa
Londrina	Eli Vive
Florestópolis	Florestan Fernandes
Centenário do Sul	Maria Lara
Arapongas	Dorcelina Folador
Jardim Alegre	8 de Abril
Pitanga (região)	COAPRA*

**Fonte:** Trabalho de campo na COPRAN em 2017.

\*A COAPRA faz a captação de leite em vários assentamentos da região de Pitanga (PR) e a COPRAN apenas capta o leite na COAPRA, processa e comercializa.

Segundo a entrevistada 22, membro da diretoria da COPRAN, em janeiro de 2017 o quadro associativo da cooperativa contava com 1.264 cooperados no total, sendo que destes aproximadamente 98% eram assentados, os demais são camponeses produtores de leite da região que a ela estão associados. Com esse número de associados a cooperativa processa em média 25 mil litros de leite por dia, produzindo leite pasteurizado (leite de saquinho), iogurte, bebida láctea, queijo mussarela e manteiga, produtos que são comercializados em 28 municípios da região sob a marca Campo Vivo.

Para além da localização da sede da cooperativa no assentamento Dorcelina Folador, foi possível identificar por meio dos trabalhos de campo que há uma relação indissociável entre o assentamento e a cooperativa, pois a COPRAN é parte da história dos camponeses que lutaram e conquistaram essa fração do território, sendo oportuno tratar a história da formação da cooperativa a partir da luta dos camponeses para a formação do assentamento. Essa é uma proposta que evidencia que para uma parte dos camponeses da mesorregião Norte Central paranaense estão postas duas lutas: uma pela terra e outra na terra. Da primeira derivou o assentamento Dorcelina Folador, da segunda surgiu a COPRAN.

Contudo, a decisão de lutar pela terra não é simples, representa para os camponeses transformar a própria vida, como afirma Fernandes (2000b). A luta é resultado último de um longo processo de tomada de consciência política, que no caso em questão pode ser observado analisando o conteúdo da fala dos camponeses assentados, afinal quando perguntado para o entrevistado 18 porque ele decidiu acampar no local onde atualmente é o assentamento, a resposta foi a seguinte:

Na época eu morava em Marialva, era produtor de uva lá, só que desde 85 eu trabalhava na Igreja Católica, grupo de jovens, Pastoral da Terra, eu acompanhava, fazia o debate da reforma agrária na minha região, nas escolas, entre vereadores, na maioria das vezes eu perdia [risos], mas era teimoso e continuava. Eu visitava alguns acampamentos, fazia as romarias da terra, fazia campanha de alimentos, então eu já conhecia bem a história da reforma agrária. Então aí eu fui convocado para vir para cá, foi uma decisão difícil, foi no dia das mães daquele ano, 1999.

O que podemos concluir a partir da fala transcrita, é que Fernandes (1996) foi assertivo ao dimensionar o processo de luta em escalas diferentes, onde cada dimensão faz parte do que o autor chama de espaços de socialização política.

Para Fernandes (1996) a primeira dimensão do espaço de socialização política é o espaço comunicativo, dedicado ao conhecer e ao aprender, é o espaço para debater as ideias e construir uma perspectiva de ação política; outra dimensão é o espaço interativo, mais avançado, pois os sujeitos já possuem conhecimento sobre a realidade e as possibilidades de ação; por fim, o espaço de luta e resistência, que é a manifestação pública dos sujeitos envolvidos no movimento e de seus objetivos, manifesta-se em marchas, ocupações de terra, de prédios públicos e

privados. Processos pelos quais o entrevistado 18, assim como tantos outros camponeses, passaram para que fosse possível a luta e, por extensão, a sua territorialização.

A formação do assentamento Dorcelina Folador é resultado da organização desses camponeses, que lutaram no sentido de remover o bloqueio da propriedade privada capitalista da terra, que nesse caso específico ocultava irregularidades financeiras. Segundo informações colhidas em trabalho de campo, a área de 760 hectares que atualmente pertence ao assentamento pertencia à Fazenda São Carlos, de propriedade do Grupo Balú, empresa que destinava a área para produção de sementes selecionadas de soja, trigo e milho. A Fazenda acessou recurso financeiro do Banco do Brasil na quantia de 13 milhões de reais, recursos muito superiores à cotação da própria área da fazenda no mercado imobiliário, estimada em 3 milhões de reais à época. Porém, a empresa não realizou o pagamento do empréstimo, com isso o banco confiscou judicialmente a área como forma de pagamento, com a pretensão de levá-la a leilão, conforme destaca o assentado entrevistado 18.

Em 1999 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tomou conhecimento da situação jurídica da área por meio de alguns membros da igreja católica e sindicalistas da região que temiam que o leilão fosse forjado, cabendo ao próprio Grupo Balú a compra da área por preço inferior ao que ela valeria no mercado. Assim, na intenção de impedir o leilão, 12 famílias ocuparam a fazenda, o assentado entrevistado 18 relata que tal estratégia visava desestimular possíveis compradores, como ele mesmo indaga: “quem ia comprar terra ocupada?”.

Porém, um dia após a ocupação os camponeses foram retirados da área pela polícia militar. Esse é um exemplo que evidencia o papel do Estado, não como conciliador de classes, mas como estrutura de subordinação de classe, nesses termos não poderia fazer de outra forma senão a retirada dos camponeses da área a título de defesa do patrimônio privado, nisso não há contradição.

Entretanto, os camponeses não desistiram. A ocupação é uma das principais estratégias de luta do MST, Fernandes (2000b) avalia que por meio de ações como essas os camponeses colocam em movimento um conjunto de elementos que podem modificar a realidade, pois cria fatos e expõem os problemas fundiários, obriga o Estado a ouvir os interesses dos trabalhadores. Interesses que normalmente estão relacionados ao assentamento das famílias, a desapropriação de

latifúndios, a produção e reprodução do trabalho familiar, a formulação de políticas voltadas à agricultura camponesa, ou seja, os trabalhadores sem terra vêm a público, como afirma Fernandes (2000b).

São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores [...] (FERNANDES, 2000b, p. 62).

Diante desse cenário, no qual se desenhava uma situação de enfrentamento com as forças do Estado, o MST repensou a estratégia de ocupação e a importância geográfica da região para a espacialização e territorialização do Movimento, tendo em vista que não havia outro assentamento na região, eixo Maringá-Londrina. No mês de fevereiro de 1999 uma nova ocupação é organizada, agora contando com 200 pessoas, oriundas de diversas regiões do estado do Paraná, principalmente das regiões Central e Noroeste.

A partir de Fernandes (2000b, p. 74), é possível identificar que o tipo de ocupação ocorrido na Fazenda São Carlos pode ser considerado como “ocupação de uma área determinada”, que é caracterizada pela definição da quantidade de pessoas mobilizadas para a ação condicionada pelo tamanho da área. Como nesse caso tratava-se de uma grande propriedade, conseqüentemente vieram muitos camponeses para a ocupação. Essa forma de ocupação tem o objetivo de conquistar a terra, mas não de assentar no local todas as famílias que participaram da luta, as remanescentes partem para outros desafios.

No caso em questão, participaram dessa nova investida contra o latifúndio tanto assentados quanto acampados, o confronto com a polícia foi inevitável, mas de pequena proporção, pois o INCRA foi acionado pelos camponeses para mediar as negociações, tendo em vista que a fazenda já estava desapropriada, portanto, terra pública, dessa ação culminou a ocupação definitiva da área.

A luta camponesa é construída no cotidiano, suas metodologias são resultado de suas experiências, por isso também são distintas em cada região do país, mas apresentam como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a

resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, como assevera Fernandes (2000b), o recuar, repensar e reorganizar faz parte desse processo de construção da luta popular.

E é desse processo que derivam as conquistas. No Dorcelina Folador a primeira, como os próprios assentados destacam, veio no dia 11 de novembro de 1999, quando o Estado expede a emissão de posse da área, com isso destinando-a para fins de reforma agrária. Contudo, para que tal conquista se processasse foram oito meses de muita luta, acampados, sem infraestrutura básica e longe das famílias, para suportar essas condições eles realizavam rodízio, cada camponês permanecia no acampamento por 15 dias, mantendo sempre o número de 200 pessoas na fazenda, como afirma o entrevistado 18.

O acampamento é um momento transitório para o assentamento, normalmente caracterizado por privações de toda ordem, como condições inadequadas de moradia, alimentação, saneamento, educação, segurança, enfim ingredientes indispensáveis à dignidade humana e resguardados constitucionalmente a toda pessoa humana.

As dificuldades nesse primeiro momento não foram exclusivamente de ordem interna, já que o poder público local colocou-se claramente contra a formação de um assentamento do MST no local, segundo informações colhidas em trabalho de campo, atuaram contra os camponeses o prefeito do município e o gerente do Banco do Brasil. A população da região também não demonstrou aceitação imediata, principalmente devido à falta de conhecimento da situação jurídica da fazenda ocupada, em regra interpretando a ação como de invasão de terra produtiva, pois desconheciam que a produção de sementes se dava a revelia do pagamento das dívidas financeiras, com isso a negação à prática da ocupação se dá sob os cânones da defesa incontestável da propriedade privada historicamente inculcados.

Aqui se processa efetivamente a disputa territorial, dados os dois ingredientes fundamentais, base material de recursos e relações de poder em jogo. Os camponeses sem terra não ocupam na fronteira do território capitalista, em absoluto, sua luta é justamente pelo controle de frações desse território. Como destaca Fernandes (2000b, p. 67), “os sem terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam

latifúndios - propriedades capitalistas - terras de negócio e exploração - terras devolutas e/ou griladas”.

No caso em questão, conseguiram triunfar, o assentamento foi legalizado e a área recebeu 92 famílias. Na Figura 05 é possível visualizar a entrada do assentamento.

**Figura 5** - Entrada do Assentamento Dorcelina Folador



Foto: Zeneratti (2016).

O primeiro momento da luta foi superado, mas ela ainda não acabou, pois após a conquista dessa fração do território outra luta se apresenta, trata-se da luta na terra. No assentamento Dorcelina Folador essa nova fase da luta começou com um novo desafio, como destaca o entrevistado 18:

Então, foi passado pra nós a missão de construir aqui um assentamento diferente. Alguns até chegaram a chamar de assentamento modelo, a gente não gosta desta palavrinha, acho que fica muito pesado. Era diferente no sentido de que naquela época quando o INCRA organizava um assentamento o máximo que ele fazia era distribuir as terras, mas não tinha infraestrutura, assistência técnica, energia elétrica, então o Movimento tinha uma proposta que se chamava de Nova Organicidade, que pretendia construir um assentamento diferente, que superasse essas dificuldades e demonstrasse para a sociedade que a reforma agrária era viável.

A estratégia para atingir o objetivo de construir um assentamento diferente foi a divisão das famílias em núcleos de base, buscando organizar o trabalho e a vida social no assentamento. No total foram formados nove núcleos de base, cada um com cerca de 10 famílias, cada núcleo tinha um coordenador e uma coordenadora, sendo que não se tratava de coordenador e vice, mas de uma coordenação compartilhada, na qual homens e mulheres teriam o mesmo peso nas decisões.

Para Fernandes (1996) a inserção ativa das mulheres no direcionamento do assentamento e nas atividades produtivas faz parte de um processo desencadeado justamente a partir da organização dos núcleos de base, pois embora elas sempre participassem das reuniões, não tinham voz ativa. O núcleo de base possibilita uma maior organização dos trabalhadores, imprimindo maior rapidez e eficiência na resolução dos problemas, tanto produtivos quanto da vida social no assentamento, incluindo-os mais participativamente nas discussões coletivas.

Outro ponto dessa organicidade era a divisão do assentamento em setores, proporcionando maior atenção às necessidades dos sujeitos em luta. Foram criados setores de produção, educação, saúde, cultura, lazer, finanças, além de equipes específicas como as relacionadas à igreja católica, à juventude, ao esporte. Vale destacar que dentro de cada núcleo de base deveria ter um representante de cada setor, evidenciando a preocupação com a circulação das informações e as deliberações colegiadas.

Essas experiências de organicidade são desenvolvidas em contato com a realidade, da necessidade concreta de vencer os desafios, segundo Fernandes (1996) essas experiências ao mesmo tempo em que dão forma social às lutas populares também proporcionam a criação de novas práticas sociais, é um movimento de construção contínuo.

São as múltiplas experiências de organização que dão forma social às lutas populares, e nestas são construídas novas práticas. As perspectivas nascem dos desafios e da necessidade de superá-los. Esse processo é desenvolvido no cotidiano dos trabalhadores por meio da participação, da comunicação, da troca de ideias e das experiências, da busca do novo. O novo se explicita pela criação da práxis, da resistência e controle sobre o seu próprio espaço. Assim procuram as saídas, as alternativas, para determinada realidade. Estas são encontradas na construção de novas realidades, na conquista de novos espaços (FERNANDES, 1996, p. 93).

O assentamento, a partir dessa organização, conseguiu atingir alguns objetivos, na educação foram organizadas turmas de Educação de Jovens e Adultos no assentamento, os professores das escolas públicas da cidade de Arapongas ministravam as aulas no centro comunitário, essas aulas faziam parte da carga horária dos professores estaduais. Segundo a assentada entrevistada 22 essa foi uma decisão coletiva no interior do assentamento que significou entre os assentados o fim do analfabetismo em 2010.

Na saúde uma das conquistas foi a disponibilidade de um médico da família para atender no assentamento uma vez por semana. Uma ação como essa, que à primeira vista parece banal, representa ganho significativo para os assentados, pois não é mais necessário se deslocarem até a sede do município para receber atendimento, que invariavelmente representa perder tempo de trabalho, devido ao descolamento e à espera para serem atendidos nos postos de saúde, quando não perdem a viagem por falta de atendimento, conforme relataram. Ademais, muitos camponeses relutam em buscar atendimento de saúde, somente o fazendo em situações muito pontuais, mas a presença do médico no assentamento faz romper essa resistência, proporcionando melhor qualidade de vida aos assentados.

Na produção a proposta inicial era produzir café, frutas e verduras, dadas as condições edafoclimáticas da região, com destaque para o solo, mas principalmente pelo limitado tamanho do lote, que tem apenas seis hectares. Vale destacar que a região onde se localiza o assentamento apresenta formação geológica proveniente de rochas eruptivas, como o basalto, essas rochas formam solos argilosos, tendendo a serem muito férteis do ponto de vista agrícola, trata-se da popularmente conhecida “terra roxa”. Foi justamente essa fertilidade natural do solo que influenciou no tamanho dos lotes, visto ao preço da terra inflado pela produtividade da região. Porém, como a maior parte dos assentados apresentavam experiência na pecuária leiteira, acabou por predominar a criação de gado em detrimento ao café. Já a produção de frutas e verduras se mantém até os dias atuais.

É possível afirmar que a maior conquista dos camponeses no setor de produção foi a implantação de uma cooperativa. Proposta que convergia com o entendimento político-ideológico do Movimento de incentivar a formação de cooperativas nos assentamentos, assim como representava para os assentados

uma alternativa de inserção no mercado, objetivo essencial para consolidar a reprodução familiar. O MST entende a cooperação como uma estratégia de fortalecimento dos assentados, o desenvolvimento socioeconômico desencadeado por elas também atesta a viabilidade econômica da reforma agrária, evidentemente sem desprezar internamente o debate crítico sobre o papel da luta pela terra e das possibilidades de transformação social.

Nesse contexto, o modelo escolhido foi a Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS), esse tipo de cooperativa mantém certa individualidade entre os camponeses, afinal cada um fica com um lote, mas também possibilita o trabalho conjunto para atingir os objetivos coletivamente definidos.

A cooperativa foi inaugurada no assentamento em 2013, com o nome de Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), a sede da cooperativa pode ser observada na Figura 06.

**Figura 6** - Sede da COPRAN no Assentamento Dorcelina Folador



**Foto:** Zeneratti, 2016.

Na verdade, trata-se de uma transferência de uma cooperativa organizada pelo MST no município de Tamarana que estava com suas atividades paralisadas. A COPRAN foi criada originalmente em 1997 para atender aos assentamentos da região, tendo em vista a quantidade de famílias assentadas no município, a principal

atividade da cooperativa era a comercialização de insumos e o fornecimento de maquinário aos cooperados, como tratores e colheitadeiras.

Para Marconi e Santos (2016) o fechamento da cooperativa em Tamarana se deve principalmente a dois fatores: primeiro à falta de experiência de gestão por parte dos assentados, depois pela precária infraestrutura de logística da região na época, pois haviam muitas estradas de terra e pontes de madeira com pouca conservação que dificultavam a circulação dos cooperados. A infraestrutura influenciava tanto no recebimento das contas da cooperativa quanto na entrega das vendas, pois em alguns momentos dificultava a chegada dos camponeses à cooperativa para pagarem suas contas, assim como ela não conseguia entregar as mercadorias compradas pelos associados ou deslocar as máquinas até os lotes. Foram problemas que ao longo do tempo agravaram a situação da cooperativa, fazendo com que para saldar os financiamentos ela tivesse que vender parte dos equipamentos adquiridos, levando à paralização das atividades em 2003.

Segundo a entrevistada 22, a cooperativa estava paralisada, mas sem dívidas, o que facilitou a reabertura, pois não exigiu emprego significativo de recursos monetários.

O bom é que não tinha dívida, quando fomos ver a situação dela para transferir ela para nosso assentamento, descobrimos que ela só tinha um cheque devolvido, procuramos o dono do cheque e pagamos, era pouco o valor, e a cooperativa ficou prontinha para ser usada. A ideia de transferir a COPRAN para o Dorcelina veio dos debates dentro do setor de produção do Movimento, porque nós queríamos abrir uma nova, mas aí um dia numa reunião os companheiros disse: têm a COPRAN é melhor transferir do que abrir outra; então fomos e fizemos isso (Entrevistada 22, 2017).

Em 2010 foi elaborado o projeto de transferência da sede da cooperativa para o assentamento Dorcelina Folador e para a construção do laticínio. O projeto de construção do laticínio foi submetido ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que por meio do seu Fundo Social realizou aporte financeiro de R\$ 8 milhões de reais (BNDES, 2013). Em 2013 o laticínio foi inaugurando juntamente com a sede da cooperativa, na Figura 07 está destacada uma imagem externa e uma interna do laticínio atualmente.

**Figura 7 -** Imagens do laticínio da COPRAN



Foto: Zeneratti, 2017.

Contudo, os assentados destacam que o trabalho para a consolidação da cooperativa foi muito além da elaboração do projeto e implantação do laticínio, evidentemente etapa indispensável.

A entrevistada 22 ressalta que a cooperativa é resultado de um longo processo de diálogo interno, os assentados após a conquista da terra passaram a pensar estratégias para viabilizar o assentamento do ponto de vista econômico. Nesses debates a cooperação foi uma escolha conjunta, mas foi somente no processo de implantação, marcado por diversas reuniões, tarefas coletivas nas quais os camponeses trabalhavam depois de terminarem os serviços diários em seus lotes, que a cooperação foi de fato sendo exercida.

Quando saiu o financiamento começamos a trabalhar na construção do laticínio, tem muita coisa que tem que ser feita por empresa especializada, mas nós também construímos muita coisa com o nosso trabalho no laticínio, este escritório também fomos nós que construímos, fizemos tudo isso com o nosso trabalho. Por isso que eu sempre digo, a cooperação é um processo, foi nestas dificuldades que aprendemos a cooperar e trabalhar em conjunto, desses primeiros companheiros saiu uma equipe de cinco membros que hoje são a equipe dirigente. Eu estou na presidência, meu companheiro toca o nosso lote e eu trabalho aqui na cooperativa. Todos que trabalham aqui são assentados ou filhos de assentados (Entrevistada 22, 2017).

A fala da assentada é elucidativa, pois expressa que a cooperativa foi gestada no processo de luta camponesa, ela representa a luta dos camponeses ao longo do tempo, tanto para entrar na terra quanto para permanecer na terra, atualmente a cooperativa extrapolou os limites do assentamento, atuando na

captação de leite na região, mas ela somente se tornou possível pela luta dos camponeses do assentamento Dorcelina Folador.

No capítulo 04 será destacada a atuação da COPRAN para a inserção dos camponeses no mercado em condições menos desfavoráveis, fruto da implantação da cooperativa e do laticínio. Nesse momento o objetivo foi tratar do processo de constituição e organização do assentamento e da cooperativa, condição essencial para compreender a relação dos camponeses com a cooperativa e a envergadura de suas contribuições.

#### **4. RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO NO ÂMBITO DO COOPERATIVISMO EMPRESARIALISTA E CAMPONÊS: O CASO DA COCAMAR E DA COPRAN**

As reflexões aqui empreendidas têm como ponto de partida os dados coletados em trabalhos de campo, como forma de aportar elementos que possam oferecer evidências da recriação do campesinato mediada pela organização cooperativa. Por isso, recorreu-se à transcrição de trechos das fontes orais, ainda que, por vezes, extensa.

A recriação do campesinato está problematizada a partir da seguinte indagação: em que as propostas de cooperação, empresarialista e camponesa, convergem e em que elas divergem ao projeto de classe e modo de vida do campesinato?

Nesse sentido é importante destacar que, como classe social, o campesinato na mesorregião Norte Central paranaense demonstra que pode lutar na terra e pela terra no movimento contraditório de sua recriação. Para uma fração desses camponeses, o caminho foi a constituição de uma cooperativa camponesa, resultado da luta para acessar a terra de trabalho, rompendo o bloqueio da propriedade privada capitalista e traçando estratégias para atenuar a ação do capital no território camponês. Para esses sujeitos, a cooperação é resultado de um processo de luta e resistência que se sustenta a partir de um projeto político de enfrentamento ao modo capitalista de produção.

Já para outra fração do campesinato, a adesão ao modelo de cooperação empresarialista é uma ação estratégica de luta na terra com vistas à integração ao mercado capitalista. Nesse caso, não se trata de enfrentamento, mas de inserção em condições menos desfavoráveis, para esses a ação cooperativista é uma luta fundamentalmente econômica.

Em ambos os casos, pode-se identificar uma estratégia de classe, cuja finalidade é a recriação. Não se pode esquecer que o intercâmbio com o mercado não desqualifica o campesinato, não o torna capitalista, pois suas relações sociais de produção são qualitativamente diferentes.

Como classe, os camponeses lutam economicamente e politicamente para se recriarem, para isso as cooperativas também contribuem para fortalecer o seu modo de vida, formado por um conjunto de valores que norteiam a vida desses

sujeitos, inclusive transcendem o aspecto econômico (SANTOS; TELÓ, 2011, p. 163).

São valores que colocam no centro de suas relações uma visão de mundo particular, na qual a terra, o trabalho e a família são componentes nucleantes. A terra concebida como fonte de vida, o trabalho como condição de sobrevivência e dignidade, e a família é o elemento que solda, centraliza, a concepção de mundo do camponês (SANTOS; TELÓ, 2011, p. 164).

Desses elementos centrais do modo de vida camponês provêm outros, como as relações de vizinhança, os laços de confiança e a autonomia do trabalho na unidade camponesa. Não tendo sido suprimidos, a despeito das determinações da relação cooperativista, em seu conjunto orientam a vida desses sujeitos, como exposto a seguir.

#### 4.1. A CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO DE BASE EMPRESARIALISTA PARA A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

A região Norte paranaense no geral, e a mesorregião Norte Central em particular, são consideradas *locus* do agronegócio no estado, senão do país. Em parte devido ao expressivo cultivo das *commodities* soja e milho, a mesorregião Norte Central paranaense, por exemplo, é nessas culturas a segunda região em área colhida e em produção no estado, ficando atrás apenas da mesorregião Oeste (IBGE, 2006). Por outro lado, impera como parte de um processo desencadeado no bojo da modernização da base técnica da agricultura a representação da generalização da agricultura capitalista altamente tecnificada na região, processo excludente aos camponeses, o que é um equívoco. Afinal, como ficou evidenciado no capítulo 2, a agricultura camponesa se insere na produção comercial de maneira eficiente, representando uma participação singular na economia da região.

A inserção produtiva dos camponeses nesse circuito desmantela o discurso que idealiza que tal setor é por excelência capitalista, ademais evidencia que os camponeses se integram a ele como estratégia de recriação e manutenção da unidade familiar. Isso porque não se trata do tipo de agricultura que desenvolvem, mas da relação social que estabelecem, ou seja, sua condição de classe *sui generis* do capitalismo se sustenta sobre uma lógica de existência que está associada ao controle simultâneo dos meios de produção e da força de trabalho

(PAULINO, 2004), podendo cultivar soja, milho, pastagem, café, somente para citar algumas, mas sem perder a centralidade do trabalho familiar.

Para esses camponeses, a soja e o milho têm se mostrado na região a opção mais viável devido à rentabilidade que essas culturas proporcionam atualmente. Evidentemente que há outros fatores que interferem nessa escolha, alguns foram citados por Paulino (2006, p. 251), entre eles cabe destacar o ciclo produtivo curto, de cinco meses em média, o que permite duas safras ao ano. Isso representa para os camponeses duplo benefício, primeiro a potencialização dos equipamentos disponíveis, que somente é possível porque se convencionou na região a prática de plantar soja no verão e milho no inverno, possibilitando a utilização dos mesmos maquinários, depois a entrada monetária mais frequente, também duas vezes ao ano.

Os trabalhos de campo evidenciaram que se consolidou entre os camponeses que cultivam essas *commodities* o plantio nesses termos, em todas as unidades visitadas esta era a dinâmica, em grande parte por orientação técnica das cooperativas, que tendo como parâmetro o mercado e o abastecimento de suas indústrias, privilegia a soja no verão, estação do ano em que ela é mais produtiva, cabendo ao milho o papel de “safrinha”, ou seja, safra adicional cultivada no inverno. Além disso, os agricultores devem se adequar ao vazio sanitário, que no Paraná é de 90 dias sem soja no campo, tal medida visa reduzir a sobrevivência do fungo *Phakopsora pachyrhizi*, causador da ferrugem-asiática, evitando o surgimento precoce da doença na leguminosa (EMBRAPA, 2017a).

Não se pode deixar de destacar que a escolha dos camponeses por essas culturas também leva em consideração o potencial agrícola das terras da região, que estão entre as mais aptas do ponto de vista topográfico e mais férteis, o que garante maior produtividade. Acrescenta-se ainda a extensão das terras sobre seu controle, em dimensões que viabilizam os cultivos comerciais.

Por fim, entre outros fatores, um em especial merece relevo, trata-se da minimização dos riscos no momento da comercialização, tendo em vista a atuação das cooperativas empresarialistas que garantem mercado para a produção. A garantia de mercado é fator de relevância máxima para os camponeses, em todas as unidades visitadas essa foi uma afirmação presente.

Em vista dessas condicionantes, o cooperativismo empresarialista faz parte do cotidiano desses camponeses, fruto do processo de territorialização dessas

organizações, que desde a década de 1960 operam na região, representando atualmente mais de uma dezena de cooperativas, nas quais os quadros associativos são compostos majoritariamente pelos camponeses.

E são os camponeses vinculados a uma dessas cooperativas empresarialistas que fazem parte do escopo deste trabalho, trata-se dos camponeses associados à Cooperativa Agroindustrial de Maringá (COCAMAR). Todas as unidades visitadas em trabalho de campo são cooperadas a ela, esses camponeses em sua maioria cultivavam as lavouras temporárias de soja e milho, mas também foram visitadas unidades que se dedicavam à cafeicultura, mais especificamente oito das 49 unidades visitadas cultivavam café.

A atuação da COCAMAR e suas estratégias de territorialização foram expressas por Fajardo (2007), uma cooperativa que priorizou a verticalização da produção, atuando na captação e na industrialização da produção agrícola com vistas à competição no mercado. Na Figura 08 é possível observar o parque industrial da cooperativa em Maringá, responsável pelo processamento de grãos.

**Figura 08** - Vista aérea do parque industrial da COCAMAR



Fonte: COCAMAR, 2015, p. 14.

A estratégia industrial da cooperativa fica evidente se utilizarmos como referência o caso da soja, na safra 2013/14 ela recebeu 900 mil toneladas de leguminosa e processou integralmente a produção (COCAMAR, 2015, p. 11), inserindo no mercado os produtos acabados, como óleos e derivados, além da comercialização do seu subproduto: o farelo.

Como assevera Fajardo (2007), o caminho da industrialização foi a estratégia adotada pela cooperativa para competir no mercado.

Não é por acaso que o rótulo “agroindustrial” lhe cabe perfeitamente. A Cocamar assume a forma agroindustrial ao vincular o produtor não apenas a um mercado de *commodities* agrícolas, mas à cadeia produtiva orientada diretamente pela produção agroindustrial (FAJARDO, 2007, p. 207).

Atualmente a COCAMAR industrializa e comercializa uma gama extensa de produtos, comprovando assim a estratégia da diversificação, como expressa Fajardo (2007), mas revela também o modelo de inserção por ela adotado, priorizando o mercado interno, o que não exclui as exportações, principalmente dos derivados da laranja. Muitos desses produtos são conhecidos e encontrados nos supermercados do país sob as marcas: Café Maringá; Óleo de Soja Cocamar; Bebidas Purity (néctares de frutas e bebidas a base de soja); Óleos, molhos e maioneses Suavit (óleos de girassol, canola e milho; maionese, *catchup* e mostarda).

Todavia, no que pese a estratégia da diversificação com vistas ao mercado interno, a cooperativa tem caminhado no sentido de priorizar a cadeia da soja.

O carro chefe da cooperativa é o setor da soja, por este motivo as expectativas de futuro sempre priorizam a soja, não que os outros setores não sejam importantes, mas é da soja que vem a maior parte da produção, o maior número de cooperados são da soja, aqui mesmo todos produzem soja, então não tem como não priorizar (Entrevistado COCAMAR 01).

Nessa perspectiva a inserção da cooperativa no mercado tem passado por mudanças nos últimos anos, com o abandono de alguns setores, como destacado em seus próprios documentos: “em 2006 - a Cocamar deixa o setor alcooleiro e o de seda para focar em grãos” (COCAMAR, 2017, p. 1).

No setor sucroalcooleiro, em 2006 a usina de álcool foi vendida para o grupo Santa Terezinha, sob a justificativa de atender poucos cooperados, cerca de 70, o que para ela não justificava os investimentos que a indústria carecia para se tornar competitiva no mercado. No caso da seda, a cooperativa não resistiu à competição do setor, principalmente com os produtos chineses, levando-a no mesmo ano a liberar a cota de capital dos associados, que passaram a ter contrato com a Bratac (FAJARDO, 2007), empresa privada fundada no município de Bastos, estado de São Paulo, mas que atua na região, inclusive com uma fiação de seda na cidade de Londrina.

A opção pela captação e processamento de grãos tem levado a cooperativa a se expandir pela região, como ficou evidente no caso da incorporação da Cooperativa de Cafeicultores de Rolândia (COROL) em 2013, onde a COCAMAR avançou sobre uma área estratégica, abarcando Londrina, Rolândia e Cambé, entre outros municípios produtores de soja, milho, trigo e café.

A política de expansão da cooperativa representou uma ampliação expressiva no número de associados, passando de cerca de 6.600 em 2010 para 11.800 em 2012 e chegando a 13 mil associados atualmente, dos quais 75% são considerados cooperados de pequeno porte (COCAMAR, 2017). Ao contrário do que se pode imaginar, mesmo os pequenos agricultores sendo a maioria, eles não se sentem protagonistas no interior da cooperativa, isso no que se refere ao processo decisório.

Os trabalhos de campo realizados com os camponeses mostraram que eles não são chamados a participar de todas as decisões da cooperativa, pois a diretoria goza de autonomia para deliberar sobre ações estratégicas. Prerrogativa resguardada no estatuto social da cooperativa:

Art. 43 - Constituem atribuições específicas do Conselho de Administração: I - Definir e aprovar as macro políticas e diretrizes para a elaboração do Planejamento Estratégico da Cooperativa; [...] XIX - Decidir sobre qualquer negócio que exceda a rotina de operações e sobre os casos omissos do presente Estatuto, de acordo com a lei e os princípios doutrinários, até decisão final da Assembleia Geral (COCAMAR, 2013).

Nas ocasiões em que são chamados a participar, por meio das assembleias, as quais deveriam se constituir em um espaço para discussão e

inserção de todos nos debates, acabam por se restringir a apresentações das decisões tomadas pela diretoria. Muitas vezes sem tempo adequado para o entendimento do que se propõe, como afirmam os camponeses.

As coisas já vêm resolvidas, só são mostradas e você vota se aprova ou não. Eles perguntam e já respondem, nem dá tempo, você vira pro lado pra conversar com os outros pra vê o que o povo acha, se aprova ou não, aí eles lá na frente já diz: então fica aprovada (Entrevistado 05, município de Rolândia, 2017).

Esse tipo de encaminhamento faz pairar entre os camponeses o sentimento de que as decisões são impostas. Exemplos que confirmam essa situação são comuns na região, sendo necessário reproduzir alguns deles, como segue:

É uma máfia. Eles vêm e apresentam as propostas, depois é votado, sempre é aprovado as propostas deles (Entrevistado 01, município de Ângulo, 2016); Nas assembleias o microfone fica lá na frente, todos podem falar, mas quem vai ter coragem de ir lá e pegar o microfone para falar? (Entrevistado 02, município de Ângulo, 2016); As assembleias são mais para falar como está a cooperativa, mostrar os resultados (Entrevistado 03, município de Floresta, 2016); Esse povo da cooperativa é tudo político, não resolve nada, é uma palhaçada, tudo feijão bichado (Entrevistado 04, município de Atalaia, 2016).

Tais depoimentos evidenciam que os camponeses não se sentem protagonistas no interior das cooperativas empresarialistas, mesmo representando a grande maioria dos associados. Trata-se de uma participação aparente, restrita à votação de propostas prontas, nesse sentido Fabrini (2003) foi assertivo em afirmar que o cooperativismo não superou a luta de classe. Desse modo, no caso das empresarialistas, a gestão fica sob controle dos agricultores capitalistas, ou seja, dos grandes proprietários.

Isso revela igualmente o teor do distanciamento com o princípio da gestão democrática da cooperativa, pois todos os camponeses entrevistados afirmaram que participam das assembleias. Sendo assim, o fato de a cooperativa expor as decisões ao debate não significa assegurar instrumentos para efetivar a participação dos camponeses. Do mesmo modo que confirma a identidade da organização cooperativa, pois diferente do que acontece em uma empresa privada monopolista,

onde são os acionistas que decidem os caminhos a serem seguidos independentemente da aprovação dos agricultores, afinal o que está em jogo é a acumulação privada, na cooperativa as decisões são colocadas para a apreciação de todos, camponeses ou não.

Há nisso um problema central, pois se observa uma postura de aceitação por parte dos camponeses, deixando-se representar por outrem. Marx (2011) teceu duras críticas ao campesinato nesse sentido, contudo não se trata de pensar essa situação a partir das críticas por ele endereçadas ao campesinato francês de meados do século XIX, mas de ponderar o caso em questão.

Marx (2011, p. 142) ao se voltar para uma questão conjuntural, a aliança da fração conservadora do campesinato francês a Bonaparte, avalia que o campesinato parcelar na medida em que possuem condições materiais semelhantes e isso não gera uma identidade política que leve a oposição a outras classes, não faz deles uma classe, por conseguinte são incapazes de fazer prevalecer seus interesses, necessitando ser representados.

Evidentemente que não é isso que estamos identificando, mas o contrário, para os camponeses vinculados às cooperativas empresarialistas é justamente a oposição de classe que se manifesta. São os camponeses, como classe, se defendendo da classe capitalista, nesse caso dos capitalistas industriais e comerciais, que drenam parte da renda camponesa da terra na circulação da produção, prática capitalista já demonstrada por Oliveira (2010, p. 23).

Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com preços monopolistas.

Corroboram para esse entendimento Santos e Teló (2011, p. 161), pois afirmam que:

Nesse contexto, quando o camponês se relaciona com o setor industrial, na venda de sua produção, ocorre a subordinação da renda e do trabalho camponês ao capital, porque o capitalista industrial se apropria do sobre-trabalho do camponês e da renda da terra, ao não pagar o valor devido aos produtos, ou seja, o dinheiro que o camponês recebe pela mercadoria que vende é inferior ao valor de fato desta mercadoria, tendo em vista a quantidade de trabalho e recursos investidos para a produção de tais mercadorias.

Os camponeses da área em estudo estão inseridos em uma dinâmica de produção que prevalece justamente essa relação, fruto do monopólio dos grandes grupos privados, com isso a oposição de classe, entre os camponeses e os capitalistas industriais e comerciais, se manifesta. Dessa oposição derivam estratégias alternativas, por meio das quais os camponeses buscam escapar das mãos do capital. Nesse cenário, o cooperativismo empresarialista é uma possibilidade de esQUIVA à rapina empreendida pelo capital industrial e comercial, que não se limita ao campesinato.

Em última instância, não se pode dizer que os camponeses se deixam representar, antes, trata-se de uma convergência de estratégias, entre o campesinato e os agricultores capitalistas, fruto ao mesmo tempo da posição contraditória que o campesinato ocupa na sociedade capitalista e da disputa entre os capitalistas, os do campo e os da indústria.

Posição contraditória esta do campesinato, que se manifesta na ambiguidade de sua condição, que é ao mesmo tempo proprietário dos meios de produção e trabalhador, como asseveram Paulino e Almeida (2010).

Cumprindo, então, reafirmar nosso entendimento desta situação de ambiguidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última possibilidade contém em germe a luta anticapitalista; porque, para não experimentar sua finitude, o camponês se opõe à produção e à expansão territorial do capital, denunciando a destruição de seu modo de vida e revelando, para si e para as demais classes, sua oposição ao capital, e, assim, sua consciência de classe desnudada (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 27).

É a ambiguidade de sua condição que impõe ao campesinato o desafio de lançar mão de estratégias conservadoras para sobreviver como proprietário, a convergência de estratégias com os agricultores capitalistas se insere nesses termos, contudo, para sobreviver como trabalhador precisa lutar contra a extração do resultado do seu trabalho, ou seja, lutar para reter parte da renda da terra camponesa no sítio camponês, nesse caso, trata-se de uma luta contra o capital monopolista, e para isso contribui a cooperativa.

Luta semelhante acontece entre os capitalistas, mas neste caso o que está em jogo é a apropriação da mais-valia. Os agricultores capitalistas lutam para manter sob seu controle a renda capitalista da terra, por sua vez os capitalistas da indústria e do comércio (o capital monopolista) lutam para captar parte dessa renda e ver suas taxas de acumulação aumentar, utilizando-se, entre outros mecanismos, do rebaixamento dos preços dos produtos agrícolas.

É aqui que se situa a convergência de estratégias entre o campesinato e os agricultores capitalistas, ambos lutam contra a ação do capital monopolista, ao passo que a cooperativa se coloca como instrumento a favor de ambos se constituem as condições conjunturais para a convergência de estratégias. Em síntese, tanto para os agricultores capitalistas quanto para os camponeses, a cooperativa empresarialista é um mecanismo de esquiva do capital monopolista, que no caso dos camponeses os fortalece.

Esse é um dos motivos pelos quais mesmo os camponeses não se sentido protagonistas nessas organizações se mantêm cooperados, para eles a cooperativa é uma alternativa para a inserção da produção no mercado em condições menos desfavoráveis, além de outras contribuições que dessa relação derivam, como a assistência técnica, a compra de insumos e o retorno de parte dos resultados líquidos da cooperativa na forma de sobras.

Em última instância, essa relação revela que para esses camponeses a cooperativa empresarialista é um instrumento de luta econômica, que contribui para sua sobrevivência como proprietário e trabalhador, ou seja, para se recriarem como classe. Vincular-se a essas organizações demonstra a capacidade dos camponeses em traçar estratégias para lutar e sobreviver em um setor da economia dominado pelo capital monopolista. O cooperativismo e seus princípios de ajuda mútua e defesa dos interesses dos cooperados são mais atrativos do que a imersão completa nas relações com o capital monopolista, das quais paradoxalmente os camponeses não se distanciaram por completo, tendo em vista que muitos entregam parte da produção nesses estabelecimentos.

Destarte, o que está em jogo é a construção de condições concretas para reter parte da renda da terra no sítio camponês. Isso se converte em uma das contribuições centrais do cooperativismo empresarialista para a recriação do campesinato, caso contrário não estariam cooperados, uma vez que a adesão é voluntária, este inclusive é um dos princípios do cooperativismo. Se o fazem é por

entender que por meio das relações cooperativistas podem auferir melhores taxa de renda, afinal o camponês não é um ser místico, mas de carne e osso que precisa sobreviver e garantir a manutenção da família. É com base nessas necessidades internas que tomam as decisões produtivas dentro das frações do território sobre seu controle, como já demonstrou Chayanov (2014), buscando o equilíbrio da unidade familiar com vistas à elevação do bem-estar.

Além disso, os camponeses são hábeis na avaliação dos riscos, decidem pela COCAMAR avaliando o mercado, que para além das grandes empresas monopolistas mundiais é composto por empresas nacionais, muitas das vezes de pequeno porte, onde alguns chegam a atuar ilegalmente para lesar os agricultores. Isso aconteceu nos municípios de Rolândia e Ivatuba, no primeiro caso o camponês entrevistado 06 destaca que: “aqui tinha uma empresa que pegava café, mas ela fechou e deixou todo mundo na mão, quem tinha café pra receber lá até hoje não viu a cor do dinheiro”; no segundo caso, no município de Ivatuba, foi uma empresa que atuava na captação de soja que fechou as portas lesando os agricultores: “aqui mesmo aconteceu isso, tinha uma cerealista que no ano que mais recebeu soja ela fechou e deixou todo mundo no prejuízo” (Entrevistado COCAMAR 01).

Evidentemente que a cooperação não é garantia para a esquia por completo dos prejuízos, na região também houve casos nos quais os camponeses foram chamados a arcar com os prejuízos oriundos do fechamento de cooperativas empresarialistas, o caso mais expressivo foi o da COROL, contudo, no que se refere à COCAMAR não foram encontrados indicativos de problemas dessa natureza nos trabalhos de campo. Isso significa dizer que para os camponeses a cooperativa é um canal seguro, frente às possibilidades que se apresentam no setor no qual estão inseridos como produtores de *commodities*.

Afora a comercialização da produção, a cooperativa tem se apresentado importante para os camponeses em outras situações, como no caso da assistência técnica e fornecimento de insumos. No caso dos insumos, que corresponde às sementes, adubos e agrotóxicos, a ação dos diferentes agentes do capital não é menos predatória que a desenvolvida por aqueles que atuam na comercialização ou na industrialização da produção.

Afinal, como afirma Martins (1983), o capital é eficiente em extrair a renda da terra, nos casos em que ele não foi capaz de se tornar proprietário da terra e obter juntos lucro e renda, ele lança mão de mecanismos para captar a renda

produzida pelo trabalho camponês, com isso, a riqueza produzida pelo trabalho familiar se realiza nas mãos do capital.

Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura do tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria realiza-se em mão estranhas as suas [...] (MARTINS, 1983, p. 176-177).

Não se pode perder de vista que os camponeses estão inseridos no processo de modernização da base técnica da agricultura, com isso a entrada de insumos nos processos produtivos é expediente dos mais utilizados sempre que as condições e recursos disponíveis permitem. Tanto é verdadeiro que na área de estudo 67,28% dos estabelecimentos com área de até 50 hectares declararam utilizar algum tipo de agrotóxico (IBGE, 2006).

Inseridos nessa dinâmica, são compelidos a pagar um pesado tributo ao capital industrial e comercial, trata-se da transferência da renda no consumo produtivo camponês, como destaca Paulino (2006, p. 267). Nesse caso, a cooperativa traz uma contribuição importante, mesmo que não seja possível escapar completamente da ação do capital industrial, pois ela não produz os insumos internamente, ela permite jogar com o mercado face à escala que movimenta.

Bom, no caso dos insumos a maior vantagem é o preço, a compra que a cooperativa faz em volume maior possibilita melhores negociações, e estes preços um pouco melhores são repassados aos cooperados. Outra grande vantagem da cooperativa é o portfólio, hoje a COCAMAR trabalha praticamente com todas as empresas do mercado: Basf, Bayer, Syngenta, Dupont, FMC, Inquima, Dow. Se você for ali na Ferrari [empresa privada] ele vai ter: Syngenta, Dow e Dupont (Entrevistado COCAMAR 01).

Todas as unidades camponesas visitadas utilizavam agrotóxicos na lavoura, para eles a cooperativa permite ao mesmo tempo negociações mais vantajosas com o capital industrial e o escape por completo da ação do capital comercial, pois ela faz a compra direta e também a comercialização dos insumos, mecanismo do qual os camponeses se valem: “Eu pego na COCAMAR o pacote

completo, adubo, semente e veneno. Depois pago em grãos na safra” (Entrevistado 07, município de Maringá, 2016).

Se no geral comprar em grandes quantidades traz benefícios a todos, camponeses e agricultores capitalistas, pois pode gerar redução dos preços, no particular a possibilidade de “pagar na safra” também traz contribuição de relevo aos camponeses. Um dos entrevistados fez um cálculo interessante nesse sentido:

O custo desse ano pra plantar milho foi de R\$ 27,00, contando tudo, se na venda o preço ficar a baixo de R\$ 27,00 por saca vou ter prejuízo. Então eu faço o seguinte, pago os gastos pra plantar a vista, óleo, graxa, frete, essas coisas, pago também um pouco da semente, o restante do gasto com semente, adubo e veneno deixo pra pagar na safra, assim mesmo que o preço fique mais baixo na safra eu não vou ficar no vermelho, porque uma parte das contas eu já paguei antes (Entrevistado 08, município de Maringá, 2016).

Apesar da fragilidade do cálculo de custo da produção realizado pelo camponês entrevistado, fruto mais da sua experiência no trabalho no campo do que de critérios contábeis confiáveis<sup>5</sup>, o conteúdo da fala não pode ser desconsiderado. Ela revela uma lógica de classe importante, que tem como pano de fundo a avaliação dos riscos e a manutenção da unidade camponesa.

O camponês interlocutor se vale de uma situação favorável na aquisição de insumos para se resguardar de possíveis imprevistos posteriores, ou seja, ele toma as medidas que julga necessárias para evitar o desequilíbrio das contas caso o preço da safra agrícola não cubra os custos de produção.

A fala transcrita demonstra ainda que a cooperativa tem papel determinante no processo produtivo, pois reduz os custos iniciais, uma vez que o camponês consegue adquirir os insumos e pagar somente na safra, isso significa que ele precisará de menor investimento nessa fase da produção.

Já outros camponeses destacaram preferir comprar os insumos a vista, pois compram em pequenas quantidades e os deixam armazenados na cooperativa. Essa é uma prática da COCAMAR que elimina a necessidade dos camponeses

---

<sup>5</sup> A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) leva em consideração para calcular o custo médio de produção três categorias: 1ª - Custo Operacional, que entre outros custos, entra as despesas com insumos; 2ª - Custos Variáveis, que considera as despesas com mão de obra contratada e depreciação dos maquinários e benfeitorias; 3ª - Remuneração, tanto do capital investido quando da terra. Em 2016 o custo de produção de uma saca de 60 Kg de milho, segunda safra ou safrinha, estava estimado em R\$ 38,24, nessa estimativa a primeira categoria representava R\$ 22,15, a segunda R\$ 6,86 e a terceira R\$ 9,23.

terem armazéns nos sítios para guardarem os insumos, a cooperativa os armazena por até um ano sem custos adicionais.

Essa que parece uma contribuição banal é na verdade decisiva no momento da compra dos insumos, como se pode observar:

Se você comparar o preço a vista às vezes as empresas ganham, só que no a prazo é sempre a cooperativa que ganha, ela faz o mesmo preço a vista ou a prazo, a diferença ainda é que na cooperativa eu não preciso levar o produto, deixo lá e retiro só quando for usar (Entrevistado 09, município de Doutor Camargo, 2016).

A cooperativa oferece, além do espaço para armazenagem dos insumos, seguro contra acidentes, o que representa para os camponeses redução dos riscos, principalmente no caso dos agrotóxicos, que são frequentemente alvos de roubos devido ao alto valor de mercado, já no caso dos adubos químicos a exposição à água pode acarretar perdas, exposição que pode ocorrer como consequência de uma tempestade que destelha o barracão.

Como se pode notar o acesso aos insumos nessas condições é sem dúvida uma contribuição relevante do cooperativismo empresarialista aos camponeses, por outro lado representa a entrada do padrão produtivo assentado no modelo tecnológico dependente de insumos industriais e maquinário no sítio camponês. As cooperativas têm papel preponderante nesse processo, pois atuam como disseminadoras dessas tecnologias, facilitando o acesso e orientando a utilização por meio da assistência técnica.

No que pese para o mesmo fim o papel das palestras e cursos, que muitos camponeses disseram participar, é da assistência técnica que todos afirmaram se beneficiar. Da mesma forma, todos a elegeram como uma das contribuições essenciais do cooperativismo, como destaca o entrevistado 06: “a assistência técnica é muito importante, o técnico vem aqui, olha e diz quanto tem que por de veneno, não tem que pagar nada. E ele vem quando precisar, é só chamar” (Entrevistado 06, município de Rolândia, 2017).

É importante destacar que nos cursos e palestras a cooperativa apresenta aos cooperados as novidades do setor e orienta a utilização dos insumos, essa atividade se situa na implementação de um dos princípios do cooperativismo: educação, capacitação e informação. A maior parte dos camponeses participa delas, contudo, não atribuem a elas grande significado. Situação que muda completamente

quando se refere à assistência técnica, evidentemente que não poderia ser diferente, pois a oferta de assistência representa para eles redução dos custos de produção, já que normalmente são escassos.

A assistência técnica é de grande importância para o processo produtivo, quanto a isso não há desabonos, afinal orienta tecnicamente a atividade com o objetivo de viabilizar a produção. A questão está no formato da assistência técnica, que no caso das cooperativas empresarialistas é pautado na dispersão de tecnologias, ou seja, inserida no modelo tecnológico atua como elo entre o sítio e o capital industrial.

O papel de disseminadora de tecnologias é potencializado pelos laços de confiança que os camponeses estabelecem com os técnicos da cooperativa, fazendo-os seguir estritamente as orientações. Isso acontece porque o agrônomo da cooperativa se torna uma pessoa de referência para o camponês e de trânsito livre no sítio.

O problema da cooperativa é quando você tem que ir lá resolver problema, fica esperando e a moça não resolve. Agora aqui na propriedade o técnico resolve tudo, é só falar com ele e pronto. Se precisa de veneno ele já vai lá na cooperativa assina a receita e pode pegar, não tem erro. Não sei como é nas outras cooperativas, mas aqui na região do [...] o cara é bom, parceiro mesmo (Entrevistado 07, município de Maringá, 2016).

A fala transcrita demonstra a relação de confiança estabelecida entre os camponeses e o técnico da cooperativa, onde quem resolve alguns dos problemas produtivos é ele. Também demonstra que essa é a lógica que movimenta os camponeses, própria do seu modo de vida, na qual as relações se estabelecem na esfera pessoal.

Para Moura (1988, p. 69) falar do campesinato significa transcender a materialidade econômica da troca de mercadorias, trata-se de falar do seu modo de vida, que sugere características particulares da sua organização social, tais como: o trabalho familiar, os costumes de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Para além dessas características citadas pela autora, cabe considerar as relações interpessoais estabelecidas por esses sujeitos, nas quais os

---

<sup>6</sup> Nome suprimido por razões metodológicas.

camponeses se movimentam pela confiança, onde a palavra e as ações assumem condição de verdade e respeito.

Isso tanto é verdadeiro que embora a regra seja o bom relacionamento com o técnico da cooperativa, inclusive sendo uma pessoa conhecida da família, há caso em que os camponeses se julgaram preteridos por eles e romperam o relacionamento com a cooperativa no que se refere à compra de insumos.

O técnico da cooperativa demora muito pra vir aqui, eu preciso de veneno tenho que ir lá fazer o pedido, é uma burocracia, tem que ficar implorando. Por isso agora só compro na Campos Verdes [empresa privada], o agrônomo vem aqui fala comigo, já faz o pedido aqui mesmo e entrega tudo aqui, nem preciso ir lá (Entrevistado 10, município de Ângulo, 2016).

Esse relato demonstra a importância do técnico da cooperativa na região, que pode contribuir para manter os quadros associativos, ou para dissolvê-los caso não tenha aceitação entre os agricultores. A gestão da cooperativa tem sido hábil em usar esses profissionais em seu favor, uma estratégia tem sido a contratação quando possível de agrônomos filhos de cooperados, sob a justificativa de que esses teriam conhecimento da região e dos agricultores, facilitando o atendimento.

Em síntese, o que estamos afirmando é que a cooperativa inserida no modelo produtivo tecnológico que caracteriza o setor no qual atua faz chegar ao sítio camponês o padrão agrícola pautado nesses termos. Na prática isso significa o incremento cada vez maior de insumos industriais nos processos produtivos. Contudo, a oferta da assistência técnica sem custos adicionais não deixa de ser uma contribuição respeitável para os camponeses, pois inseridos na produção comercial de *commodities* necessitam de acompanhamento técnico para minimizar os riscos da atividade.

Inclusive a redução dos riscos tem sido o parâmetro preponderante na opção pela cooperação, afinal os camponeses produzem individualmente em seus estabelecimentos e encontram na cooperativa um instrumento essencial para a redução dos riscos, tanto aqueles presentes na comercialização quanto aqueles oriundos do processo produtivo.

A cooperativa empresarialista assume para esses camponeses uma característica de ação cooperativista, ou seja, ela desempenha um papel bem definido na unidade camponesa, contribuindo em momentos chave do processo

produtivo, como no fornecimento de insumo, assistência técnica e comercialização. Contudo, não opera incisivamente na organização interna do sítio camponês, ou seja, não interfere na autonomia dos camponeses, esta também é uma contribuição importante.

Na área de estudo, a autonomia dos camponeses cooperados se manifesta na organização dos sítios, que apresenta um arranjo de atividades que se intercomplementam. Nesse sentido, uma dinâmica foi identificada, nas unidades menores, com área inferior a 10 hectares, existe uma associação de atividades comerciais, já nas unidades maiores, com área superior a 10 hectares e de no máximo quatro módulos fiscais, há uma tendência à especialização, mas sem se descuidar do abastecimento interno, atendido em parte pela produção de autoconsumo.

No primeiro caso, ficou evidenciado que as unidades menores que cultivavam café associavam a cafeicultura à criação de aves. Essa atividade propicia aos camponeses a entrada de recursos monetários mais frequentes, afinal o café é uma cultura anual, sendo um ano de maior produção seguido de um ano de baixa produtividade. Nesse caso, o frango com tiragem de 47 dias representa acesso à renda com mais frequência, necessária para custear as despesas da família, como remédios, combustíveis, energia elétrica e alimentos comprados no mercado.

**Figura 09** - Aviário no município de Rolândia



Foto: Zeneratti (2017).

Esses motivos se estendem àquelas unidades menores que cultivavam soja - milho e associavam essas culturas ao cultivo de verduras. Para estes os mercados institucionais entraram em cena, a entrega é realizada no município de Rolândia por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Aqui a gente planta salsinha, cebolinha, alface, almeirão, couve, tem muita coisa, e domingo fazemos pão ainda. [...] A gente entrega aqui em Rolândia, pelo programa, dá um dinheiro bom, da pra tirar uns R\$ 12 mil por ano, mas tem que trabalhar firme (Entrevistado 11, município de Rolândia, 2017).

Esse caso em especial merece uma avaliação, pois ao passo que a atividade olericultora representa um retorno monetário considerado pela família atrativo, foram encontrados na área de estudo camponeses que estavam se retirando da atividade. Isso porque uma mudança na política local impôs limites para a continuação.

Esse ano parei de entregar verdura em Rolândia, não compensa mais. Antes a gente entregava no centro de distribuição, agora o novo prefeito acabou com o centro de distribuição e a gente tem que entregar escola por escola, fica muito caro eu ir de carro fazer isso. Agora só compensa lá pros sem terra, porque a cooperativa deles faz as entregas, agora eu não vou sair de fusquinha entregando escola por escola (Entrevistado 12, município de Rolândia, 2017).

Essa situação apresenta dois significados, primeiro a importância dos programas institucionais para a manutenção das famílias camponesas, depois a importância da cooperativa para acessar tais políticas, pois ao passo que o nosso interlocutor encontra dificuldade de organizar individualmente a logística de entrega, a cooperativa dos camponeses<sup>7</sup> conseguia transpor tal dificuldade mediante a inserção coletiva nesses mercados.

Todavia, voltemos à questão central, a cooperativa empresarialista não descaracteriza uma das dimensões essenciais da classe camponesa: a autonomia. Esta é uma questão de relevo, pois em face da pequena extensão de suas terras é possível a potencialização dela por meio da diversificação, escolha que a cooperativa não exerce interferência.

Além disso, é preciso ponderar o que Chayanov (2014, p. 109) nos ensina, pois são em situações como essas, de parcelas de terras limitadas, que a ampliação da intensidade do trabalho se manifesta. Os camponeses, ao aplicarem maior trabalho familiar, se dividindo entre os cuidados com o cafezal e o aviário ou horta, ampliam a renda total da unidade familiar, possibilitando a atenção às suas necessidades de reprodução.

No segundo caso, as unidades maiores se dedicavam exclusivamente à produção das *commodities* soja e milho, nem o café foi encontrado em tais unidades, indicando que nestas frações do território controladas pelos camponeses está em curso um processo de especialização da produção. Em parte esse processo é mediado pela ação da COCAMAR, que atua na região priorizando a cultura da soja.

Isso já começa a se fazer sentir na área que pertencia à COROL e que foi por ela apropriada, os camponeses menores dedicados à cafeicultura se mostram sensíveis às mudanças de atendimento depois que ela passou a atuar na região de Rolândia.

Antes eu entregava 100% na COROL, ela ajudava no preço, agora a COCAMAR joga o preço pra baixo, parece que só ela quer ganhar. Mas eu sei como é, a COCAMAR não ajuda os pequenos, por isso tô entregando quase tudo no Café Trevo [empresa privada], só não parei ainda de entregar na COCAMAR porque pego o veneno lá e ela desconta depois, senão já tinha parado (Entrevistado 06, município de Rolândia, 2017).

---

<sup>7</sup> No caso em questão o camponês está se referindo à Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), que será tratada no próximo subcapítulo deste trabalho.

Isso que o camponês em questão está sentido pode encontrar explicação no papel que essas cooperativas desempenharam no processo de modernização da base técnica da agricultura, contribuindo para o recuo das culturas permanentes e a expansão das temporárias. Processo este que não pode ser relegado ao passado, antes de atuação permanente, mesmo que em menores proporções, ao mesmo tempo em que pode significar certa resistência por parte do camponês em se relacionar com outra cooperativa empresarialista que não a COROL, da qual muitos dos entrevistados foram associados por mais de uma década. É isso que podemos inferir mediante a fala recorrente em campo, que ecoa dizendo que eles não conhecem o “povo da COCAMAR”, por isso muitos entregam parte da produção de café na empresa privada que atua na região.

Já a empresa privada Café Trevo, localizada no município de Rolândia, tem sido hábil para se aproveitar dessa situação, ao permitir que os camponeses acompanhem o processo de beneficiamento do café, ganhou a confiança deles. Procedimento diferente da COCAMAR que transporta a produção para Maringá, depois somente repassa os resultados para os camponeses, que manifestaram descontentamento com esse procedimento.

O saco de 40 kg em coco depois de beneficiado ele vai pra 20 kg, é isso que você recebe, mas pode dar um pouquinho a mais e a gente receber mais, pode chegar a 23 kg, mas como saber disso se é a COCAMAR que faz e diz o que deu? (Entrevistado 06, município de Rolândia, 2017).

No geral o que falta é confiança na cooperativa, dimensão que não pode ser preterida na relação com o campesinato, afinal suas relações sociais e produtivas se estabelecem justamente por laços de confiança. Se por um lado a cooperativa permite florescer a autonomia camponesa, expressa na liberdade de organização do seu espaço, por outro nem sempre está construindo entre eles uma relação de confiança, principalmente porque o processo de beneficiamento adotado traz a representação da perda de controle sobre os resultados do trabalho, condição que causa estranhamento entre os camponeses menores.

Representação que não prevalece entre os camponeses maiores, aqueles que cultivam soja e milho, para estes a cooperativa é essencial para a comercialização da produção. Evidentemente que estão inseridos no processo com um trunfo a seu favor: a escala de produção. No caso dessas *commodities* isso faz

toda a diferença, pois possibilita rendas proporcionalmente superiores em face da escala, capaz de permitir uma melhor adequação ao sistema tecnológico disseminado na região, adquirindo máquinas, equipamentos e insumos com maior facilidade.

Como exemplo, vejamos a Tabela 21, cujo objetivo é demonstrar como a escala favorece os estabelecimentos camponeses maiores no que se refere aos rendimentos brutos, nas unidades visitadas a produção média era de 55 sacas de soja por hectare.

**Tabela 21** - Demonstrativo do rendimento bruto nas unidades camponesas

Área Hectares	Produção Total Saca 60 Kg	Preço Cocamar Total* R\$	Sobra Total** R\$
10	550	40.425,00	990,00
20	1.100	80.850,00	1.980,00
30	1.650	121.275,00	2.970,00
40	2.200	161.700,00	3.960,00
50	2.750	202.125,00	4.950,00

Org.: Zeneratti, 2017.

\* Preço pago pela COCAMAR ao agricultor em janeiro de 2016: R\$ 73,50 por saca de soja de 60 kg (COCAMAR, 2015, p. 09).

\*\* Sobra repassada ao agricultor cooperado no final do ano civil, resultado das transações globais da cooperativa. Valor praticado pela COCAMAR em 2016 por saca: R\$ 1,80 - conforme dados de campo.

Os rendimentos brutos são acrescidos proporcionalmente à ampliação da escala de produção. Nesse processo, a renda líquida também poderá ser maior nos estabelecimentos maiores, também devido à escala. A razão da escala favorável aos camponeses maiores se explica por um custo de produção inversamente proporcional, em virtude dos custos fixos, como maquinário, por exemplo.

Em uma unidade capitalista isso viabiliza a produção e aumenta as taxas de acumulação, mas no campesinato a renda maior obtida pelo trabalho da família será convertida em prol da unidade familiar, possibilitando o acesso aos instrumentos necessários para a realização das atividades produtivas ou da atenção das necessidades domésticas.

No que se refere às necessidades domésticas, os camponeses afirmaram que além dos rendimentos oriundos da comercialização normal<sup>8</sup> da produção, as

<sup>8</sup> Por *comercialização normal* se entende a venda da produção camponesa, realizada pela cooperativa. Nessa transação o trabalho camponês já é remunerado; ela se difere da *sobra líquida*, que é o retorno anual das movimentações da cooperativa, resultado da industrialização e da comercialização da produção total, camponesa ou não, devolvida em data fixada em assembleia e conforme a movimentação de cada associado.

sobras líquidas recebidas no final do ano civil se prestam para este fim. Eles asseveraram utilizar as sobras líquidas na casa, mas em alguns casos também as utilizam para pagar contas referentes à produção.

Vale destacar, a partir de Fabrini (2003, p. 83), que o destino das sobras líquidas referentes às movimentações da cooperativa durante o ano segue a legislação vigente. Uma parte deve ser destinada a um fundo de reserva (10%), outra parte destinada ao fundo de assistência técnica, educacional e social (5%), e o destino do restante das sobras líquidas deve ser deliberado em assembleia, ou seja, cabe decidir se serão devolvidas aos cooperados ou retidas para investimento.

A COCAMAR tem adotado a prática de devolver as sobras líquidas aos associados no final do ano civil, considerando a movimentação individual, ou seja, ela é contabilizada por saca entregue à cooperativa, como demonstrado acima na Tabela 21.

Para aqueles que utilizam as sobras na casa, ela representa uma entrada monetária adicional, pois a renda principal deriva da comercialização normal da produção; dito de outra forma, as cifras obtidas com a venda normal da produção representa o resultado do trabalho camponês. A sobra líquida recebida no final do ano civil, compatível com o volume da produção comercializada com a cooperativa, assume para o camponês o papel de extra.

Portanto, a sobra na condição de renda adicional é destinada às festas de final de ano, tanto para receber os familiares em casa quanto para custear a viagem da família para visitar parentes distantes. Os trabalhos de campo evidenciaram que a sobra acaba, desse modo, fortalecendo a manifestação de uma das expressões do modo de vida camponês, representada pelos laços familiares.

Já outros camponeses utilizam as sobras para aquisição de bens de consumo, como geladeira, forno micro-ondas e televisor. Trata-se da utilização na casa com o objetivo de proporcionar maior conforto para a família.

Na Tabela 22 o acesso a esses bens duráveis e serviços foi quantificado, demonstra a conversão da renda em benefício da família, evidentemente que a aquisição deles não deriva exclusivamente da utilização das sobras líquidas, mas da retenção da renda camponesa proporcionada pela inserção no mercado mediada pela cooperativa, da qual a sobra também faz parte.

**Tabela 22** - Perfil dos cooperados da COCAMAR entrevistados por situação de domicílio e acesso a serviços e bens duráveis

<b>Existência de serviços e bens duráveis</b>	<b>COCAMAR - Domicílios (n.)</b>	<b>COCAMAR - Domicílios (%)</b>
Iluminação elétrica	49	100
Linha telefônica instalada	-	-
Celular	49	100
Forno de micro-ondas	39	79
Geladeira	49	100
Máquina de lavar roupa	44	89
Aparelho de ar condicionado	13	26
Rádio	49	100
Televisão	49	100
Videocassete / DVD	39	79
Microcomputador	13	26
Automóvel particular	49	100

**Fonte:** Pesquisa de campo. Org.: Zeneratti (2017).

Nas unidades visitadas fica evidente o acesso elevado a todos os bens duráveis, com destaque para o aparelho de celular, geladeira, rádio, televisão e automóvel, presentes em todas as unidades, assim como o acesso a serviços, em especial a energia elétrica.

Para outros camponeses, a sobra líquida é utilizada para equilibrar as contas da família, em alguns casos ela é utilizada para pagar contas provenientes da produção que não puderam ser sanadas ao logo do ano, afinal deixar de pagá-las não faz parte do horizonte dos camponeses, para eles saldar as dívidas se insere no bojo das relações comerciais que estabelecem assentadas na honestidade e na seriedade.

Como se pode identificar as sobras líquidas adquirem o caráter de complemento para os camponeses, não é somente para obtê-las que os camponeses trabalham. Inclusive esta não foi uma contribuição por eles elencada, pois entendem que o retorno é baixo, em média representa entre R\$ 1,80 e R\$ 2,00 por saca, no ano. Em outros termos, não é por conta da sobra que os camponeses se cooperam, em absoluto, até porque as empresas privadas muitas vezes elevam seus preços para cobrir as sobras das cooperativas, eles se cooperaram motivados pelo conjunto das contribuições do cooperativismo.

No que se refere à renda na unidade camponesa, evidentemente que a escala joga a favor dos camponeses maiores, independentemente das sobras líquidas que retornam no final do ano civil, pois possibilita o acesso aos instrumentos

utilizados nas atividades produtivas, diminuindo a penosidade do trabalho, assim como possibilita alguns investimentos, como na formação de pequenos rebanhos de gado, como pode ser visto na Figura 10.

**Figura 10** - Gado na palha de milho, município de Atalaia



**Foto:** Zeneratti, 2017.

Na Figura 10 as vacas de leite e os bezerros se alimentam da palha do milho após a colheita mecanizada.

O gado nessas unidades é complemento à atividade principal, o milho no inverno e a soja no verão. Tal investimento é propiciado pela renda obtida pelas culturas comerciais, cuja escala favorece a viabilização dos recursos para adquiri-los. Isso confirma as observações de Chayanov (2014, p. 114), que assevera que não é fácil para os camponeses fazerem investimentos quando a situação é difícil, devido às más colheitas ou às relações desvantajosas de mercado, pois significa retirar da sua magra remuneração uma parte destinada ao consumo, portanto, se o fazem adquirindo gado é porque as condições econômicas assim permitem, sem comprometer a satisfação das necessidades internas.

Ademais, a criação de gado é favorecida pela mão de obra disponível, que permite dispender trabalho, para além das culturas comerciais, para cuidar dos animais. Na unidade representada pela Figura 07, em especial, esse cuidado era realizado pelo filho adolescente (14 anos de idade) do camponês proprietário, que

tem a responsabilidade de movimentar as vacas de leite do pasto para a área de milho.

Essa atividade representa a potencialização do uso da terra e do trabalho familiar, além de significar a socialização do camponês pelo trabalho, como destaca Oliveira (2007, p. 41, grifos do autor):

*A socialização do camponês - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos.*

A prática de soltar o gado na palha do milho já havia sido identificada na região por Paulino (2006), ainda no início dos anos 2000, contudo, tratava-se da utilização do milho dentro da lógica do excedente; nesse sentido, o milho aparecia nas unidades camponesas menores como alimento para o gado e não como atividade comercial, nessas unidades a colheita era realizada manualmente.

*Ele é utilizado para a alimentação das aves, porcos e grandes animais, notadamente as vacas de leite, sendo utilizado tanto para silagem quanto para pastejo na palha após a realização da colheita, [...]. Em outras palavras, o milho transformado em carne ou leite pode ser compensador, mas a granel não remunera o trabalho daquele que tem pequena escala de produção (PAULINO, 2006, p. 263-264).*

Nas unidades camponesas maiores o nexo tem sido outro: as vacas de leite aparecem sob a lógica da intercomplementariedade, destinadas ao abastecimento interno, fornecendo leite e carne, mas também como reserva obtida em situações de produção e mercado favoráveis, e que, em situações de crise, podem ser convertidas em dividendos em benefício da família pela venda dos animais.

Os investimentos possibilitados pelas condições de mercado, fruto da relação com a cooperativa empresarialista, evidentemente mediadas pela escala de produção, também se fazem sentir na adequação ao modelo tecnológico disseminado no campo. Um exemplo disso é a aquisição das máquinas utilizadas na lavoura, como tratores e implementos, nas unidades maiores a presença deles é comum.

Na Figura 11 é possível ver um desses equipamentos, utilizado pelos camponeses para incorporar a palha da colheita ao solo. Tendo em vista que o plantio será direto sobre a palha, deve-se mexer o menos possível no solo, sendo necessário somente para descompactá-lo e incorporar a palha à camada superior, evitando perdas pela ação do vento que as transporta para fora da propriedade ou pela ação das queimadas devido ao descarte incorreto de restos de cigarro (bituca) próximo às estradas.

**Figura 11** - Equipamento utilizado para descompactar o solo



**Foto:** Zeneratti (2016).

Esses equipamentos são menos frequentes nas unidades menores, com exceção do trator, já os demais equipamentos, como colheitadeiras e caminhões, normalmente são alugados nos momentos de plantio e colheita, ou então são viabilizados por meio da ajuda mútua entre vizinhos: “aqui não comporta maquinário, eu troco serviço com o meu vizinho, esse que eu falei pra você ir lá, ele tem trator, colheitadeira, plantadeira, acho que ele tem tudo isso que você tá perguntando” (Entrevistado 13, município de Rolândia, 2017).

O camponês interlocutor possui 13 hectares, no momento da visita plantados com milho, já o vizinho ao qual ele se refere possui 56 hectares, dispondo dos equipamentos mais importantes para o cultivo, como caminhão, colheitadeira, plantadeira e pulverizadora, além de outros equipamentos menores. No que pese o tempo de uso desses equipamentos, o caminhão, por exemplo, tem ano de

fabricação 1986, eles se mostram essenciais para a produção dessas *commodities*, tanto que mesmo aqueles que não os têm adotam estratégias para obtê-los nos períodos decisivos do processo produtivo, como no plantio e na colheita.

Devemos fazer uma ponderação neste momento, pois não se pretende adotar a comparação entre as unidades camponesas menores e as maiores como metodologia de trabalho, antes, cabe demonstrar a diversidade do campesinato na região, que não permite uma análise generalista. Dito de outra forma, o que se pretende é demonstrar a dinâmica identificada nos trabalhos de campo, onde as unidades camponesas menores adotam estratégias para sobreviver no modo capitalista de produção distintas das maiores, mas em ambos os casos o que está em jogo é a recriação dos camponeses.

Nesse sentido, não se pode deixar de avaliar a presença dos equipamentos nas unidades maiores, pois eles poderiam significar o distanciamento da lógica camponesa de produção, se aproximando das estratégias capitalistas de acumulação, ou seja, a inserção do capital constante em substituição do capital variável. Contudo, não é isso que se observa, na verdade se trata de uma relação inversa, os camponeses inseridos no modelo produtivo da região, no qual prevalece à produção de *commodities*, e se utilizando da cooperação como estratégia de potencialização da produção associada à escala leva a possibilidade da retenção maior da renda na unidade camponesa, que por extensão proporciona a aquisição de equipamentos necessários ao processo produtivo.

Isso em nada se compara à prática desenvolvida nas grandes propriedades capitalistas, onde a busca incessante por equipamentos modernos se converte em estratégia para potencializar a capacidade de trabalho do trabalhador com vistas à extração da mais-valia.

Já os equipamentos presentes nas unidades camponesas são instrumentos de trabalho e não de extração do trabalho de outrem, o uso deles reduz a penosidade do trabalho. Para Chayanov (2014) esse é um dos motivos que levam os camponeses a fazerem tais investimentos, pois possibilitam atingir a satisfação das necessidades internas com o dispêndio de menor esforço físico. Além disso, não se pode perder de vista que esses camponeses estão inseridos em um modelo tecnológico produtivo que faz desses equipamentos quase indispensáveis para a produção comercial.

Todavia, as relações de trabalho familiar prevalecem em todas as unidades visitadas, assim como estão presentes elementos estruturantes do trabalho camponês, como a ajuda mútua, a troca de dias de serviço, possibilitadas pelas relações de vizinhança, típicas do modo de vida camponês.

No campo basta entrevistar uma família camponesa para conseguir um roteiro de visitas, com várias outras unidades indicadas pela família entrevistada, haja vista as relações que estabelecem com seus vizinhos, onde um conhece o outro, da mesma forma que se sai sempre com algum presente, como frutas ou verduras, além do cafezinho oferecido enquanto se faz as entrevistas. Isso demonstra o que representa a terra para os camponeses: terra é vida. Sobre isso corroboram Paulino e Almeida (2010, p. 40, grifo do autor), pois afirmam que: “[...] a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também *morada da vida*, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo”.

Na Figura 12 é possível observar como isso se manifesta no sítio camponês, os quintais floridos rompem a paisagem agrícola indicando que ali é lugar da vida e os produtos cultivados na horta alimentam a família e são oferecidos às visitas.

**Figura 12 - Elementos do sítio camponês****Fotos:** Zeneratti (2017).

Essa dimensão da vida camponesa foi identificada em todas as unidades visitadas, independentemente do tamanho, principalmente a produção de autoconsumo. As atividades de autoconsumo variam desde a criação de pequenos animais, especialmente aves e suínos, até pomares, hortas e animais de grande porte, como o gado.

Na Figura 13 destacamos duas dessas atividades encontradas na área de estudo, a primeira se refere à criação de suínos no município de Ângulo, já a segunda se refere a uma horta no município de Rolândia.

**Figura 13 - Produção de autoconsumo****Fotos:** Zeneratti (2017).

Em última instância, isso demonstra a intercomplementariedade das atividades no sítio camponês, onde a produção comercial não elimina a produção de autoconsumo. Ademais, expressa o papel que a comida assume na unidade camponesa, ela representa fartura, como asseveram Paulino e Almeida (2010, p. 39): “[...] a comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho”.

Para Almeida (2006) a comida é dotada de uma espécie de linguagem simbólica, na qual além de não faltar na casa camponesa ainda expressa a solidariedade que muitas vezes ultrapassam a vizinhança.

Podemos dizer então que a comida, e nela a noção de fartura, cumpre mais que sua finalidade alimentícia, ela desempenha um papel de sociabilidade, já que é pelos alimentos que o camponês expressa seus laços de identidade. Assim, numa linguagem simbólica, ele oferece os produtos de sua roça, a sua riqueza, como forma de estabelecer vínculos com aqueles a quem considera. Logo, terra e alimento estão de tal forma imbricados que falar de um remete necessariamente ao outro, bem como às formas de sociabilidade e solidariedade oriundas dessa articulação (ALMEIDA, 2006, p. 306-307).

A recriação do campesinato no interior do cooperativismo empresarialista não faz desaparecer a produção de autoconsumo, pelo contrário, a cooperativa contribui para reforçá-la, pois permite florescer a autonomia camponesa, expressa na liberdade para organizar a sua fração do território. Dito de outra forma, a cooperativa empresarialista permite que o camponês reproduza seu modo de vida, assim como contribui para sua recriação como classe.

Evidentemente que se trata de uma recriação contraditória, possibilitada pela integração ao mercado capitalista. Afinal, a COCAMAR se industrializou para se adequar justamente ao sistema capitalista, caminhar por dentro dele, disputá-lo com as grandes empresas monopolistas, portanto, ela não questiona a dinâmica de reprodução do capital, se integra a ele, e, nesse processo, abre possibilidade para a recriação do campesinato.

A COCAMAR não deixa de ser uma cooperativa por esse motivo e os camponeses não deixam de ser camponeses por fazerem parte dela. Na COCAMAR os princípios modernos do cooperativo fazem parte de suas ações, mas é

necessário deixar claro o seu papel, que em última instância é de inserção, aceitação e disputa do mercado capitalista, não de resistência a ele. Desse modo, podemos inferir sobre o afastamento da proposta original do cooperativismo, que buscava a transformação total da sociedade, mas não do seu papel como cooperativa no modo capitalista de produção.

#### 4.2. A CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS PARA A RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO

Algumas contribuições do cooperativismo para os camponeses, assim como alguns limites e contradições aparecem no diálogo com a realidade, pois em cada fração do território capitalista controlada pelos camponeses cooperados é possível identificar elementos que expressem suas estratégias de manutenção e recriação.

É com esse objetivo que nesta parte do trabalho será dada voz aos camponeses assentados, cuja experiência objetiva agrega um sentido diverso à cooperação.

##### 4.2.1. Cooperativismo e renda camponesa da terra

O trabalho de campo foi capaz de apontar que a renda é uma das primeiras contribuições do cooperativismo para o fortalecimento do campesinato assentado. Essa afirmação deve ser compreendida a partir da lógica adotada pelos camponeses, pautada na cooperação como estratégia para minimizar os efeitos da monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1995), processo no qual o capital se lança no campo criando amarras para extrair a renda da terra camponesa.

O desenvolvimento portanto, da agricultura (via industrialização) revela assim que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. [...] **Isto se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria** (OLIVEIRA, 1995, p. 53, grifos do autor).

A implantação do laticínio na sede da COPRAN é uma das expressões das estratégias camponesas para escapar das peias do capital, com esse encaminhamento deram um passo importante no sentido de reter parte da renda da terra camponesa que seria drenada pelo capital industrial.

Ademais, toda a logística de comercialização também é realizada pela cooperativa, sendo os mercados institucionais o principal destinatário, minimizando assim a atuação do capital comercial, mas sem escapar completamente, tendo em vista que 30% da produção segue para o comércio varejista da região.

O processamento da produção leiteira no laticínio da cooperativa é decisivo para a auferição de melhores níveis de renda, pois a atuação do capital industrial sobre o setor lácteo é predatória, como elucidou Paulino (2006, p. 200). O governo manteve durante 45 anos uma política de controle de preços, considerava o produto estratégico para a viabilização da economia urbano-industrial, esse controle garantia certa margem de ganho aos produtores.

Essa política, ao passo que mantinha estável o preço para o consumidor final, medida a ser considerada tendo em vista que se trata de um produto essencial na alimentação dos trabalhadores, também serviu para fortalecer o capital industrial que manteve níveis assegurados de lucratividade.

Em 1991 sob pressão exercida pelos grandes grupos industriais que se tornaram hegemônicos no setor houve a completa liberalização, o que, segundo Paulino (2006, p. 200), foi uma medida que pode ser comparada “ao galinheiro aos cuidados da raposa”. Ainda segundo a autora, isso possibilitou o fortalecimento dos oligopólios, provocando progressivo rebaixamento dos níveis de renda, principalmente dos pequenos produtores.

Para Clemente e Hespanhol (2009, p. 185) os grandes grupos industriais também foram favorecidos, durante a década de 1990, pela diminuição das tarifas alfandegárias, que possibilitaram a ampliação da importação de leite dos países vizinhos, entre eles o Uruguai e a Argentina. Isso permitiu aos grandes grupos industriais pressionar para baixo os preços da matéria-prima nacional, devido à possibilidade de importação.

Essas medidas, longe de significar a retirada dos camponeses da atividade, devido à atuação predatória das empresas privadas, acabaram por remeter a uma das contradições que fazem perpetuar o campesinato, derrubando por terra as previsões que atestavam o seu desaparecimento. Essas empresas ao

se restringirem à industrialização da matéria-prima abrem espaço justamente para que o campesinato atue na produção leiteira e, assim, se recriem como camponeses. Isso não significa que seja uma relação simétrica, as empresas lutam cada vez mais para rebaixar o preço do leite e captar a maior fatia possível da renda da terra camponesa.

Martins (*apud* OLIVEIRA, 2010, p. 24) corrobora para essa análise, pois afirma que embora grandes empresas de industrialização atuem no campo sem expropriar os lavradores, subtraem o produto do seu trabalho, drenando a maior parte da renda.

Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas.

Sendo assim, ao manter um laticínio no assentamento Dorcelina Folador, os camponeses da COPRAN se esquivam de uma modalidade de subordinação inscrita na lógica de monopolização do território pelo capital, da qual definitivamente esses camponeses não têm como livrar-se completamente, porque não lhe é possível o completo autoabastecimento. Em outras palavras, tanto quanto possível, o capital elevará ao máximo o nível de exploração, buscando se apropriar da renda camponesa, cabendo aos camponeses desenvolver estratégias de resistência.

Nesse sentido, a saída encontrada pelos camponeses da COPRAN merece relevo, uma vez que os dados levantados por Paulino (2006) referentes ao Norte paranaense mostraram que a condição de simples fornecedores de leite *in natura* não é confortável, mesmo os camponeses sendo numericamente maioria, já que o volume de leite por eles entregues às indústrias é pouco significativo. Porém, mesmo assim eles seguem fornecendo matéria-prima à grande indústria, até porque não seria oportuno para a última um nível de completa dependência para com os produtores capitalistas de leite, sob pena de uma desfavorável disputa em torno dos preços do leite no momento da captação.

No seu estudo a autora elencou vários mecanismos utilizados pelas indústrias para a monopolização do território, dentre os quais destacamos os seguintes: rebaixamento dos preços; *bônus* para os produtores que entregam maior quantidade, ou seja, o valor do litro de leite é progressivamente aumentado quanto

maior for a quantidade do produto entregue; e a necessidade de modernização das instalações de armazenagem, elevando os custos de produção, sobretudo na compra de resfriadores que para os pequenos agricultores oneram sobremaneira a produção.

Os dados de campo evidenciaram que esses mecanismos de monopolização são atuais, ou seja, ainda são praticados pelas indústrias. O camponês entrevistado 14<sup>9</sup> afirmou que o principal critério considerado no preço do leite entregue às indústrias é a quantidade, por isso os pequenos agricultores levam desvantagens no momento da entrega.

Já o camponês entrevistado 15<sup>10</sup> acrescentou afirmando que a indústria realiza descontos exagerados, a fim de rebaixar o preço do produto.

[...] [o laticínio] paga bem só quando não quer perder o grande produtor, ele desconta em tudo, se você usar um resfriador coletivo, em três ou quatro produtores, ele já desconta R\$ 0,05 por litro. Pra você ter uma ideia, esse mês a COPRAN está pagando R\$ 1,22 no litro e eles estão pagando R\$ 1,02 aqui no assentamento.

A partir do exposto fica claro que os dois principais critérios adotados pelos laticínios na região para a remuneração do leite é a quantidade e a qualidade. No que se refere à quantidade trata-se de uma estratégia adotada pelas empresas para reduzir os custos de transporte, levando à concentração da produção, o que privilegia os grandes produtores.

Para os camponeses assentados este *bônus* representa uma barreira para acessar melhores rendimentos, pois se deparam com impossibilidades concretas em superar essa condição, dadas as dimensões dos lotes que limitam o número de animais. No Assentamento Florestan Fernandes, em Florestópolis, os lotes visitados tinham em média 15 hectares, no Assentamento Eli Vive, em Londrina, os lotes visitados tinham em média 10 hectares, e no Assentamento Dorcelina Folador, em Araçongas, os lotes visitados tinham em média seis hectares.

Já a elevação da qualidade depende da modernização da atividade, principalmente no armazenamento do leite, não é mais tolerada pelas empresas as práticas tradicionais de armazenar o produto em tambores ou galões, é o que revela

---

<sup>9</sup> Assentamento Florestan Fernandes, Florestópolis, 2017.

<sup>10</sup> Assentamento Florestan Fernandes, Florestópolis, 2017.

a pressão pelo uso dos resfriadores, que é convertida em baixa remuneração ao produto que não atende às exigências.

É importante destacar que o resfriamento do leite exigido pelas empresas se deve às alterações nos padrões sanitários implementadas pelo Ministério da Agricultura. Clemente e Hespanhol (2009, p. 185) destacam que essas alterações estavam relacionadas ao Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que foi lançado no ano de 2002, mas que somente entrou efetivamente em prática em 2005.

Com essa medida a qualidade do leite se torna determinante para definir o preço do produto e o uso do resfriador; nesse contexto, torna-se indispensável para manter a qualidade, pois ao condicionar o produto em baixas temperaturas dificulta a proliferação de microrganismos. Além disso, com os resfriados é possível manter o leite por até 48 horas na propriedade, possibilitando o planejamento da coleta sem comprometer a qualidade.

A indústria, ao passo que cobra modernização das instalações de armazenagem sob o pretexto de elevação da qualidade e adequação à normatização oficial, realizando descontos pela ausência ou pelo uso coletivo dos resfriadores, não oferece condições para que os camponeses possam atingir os níveis desejados.

Aqui podemos identificar mais uma das contribuições da cooperação, em todos os lotes visitados os camponeses possuíam resfriadores cedidos pela COPRAN, com o intuito de armazenar o leite em condições mais adequadas, na Figura 14 é possível ver um desses resfriadores.

**Figura 14** - Resfriador localizado no Assentamento Eli Vive



**Foto:** Zeneratti (2017).

Esse é um dos equipamentos que os camponeses teriam dificuldades em adquirir se a comercialização fosse realizada com os laticínios, pois os custos de aquisição são de responsabilidade dos camponeses, ou seja, as indústrias transferem o ônus da modernização da produção leiteira ao agricultor.

Segundo o camponês entrevistado 16<sup>11</sup>, um resfriador como esse custa em média R\$ 8.000,00, custos que elevam os investimentos do pequeno agricultor. Para Clemente e Hespanhol (2009) esses custos, de aquisição dos resfriadores, somados aos custos gerados por eles com energia elétrica, são barreiras que levam à marginalização dos pequenos agricultores, que normalmente dispõem de poucos recursos para investimentos. Contudo, atuando em cooperação é possível superar essa dificuldade por meio do fornecimento dos equipamentos via cooperativa.

É importante destacar o papel político da COPRAN para adquirir uma parte desses resfriadores, ou seja, eles foram viabilizados por meio de Emenda Parlamentar, fruto da articulação política entre a cooperativa e os deputados federais, que por meio de emendas à Lei Orçamentária da União alocaram recursos com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar.

---

<sup>11</sup> Assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, 2017.

Já a maior parte desses resfriadores foi adquirida com recursos próprios da cooperativa, por meio do acesso a linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por meio de projetos de apoio à cadeia do leite no estado do Paraná. Esses resfriadores adquiridos pela COPRAN são cedidos para uso nos lotes cooperados, sem custos adicionais.

Os resfriadores vieram de políticas diferentes, dependendo do assentamento eles vieram do BNDES junto com o financiamento do laticínio, esses a cooperativa recebeu em 2013 uma base de 80 resfriadores. Depois teve mais 53 que vieram pelo MDA e pela SEAB, era um projeto do governo de fortalecimento da cadeia do leite, várias cooperativas receberam. [...] Quem assume os pagamentos desses resfriadores é a cooperativa, eles são do patrimônio da cooperativa, eles estão cedidos para os assentados (Entrevistada 22, Assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, 2017).

Essa prática somente encontra assimetria se considerada a partir da finalidade da cooperativa camponesa, ou seja, ela está a serviço dos camponeses assentados. Isso justifica a atuação em condições nas quais as empresas monopolistas nem cogitariam em atuar, pois operam sob a lógica da maximização dos lucros a qualquer custo.

Na COPRAN o que se observa é justamente o inverso, sendo a consolidação dos camponeses assentados o objetivo central.

A COPRAN pegava leite aqui no assentamento desde o início, era mais ou menos 500 litros por semana, não pagava nem os custos com o transporte e processamento. Mas, ela não visa o lucro e sim o desenvolvimento das famílias, isso justificava [naquele momento] a coleta, ajudava a consolidar o assentamento (Entrevistado 17, Assentamento Eli Vive I, Londrina, 2017).

A captação de leite nessas condições expressa, por um lado, a identidade da COPRAN como cooperativa camponesa, diversa das empresas capitalistas e, por outro lado, coloca em evidência duas faces do cooperativismo empreendido por ela.

Na primeira delas é possível inferir que a COPRAN realizava a coleta em condições desfavoráveis para suprir a sua demanda por matéria-prima, tendo em vista que somente a produção do Dorcelina Folador não era, e não é, suficiente para atender o laticínio ao ponto de viabilizar o seu funcionamento. Inclusive o fornecimento condicional do resfriador contribui para isso, os assentados que os

receberem garantem que entregam toda a produção à cooperativa, com isso ela tem garantido o fornecimento de leite em maior quantidade e qualidade.

Contudo, por outro lado, é necessário considerar o conteúdo político da cooperativa, que vai além da esfera produtiva. Nesse sentido a consolidação dos assentamentos de reforma agrária era uma prerrogativa que justificava a coleta, mesmo em condições adversas, principalmente por se tratar de um momento inicial de formação do assentamento, onde todos os esforços são necessários para fortalecê-los. Ademais, todos os camponeses envolvidos nesse processo tinham, e têm, algo em comum: acessaram a terra de trabalho removendo o bloqueio da propriedade privada capitalista por meio da luta e da organização. A cooperação nesses termos passa a ser um mecanismo de luta pela terra e na terra, cujo objetivo é concretizar a territorialização dos camponeses.

Essa dimensão é de extrema relevância, pois confere identidade e estabelece diferenças entre a COPRAN e as empresas privadas que atuam na região. Mesmo que essa diferenciação pareça desnecessária ela não é, tendo em vista que a atuação de muitas cooperativas se assemelha com a das empresas privadas, estamos nos referindo às cooperativas empresarialistas, como já demonstramos neste trabalho.

Portanto, não é possível deixar de ponderar as devidas mediações no que se refere ao fundamento que justifica as empresas privadas capitalistas e as cooperativas camponesas.

Na empresa capitalista - e vale destacar que na região atuam grandes empresas privadas, como o Laticínio Líder, além de outros laticínios com menor capacidade de captação - predomina a acumulação privada, obtida pela extração da renda da terra dos agricultores, entre eles os camponeses, e da exploração dos trabalhadores no processo industrial. Na cooperativa camponesa há uma socialização dos ganhos, são os camponeses cooperados que retêm parte da renda que seguiria para as mãos do capitalista industrial, que veria suas taxas de lucro aumentar.

A cooperativa camponesa nesses termos coloca em movimento o seu papel como organização econômica e social, que está na base do cooperativismo, como afirma Rech (2000, p. 22), cujo objetivo é atender aos anseios dos associados em condições que não conseguiriam atuando individualmente.

Dito isso, vejamos quanto é predatória a atuação do capital industrial no campo. Em última instância, quando se trata da relação entre camponeses e capitalistas industriais, na qual os primeiros são o elo mais frágil na cadeia produtiva, os últimos drenam parte do trabalho familiar contido no produto, renda camponesa, portanto. É digno de nota que a relação assume outro patamar quando se refere à disputa entre capitalistas, de um lado os capitalistas do campo e de outro os capitalistas industriais, nesse caso o que está em jogo é a captação da mais-valia.

Se o capitalista do campo tem seus preços rebaixados parte da mais-valia obtida no processo de produção da matéria-prima será destinada ao capitalista industrial, que verá seus lucros aumentarem, porém, quando há uma elevação dos preços em favor dos agricultores capitalistas o inverso se observa. Essa disputa poderia levar à destruição mútua, mas não é isso que se observa no setor lácteo, antes há uma aliança entre capitalistas para manterem seguras suas taxas de lucro.

É isso que demonstra a criação, em 2002, do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (CONSELEITE). Trata-se de uma associação entre agricultores produtores de leite e industriais do setor lácteo, composto por 11 representantes do setor rural, esses indicados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), e 11 representantes das indústrias, indicados pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Paraná (SINDILEITE).

O principal objetivo do CONSELEITE é de tentar cessar as disputas no campo, como pode ser observado no fragmento que segue:

A necessidade de se estabelecer, através de entendimento entre produtores rurais e indústrias, formas alternativas para a remuneração da matéria-prima (leite) ao produtor paranaense que pudessem reduzir os conflitos que se estabeleceram entre estes e as indústrias após a desregulamentação do setor no país iniciada na década de 90 (CONSELEITE, 2017).

Corroborar para entender essa aliança entre os capitalistas a entrevista proferida pelo Presidente do Conselho:

Por volta do ano 2000, uma grande crise se abateu sobre a produção de leite no Paraná. Houve um aviltamento enorme de preços. Os produtores chegaram a receber entre 12 e 15 centavos pelo litro de leite. O desespero foi tão grande que se criou uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado para discutir saídas para a crise.

Para os produtores, o grande vilão era a indústria. Depois de muita discussão, o relatório da CPI concluiu que nem a indústria era vilã e nem o produtor era vítima; os dois estavam no mesmo barco. Dois elos de uma cadeia produtiva que estavam apanhando juntos (SOLUÇÃO, 2017, p. 01).

Na verdade, nesses termos, o vilão parece ser a agricultura, relegada a fornecer matéria-prima à indústria a preços pouco remuneradores. Para Silva, Staudt e Dias (2012) esse rebaixamento dos preços pagos aos produtores fez com que muitos dos pequenos produtores atuassem fora desse circuito. Para os camponeses a estratégia foi comercializar o leite por vias alternativas, como a venda *in natura* direta ao consumidor ou na fabricação de derivados, entre eles o queijo. Evidentemente que tal estratégia não é possível aos grandes produtores, em face do volume que movimentam, justifica então a disputa entre eles, os capitalistas do campo, e os capitalistas da indústria.

Assim, fica evidente que as disputas entre capitalistas leva a acomodações, afinal não é concebível tanto para o capitalista do campo quanto para o industrial ter comprometidas suas taxas de acumulação, a saída neste caso foi a criação de um preço de referência, atualizado mensalmente que garante níveis de acumulação que justificam a permanência na atividade.

Esse preço não é preço mínimo, assim como não é obrigatório utilizá-lo, mas os dados de campo evidenciaram que o preço de referência é invocado como parâmetro para os pagamentos aos camponeses. Dado que é confirmado por Silva, Staudt e Dias (2012, p. 83), que após avaliarem o comportamento do preço do leite de referência e os efetivamente recebidos pelos produtores, afirmam que há profunda semelhança.

O preço de referência leva em consideração o preço médio de mercado resultante da comercialização dos produtos do laticínio e padrões técnicos de qualidade, que quando não atendidos os preços são depreciados, mas se os indicadores de qualidade superarem o estabelecido como “leite padrão” há acréscimo no preço do litro de leite. Para os capitalistas do campo isso garante a lucratividade da atividade, evidentemente acrescida na medida em que conseguem obter bonificações pela quantidade e qualidade, o que para os camponeses nem sempre é possível.

São situações como essas que imprimem relevo ao caminho adotado pelos camponeses da COPRAN, pois para eles a cooperativa é um instrumento de

fortalecimento das famílias, cuja estratégia mais relevante é o processamento e a comercialização da produção leiteira, escapando destas amarras. Em última análise, isso confere autonomia ao trabalho camponês, proporcionando uma via alternativa às estratégias de monopolização que o capital industrial utiliza para subordiná-los.

Em termos monetários isso significa, utilizando como referência o Assentamento Florestan Fernandes, município de Florestópolis, que a diferença auferida pelos camponeses por litro de leite comercializado com a cooperativa é de R\$ 0,20 em relação à indústria. No caso do entrevistado 15, que produz nesse assentamento 200 litros por dia, isso representa uma retenção de R\$ 40,00 por dia, totalizando R\$ 1.200,00 no mês, rendimentos que na ausência da cooperativa seriam drenados pelo capital industrial.

Contudo, esses preços devem ser considerados apenas como referência, pois a direção da COPRAN destaca que o preço do leite é variável ao longo ano. Nos meses de junho a agosto de 2016 os camponeses chegaram a receber R\$ 1,80 por litro, período no qual a oferta de leite diminuiu devido ao inverno que afeta as pastagens, elevando o preço de mercado, já no mês de janeiro de 2017 o preço estava em R\$ 1,22, por um lado devido a maior oferta de leite nesse período de verão e por outro devido à baixa demanda de leite via programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), afinal as escolas estavam em férias letivas.

É importante demarcar aqui outra importante contribuição do cooperativismo camponês, trata-se da mediação da cooperativa para acesso aos mercados institucionais. Em última instância, esses mercados são relevantes para o fortalecimento dos camponeses cooperados, evitando que o capital comercial atue na comercialização da produção. A trajetória histórica do campesinato demonstra que entre as maiores dificuldades dos camponeses está a comercialização, não a produção. Por esse motivo, a inserção no mercado em condições menos desfavoráveis é determinante para a reprodução familiar.

Segundo a direção da COPRAN 70% do leite processado no laticínio têm como destino os programas instituídos por meio de políticas públicas. O camponês entrevistado 18 destaca ainda que a cooperativa decidiu, por meio das assembleias, que esse caminho seria uma prioridade.

O interessante é que a **COPRAN optou por entregar o leite somente pelos programas institucionais**. A parte convencional de comércio, comércio normal, eles terceirizam. [...] A cooperativa está focada nos programas do Estado. A parte de comércio tem um grupo pequeno que vem aqui e pega o leite e depois revende (Entrevistado 18, Assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, 2016).

Atualmente a cooperativa entrega sua produção em 28 municípios da região por meio de três programas institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Estadual Leite da Criança (PLC).

Segundo informações da direção da cooperativa os preços praticados por meio dos programas institucionais são mais vantajosos que a comercialização com o mercado convencional, principalmente pela segurança de mercado que eles oferecem. Já o leite e os derivados que têm como destino o setor varejista passam por intermediadores, sendo a negociação interessante para estes mediante o rebaixamento dos preços para os camponeses. Desse modo, as estratégias para escapar dos intermediários são contribuições expressivas do cooperativismo para os camponeses e merecem destaque, pois como afirma Paulino (2006), esquivar deles nem sempre é tarefa fácil.

[...] um caminho possível de apropriação máxima da renda se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção. No entanto, é necessário destacar que a eliminação daqueles que se interpõem entre tais produtores e os consumidores não é tarefa fácil, sendo poucas as famílias que conseguem consolidar estratégias desse tipo (PAULINO, 2006, p. 112).

Com isso, é indispensável mencionar que a COPRAN tem nos programas institucionais uma importante via para destinação da produção, trata-se de um mercado alternativo ao mercado capitalista, obtendo preços minimamente remuneradores e com garantia de mercado.

O PAA é um programa do governo federal instituído em 2003 com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, formar estoques estratégicos e distribuir produtos agropecuários a pessoas em situação de insegurança alimentar. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) operacionaliza o programa, utilizando da compra direta, contrato de garantia de compra e compra antecipada, para viabilizar os recursos necessários à produção camponesa.

Por sua vez, outro programa oriundo de política pública do qual se vale a COPRAN para comercializar a sua produção também tem enorme relevância para a viabilização do campesinato, tanto o organizado em cooperativas, quanto os que produzem individualmente em assentamentos e em bairros rurais. O PNAE também é um programa do governo federal, mais conhecido como Merenda Escolar, embora atue de forma descentralizada. Os recursos repassados pela União e pelos Estados são administrados pelos municípios que realizam as compras de alimentos para comporem as merendas das escolas públicas, respeitando as especificidades locais.

O Programa Leite das Crianças (PLC), também acessado pela cooperativa, é um programa estadual que tem como base o instituído pela Lei Federal nº 11.346/2006, que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), pois considera que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, devendo o Estado garantir esse direito. No estado do Paraná o PLC fornece diariamente um litro de leite para as crianças entre 06 e 36 meses de idade, com renda *per capita* não superior a meio salário mínimo regional, devidamente cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais (CADUNICO).

A participação da COPRAN no PLC pode ser invocada como referência para demonstrar a importância dos programas institucionais no interior da cooperativa. Em 2017 ela participou das reuniões regionais da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB) destinados ao fornecimento de leite pelo PLC<sup>12</sup>. Na regional de Londrina assumiu a responsabilidade de fornecer 44.665 litros de leite por mês e na regional de Apucarana irá fornecer 31.214 litros, totalizando 75.879 litros por mês ao longo do ano de 2017. Somente esses dois contratos representam uma garantia de mercado para 16,86% da produção anual de leite pasteurizado (leite de saquinho) da cooperativa, considerando a produção média de 15.000 litros por dia, conforme dados de campo.

Vale destacar que no ano de 2017 a soma total dos contratos relativos ao PLC foi de 85.000 litros de leite, sendo os municípios de Londrina e Apucarana os maiores destinatários da produção da cooperativa.

No que pese a participação dos programas institucionais na estratégia de comercialização da produção camponesa, a COPRAN tem encontrado dificuldades, talvez como reflexo da situação política do país após o golpe de Estado ocorrido em

---

<sup>12</sup> Segundo Ata das Reuniões do Programa Leite das Crianças (SEAB, 2017).

2016 (DANTAS; JABBOUR; SOBRAL, 2016), em que a ofensiva sobre os trabalhadores se acentua a cada dia, sendo necessário lutar não por conquistas de direitos, mas para tentar manter as conquistas historicamente alcançadas.

O Estado antes reconhecido como arena de mediação política para garantir conquistas de direitos e proteção social, agora volta a ser visto como um empecilho às virtudes meritocráticas do capitalismo idealizado. Nesse ínterim, a luta de classes deixa de ser por mais direitos como se desencadeou no Lulismo (mesmo sem organizar politicamente de forma satisfatória), e volta a ser para impedir a perda daqueles direitos já conquistados não só no período recente, mas historicamente sedimentados desde o Vargasismo (DANTAS; JABBOUR; SOBRAL, 2016, p. 37).

No caso dos camponeses o cerceamento ao trabalho acontece por diversas frentes, na escala nacional uma delas se refere aos sucessivos cortes de recursos anunciados pelo governo referente a programas chave para o fortalecimento do campesinato, como o PAA. Este programa, que em 2015 recebeu investimentos de R\$ 567,2 milhões reais (CONAB, 2017), adentrou o ano de 2017 com previsão de investimento de R\$ 260 milhões de reais (MDS, 2017), isso representa um corte de 54,14% nos investimentos do programa. Não o bastante, as perspectivas para o ano de 2018 não são das melhores, pois como tem circulado pelos meios de comunicação, o orçamento do programa deve se restringir a R\$ 750 mil reais (BERNARDES, 2017, p. 01), ou seja, um corte de 98,86% em relação a 2015, não afastando a possibilidade de inviabilização do programa.

Certamente que esses cortes se farão sentir na escala local, contudo nesta escala outras frentes desse ataque aos camponeses já têm se manifestado, por vezes representada na suspensão imediata dos contratos mediante falsas denúncias de empresas concorrentes ou na proibição de práticas que até então eram toleradas.

No primeiro caso, a direção da cooperativa se deparou com a suspensão total de um dos contratos do PAA sem prévia notificação, pois houve denúncia de que os produtos não atendiam às especificidades estipulados no contrato. Sem qualquer vistoria para conferir a veracidade das informações, os pedidos foram cancelados, ou seja, os gestores das políticas públicas já consideraram os camponeses transgressores das normas legais. Contudo, mediante comprovação técnica a denúncia foi descartada e o fornecimento reestabelecido, mas isso exigiu

agilidade e empenho físico e financeiro dos cooperados para comprovar que não havia irregularidade.

No segundo caso, os camponeses que entregavam verduras pelo PNAE tiveram problemas na substituição de produtos previstos nos contratos, funcionava assim: o contrato previa a entrega de repolho, mas naquele mês a produção do repolho foi abaixo do esperado, no lugar era fornecido alface, ou outro produto no mesmo valor. Esta prática antes tolerada agora passa a ser considerada desvio e passível de sanção. Contudo, os camponeses adotam práticas alternativas para superar esse problema, como a troca de produtos entre eles sempre que não é possível atender o contrato.

Para Triches e Grisa (2015) os ataques pelos quais os programas institucionais PAA e PNAE vêm sofrendo nos últimos anos faz parte de um processo que busca frear os avanços sociais e econômicos por eles desencadeados, principalmente no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar, face os resultados positivos destes programas.

No entanto, atualmente, estes Programas vêm sendo alvo de críticas e até de processos judiciais, apontando irregularidades quanto à sua operacionalização. Propomos discutir estas questões a partir do entendimento de que todo movimento de mudança acaba por incitar movimentos de intransigência. Ou seja, quando os movimentos de oposição propõem uma quebra do “status quo” atraem um movimento reacionário de resistência (ideologia x institucionalidade). Esta reação busca as permanências, sendo que muitas vezes para alcançá-las, utiliza-se de discursos conservadores e reacionários (TRICHES; GRISA, 2015, p. 12).

Evidentemente que esta ação de freamento não se desenvolve instantaneamente, antes é resultado de um processo que pode ter como data de origem a operação Agro-Fantasma, deflagrada em 2013 pela Polícia Federal, que com apoio do Judiciário Federal buscou criminalizar a atuação dos camponeses inseridos nos programas (TRICHES; GRISA, 2015) .

Nessa operação 11 camponeses foram presos, sob acusação de fraudes nos contratos, permaneceram em média 60 dias encarcerados e foram liberados, agora, já em 2017, os agricultores foram absolvidos por falta de provas em sete das oito ações penais, apenas uma ainda segue em processo judicial (MST, 2017).

Situações como essas são vistas entre os camponeses como um sinal de alerta, em duplo sentido: primeiro a avaliação dos riscos, pois os camponeses estão

sentindo que as mudanças políticas na escala nacional estão interferindo nas relações locais de comercialização, elevando os riscos no momento da circulação da produção, que pode ser comprometida por uma simples denúncia sem fundamento; por outro lado estão se deparando com uma contradição, pois ao passo que os mercados institucionais se tornaram decisivos para a sustentação econômica da cooperativa e dos cooperados, a dependência deles em momentos de instabilidade política reduz a segurança e as garantias de mercado, expondo a fragilidade das políticas públicas submetidas à gestão estatal dominada pela classe hegemônica.

Contudo, isso não pode suprimir as contribuições dos programas institucionais no que se refere à retenção da renda por parte dos camponeses, antes manifesta a necessidade constante de luta, como os próprios camponeses relatam.

Rapaz, não está fácil não, você fala o que vem pela frente? Não tem como saber, mas hoje em dia se não se cuidar eles arrumam problema, tem várias cooperativas que já tiveram problema, aqui ainda está tranquilo, até porque fazemos tudo certinho, mas sem-terra tem que se organizar, tudo é na base da luta, se fraquejar não consegue se manter (Entrevistado 19, Assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, 2017).

Como se vê, a cooperação é um instrumento de organização, e esta por si só já é uma contribuição relevante, pois a luta não acaba com a conquista da terra, mas continua para se manter nela. Por esse motivo a cooperativa assume papel preponderante para viabilizar o acesso a tais programas institucionais, por extensão garantir renda aos camponeses.

Aliás, quando se fala em renda, ou melhor, em retenção da renda da terra camponesa em benefício da família, não podemos cair na armadilha de considerar simplesmente os ganhos monetários na relação investimento-lucratividade, típica contabilidade capitalista; a produção camponesa se sustenta sob outros parâmetros, em que são considerados outros elementos, como a segurança alimentar da família camponesa.

Nesse sentido, ganha destaque a produção para o autoconsumo, afinal a unidade camponesa como fração do território é lugar de reprodução da vida. Sobre isso destaca Shanin (1980, p. 51, grifo nosso): “o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e **meio de vida** social”. Por esse

motivo, o campesinato não pode ser compreendido apenas por suas relações externas à unidade produtiva, mas considerado também a partir das suas características internas, evidentemente sem desprezar as interações com o contexto mais amplo.

A produção de autoconsumo na medida em que abastece a casa evita a completa dependência do mercado, inclusive liberando recursos monetários para outros fins ou, até mesmo, suprimindo a carência deles em momentos de crise. Não podemos esquecer que a unidade camponesa ocupa uma posição liminar, sua reprodução pode a qualquer momento ser desequilibrada, seja por problemas de saúde na família, equipamentos quebrados ou em função das condições naturais que podem impor perdas sucessivas na produção, como o frio excessivo que prejudica as pastagens. Desse modo, Shanin (1983) explica que o camponês está sempre muito próximo de uma boa e uma má situação econômica, um desses imprevistos podem colocar a economia da família camponesa em situação desfavorável.

Por esse motivo a produção para o autoconsumo articulada à produção de mercado não pode ser desprezada na análise geográfica do campesinato. Nos assentamentos visitados foi identificada uma lógica produtiva nestes moldes, que inclusive lembra a prática da policultura como estratégia de manutenção e fortalecimento, nos termos expressos por Oliveira (1995).

[É uma] alternativa defensiva [...] [que consiste] na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização [...]. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua ao máximo sua dependência externa. [E] ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de elevado valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1995, p. 56).

A produção dos cooperados da COPRAN expressa a lógica que os orienta, na qual a cooperativa contribui para a organização, processamento e comercialização, estratégia essencial para a territorialização dos camponeses, pois lhes confere melhores condições de inserção no mercado, contribuição primordial do cooperativismo, senão vejamos:

Desse modo, as cooperativas ofereciam as vantagens de compra / venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, e permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarização a que está historicamente submetido (OLIVEIRA, 1986, p. 72).

A produção em escala com vistas à inserção no mercado, mediada pela cooperativa, não anula a estratégia da policultura no lote camponês, em absoluto, antes a reforça, indicando a preocupação dos camponeses com o abastecimento interno e a diminuição da dependência externa.

Afinal, o modelo baseado na policultura permite minimizar os efeitos causados pelas oscilações de mercado que atingem a produção no momento da circulação, reduzindo a dependência por meio da produção dos gêneros necessários à manutenção das famílias.

A Figura 15 expressa um pouco dessa prática no lote camponês, onde a produção leiteira destinada ao mercado se articula com a produção destinada ao consumo interno. São as hortas, os pomares, as criações de suínos e aves que fornecem os alimentos “para o consumo próprio” que os camponeses fazem referência nas entrevistas, presentes em todos os assentamentos visitados.

**Figura 15** - Produção para o autoconsumo



Foto: Zeneratti (2017).

Essa produção articulada escapa dos parâmetros capitalistas de avaliação da viabilidade econômica no campo, mas que são essenciais para compreender a lógica que está presente na unidade de produção camponesa, regida pela necessidade da manutenção da família.

A produção de autoconsumo articulada à produção leiteira com finalidade comercial, o que não exclui o consumo no lote, potencializa a renda camponesa, pois leva à desoneração. Nesse sentido, cabe à produção de verduras e criação de pequenos animais o papel de complemento.

Em outras palavras, nos casos estudados, o leite leva a certa estabilidade econômica, pois é garantida a entrada regular de recursos monetários, processo mediado pela cooperativa, estabilidade que pode ser potencializada na medida em que a dependência do mercado diminui no que se refere à alimentação familiar. A criação de aves pressupõe oferta de ovos e carne, os suínos igualmente garantem que a demanda por carne será atendida com baixo investimento, uma vez que são alimentados com sobras de comida consumida na casa e até mesmo produtos da horta, como ramas de batata-doce, mandioca, abóboras, dentre outras hortaliças.

A horta também não carece de grandes investimentos, pois é mantida com adubação natural: o esterco é farto devido à pecuária leiteira, o que garante quantidade e qualidade na produção.

Como se vê há uma intercomplementariedade entre as atividades, a produção de leite aparece articulada com a produção para o autoconsumo, essa articulação tem grande contribuição na sustentação do lote, ademais, talvez mesmo sem saberem, estão resgatando a policultura como fundamento.

É importante destacar que, para uma parte dos camponeses cooperados, a horta e o pomar são as atividades produtivas principais, tendo o mercado como destinatário majoritário. Isso porque além do leite a cooperativa comercializa frutas e verduras, como pode ser observado na Figura 16.

**Figura 16** - Horta camponesa no Assentamento Dorcelina Folador



**Foto:** Zeneratti (2017).

No assentamento Dorcelina Folador são 40 camponeses ocupados com essa atividade, que tem como principal destino os programas institucionais PAA e PNAE. Todo domingo à tarde os camponeses entregam os produtos na sede da cooperativa onde é realizada a conferência e a pesagem, na segunda-feira o caminhão sai para fazer as entregas conforme os pedidos agendados e previstos nos contratos dos programas.

Para esta organização contribui a cooperativa, pois é ela, com sua personalidade jurídica, que acessa os programas, mas são os camponeses que fornecem os produtos, evidentemente obtidos a partir da produção individual nos seus lotes.

A cooperativa faz o recebimento dos produtos, mantém relacionamento com as prefeituras responsáveis pelo gerenciamento dos programas, realiza as entregas, recebe os pagamentos efetuados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e repassa aos camponeses. As entregas normalmente são em conjunto com os produtos do laticínio, como o leite e a bebida láctea, que também são entregues por meio desses programas, o que reduz os custos com transporte.

A cooperativa, como se nota, é um instrumento que auxilia na organização e na comercialização das frutas e verduras, contudo os camponeses relatam que a prioridade dela é o leite, mas como o objetivo principal é fortalecer as

famílias, ela coloca toda a estrutura de logística disponível para auxiliar na circulação desses produtos.

Ela é uma ferramenta de empoderamento das famílias, ela traz autonomia para as famílias. A prioridade é o leite, mas a cooperativa auxilia os outros projetos, ela está a disposição, do ponto de vista da estrutura, mas são os assentados que tem que se organizar em grupos e eles tocarem os projetos, são eles que tem que produzir as frutas e as verduras (Entrevistado 19, Assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, 2017).

Para os camponeses essa organização tem contribuições valorosas, pois garante mercado para a produção escapando da monopolização exercida pelas redes de supermercados da região que por meio das Centrais de Abastecimento (CEASA) drenam parte da renda camponesa.

Entretanto, essa estratégia não garante a completa esquivia da atuação do capital comercial, afinal os camponeses relatam que uma parte da produção ainda é entregue nos CEASAs, mas a alivia significativamente. Segundo o entrevistado 18 a parcela entregue nos CEASAs representa menos que 20% da produção, sendo que quase 80% são comercializados via programas institucionais e uma pequena parte segue para as feiras livres em Arapongas.

A produção de alimentos não permite imprevistos no momento da entrega, pois são produtos perecíveis que se não colhidos e comercializados adequadamente serão perdidos, com isso as estratégias dos camponeses para escaparem do capital comercial ganha relevo.

Principalmente porque o capital comercial e os atravessadores que atuam neste circuito são eficazes para ditar os preços dos produtos, especialmente em momentos de maior oferta, quando jogam os preços para baixo, devido à impossibilidade de estocagem por parte dos camponeses. Já nos programas institucionais os preços são fixos ao longo do ano, isso possibilita um melhor planejamento da atividade e a minimização dos riscos no momento da circulação, além dos preços serem mais remuneradores, conforme afirmaram os camponeses entrevistados.

A comercialização de frutas e verduras pela COPRAN lhe confere identidade própria e manifesta mais uma de suas contribuições para os camponeses cooperados: a possibilidade de atuar de maneira diversificada.

Isso fica mais evidente quando se observa a implantação da panificação pelo grupo de mulheres<sup>13</sup> do Assentamento Dorcelina Folador. Trata-se da fabricação de pães, bolos e outros produtos de panificação, cuja finalidade será a comercialização por meio da cooperativa, com destino principal os mercados institucionais, se valendo dos circuitos de logística já estabelecidos pela cooperativa, não exigindo despesas extras com transporte.

Os camponeses afirmaram que não há limites para a atuação da cooperativa, mas que devem sempre priorizar as ações coletivas, desempenhadas por grupos, sempre discutidas e aprovadas nas assembleias, instância coletiva de debate e deliberação.

Com isso, nos deparamos com os princípios do cooperativismo colocados em prática, pois como assevera Schneider (1971) o cooperativismo está amparado justamente na relação de ajuda mútua e no controle democrático da organização pelos seus membros. Embora o autor aponte a tendência de o cooperativismo se confundir com a racionalidade da empresa capitalista, transformando os associados em meros clientes dos seus serviços, isso não ocorre na COPRAN, sobretudo pela forma de atuação, na qual a prioridade é a manutenção das famílias, que atuando de maneira conjunta encontram saídas para se fortalecerem, sempre que possível esquivando da rapina empreendida pelo capital industrial e comercial.

O que se nota na COPRAN é a estrutura cooperativa colocada a serviço dos camponeses, ao mesmo tempo em que evidencia uma lógica inversa da adotada pelas empresas monopolistas que atuam na captação dos produtos camponeses, cuja estratégia de acumulação mais relevante está pautada na monopolização do território, no caso em questão a monopolização do território é posta às avessas.

Em outras palavras, na relação com as empresas monopolistas são os agricultores que devem produzir o que a empresa comercializa, já na COPRAN a cooperativa comercializa o que os cooperados produzem, guardadas as necessidades de volume que compensem as despesas de transporte e a organização em grupos de produção.

---

<sup>13</sup> São 17 famílias que compõem o grupo de panificação.

#### 4.2.2. Estratégias camponesas de resistência

O cooperativismo camponês é uma estratégia de resistência e luta na terra, cujo objetivo é a recriação. Por este motivo a apropriação da renda mediada pela estrutura cooperativa assume papel de destaque, pois garante o necessário acesso aos recursos monetários em condições menos desfavoráveis, entretanto, a cooperação camponesa não se limita a essa dimensão.

Os trabalhos de campo nos assentamentos permitiram identificar elementos que conferem à estratégia cooperativa um sentido particular, situado em parte na esfera da produção e em parte na esfera do projeto político. São ações que vistas isoladamente parecem de pouco alcance, mas que no contexto de luta pela terra e na terra são essenciais para o fortalecimento dos camponeses.

Ademais, não é possível compreender o cooperativismo como estratégia camponesa de fortalecimento somente a partir de suas alternativas para minimizar o vínculo com o mercado capitalista. Até porque nas situações em que tal vínculo é inevitável, o mercado capitalista não é a razão de existência da unidade familiar, mas o meio necessário à sua recriação. É um movimento indissociável e contraditório no qual ao mesmo tempo em que os camponeses se vinculam ao mercado capitalista eles se defendem das mazelas que o modo capitalista de produção engendra no processo de acumulação.

Nesse sentido, Fernandes (1999) foi assertivo ao afirmar que a partir das experiências cooperativas os camponeses sem terra elaboram uma forma de resistência à expropriação e à exploração, assim podemos perceber que eles lutam contra o próprio modo capitalista de produção.

Procuravam implantar experiências de trabalho coletivo e de cooperação agrícola como formas de fortalecer a organização na luta contra o capital: a exploração e a expropriação. A conquista da terra gera novas lutas que são partes do sucessivo processo de resistência. Nesse processo, pensar o trabalho, a produção agropecuária e a educação são ações fundamentais para resistir na terra (FERNANDES, 1999, p. 150).

Portanto, a análise do cooperativismo nos assentamentos não pode se restringir à circulação da produção, isso não significa que se deva minimizar a importância dessa contribuição, antes impõe o desafio metodológico de explicitar

todas as determinações que contribuem para a recriação camponesa, que se manifestam em outras dimensões do trabalho e da vida familiar.

O cooperativismo adotado pela COPRAN faz parte da proposta de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no caso em questão o modelo adotado foi a Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS), que consiste basicamente em prestar serviços aos assentados, tais como: comercialização; fornecimento de insumos; e assistência técnica; sem perder o seu papel político de organização dos assentados, como afirmou o entrevistado 20 (Direção da CCA, Curitiba, 2016).

Na COPRAN a comercialização da produção está bem desenvolvida, ou seja, do ponto de vista econômico ela tem conseguido corresponder às expectativas dos cooperados, como todos afirmaram nas entrevistas. Evidentemente como resultado da inserção menos desfavorável no mercado, propiciada pela atenuação da atuação dos atravessadores, que como bem destacou Rech (2000) é um dos papéis centrais do cooperativismo.

As contribuições aos camponeses, desencadeadas a partir da consolidação da dimensão econômica, podem ser identificadas a partir da quantificação dos bens duráveis e serviços a que têm acesso (Tabela 22).

**Tabela 23** - Perfil dos cooperados da COPRAN entrevistados por situação de domicílio e acesso a serviços e bens duráveis

<b>Existência de serviços e bens duráveis</b>	<b>COPRAN - Domicílios (n.)</b>	<b>COPRAN - Domicílios (%)</b>
Iluminação elétrica	21	100
Linha telefônica instalada	0	-
Celular	21	100
Forno de micro-ondas	6	29
Geladeira	21	100
Máquina de lavar roupa	21	100
Aparelho de ar condicionado	0	-
Rádio	21	100
Televisão	21	100
Videocassete / DVD	8	38
Microcomputador	8	38
Automóvel particular	21	100

**Fonte:** Pesquisa de campo. Org.: Zeneratti (2017).

Os dados apresentados demonstram que os camponeses assentados apresentam elevado percentual de acesso aos bens duráveis e serviços, com

destaque para a iluminação elétrica, telefone celular, geladeira, máquina de lavar roupas, rádio, televisão e automóvel, que estavam presentes em todas as unidades visitadas.

Na Figura 17 é possível identificar como esses bens se integram aos outros elementos típicos do lote camponês, como a casa e os quintais. A antena de televisão no centro da imagem é rodeada pelas flores do quintal, o carro à direita está na sombra das árvores que também fornecem sombra e conforto térmico para a varanda da casa.

**Figura 17** - Vista panorâmica do quintal camponês no Assentamento Florestan Fernandes em Florestópolis



**Foto:** Zeneratti (2017).

Isso remete ao que Chayanov (1974) já havia identificado, trata-se da melhoria nas condições de vida da família camponesa. O autor ao diferenciar a modalidade de acumulação capitalista da camponesa, onde na primeira o fundamento é a extração da mais-valia e na segunda é a reprodução da unidade familiar, corrobora para confirmar que a retenção da renda na unidade camponesa retorna à família na forma de melhorias nas condições de vida.

Isso certamente se materializa no acesso a bens e serviços. O carro, por exemplo, possibilita visitar um parente distante ou se deslocar até a cidade para participar de festas regionais, entre outras finalidades, afinal é um meio de locomoção que apresenta diversas possibilidades de usos, já a televisão é um dos

bens destinados ao acesso à informação e ao lazer, onde toda a família se senta para assisti-la após um dia de trabalho.

Esses bens e serviços a que os camponeses têm acesso evidenciam que a estratégia cooperativista tem propiciado certa conversão de renda camponesa em meios de vida compatíveis com a lógica do bem-estar da família, uma vez que por meio da cooperativa são capazes de reter parte da renda da terra que seguiria para as mãos de outrem.

É necessário destacar que essa conversão da renda em benefício da família não se insere nos parâmetros da acumulação capitalista, pois opera com a família no centro de suas relações. Na melhor das hipóteses, trata-se de um aumento da riqueza entre os camponeses, resultado da retenção da renda, ou seja, fruto do trabalho familiar.

O trabalho de campo foi capaz de revelar que a renda gerada pelos camponeses assentados converte-se em prol deles mesmos, sendo que provém do trabalho camponês, organizado e sistematizado por meio do modelo cooperativista, que, em última instância, serve como estratégia para alcançarem melhorias nas condições de existência da unidade familiar, ou como diria Chayanov (2014), serve para garantir um nível superior de bem-estar.

Para Fabrini (2003) esta é uma contribuição essencial do cooperativismo, possibilitando que os camponeses rompam com as condições de pobreza e desigualdade social a que invariavelmente estão submetidos.

As cooperativas agrícolas podem significar também êxito econômico, pois garantem o auto-abastecimento e qualidade de vida por meio de atividades desenvolvidas por agricultores familiares. Portanto, elas desenvolvem ações que buscam ampliação da renda dos trabalhadores associados, rompendo com as condições de pobreza e desigualdade social (FABRINI, 2003, p. 93).

Todavia, essas contribuições da estrutura cooperativa não seriam possíveis se os camponeses não trabalhassem intensamente em seus lotes. Dito de outra forma, a COPRAN atua efetivamente na industrialização e na comercialização da produção, mas estas etapas somente são possíveis porque os camponeses garantem o abastecimento produzindo em seus lotes individuais.

Como já demonstrado, um dos papéis centrais da COPRAN é o de viabilizar o acesso dos camponeses aos programas institucionais, além disso ela

tem a tarefa de organizá-los na base da cadeia produtiva, ou seja, nos lotes, para que eles produzam em condições compatíveis aos requisitos contratuais. No entanto, são os camponeses individuais que produzem nos lotes, então as melhorias nas condições de vida passam pelo emprego de trabalho familiar, no final das contas é o trabalho familiar potencializado pela cooperativa que garante certa retenção da renda, a ser convertida em benefício das famílias camponesas.

A COPRAN contribui também com o planejamento estratégico das ações. Ela discute as regras dos contratos e depois de firmados repassa para os camponeses produzirem conforme estabelecido. Os desafios neste momento são muitos, no caso das frutas e verduras a preocupação é com o planejamento mensal: quantidade que cada família deve produzir por mês e o que deve ser produzido. No caso do leite o desafio é garantir a produção em níveis estáveis de qualidade e quantidade ao longo do ano, tendo em vista que a produção tende a cair nos meses de inverno.

O planejamento e a organização empreendida pela cooperativa são discutidos nas reuniões e nas assembleias. Todos os camponeses entrevistados afirmaram que participam das assembleias, que são divididas em locais e gerais; a local acontece nos assentamentos, nessas ocasiões o grupo dirigente da cooperativa se desloca até os assentamentos, todos os camponeses cooperados podem participar, discutir e votar. Finalizadas as assembleias locais cada assentamento envia representantes para participar da assembleia geral, que acontece na sede da cooperativa. Estes têm a responsabilidade de participarem das discussões e depois repassarem em seus respectivos assentamentos.

No que pese a importância das assembleias para a tomada de decisões econômicas, elas são também um espaço de socialização política (FERNANDES, 1996), destinadas ao debate e à reflexão. O que revela que os camponeses cooperados não se limitam a pensar somente a dimensão econômica, antes reconhecem seu papel na luta política e na continuidade da luta pela terra.

A cooperativa é um instrumento para inserir as famílias, mas continuo sendo do MST, **se precisar de luta eu vou pra luta**, tenho consciência do meu papel na ajuda dos companheiros que ainda não tem terra. E mais, digo mais, **já falei aqui nas assembleias** para os companheiros, mesmo nós que já estamos assentados temos que lutar, e se o governo acabar com os programas? Ai não tem jeito, todas as famílias terão que lutar, então a luta é de todos, dum jeito ou de outro (Entrevistado 19, Assentamento Dorcelina Folador, 2017).

A afirmação do nosso interlocutor demonstra o vínculo da cooperativa com a luta pela terra e o projeto político dos camponeses assentados, do qual a cooperativa faz parte. Ademais, coaduna com a proposta do MST para as cooperativas, ou seja, se desenvolver economicamente sem perder o conteúdo político.

A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isso deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistência ao capitalismo. Para nós a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma ferramenta de luta [...] (CONCRAB, 1997, p. 22).

Para Silva (2004) a cooperação nos assentamentos ultrapassa a dimensão da manutenção dos camponeses na terra conquistada, ela é instrumento para a continuação da luta pela terra.

Todavia, acreditamos que as formas cooperativas/associativas são não só um instrumento de luta para garantir a existência dos camponeses na terra conquistada [...]. Estas formas de cooperação tornam-se instrumentos de sustentação do projeto político do MST, já que, tais conquistas servem para ampliar as lutas pela terra e, conseqüentemente, para solidificar a Reforma Agrária. Com isto queremos dizer que, as formas de cooperação são instrumentos para a continuidade da luta pela Reforma Agrária e tendem a constituir-se num meio de inserção política e social dos assentados (SILVA, 2004, p. 151).

Portanto, para os camponeses assentados a cooperativa não é um instrumento de adesão ao modo capitalista de produção, é na verdade um instrumento de luta contra o sistema. Nesse sentido, contribui a afirmação de Fabrini (2003, p. 95):

[...] a luta dos camponeses assentados, através de variadas formas de manifestações coletivas, trata-se de luta contra as regras do capitalismo. Uma luta que nasce na conquista da terra e se espacializa na terra conquistada, formando o território do camponês. O questionamento da ordem capitalista se materializa em determinadas ações como as ocupações de terra, proposição de cooperativas nos assentamentos, etc. A organização da produção nos assentamentos, bem como a ocupação de terra, não são apenas para busca de sobrevivência. São lutas pela permanência na terra que implica a reprodução do camponês fora do circuito de miserabilidade e subordinação ao capital.

Por um lado, essa luta é econômica, pois permite a esquivas da subordinação que o capital industrial e comercial impõe, o que por si só já supõe dupla vantagem sobre as relações de mercado comum entre os camponeses. Por outro lado, ela é instrumento de resistência e de enfrentamento aos bloqueios que a propriedade privada capitalista impõe à reprodução camponesa, revelando o seu lugar na luta de classe.

A fala do camponês assentado entrevistado 19 demonstra ainda que para os camponeses a luta não termina com a conquista da terra de trabalho, em absoluto, pois outras lutas emergem, seja na “ajuda aos companheiros” que ainda estão na luta pela terra, normalmente fornecendo alimentos aos acampados ou participando de manifestações públicas, como muitos afirmaram participar, seja para aqueles que lutam na terra conquistada e que necessitam garantir condições adequadas de mercado e produção.

Neste processo as dificuldades se avolumam, mas igualmente são crescentes as estratégias de superação. Uma delas, senão a maior de caráter interno, refere-se à compreensão do papel da cooperação pelos camponeses, superar esse limite exige paciência, persistência e engajamento político, uma vez que nem todos entendem a proposta cooperativista em um primeiro momento.

Olha eu demorei muito pra entender a cooperação, ela exige que você sente várias vezes com seu companheiro para discutir e afinar as ideias. Mas, eu não desisti e hoje consigo ver bem melhor. Pense bem, se a cooperativa não tivesse desde o início ajudando o assentamento, muitos dos produtores teriam dificuldades na hora de vender o leite. Hoje em dia muitos dos companheiros que no começo não queriam ser cooperados agora estão querendo, porque é muito mais difícil sozinho (Entrevistado 17, Assentamento Eli Vive, 2017).

Para conseguir melhores resultados no processo de internalização da proposta cooperativa, os camponeses organizaram por diversas vezes reuniões para debater o tema. Nessas reuniões estudavam os documentos do MST referentes ao cooperativismo nos assentamentos, assim como refletiam sobre os problemas que estavam vivenciando internamente. Também foi muito comum o deslocamento dos camponeses da COPRAN para outras cooperativas do Movimento, com a finalidade de conhecer outras experiências e aprender com elas.

Uma estratégia que segundo o entrevistado 17<sup>14</sup> obteve resultado satisfatório na compreensão dos objetivos da cooperação no Assentamento Eli Vive, em Londrina, foi a decisão de colocar como motorista do caminhão que faz a coleta do leite o assentado que coordena a linha do leite no assentamento. Trata-se de um assentado que participa ativamente das reuniões locais no assentamento e gerais na sede da cooperativa, com isso na medida em que ele fazia a coleta já conversava com os cooperados, explicava o sentido da cooperação e esclarecia dúvidas.

Segundo dados de campo houve avanços significativos nesse sentido, tanto que entre os camponeses cooperados entrevistados não houve referência significativa a essa questão no presente, somente no passado, quando fazem um histórico da sua inserção na cooperativa.

Para os camponeses a maior dificuldade que se apresenta atualmente na cooperativa é outra, como afirma o entrevistado 15<sup>15</sup>: “a maior dificuldade nossa hoje é manter a quantidade do leite, se faltar leite quebra a cooperativa”. A fala do camponês assentado demonstra a preocupação com a cooperativa, este é um dado relevante, pois em conjunto com as demais entrevistas ficou evidenciado que ela é vista como algo construído por eles e para eles, os camponeses se sentem parte do processo, por isso não querem vê-la “quebrada”, o que não significa que não existam dificuldades.

A COPRAN opera próxima do limite da sua viabilidade econômica, o que dá sentido ao risco de “quebra” considerado pelo camponês entrevistado. A cooperativa foi instalada com capacidade de processamento de 90 mil litros de leite por dia, essa capacidade instalada considerou o incremento gradativo de novos cooperados, atualmente ela processa 25 mil litros. Segundo a direção<sup>16</sup> da cooperativa o ponto de equilíbrio do laticínio é o processamento diário de 15 mil litros de leite, esse volume já garante retorno aos cooperados e a manutenção da cooperativa em condições favoráveis. Mesmo atualmente ela operando acima desse mínimo, não é possível se descuidar da produção; por esse motivo a preocupação dos camponeses em manter a quantidade do leite. Trata-se de uma dificuldade de difícil superação, pois está na produção, que em parte escapa do controle dos camponeses. O ciclo agropecuário depende em grande medida das condições

---

<sup>14</sup> Assentamento Eli Vive, Londrina, 2017.

<sup>15</sup> Assentamento Florestan Fernandes, Florestópolis, 2017.

<sup>16</sup> Entrevistada 22, Assentamento Dorcelina Follador, Arapongas, 2016.

naturais, então em períodos de frio as pastagens podem ser prejudicadas e diminuir a produção leiteira, comprometendo o abastecimento do laticínio, por extensão, prejudicando o cumprimento dos contratos firmados pela cooperativa.

É justamente aqui que podemos identificar uma contribuição importante do cooperativismo camponês, tanto para garantir o abastecimento da indústria quanto para a manutenção da produção nos lotes, pois a partir da cooperação se estabelecem as condições concretas para superação desses limites.

Estamos nos referindo à produção de silagem, complemento alimentar para o gado leiteiro. Esse complemento é produzido na COPRAN com milho cultivado na área coletiva do assentamento, na Figura 18 podemos ver um desses silos.

**Figura 18** - Silo localizado na sede da COPRAN no Assentamento Dorcelina Folador



Foto: Zeneratti (2017).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2017b) a silagem é uma forragem verde armazenada em depósitos chamados de silos, como este apresentado na Figura 15, que evitam a entrada de ar. A silagem pode ser feita com diversas forrageiras, a de maior valor nutritivo é o milho, mas outras também podem ser utilizadas como o sorgo, o capim-napier e o capim-elefante.

A produção de silagem na COPRAN é uma estratégia relevante, pois fornece alimento suplementar para o gado no período em que as pastagens não são

suficientes, garantindo certa estabilidade na produção leiteira no lote camponês, por extensão garantindo níveis de renda camponesa mais duradoura, assim como assegura o abastecimento do laticínio em condições mais adequadas.

O fornecimento desse tipo de insumo pela cooperativa revela uma estratégia camponesa e cooperativa de fortalecimento. Estratégia camponesa porque são os camponeses que estão buscando possibilidades para resolver os problemas relativos à produção individual no lote, e cooperativa porque não fazem isso isoladamente, mas em cooperação, com auxílio da estrutura cooperativa. É a busca conjunta para resolver problemas individuais que podem afetar o coletivo.

Nesse sentido a fala do entrevistado 16<sup>17</sup> é elucidativa: “os lotes são individuais, mas as decisões são coletivas, esse é o papel da cooperativa, ajudar nesse processo coletivo onde todos têm os mesmos objetivos”.

Vale destacar que o preço cobrado pela silagem é o preço de custo, representa apenas os custos da cooperativa com a compra das sementes de milho e as despesas com o cultivo, o que para os camponeses é visto como uma contribuição importante:

A cooperativa faz a silagem e ajuda muito quando o pasto está ruim, e sai mais barato pra nós porque a cooperativa não tem lucro, o preço da silagem é o custo de produção que é dividido e repassado. Outra vantagem é que o preço pode ser descontado no leite, do jeito que você puder ir pagando (Entrevistada 21, Assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, 2017).

No que pese essas contribuições, nem todos os camponeses cooperados da COPRAN têm acesso à silagem. Trata-se de um insumo distribuído aos cooperados do Assentamento Dorcelina Folador e dos assentamentos mais próximos, como o Eli Vive. Os trabalhos de campo identificaram que os camponeses do Assentamento Florestan Fernandes não têm acesso a esse insumo, eles afirmaram que os custos com transporte inviabilizam a obtenção na cooperativa, uma vez que esses custos são repassados aos camponeses.

Isso demonstra que a cooperação camponesa ainda enfrenta limites no que se refere à generalização de suas contribuições. Normalmente, nestes assentamentos os camponeses adotam estratégias individuais para superar o problema, como a produção em pequena escala em seus próprios silos, utilizando

---

<sup>17</sup> Assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, 2017.

fORAGEIRAS DE FÁCIL CULTIVO NOS LOTES, COMO O CAPIM-NAPIER, QUE DEMANDA PEQUENAS PORÇÕES DE TERRA, SENDO POSSÍVEL O CULTIVO NAS ÁREAS PRÓXIMAS ÀS CERCAS, ESTRADAS E FUNDOS DE VALE.

Contudo, muitos camponeses ainda não utilizam esse complemento alimentar para o gado, com isso a queda na quantidade do leite principalmente no inverno ainda é inevitável. É um desafio a ser superado, mas os primeiros passos já foram dados, até porque a produção de silagem na cooperativa é recente, data dos últimos cinco anos, mas de grande potencial se seguir no caminho da generalização do fornecimento.

O que deve ser ressaltado é que a COPRAN revela sua identidade camponesa ao buscar estratégias para superar coletivamente os limites individuais, seja no fornecimento de insumos, como no caso da silagem, seja na comercialização da produção, buscando mecanismos para esquivar dos mercados capitalistas que drenam parte da renda da terra camponesa, confirmando seu papel na luta na terra.

Além disso, a prática de cooperação por estes camponeses empreendida deriva da luta, já histórica, pela terra de trabalho, é resultado de um projeto político de resistência, no qual a cooperativa passa a ser também um instrumento de luta na terra e pela terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o campesinato contemporâneo têm demonstrado a diversidade de estratégias empreendidas pelos sujeitos envolvidos para se recriarem no modo capitalista de produção. É verdadeiro, e necessário, que se reafirme, que antes de desaparecer, essa classe demonstra por meio dessas estratégias capacidade de sobreviver no interior desse modo de produção, derrubando qualquer análise que apontava no sentido contrário, por isso a necessidade de continuar estudando suas estratégias e talvez aprendendo com elas.

Na área em estudo duas frações do campesinato e suas estratégias de recriação foram consideradas para esta pesquisa, os camponeses que lutam na terra e que buscaram no cooperativismo empresarialista um caminho de inserção no mercado capitalista e os camponeses assentados, organizados em cooperativas camponesas, estes sujeitos acessaram a terra por meio da luta contra o monopólio fundiário, para eles está posta duas lutas: uma pela terra e outra na terra.

Esta escolha metodológica foi essencial para discutir não somente o campesinato, mas para evidenciar que a questão agrária continua central no Brasil. As lutas dos camponeses analisados derivam justamente de uma das expressões da questão agrária: o monopólio fundiário, que lhes impõe a necessidade de traçar estratégias de recriação ora frente à pequena extensão de terras a seu dispor, ora frente ao bloqueio do acesso à terra.

Certamente que quando se trata dos camponeses sem terra, onde o enfrentamento à ordem hegemônica é explícito, fica mais evidente essa relação, pois sua luta busca precisamente dissolver este monopólio, no entanto, quando se refere aos camponeses parcelares, aqueles que lutam na terra, nem sempre isso é tão evidente, até porque em muitos casos são eles proprietários de terra, fazendo por ocultar momentaneamente a perversidade da estrutura fundiária altamente concentrada.

Isso tanto é verdadeiro que na mesorregião Norte Central paranaense a grande maioria dos camponeses são proprietários de suas terras, esta categoria representa 82,71% do total de camponeses da região, contudo, uma olhadela mais atenta é capaz de identificar que isso não permite dizer que o monopólio fundiário historicamente constituído em favor da elite desapareceu, pois na região 84,63%

dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 50 hectares e mantêm apenas 23,58% das terras sob seu controle (IBGE, 2006).

Contraditoriamente, o acesso privilegiado à terra da qual gozam os grandes estabelecimentos não lhes confere o título de eficiência produtiva que os porta-vozes do agronegócio tentam construir no imaginário social, cuja finalidade é justificar a intocabilidade da grande propriedade e o saque aos cofres públicos. A pesquisa identificou que as unidades camponesas são as mais produtivas frente à área disponível, os pequenos estabelecimentos potencializam o uso da terra, por esse motivo são os únicos capazes de apresentar resultados expressivamente positivos em termos de valor da produção, postos de trabalho, uso de tratores e adubação.

Esta inserção dos camponeses no mercado, caracterizada por significativa eficiência produtiva, não se restringe à produção de alimentos, setor por excelência camponês, eles também se destacam na produção de *commodities*, setor que se constituiu sobre a representação de não ser compatível com a pequena propriedade. No Paraná, em 2006, 43,7% do milho e 31,2% da soja foram produzidas nas unidades camponesas (IPARDES, 2010, p. 19).

Nesse sentido cabe um alerta para evitar interpretações equivocadas, a contribuição científica preponderante desta pesquisa certamente não foi defender, ou propor, a produção de *commodities* pelos camponeses, antes foi demonstrar que mesmo na produção de *commodities* os camponeses desenvolvem estratégias de recriação distintas da lógica capitalista, pois operam com outra centralidade: a família.

É por esse motivo que a inserção dos camponeses nesse setor da economia capitalista impõe a necessidade de traçar estratégias de luta na terra, entre elas a vinculação a cooperativas empresarialistas tem sido a mais acessada. Afinal, eles estão inseridos em uma dinâmica na qual prevalece a atuação das empresas monopolistas que agem no campo drenando a renda da terra camponesa, a cooperação empresarialista é uma possibilidade de luta contra esta ação.

É necessário destacar que essas cooperativas empresarialistas são normalmente chamadas de cooperativas empresariais, termo que foi substituído neste trabalho, pois normalmente é empregado na tentativa de indicar a similaridade entre elas e as empresas de capital privado, contudo, o

cooperativismo não pode ser nivelado tendo como referência as ações das empresas capitalistas, pois os princípios que as orientam são fundamentalmente distintos.

Na empresa capitalista, de capital privado, o princípio do lucro justifica suas ações. Trata-se da propriedade privada utilizada como instrumento de extração da mais-valia, ou seja, é o capitalista explorando os trabalhadores. No campo estas empresas, as quais muitas delas são grandes grupos monopolísticos, buscam além da extração da mais-valia no processo industrial, a captação da renda da terra na circulação da produção do campo, criando peias de subordinação que fazem dos agricultores meros fornecedores de matéria-prima, como bem destacou Oliveira (1995).

No estado do Paraná, as cooperativas que atuam nesse circuito, inseridas no processo de modernização da base técnica da agricultura, em especial após a década de 1970, ao mesmo tempo em que serviram de mecanismo para a dispersão do modelo tecnológico - pautado na incorporação de produtos industriais ao processo produtivo e na substituição das culturas permanentes pelas temporárias, basicamente passando do café para o binômio soja-milho ou soja-trigo - se industrializaram para competir no mercado das *commodities*. Esta é a razão pela qual são consideradas similares às empresas de capital privado, certamente que, do ponto de vista da gestão, não é possível negar tal semelhança, o mesmo não se pode dizer quanto aos princípios que as orientam.

No cooperativismo a prerrogativa do lucro perde espaço para o princípio da ajuda mútua que, no caso em questão, está situado no terreno da inserção no mercado capitalista em condições menos desfavoráveis aos associados. Para os sujeitos inseridos nesse processo o cooperativismo é uma alternativa às relações monopolísticas do capital privado, competir no mercado e sobreviver nesse setor da economia exigiu que elas se industrializassem e adotassem uma gestão empresarial típica de uma empresa capitalista, mesmo não sendo. É por esta contradição, a de atuar como uma empresa capitalista sem perder a identidade cooperativa, que neste trabalho foi utilizado o termo cooperativa empresarialista, que remete à gestão empresarial e à semelhante atuação capitalista, mas sem deixar de ser uma cooperativa.

Afinal, os dados de campo comprovaram que na mesorregião Norte Central paranaense, as cooperativas empresarialistas dotadas da racionalidade empresarial, e da personalidade jurídica que gozam perante a legislação brasileira, mantiveram muitos dos princípios cooperativos, como: ajuda mútua; educação, capacitação e informação; adesão voluntária; participação econômica dos associados; e a gestão democrática.

Certamente que a pesquisa não deixou de demonstrar que em muitos casos há certo distanciamento entre esses princípios e a prática da cooperativa no que se refere à relação com os camponeses. Os entrevistados foram precisos ao afirmarem que a COCAMAR não possibilita instrumentos capazes de se fazer sentir o princípio da gestão democrática, razão que leva muitos deles a se sentirem preteridos no processo decisório.

Não que isso signifique o desligamento dos camponeses, pelo contrário, eles são a grande maioria dos associados, de cada quatro cooperados três são detentores de pequenas frações de terra. No que pese o sentimento de falta de protagonismo dos camponeses na gestão da cooperativa, ela se tornou uma guardiã do mercado para os camponeses da região, tendo como parâmetro a inserção no mercado capitalista.

Isso porque o setor de *commodities* é dominado pelas empresas monopolistas de capital internacional, evidentemente sem desconsiderar a presença das empresas privadas nacionais, que atuam na captação da produção tanto camponesa quanto capitalista. Essa relação já demonstra a fragilidade dos camponeses nesse setor, pois o capital industrial e comercial age no sentido de extrair dos camponeses a renda da terra, sempre que possível rebaixando os preços dos produtos agrícolas.

Inseridos neste cenário, onde muitas vezes há práticas ilegais que os lesam, como o fechamento de empresas nacionais sem antes pagar o produto recebido, faz pairar entre os camponeses as inseguranças de mercado. Com base na avaliação dos riscos e da necessidade de traçar estratégias para retenção da renda, eles optam pela cooperativa, o que não os faz perder a plena clareza de que em seu interior as relações de classe não foram suprimidas.

A cooperativa empresarialista se desenvolveu sob comando da classe capitalista, cujo compromisso é com a renda capitalista da terra, no entanto ela favorece a apropriação da renda camponesa da terra, razão pela qual os

camponeses seguem cooperados mesmo não sendo os protagonistas nos processos decisórios. Trata-se de uma conjuntural convergência de estratégias, entre os agricultores camponeses e os capitalistas, para se esquivarem do capital monopolista.

Dessa relação de cooperação derivam contribuições adicionais não menos importantes para os camponeses, como o acesso a insumos e a assistência técnica. Esses serviços ganham relevo tendo em vista o desafio que está posto para esses sujeitos: lutar na terra como produtores de *commodities*.

É por esse motivo que não se pode ignorar o papel do acesso aos insumos (sementes, adubos e agrotóxicos) comercializados pela cooperativa, que permite aos camponeses escapar dos agentes do capital. A inserção dos camponeses no modelo tecnológico torna os insumos quase indispensáveis, a aquisição deles sem a intermediação da cooperativa potencializa o pagamento do tributo ao capital, por meio do consumo produtivo camponês. A cooperativa minimiza esta ação, pois elimina o capital comercial ao repassá-los a preços mais vantajosos aos cooperados, fruto da negociação com o capital industrial favorecida pela escala.

Entretanto, se por um lado o acesso aos insumos industriais tem na cooperativa grande aliada, por outro também tem nela a responsável pela quase obrigatoriedade do uso deles. As cooperativas empresarialistas, se valendo da assistência técnica, faz chegar ao sítio camponês o modelo de produzir pautado na incorporação de tecnologias e insumos industriais, oportunizado pelas relações de confiança que os camponeses estabelecem com o técnico da cooperativa.

Não se quer aqui minimizar a importância da assistência técnica para os camponeses, pois a sua oferta sem custos adicionais evita o dispêndio de recursos monetários para obtê-la, ampliando a retenção da renda, assim como diminuindo os riscos no processo produtivo, tendo em vista o acompanhamento especializado dos cultivos. É o teor da assistência técnica o problema, pois as entrevistas deixaram claro que ela é um mecanismo de dispersão do modelo tecnológico, sempre que possível ampliando o uso de produtos industriais.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que o cooperativismo empresarialista tem sido determinante para a recriação do campesinato na região, para estes camponeses a cooperativa é fundamentalmente uma estratégia econômica de luta na terra. Evidentemente que não é possível perder o parâmetro

de que essa fração do campesinato está inserida no mercado capitalista como produtor de *commodities*; deste modo, lutar na terra é traçar estratégias para a retenção da renda camponesa frente à atuação do capital monopolista.

Não menos importante foi a constatação que a luta pela inserção no mercado capitalista, ação mediada pela cooperativa, não fez desaparecer a autonomia camponesa, pelo contrário, permitiu-a florescer, estando presente em cada fração do território sob controle dos camponeses. Essa autonomia foi identificada na organização do sítio, onde prevalece um arranjo de atividades que se intercomplementam, nas unidades maiores isso ficou explícito na manutenção da produção de autoconsumo articulada com a produção de *commodities*, já nas unidades menores a dinâmica foi a associação de culturas comerciais, como o milho-soja e a olericultura ou o milho-soja e a avicultura.

Como se pode ver a inserção dos camponeses no cooperativismo empresarialista é uma estratégia de classe que os fortalece economicamente sem tolher-lhes a autonomia, porém, ela é mais do que isso, pois as relações cooperativistas não suprimiram o seu modo de vida. Esta por si só já é uma contribuição digna de nota, tendo em vista que o campesinato se recria como classe e modo de vida.

Essa dimensão da vida camponesa foi identificada, a partir das relações de confiança que norteiam suas transações comerciais, estabelecidas na esfera pessoal, fruto de uma ordem social própria do campesinato. Mas também foi identificada pelas relações de vizinhança, onde todos os vizinhos se conhecem, e até mesmo no cuidado com as visitas, onde sempre é oferecido um cafezinho ou um produto da horta e, principalmente, no apreço aos laços familiares.

No que se refere aos laços familiares, as sobras líquidas anuais têm papel importante no seu fortalecimento. Elas que são um retorno monetário no final do ano civil permitem aos camponeses receberem os parentes em casa para as festas de final de ano, ou ainda, para viajarem para visitá-los. Contudo, não é somente pela sobra líquida que os camponeses aderiram ao modelo cooperativista empresarialista, eles cooperam pelo conjunto das contribuições, afinal o retorno das sobras é pouco expressivo devido ao montante de suas transações, além disso, muitas vezes as empresas privadas elevam seus preços cobrindo um possível benefício das sobras, motivo que em alguns momentos tem levado os camponeses a preferirem entregar parte da produção na empresa monopolista

descumprindo as normas estatutárias que preveem exclusividade à entrega na cooperativa.

Para além da COCAMAR, na área em estudo há outra cooperativa que tem possibilitado a recriação do campesinato fora do circuito do mercado capitalista, pois se inseriu no mercado de maneira alternativa. A COPRAN se territorializou como resultado de um processo que tem como fundamento o contexto histórico e político no qual seus cooperados estão inseridos: são camponeses que acessaram a terra por meio da luta e resistência. Nesse caso, a cooperativa é expressão de duas lutas, uma pela terra e outra na terra.

No Brasil a luta pela terra está colocada para os camponeses como resultado de um processo histórico, no qual a formação da propriedade privada da terra se deu em favor de uma classe, sendo que os camponeses não foram chamados à partilha territorial. O certo é que eles não se fizeram passivos, passaram a lutar pela terra e como expressão dessa luta conquistaram frações do território capitalista, que submetidas à lógica camponesa de trabalho se tornaram territórios de vida.

No caso do Assentamento Dorcelina Folador, no município de Arapongas, da luta pela terra derivou a conquista do território, mas isso longe de significar o fim da luta impôs a necessidade de continuar lutando, desta vez para permanecer nela; dessa luta na terra nasceu a COPRAN, ou seja, ela é ao mesmo tempo resultado da luta pela terra e da luta na terra.

A pesquisa de campo evidenciou que essa cooperativa camponesa apresenta contribuições de relevo para a recriação do campesinato assentado, entre elas a esquiva do capital monopolista, possibilitada pelo acesso a mercados alternativos, em especial o mercado institucional.

Os camponeses da COPRAN são majoritariamente produtores de leite, mas têm aqueles que se dedicam à produção de frutas e verduras, nos dois casos os mercados institucionais têm sido o destino da produção como alternativa ao mercado capitalista. No caso do leite o capital industrial é voraz na implementação de mecanismos de monopolização do território, aplicando sobre os camponeses dinâmicas que drenam a renda da terra. Não muito diferente estão os produtores de frutas e verduras, que encontram no capital comercial um gargalo no escoamento da produção.

Nesse contexto, a esquiva do mercado capitalista se torna uma contribuição essencial do cooperativismo camponês para a recriação do campesinato assentado, pois possibilita que atuem fora dos circuitos de monopolização do território. Dito de outra forma, a COPRAN comercializando por meio dos programas institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Leite das Crianças, Programa Nacional de Alimentação Escolar) consegue auferir resultados adicionais na luta na terra, justamente por operar fora do mercado capitalista, o que também revela uma lógica de enfrentamento ao modo capitalista de produção, trata-se da negação em aderir ao sistema capitalista, condição derivada do posicionamento político dos camponeses que decidiram priorizar os mercados institucionais.

Atuando por esse caminho a cooperativa leva à eliminação do intermediário, seja ele o capital comercial que adquire os produtos camponeses para revendê-los nas redes de supermercados ou afins, ou o capital industrial que compra a produção camponesa na condição de matéria-prima para a indústria, possibilitando aos assentados escaparem dos preços rebaixados que o capital impõe para drenar a renda camponesa da terra.

Em última instância, essa estratégia leva à retenção da renda no lote camponês, convertida em benefício da família. Na COPRAN isso tem significado a reprodução da unidade familiar compatível com os preceitos do bem-estar, prerrogativa que Chayanov (2014) sempre chama a atenção.

Nesse caso, a renda tem sido convertida em bens de consumo e acesso a serviços, sendo um dos indicativos que estes camponeses romperam, por meio da cooperação, os limites da miserabilidade que muitas das vezes estão submetidos, contribuição de peso essa do cooperativismo como destaca Fabrini (2003). Todavia, a cooperativa não se limita à esfera econômica, ela tem na dimensão política um dos sustentáculos para a manutenção da luta pela e na terra.

A posição política dos camponeses assentados foi evidenciada em estratégias diferenciadas, algumas próprias de sua inserção na luta dos camponeses sem terra, outras por decisões internas. No primeiro caso os camponeses afirmaram que o acesso à terra, ou seja, a formação do assentamento não significa que a luta pela terra acabou, antes demonstra que é possível a conquista de frações do território por meio da luta, cabendo aos assentados apoio aos que ainda lutam pela terra, este apoio se manifesta no fornecimento de

alimentos aos acampados ou na participação em atividades políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No segundo caso, os camponeses também destacam a importância da luta política para manutenção dos programas institucionais, afinal entendem que o fim deles pode levar à impossibilidade da manutenção do projeto cooperativo e até mesmo da sua recriação como camponeses. Essa preocupação ganha relevo entre eles considerando o momento político que o país atravessa, onde a luta atual é pela garantia das conquistas sociais históricas, processo bem explicado por Dantas, Jabbour e Sobral (2016).

A comercialização quase exclusiva por meio dos programas institucionais revela, ao mesmo tempo, a envergadura da posição política dos assentados, manifestada na negação ao mercado capitalista, e a importância desses programas para o fortalecimento dos camponeses. Todavia, a fragilidade dos programas em momentos de instabilidade política faz pairar entre os assentados as incertezas de futuro, conscientes do seu papel político não descartam a necessidade de luta e enfrentamento à ordem hegemônica caso o fim dos programas venha a acontecer.

Ainda sobre o caráter político da cooperativa camponesa, foi identificada a sua atuação em condições não muito favoráveis, como na coleta de leite em baixa quantidade nos assentamentos novos, não cobrindo nem as despesas de transporte, condição que as empresas privadas não atuariam, pois a prerrogativa do lucro se sobrepõe a qualquer outra dimensão. Na cooperativa camponesa onde prevalece o princípio da ajuda mútua, cujo objetivo é fortalecer todos os envolvidos, permite a atuação momentânea em condições desfavoráveis. É certo que em pouco tempo a produção foi ampliada e as despesas equilibradas, mas sem este posicionamento inicial da cooperativa a luta dos camponeses para consolidar o assentamento recém criado seria ainda maior.

Os trabalhos de campo nos assentamentos foram capazes de demonstrar que a dimensão política da cooperativa, e dos camponeses, faz parte de um processo histórico que iniciou quando cada um precisou tomar a decisão de lutar, decisão que não é expediente simples como assevera Fernandes (2000b). Dessa decisão derivou o enfrentamento ao modo capitalista de produção, que como resultado obteve o rompimento do bloqueio da propriedade privada capitalista da terra. Foi justamente nesse processo de luta para acessar a terra de

trabalho que a cooperação se manifestou, cujo desdobramento, no caso em análise, foi a formação da cooperativa camponesa. É por esse motivo que ela apresenta conteúdo particular, isso ficou evidente na preocupação que cada um deles demonstrou pela manutenção da cooperativa, ou seja, eles se sentem parte dela, a cooperativa é compreendida por eles como uma conquista da luta camponesa.

Essa talvez seja a maior distinção entre as cooperativas camponesas e as cooperativas empresarialistas, nas primeiras os camponeses se sentem protagonistas, fruto de suas trajetórias de luta, nelas a dimensão econômica é tão importante quanto a dimensão política, para estes sujeitos a cooperativa é uma estratégia de enfrentamento e esquivas do mercado capitalista. Já no segundo caso, os camponeses têm na cooperativa empresarialista uma possibilidade de luta econômica, evidentemente para se recriarem como camponeses, todavia, não se trata de uma luta de resistência ao modo capitalista de produção, mas de inserção no mercado capitalista.

Entretanto, o papel das cooperativas empresarialistas não pode ser desconsiderado, afinal elas possibilitam que os camponeses se insiram no mercado em condições menos desfavoráveis, levando à retenção de parte da renda da terra camponesa que na ausência da cooperativa seria drenada pelo capital industrial ou comercial. Da mesma maneira, elas permitem florescer a autonomia camponesa, representada na organização do sítio, possibilitando que o campesinato agregue valor, por meio do trabalho familiar, a atividades que não teriam nenhuma possibilidade de ter trabalho agregado se ela fosse sob a ótica capitalista.

Tal lógica foi revelada pela intercomplementariedade das atividades no sítio camponês e confirma que a intensificação do trabalho pode tornar uma atividade pouco rentável em algo essencial para ampliar a renda bruta do sítio, ademais, elas encontram sentido tendo como parâmetro a atenção das necessidades internas, cuja busca é pelo equilíbrio e não pela acumulação, tal qual explicou Chayanov (1974).

Certamente que a cooperação camponesa tem um elemento fundamental em relação à cooperação empresarialista, considerando que do ponto de vista da organização camponesa, são criados canais alternativos de inserção no mercado que proporciona o fortalecimento interno e ao mesmo tempo a existência

da cooperativa. Contudo, ela somente consegue se inserir nesses canais por ser justamente de cooperação camponesa.

Estes modelos de cooperativa demonstram a atualidade da luta dos camponeses, que por estratégias distintas se recriam no interior do modo capitalista de produção. Nesses termos, no que pesem as contradições e as distinções entre elas, as cooperativas, tanto as camponesas quanto as empresarialistas, são possibilidades concretas de fortalecimento do campesinato. Além disso, elas não fizeram por impedir o florescimento da autonomia camponesa e do seu modo de vida, condição que certamente afastaria esses sujeitos de tais empreendimentos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: Unesp, 2006.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BERNARDES, J. E. Relatório aponta redução de 95% no orçamento de Temer para a reforma agrária. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 de Setembro, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/05/relatorio-aponta-reducao-de-95-no-orcamento-de-temer-para-a-reforma-agraria/>> Acesso em: 10 dez. 2017.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Com apoio do BNDES, assentamento da reforma agrária inaugura agroindústria no Paraná**. 2013. Disponível em: <[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20130204\\_agroindustriapr](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20130204_agroindustriapr)> Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Imperio do Brazil**.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei n. 1.637, de 05 de Janeiro de 1907**. Cria os sindicatos profissionais e as cooperativas. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=39601&norma=55323>> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei n. 22.239, de 19 de Dezembro de 1932**. Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637 de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D22239.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei n. 59, de 21 de Novembro de 1966.** Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras Providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0059.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0059.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.764, de 16 de Dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Medida Provisória n. 1.715-2, de 29 de outubro de 1998.** Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/legislacao/mp1715.htm>> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.775, de 17 de Setembro de 2008.** Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11775.htm)> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. Portal Brasil. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 11 nov. 2016.

CAMACHO, R. S. Conhecendo os camponeses-estudantes e os seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola. **NERA**, Presidente Prudente, ano 14, n. 18, p. 47-78, 2011.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio.** 2016. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEMENTE, E. C.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação da cadeia produtiva do leite: a especialização do produtor é a solução? **Campo-Território**, v. 4, n. 8, p. 180-211, ago. 2009.

COCAMAR. **Diferenciais da Cooperativa**. 2017. Disponível em: <<https://www.cocamar.com.br/pagina/diferenciais-da-cooperativa>> Acesso em: 25 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório 2015**. Maringá: COCAMAR, 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto Social da COCAMAR**. 2013. Disponível em: <[https://www.cocamar.com.br/uploads/cadastro\\_estatuto/0312094708estatuto.pdf](https://www.cocamar.com.br/uploads/cadastro_estatuto/0312094708estatuto.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2016.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Governo federal investiu R\$ 567 milhões na compra de alimentos da agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=39261>> Acesso em: 10 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Séries históricas**. 2016. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=&Pagina\\_objcmsconteudos=1#A\\_objcmsconteudos](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=&Pagina_objcmsconteudos=1#A_objcmsconteudos)> Acesso em: 17 jun. 2016.

CONCRAB. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Cadernos de cooperação agrícola n. 5**. Sistema Cooperativista dos Assentados. São Paulo: CONCRAB, 1997.

\_\_\_\_\_. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Cadernos de cooperação agrícola n. 1**. Uma concepção de desenvolvimento rural. São Paulo: CONCRAB, 1993.

CONSELEITE. Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná. **Informações básicas sobre o Conseleite PR**, 2017. Disponível em: <<http://conseleitepr.com.br/>> Acesso em: 20 jul. 2017.

COROL recebe R\$ 10 milhões do BRDE. **Portal Rolândia**, Rolândia, 12 dez. 2012. Disponível em: <[http://portalrolandia.com.br/noticias/corol-recebe-r\\$-10-milhoes-do-brde-12-12-2012#.V6lrf9IrdV](http://portalrolandia.com.br/noticias/corol-recebe-r$-10-milhoes-do-brde-12-12-2012#.V6lrf9IrdV)> Acesso em: 15 jul. 2016.

DANTAS, A. T.; JABBOUR, E. M. K.; SOBRAL, B. L. B. A recriação conservadora do Estado: impasses no reformismo progressista e popular e o golpe de 2016. **Revista da ANPEGE**, v. 10, n. 14, p. 5-38, jul-dez. 2016.

DERAL. Departamento de Economia Rural. **Evolução da área colhida, produção, rendimento, participação e colocação Paraná/Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/cprbr.pdf>> Acesso em: 01 out. 2015.

DIAS, L. F. P. **Dinâmica de um processo associativista**: cooperativa de consumo dos servidores da UEL- SERVICOOOP. 2014. 296f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **História**. 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/historia>> Acesso em: 29 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Paraná altera período do vazio sanitário**. 2017a. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/25555616/parana-altera-periodo-do-vazio-sanitario>> Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Silagem**. 2017b. Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br/sistemaproducao/15247-silagem>> Acesso em: 06 ago. 2017.

FABRINI, J. E.; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

FABRINI, J. E.; ROSS, D.; MARQUES, E. B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**, ano 8, n. 16. p. 33-41, jan./jun. 2007.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 284f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

FAJARDO, S. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e das empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. 2007. 379f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

FARINA, J. C. **Assembleia da COROL**. 25 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fFGpKFDjCmg>> Acesso em: 03 ago. 2016.

FANTIN, R. Diretoria da COROL é destituída em assembleia. **Bonde**, Londrina, 28 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.bonde.com.br/economia/noticias/diretoria-da-corol-e-destituída-em-assembleia-273926.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Revista NERA*. n. 6, p. 14-34, 2005.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000b.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

GALIOTTO, F. Corol e Daimco não entram em acordo. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 dez. 2012. Disponível em:  
<<http://www.folhadelondrina.com.br/economia/corol-e-daimco-nao-entram-em-acordo-827601.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P>> Acesso em: 10 jan. 2017.

IMBRÓGLIO: COROL Agroindustrial poderá ter duas assembleias. **Jornal de Rolândia**, Rolândia, 18 mai. 2013. Disponível em:  
<<http://jornalderolandia.com.br/siteantigo/detalhe-noticia.php?noticia=imbrglio-corol-agroindustrial-poder-ter-duas-assembleias>> Acesso em: 15 jul. 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema nacional de cadastro rural**: índices básicos de 2013. INCRA, 2013.

\_\_\_\_\_. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**. 2016. Disponível em:  
<[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-beneficiarios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-09\\_pr.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-beneficiarios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-09_pr.pdf)> Acesso em: 13 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Publicação Especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Jornal**. n. 02, Dezembro de 2010.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto Interno Bruto do Paraná e Brasil a Preços Correntes**. 2017. Disponível em:  
<[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=88](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=88)> Acesso em: 11 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil avançado das regiões geográficas**. 2016a. Disponível em:  
<[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=45](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=45)> Acesso em: 14 jul. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números**. 2016b. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=1](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1)> Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Mesorregiões Geográficas (IBGE) Paraná**. 2015. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/mesorregioes\\_geograficas\\_base\\_2010.jpg](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg)> Acesso em: 10 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica n. 16**. Curitiba: IPARDES, 2010.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central**. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses - sumário executivo**. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004b.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, V. L. **O Estado e a revolução**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R. **Cooperativismo e desenvolvimento rural no Paraná do agronegócio**. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/UFFS/Downloads/Cooperativismo%20e%20desenvolvimento%20rural%20no%20Paraná%20do%20agronegócio.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016.

LINJARDI, F. Fusão COCAMAR-COROL sob ameaça. **O diário de Maringá**, Maringá, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://maringa.odiarario.com/parana/2013/04/fusao-cocamar-corol-sob-ameaca/737413/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

LOUREIRO, M. R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, v. 21/22, p. 23-34, 2009.

MARCONI, I. C.; SANTOS, L. M. L. Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 2, p. 173-183, abr./jun. 2016.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Safe, 2003.

MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. p. 95-105.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro III, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo agropecuário de 2006**. MDA: 2006.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança comercial brasileira: cooperativas**. 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-cooperativas>> Acesso em: 11 jan. 2016.

MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Compras institucionais devem movimentar R\$ 260 milhões para a agricultura familiar em 2017**. 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/noticias/2017/janeiro/compras-institucionais-devem-movimentar-r-260-milhoes-para-a-agricultura-familiar-em-2017>> Acesso em: 10 dez. 2017.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Prisões autorizadas por Moro desarticularam agricultura familiar no PR: caso terminou em absolvições**. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/10/31/prisoes-autorizadas-por-moro-desarticularam-agricultura-familiar-no-pr-caso-terminou-em-absolvicoes.html>> Acesso em: 27 nov. 2017.

MÜLLER, G. Contríjaí: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 97-131.

NOVAES, J. R. P. Cooperativismo: acumulação e mudança social. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 41-74.

OCB. Organização das Cooperativas do Brasil. **Dados diversos**. 2015a. Disponível em: <[http://www.ocb.org.br/site/brasil\\_cooperativo/index.asp](http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Organização das Cooperativas do Brasil. **Relatório de Gestão: 2014**. Brasília: OCB, 2015b.

OCB. Organização das Cooperativas do Brasil. **Apresentação institucional: sistema cooperativista 2011**. Disponível em: <[http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140411\\_apresentacaoinstitucional2010\\_1.pdf](http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140411_apresentacaoinstitucional2010_1.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2016.

OCEPAR. Organização das Cooperativas Paranaenses. **Missão e visão**. 2016. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/2011-12-05-11-28-07/2011-12-05-11-31-38>> Acesso em: 24 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Organização das Cooperativas Paranaenses. **O cooperativismo no Paraná e o sistema OCEPAR**. 2015a. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>> Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Organização das Cooperativas Paranaenses. **Relatório de atividades e prestação de contas: exercício social de 2014 e plano de ação para 2015**. Curitiba: OCEPAR, 2015b.

OLIVEIRA, A. U. Palestra: **A Questão Agrária no Brasil**. In: III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular. Laranjeiras do Sul: UFFS, 2016.

\_\_\_\_\_. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

\_\_\_\_\_. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

\_\_\_\_\_. Grilagem de terras: a raposa e o galinheiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, Instituto Polis, 05 mar., 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=486>> Acesso em: 14 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, USP. v. 15, n. 43, p. 185-206, set-dez, 2001.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: FERNANDES, B. M. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996a.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996b.

\_\_\_\_\_. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia**, n. 25, p. 15-58, 1995.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

OLIVEIRA, A. U. O que é renda da terra absoluta. **Orientações**. São Paulo: IG-Dep. de Geografia USP, n. 9, p. 77-86, 1986.

\_\_\_\_\_. Renda da terra diferencial I. **Orientações**. São Paulo: IG-Dep. de Geografia USP, n. 6, p. 93-101, 1985.

OLIVEIRA, M. C. **Estudo da erva mate no Paraná**: 1939-1967. 1974. 141f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, E. T.; KRÜGER, C. R. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 97-107, 2010.

PAULINO, E. T. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 111-128, set./dez., 2011.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Três Lagoas**, v. 1, n. 1, ano 1, p. 05-20, nov., 2004.

\_\_\_\_\_. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná. 2003. 430f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PIRES, M. L. L. S. **O cooperativo agrícola em questão**: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá. Recife: Massangana, 2004.

PINHO, D. B. A. **Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, A. L. M.; TELÓ, F. O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 145-170, 2011.

SCHNEIDER, E. **Teoria Econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SEAB. Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. **Atas das alocações regionais editais Nº 001/2016 - SEAB**. Disponível em: <<http://www.leitedascrianças.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=92&tit=CREDENCIAMENTO-USINAS-2016>> Acesso em: 26 jun. 2017.

SERRA, E. A participação do estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Campo-Território**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago. 2013.

SHANIN, T. La classe incomoda. Madrid: Alianza, 1983.

\_\_\_\_\_. A definição de camponês: conceituação e desconceituação. **Estudos Cebrap**, Petrópolis, n. 26, p. 42-80, 1980.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2008.

SILVA, R. O. P.; STAUDT, N. P.; DIAS, W. M. C. A eficiência do CONSELEITE nos estados brasileiros do sul. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 5, set./out. 2012.

SILVA, T. P. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2004.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOLUÇÃO. Solução de conflitos. **Revista Mundo do Leite**, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldbo.com.br/Mundo-do-Leite/Edicao-atual/Solucao-de-conflitos/20952>> Acesso em: 20 jul. 2017.

STOLCKE, V. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STUTZ, R. Cocamar X C.vale: a crise da COROL pode estar no fim. **Teto de Barro**, Rolândia, 04 mar. 2013. Disponível em: <<http://tetodebarro.blogspot.com.br/2013/03/cocamar-x-cvale-crise-da-corol-pode.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

TEIXEIRA, W. A. **O processo de desenvolvimento do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central Paranaense**. 2002. 363f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, ano 18, n. 26, p. 10-27, 2015.

WOORTMANN, K. "Com Parente Não se Neguceia": o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

ZENERATTI, F. L. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa**. 2012. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.